

A photograph of a person's hands lighting a fire. The person is wearing a pink shirt and white shorts. They are holding a piece of wood and a piece of paper, which are being lit by a flame. The fire is burning brightly, with orange and yellow flames. The background is slightly blurred, showing a white wall and some outdoor elements.

Q. pensamento

REVISTA DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP
V10.N2 | DEZEMBRO 2021

PENSATA | Revista dos Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da UNIFESP. v.10, n. 2, ano 10. 2021. Semestral. ISSN: 2237-678X.

CHEFIA EDITORIAL

Carolina Alencar, Ingrid Possari Cia, Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho e Wilver Portella.

COMISSÃO EDITORIAL

Alice Coutinho, Beatriz Parisi, Cris Bibiano, Bruno Marco, Carolina Alencar, Eduardo Fernandes, Felipe Figueiredo, Fernando Feital, Gabriel Oliveira, Gisele Vilalta, Ingrid Possari Cia, Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho, Laís Silvestre, Marianna de Andrade, Michael dos Santos, Samuel Maciel, Thaís Lima, Vinicius Serpa, Wesley dos Santos e Wilver Portella.

Foto da capa: Dayanne da Silva Santos, Joércio Pires da Silva e Luis Eduardo da Silva Costa

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Barbosa (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Henrique Amorim (UNIFESP), Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP), Daniel Vasquez (UNIFESP), Davisson de Souza (UNIFESP), Carolina Pulici (UNIFESP), Cynthia Sarti (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Antônio Sérgio Carvalho Rocha (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP), Debora Alves Maciel (UNIFESP), Mauro Rovai (UNIFESP), Valeria Macedo (UNIFESP), Débora Cristina Goulart (UNIFESP), Carlos Alberto Steil (UNIFESP), Adriano Codato (UFPR), Andréia Galvão (Unicamp), Bruno Wilhelm Speck (USP), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp), Sergio Adorno (USP).

ENDEREÇO PENSATA: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata>

CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

Dossiê	5
Apresentação do dossiê Pandemia, precarização e desigualdades Adriana Fernandes, Fábio Araújo e Fábio Mallart	5
A ausência do corpo Luciana Costa Normandia	11
Isolamento, solidão, morte: os dramas de ser doente renal crônico em tempos pandêmicos Pedro Rabello Brasil Corrêa	29
O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes institucionalizadas e as formas do vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19 Roberta do Nascimento Mello	49
Risco, medo e vulnerabilidade: uma análise narrativa sobre os profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil Marcus Vinícius Martins da Silva, Luis Felipe Lenz	68
Desigualdades, isolamento e o ensino remoto emergencial: reflexões a partir da realidade de estudantes da rede pública de ensino médio do Distrito Federal Stefan Klein, Clara Chaves, Cecília Palau, Mariana Moreno, Isabella Sousa, Daniel Maia, Carolina Nogueira, Júlia Vivas, Irene do Planalto, Amanda Paes, Guilherme da Luz	85
Artigos	112
As mulheres na sociedade brasileira e sua abordagem na disciplina de sociologia Letícia Peixoto Rosado	112
Das variáveis por trás dos excessos policiais: um estudo de caso Maurício Fontana Filho	130
A burocracia como empreendedora de políticas no estado de São Paulo: o caso do InovaDay Cristiano Parra Duarte, José Luís Bizelli	150
Exposição “Das galés às galerias”: breve história do acervo do Museu Nacional de Belas Artes, da arte brasileira e das representações e protagonismos da população negra Venâncio Lázaro Batalhone Neto, Helen Dias Tavares de Lima, Paula Bigatti de Castro	176
Traduções	193
Judith Butler e Paul Beatriz Preciado: uma comparação de dois modelos teóricos na construção da identidade de gênero na teoria queer Patrick de Almeida Trindade Braga	193
Lockdown Limbo Julio Tude d’Avila	217

Resenhas _____ 232

Uma retomada decolonial do conceito de Interseccionalidade 232
Leticia Povala Li

Especial 10 anos da Pensata _____ 239

Cynthia Sarti, Alberto Coutinho Rabelo, Rafael Taul, Bruno Puccinelli, Kenya Marcon, Rubia Ramos, Melvina Araújo, Juliana Carvalho, Jessica Ronconi, Ingrid Possari Cia, Wilver Portella

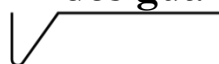
**Obras Visuais** _____ 288

Tambor de crioula: herança, comunicação e resistência no Território quilombola Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim/MA 288
Dayanne da Silva Santos, Joércio Pires da Silva, Luis Eduardo da Silva Costa

Olhando ao redor: estabelecendo relações em um mundo multiespécie 302
Thiago Luz, Andressa Caroly

Leather souvenir: (sobre) uma palestra performática, antropologia e afetações 316
Vi Grunvald

Dossiê Pensata - Pandemia, precarização e desigualdades



Adriana Fernandes, Fábio Araújo e Fábio Mallart¹

A pandemia de Covid-19, que em seu início chegou a ser pensada como uma transição para o fim da lógica neoliberal, revelou-se o oposto, ou seja, uma acentuação de sua agressividade. Segundo Franco Berardi, pela primeira vez nos demos conta que “o capitalismo neoliberal, que é essencialmente uma forma de absolutismo do capital, não reconhece a lei jurídica ou ética e impõe, de maneira dogmática, o princípio da prioridade do lucro econômico”², constatação que se tornou evidente na resistência dos grandes laboratórios à quebra de patentes de produtos de combate ao coronavírus, entre os quais a vacina. No Brasil, nem mesmo o recrudescimento da precarização e do empobrecimento, acentuados pela pandemia, foi capaz de produzir um movimento de revisão da política do “teto dos gastos”, que restringe direitos e reduz o alcance das políticas públicas.

O cenário pandêmico descortinou os limites das possibilidades de vida – sobretudo de parcelas determinadas da população – sob o modo de organização social, político e econômico baseado na reprodução do capital, o que não quer dizer, logicamente, que estejamos caminhando em direção ao fim desse modelo, alicerçado sobre a reprodução das desigualdades estruturais, o extrativismo e a expropriação privada dos recursos que permitem a manutenção das vidas. A asfixia é tanto literal quanto alegórica, combinação de um curto-circuito que articula a precarização e a complexidade de um vírus que atuou como

¹ Respectivamente, antropóloga e pós-doutoranda pela UERJ; sociólogo e pesquisador da Fiocruz; sociólogo e pesquisador de pós-doutorado pelo Instituto de Medicina Social/UERJ (bolsista PNPd/CAPES).

² <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-06-02/franco-berardi-a-pandemia-reativou-o-futuro-vejo-condicoes-para-a-reformatacao-igualitaria-da-mente-social.html>

um “recodificador” de nossas vidas. Daí a necessidade de forjar novas sensibilidades, novas elaborações coletivas capazes de imaginar outros futuros possíveis.

Em uma conjuntura internacional onde a maior parte da população tem sido lançada para um processo radical de precarização da vida, no Brasil, no momento da maior crise sanitária e humanitária de nossa história recente, as elites buscaram maximizar os seus lucros, promovendo mais um ciclo de desmanche dos direitos sociais e do serviço público. Sob a égide do bolsonarismo – expressão local do fascismo tupiniquim –, o cenário político nacional tem se caracterizado, dentre outros aspectos, pelo desrespeito às evidências científicas e por crimes contra a saúde pública, pela destruição das políticas sociais e institucionalidades dedicadas à preservação e à garantia de direitos e, sobretudo, pelo empenho em rebaixar as condições de vida de determinadas populações, fazendo avançar as suas políticas de morte sobre trabalhadores, quilombolas, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, movimentos sociais. Ao escancarar desigualdades pré-existentes, a pandemia demonstrou de forma cruel, como já assinalara Judith Butler, a exposição diferencial de determinadas populações e territórios à pobreza, à fome, às várias formas de violência do Estado e à morte³.

A estigmatização de certos grupos sociais, assim como a forte agenda anticientífica, são partes constitutivas da violência como um modo de governo – a violência como referência normativa de um Estado policial-miliciano. O sistema de Ciência e Tecnologia, assim como o ensino superior, historicamente institucionalizados e com efeitos positivos no combate às desigualdades sociais, vem sendo desmantelados, o que gera instabilidade e insegurança para a manutenção de pesquisas e a sobrevivência de pesquisadores/as.

Ao passo que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é tratado como um problema a ser eliminado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não teve apenas os seus recursos reduzidos, mas também indefinições relativas à política de avaliação de cursos, acontecimentos que provocaram uma debandada de pesquisadores que pediram demissão e renunciaram a seus cargos, haja vista as pressões para a abertura de cursos e a aprovação de programas de educação à distância. O mesmo ocorreu com a Financiadora de Estudos e Projetos

³ Butler, Judith. “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

(FINEP), importante agência de financiamento de pesquisa. Os efeitos dessa política deliberada de desmonte têm sido o medo, a angústia e a incerteza para estudantes de graduação e pós-graduação face às ameaças de cortes de bolsas e de acusações contra os temas de suas pesquisas.

Diante deste cenário, como fazer pesquisa em tempos de negacionismo, de desfinanciamento e de criminalização de pesquisadores/as? Quais os desafios políticos e metodológicos em um contexto marcado, por um lado, pela guerra à ciência, e, por outro, pelas dificuldades de circulação, acesso e interação impostas pela pandemia? Qual a contribuição das Ciências Sociais durante esse período e no pós-pandemia?

O dossiê a seguir – intitulado “Pandemia, precarização e desigualdades” – conta com textos escritos por pesquisadores/as em diferentes etapas da carreira acadêmica (mestrandos, docentes, licenciados), de diferentes regiões do país. Nesse conjunto de reflexões, acompanhamos os efeitos da pandemia não como uma fatalidade, mas como consequência do neoliberalismo em expansão, baseado numa racionalidade governamental que opera através de estados de terror e da produção da morte de populações e grupos considerados descartáveis. Estes aspectos não são nem exceção, nem apenas um resquício do colonialismo, mas pontos estruturantes e fulcrais ao sistema e à sua produção e reprodução. Entretanto, essas populações tidas como descartáveis, os estratos miseráveis da sociedade, não param de gerar lucro para o seletivo grupo de bilionários do planeta. Descartáveis, miseráveis, institucionalizados – “vidas não-choráveis” – que, de certo prisma, se tornam visíveis politicamente, sendo dignas de compaixão e inclusão em políticas governamentais pela vulnerabilidade que atravessa os seus corpos.

“Corpos da compaixão” performatizados em distintos registros, como nos corpos reconhecidos por alguma doença crônica (em “Isolamento, solidão, morte: os dramas de ser doente renal crônico em tempos pandêmicos”, de Pedro Rabello Brasil Corrêa). Corpos em disputa após a morte, quando os ritos funerários dos Yanomamis não são respeitados, ressoando as formas micropolíticas do genocídio que os povos indígenas passaram a sofrer em ritmo exponencial com o governo de Jair Bolsonaro (em “A ausência do corpo”, de Luciana Costa Normandia). Neste “terror similar à psicose” (os termos são de Walter

Benjamin [1925]⁴), aciona-se a dupla mensagem da biopolítica e do neoliberalismo estatal autoritário: ao ter que se deslocar para pegar o auxílio emergencial e as cestas de alimentos, o que asseguraria o cotidiano das aldeias por algum tempo, os indígenas, ao serem obrigados a se deslocar por dias até acessar postos em outras cidades, acabaram morrendo de Covid-19.

Os artigos publicados se conjugam aos esforços das Ciências Sociais produzidas nesse período para decifrar o funcionamento da desigualdade abissal (intensificada na pandemia) que marca o Brasil, assim como a capacidade imaginativa das práticas neoliberais de assegurar a sua reprodução. Populações indígenas que, para viver e para garantir uma morte digna, precisam mover mundos (em “A ausência do corpo”). Portadores de doenças crônicas que tiveram seus tratamentos descontinuados ou mesmo interrompidos, gerando um nível de incerteza e, conseqüentemente, de sofrimento psíquico que entra nos cálculos sobre os efeitos da covid de forma secundária (em “Isolamento, solidão, morte: os dramas de ser doente renal crônico em tempos pandêmicos”). Adolescentes institucionalizados que passaram a viver em regime prisional – um “duplo isolamento”, com aulas suspensas, sem passeios, sem visitas (em “O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes institucionalizadas e as formas do vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19”, de Roberta Nascimento Mello); profissionais de saúde com enorme sobrecarga de trabalho, os quais, além de contaminados pelas ondas do coronavírus, entraram na roda do adoecimento, entre ansiedade, depressão, dificuldades para dormir e medicalização, sendo vistos pela população em geral de forma enviesada, visto o suposto risco de contágio que os seus corpos significavam (em “Risco, medo e vulnerabilidade: uma análise narrativa sobre os profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”, de Marcus Vinicius Martins da Silva e Luis Felipe Lenz).

As pesquisas e o trabalho empírico já sofriam, muito antes da pandemia, com a escassez de financiamento, com o corte de bolsas e a ausência de reajustes. Por isso, o resultado não surpreende: tornou-se inviável se dedicar à pesquisa em tempo integral ou depender apenas das bolsas de mestrado ou doutorado para se sustentar, há muito defasadas. Com a pandemia, o isolamento apregoado como medida sanitária fundamental

⁴ Benjamin, Walter. “As armas do Futuro (1925)”. In: Lowy, Michel (org.). Capitalismo como religião. São Paulo: Boitempo, 2013.

para diminuir o contágio ampliou ainda mais as dificuldades de se fazer pesquisa. Nesse sentido, é possível notar pelos trabalhos que constituem o dossiê algumas linhas de força sobre como as pesquisas foram lidando com a sua própria indefinição e dificuldades, por vezes, com a inviabilidade de manter o recorte proposto antes: formas negociadas de continuar indo a campo, tentativas de entender os protocolos publicados pelas associações e conselhos (das mais diferentes categorias), acesso a redes sociais como forma de manter algum tipo de troca a respeito do cotidiano com os interlocutores. Por fim, pesquisas bibliográficas; em boletins ou através da análise de dados secundários, oriundos de trabalhos em diferentes áreas, recolhidos por metodologias em larga escala e qualitativas (em “Risco, medo e vulnerabilidade: uma análise narrativa sobre os profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”); com dados obtidos através de questionários *on line* (em “Desigualdades, isolamento e o ensino remoto emergencial: reflexões a partir da realidade de estudantes da rede pública de ensino médio do Distrito Federal”, de Stefan Klein et al.); por mídias digitais, combinadas às pesquisas historiográficas, assim como através de páginas de movimentos e associações (por exemplo, no caso do artigo “Ausência do corpo”).

Na pandemia, formas digitais ganharam destaque em termos metodológicos. Sem dúvida, o uso de tecnologias pode ser importante em momentos extremos como nesses últimos dois anos, operando como uma maneira de não perder completamente os fios que nos conectam e nos comprometem aos interlocutores e ao campo. Mas sabemos que essas estratégias limitam e podem nos enganar sobre por onde caminham as formas e as reconfigurações do poder e do capital, da mesma forma que podem nublur o horizonte das lutas e resistências travadas no chão da cidade e nas relações estabelecidas no corpo a corpo entre pesquisadores e interlocutores. De fato, a pandemia expôs a importância de pensar o quanto as tecnologias que atravessam a vida social e política de parte significativa da população (mesmo quando não funcionam ou funcionam precariamente) não podem ser naturalizadas pelas Ciências Sociais como ferramenta metodológica, mas sim problematizadas como mais um elemento a ser contextualizado dentro do conjunto das desigualdades.

Por fim, muito se tem dito, na maioria das vezes em tom resignador, que a pandemia teria vindo para nos ensinar algo, para nos tornarmos melhores enquanto sociedade, assertiva da qual discordamos. Se assim fosse, por que ainda não nos conscientizamos que

a existência de diversas doenças que nos matam é inseparável da pobreza urbana concentrada, da crescente deterioração das infraestruturas de saúde pública e da lógica de produção do agrocaptalismo global? Em “O monstro bate à nossa porta”, ao analisar o potencial de devastação da gripe aviária, Mike Davis⁵ já previra que, em virtude do modo predatório por meio do qual habitamos o mundo, gripes pandêmicas e outras infecções teriam um futuro promissor. Nessa chave, não há nada para aprender com a pandemia, e sim, muito a combater. A pandemia, como bem sintetizou Ailton Krenak, “não vem para ensinar, mas para matar. Não sei de onde vem essa mentalidade branca de que o sofrimento ensina alguma coisa”⁶.

⁵ Davis, Mike. “O monstro bate à nossa porta”. Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/12/covid-nao-veio-para-ensinar-mas-para-matar-afirma-ailton-krenak-no-fim-da-flip.shtml>.

A ausência do corpo

Luciana Costa Normandia¹

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão sobre como os imperativos sanitários referentes ao sepultamento na ocorrência da pandemia do novo coronavírus estão impactando na cultura e nas tradições do povo indígena yanomami. Considerando aspectos subjetivos e objetivos da realidade concreta, o que constitui um grande desafio para se pensar na atualidade. Para desenvolvermos a análise nos valem de uma revisão bibliográfica, pesquisa em textos jornalísticos e documentos oficiais referentes ao período compreendido entre os meses de março a dezembro do ano de 2020.

Palavras-chave: corpo, morte, rito, isolamento, coronavírus.

Abstract

The article presents a reflection on how the sanitary imperatives regarding burial in the occurrence of the new coronavirus pandemic is impacting the culture and traditions of the Yanomami indigenous people. Considering subjective and objective aspects of the concrete reality, which consists in a big challenge to think about nowadays. To develop the analysis, we use bibliographic research, journalistic texts and official documents regarding the context in the period between March and December of the year 2020.

Keywords: body, death, rite, isolation, coronavirus.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: lokosta28@gmail.com

Introdução

“A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas.”²

(Elias)

Um dos objetos de estudo recorrente nas ciências sociais diz respeito à forma como cada sociedade encara a morte e pratica seus rituais fúnebres³. Mauss (2003a) entende a morte como sendo um “fato social total” (MAUSS, 1904/2003a, p. 354), pois repercute em variadas esferas da vida individual e em sociedade. Podemos considerar que, em seus estudos sobre o tema, este autor estabeleceu conexões entre as disciplinas psicologia e a sociologia, enfatizando não apenas a morte do corpo, mas também a possibilidade da morte simbólica por motivos advindos de questões morais e religiosas (MAUSS, 1904/2003a).

A experiência da morte é sempre seguida por rituais que, para Mauss (2003b), “são, por essência, capazes de produzir algo mais que convenções; são eminentemente eficazes, são criadores, eles fazem.” (MAUSS, 1904/2003b, p. 56). A quebra destes, de acordo com suas proposições é um fator importante a ser considerado em ambas as formas de mortes analisadas por ele, uma vez que, surtem efeitos nos sujeitos; presume-se daí que a tradição possui uma eficácia e que o ritual deve ter um sentido prático no contexto individual e coletivo, portanto, o rompimento deste processo tem implicações no corpo físico das pessoas (MAUSS, 1904/ 2003b, p. 349). Neste sentido, podemos avaliar o quão importante são os rituais de passagem, nos quais podem ser inseridos o cortejo fúnebre e a morte.

A preocupação com o corpo morto é algo que tem sido levado em consideração desde tempos longínquos. Povos, como os egípcios antigos, ainda intrigam a comunidade científica com tamanhos detalhes e precisões no preparo do corpo mumificado. Como salienta João (2011), os atos fúnebres realizados por estes povos incluíam inclusive banquetes, pois acreditava-se que todo este cuidado era necessário devido ao fato do corpo se preservar em boas condições para a vida pós-morte.

Como os egípcios esperavam que seus mortos pudessem desfrutar, no outro mundo, de uma vida similar àquela terrena, era necessário que se fizes-

² ELIAS, Norbert 1997 O processo civilizador, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001

³ Robert Hertz e Emile Durkheim fizeram estudos clássicos sobre cultos fúnebres.

sem os rituais adequados que permitissem restaurar as suas faculdades físicas e mentais. O banquete funerário era parte essencial dos ritos fúnebres no Egito. (JOÃO, 2011, p. 7).

A história demonstra ainda que muitos outros povos mantêm o costume de seus antepassados de incinerar os defuntos após cumpridos os ritos de despedida; enquanto outros grupos sociais, cultivam tradições bem singulares acerca do destino dos corpos mortos, como o que ocorre no “funeral nos céus”, no Himalaia⁴. Todavia, seja qual for a tradição cultural que as pessoas praticam relacionada com a morte e a forma de expressar os atos fúnebres, o intuito simbólico é o de concluir um processo de separação entre o binômio vida/morte, dando uma função social importante para os homens:

A preocupação com a natureza simbólica dos rituais dá lugar a uma procura da função social dos ritos funerários como processos de restabelecimento da ordem social, posta em perigo pela ocorrência da morte. (LI-HAHE, 2010, p.21).

Não obstante, a noção de finitude com a chegada da pandemia do novo coronavírus parece ter adquirido novo significado, novas formas “de imaginar o mundo e de viver no mundo” ao romper com tradições e ritos que envolvem a perda (SAGOT, 2020, p. 107). Assim, a proposta deste artigo é a de contribuir para a reflexão da tensão estabelecida com a crise sanitária do novo coronavírus *versus* o simbolismo expresso no ordenamento de isolamento no período pandêmico, cujo imperativo não cabia a tradição de velar o corpo do defunto. Para as reflexões, tomamos como objeto de análise o caso particular do povo indígena Yanomami, no período compreendido entre os meses de março a dezembro do ano de 2020.

1. Breve retomada histórica da pandemia do novo coronavírus

Ao retomarmos a cronologia da pandemia atual, temos que os primeiros registros de contaminação ocorridos pelo vírus foram verificados na República da China no final do

⁴ Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/02/110211_funeral_urubus_himalaias_rw, acesso 10 de novembro de 2021

mês de novembro do ano de 2019. Os números naquele momento já sinalizavam a gravidade da doença provocada pelo novo coronavírus, a covid-19 (LIU *et al.*, 2020). A partir destas primeiras notificações, ocorreu uma rápida propagação da doença, atingindo todos os países do mundo. Desta forma, dada a magnitude adquirida pela covid-19, no dia 11 do mês de março do ano de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) admitiu tratar-se de uma pandemia (OMS, 2020). Nos meses subsequentes, a mídia freneticamente anunciava os trágicos e assustadores números de infectados e de vítimas fatais. A partir daí, foram estabelecidos vários desafios em larga escala acerca da promoção de saúde da população. Estes fatos requereram dos órgãos competentes a proposição de protocolos, onde estavam previstas medidas sanitárias para mitigar a rápida propagação da doença em todo o mundo.

Dentre as medidas de prevenção, foi proposto o isolamento social para toda a população, inclusive por meio de medidas coercitivas impostas por algumas autoridades locais, salvo os chamados serviços essenciais, como é o caso dos equipamentos de saúde que estavam autorizados a não fechar as portas (OMS, 2020). Apesar do isolamento involuntário ser uma ação utilizada em períodos críticos, como em estado de guerras e em outras situações de grave risco epidemiológico, observou-se que, na prática, havia um desconhecimento por parte da maioria das pessoas a respeito desta medida protetiva. Isto contribuiu para um maior nível de insegurança generalizada.

Outro fenômeno social proliferado ante esta conjuntura, apesar de já estar presente sobretudo nos debates relacionados às temáticas ambientais, foi o *negacionismo* (HAMLIN *et al.*, 2020). A prática de negar a existência da doença provocada pelo novo coronavírus, de desvalorizar a ciência, foi largamente adotada, principalmente, em países liderados por governantes de extrema direita. O negacionismo atuou como um fator vulnerabilizador que fragilizou ainda mais as relações no contexto pandêmico, elevando o tensionamento a níveis altíssimos, dificultando a condução e saída da crise. Desta maneira, as sociedades foram aprendendo a conviver com os imperativos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus.

No caso brasileiro, dados oficiais do Ministério da Saúde apontaram que os índices do isolamento ficaram bem abaixo da expectativa dos governantes, oscilando constantemente⁵. Cabe destacar, de acordo com Hamlim *et al.* (2020, p. 17), um fator que claramente contribuiu para estes índices, que foi o fato da quarentena e o isolamento, terem sido deste o início alvo de teorias da conspiração e do negacionismo exacerbado, que serviram muito mais para fins políticos, em detrimento de sua real finalidade, o que possibilitou a instauração e acirramentos de conflitos ideológicos e sociais. Contudo, alguns impactos provenientes desta medida restritiva incidiram diretamente na vida das pessoas e coletividades para além de fatores sanitários, reverberando fortemente nos âmbitos econômico e cultural. Salienciamos que não é objetivo deste artigo adentrar sobre aspectos dessa medida no campo da economia, mas pautar a reflexão sobre os aspectos culturais, especialmente na quebra de tradições ocorridas por ocasião do isolamento no período inicial da pandemia, como é o caso dos atos fúnebres.

O manejo com o corpo do morto foi um capítulo a mais inserido na crise sanitária. De acordo com Heinrich *et al.* (2020, p. 329), por se tratar de uma doença nova e extremamente volátil, poucas informações eram sabidas sobre a dinâmica do vírus, mas, se comparado o grau de virulência do novo coronavírus com outras infecções viróticas, haveria sim, grande probabilidade do cadáver ser um retro transmissor do vírus. Daí o imperativo de não velar o morto no período pandêmico.

A probabilidade de transmissão do vírus através de pessoas falecidas permanece obscura. No entanto, em recentes pandemias de influenza, alta e sustentável estabilidade do vírus e infectividade dentro de cadáveres foram demonstradas, exigindo um tratamento cuidadoso e consciente. Para determinar a possibilidade de transmissão do SARS-CoV-2 através de pessoas falecidas, conduzimos um estudo de estabilidade do RNA viral pós-morte. (HEINRICH *et al.*, 2020, p. 329).

O primeiro caso de óbito por agravos relacionados à covid-19, notificado e divulgado no Brasil, data do dia 17 de março do ano de 2020, na cidade de São Paulo⁶. E, nos meses subsequentes de abril a junho, infelizmente, manteve-se no ranking de um dos países

⁵ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/estudo-indica-eficacia-do-isolamento-social-contra-o-novo-coronavirus>, acesso em 04 de novembro de 2021

⁶ Disponível em <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>, acesso em 09 de novembro de 2021

com maiores números de vítimas fatais ocasionados pela doença⁷. Em meio a muitas controvérsias políticas e econômicas que perduraram no decorrer do ano de 2020, sem vacina ou tratamento comprovadamente eficaz contra a covid-19, o período de quarentena e isolamento social foram indicados pelos órgãos sanitários como uma das principais estratégias para se evitar o adoecimento em massa da população.

2. A ausência do corpo e a “desritualização” na pandemia de covid-19

“Sofri para ter essa criança. E estou sofrendo. Meu povo está sofrendo. Preciso levar o corpo do meu filho para a aldeia. Não posso voltar sem o corpo do meu filho⁸.”

(Lamento de uma mãe yanomami)

Conforme Sagot (2020, p. 107), a crise sanitária trouxe consigo uma necessidade abrupta de novo reordenamento das formas de se posicionar no mundo. Especialmente, para os grupos validados socialmente como mais vulneráveis e que possuem pouca ou nenhuma autonomia política (SANTOS, 2020, p. 21). Neste sentido, Santos (2020) ao analisar a crise sanitária pelo viés das “exclusões históricas”, assinala que o caráter equânime da pandemia, defendida por algumas pessoas, não se sustenta, sendo facilmente desmontado quando associamos a crise sanitária a outros elementos que compõem a vida dos sujeitos e coletividades, desta forma este autor considera que o novo coronavírus,

É tão antidemocrático quanto a sociedade que permite tal concentração de riqueza. Ao contrário do que parece, não ataca indiscriminadamente. Prefere populações empobrecidas, vítimas de fome, falta de assistência médica, condições de vida, proteção no trabalho, ser indesejado não o torna menos contemporâneo. (SANTOS, 2020, p. 38).

Ora, podemos então inferir que fatores como cultura, economia, questões de ordem psicológica, dentre outros elementos que compõe as esferas da vida produzem impactos

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/05/06/brasil-tem-o-maior-numero-de-mortes-de-covid-19-por-milhao-de-habitantes-entre-os-paises-mais-populosos.ghtml>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

8 Texto disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>. Acesso em 11 de novembro de 2021

distintos em pessoas e coletividades, principalmente quando balizadas pelas desigualdades sociais já instaladas anteriormente à chegada da pandemia do novo coronavírus. A junção de todos estes componentes é algo que poderá ocasionar sérias repercussões, reverberando, inclusive, na saúde física e emocional dos sujeitos. De acordo com Santos (2020), “a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam” (SANTOS 2020, p. 21). Desta forma, o imperativo do isolamento proposto como medida de contenção e prevenção na pandemia de covid-19 e a objetividade da morte, mais especificamente o sepultamento, é uma interface necessária a ser refletida.

Para entendermos melhor os atos fúnebres, faz-se necessário uma compreensão e reflexão do elemento de centralidade destes ritos: o corpo. Se levarmos em consideração a definição que a gramática confere “ao termo corpo” como “tudo o que ocupa espaço e constitui unidade orgânica ou inorgânica”, está nos remete a um significado pronto, acabado, o que é aceitável para o senso comum sem uma reflexão mais aprofundada. Contudo, Mauss (1974) considera que “o corpo é o primeiro e o mais natural dos instrumentos” (MAUSS, 1974, p. 407), por meio do qual o homem estabelece suas conexões com o mundo material. Congruentemente, Le Breton (2006) afirma que “antes de qualquer coisa, a existência é corporal” (LE BRETON, 2006, p. 7). A partir desses referenciais, podemos extrair o importante papel que o corpo assume na esfera individual e coletiva. O corpo é um elemento de destaque, quer seja em vida e em morte e “para as ciências sociais, revela-se um potente campo de estudo por ser ele o condutor da materialidade da relação com o mundo” (LE BRETON, 2016, p. 7). O simbolismo expresso através da corporeidade humana é muito mais complexo, transcende a matéria física, podendo ser entendido desta forma como elemento de representação metafísica pois,

Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade. (LE BRETON, 2006, p.7).

⁹ "corpo" in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/corpo>. Acesso em 10-05-2021.

Percebemos que, devido à proeminência do elemento corpo, as sociedades têm desenvolvido crenças e práticas funerárias, partindo da preocupação do que fazer com ele diante da finitude. A despeito disso, diante da pandemia do novo coronavírus, surgiu um novo paradoxo que é preciso ser refletido muito além das questões meramente biológicas: que tratamento dar ao corpo diante de um imperativo global? Seguindo as orientações do Ministério da Saúde, publicizadas no 19, pessoas com suspeita ou confirmação de morte pela covid-19 teriam que ser sepultadas sem velórios. Todas essas alterações determinadas pela urgência sanitária impactaram de forma contundente a percepção do morrer em todas as sociedades (SILVA *et al.*, 2020, p. 68). Entretanto, chama a atenção como estas questões atuais podem atingir as culturas que têm nos rituais fúnebres uma forma estruturante de sua sociedade. No Brasil, um caso emblemático diante desta conjuntura diz respeito à situação dos indígenas Yanomami, na Amazônia.

Os Yanomamis são, atualmente, um dos maiores povos indígenas que habitam os territórios do Amazonas e Roraima. De acordo com dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, os povos Yanomamis contavam com uma população aproximada de 25.084, distribuídas em 256 comunidades e que apresentam mais de 150 variações linguísticas. As terras ocupadas por estes indígenas são de grande interesse econômico e político devido a sua riqueza mineral, o que vem ocasionando uma verdadeira guerra geopolítica, uma perversa gentrificação às avessas. Não obstante a estes fatos, pouco é noticiado pelas grandes mídias a seu respeito. Porém, quando recorremos à historicidade deste povo, é desvelado que vem ocorrendo um verdadeiro genocídio desta população, quer seja por sucessivos ataques violentos de garimpeiros a seus territórios, por doenças infectocontagiosas ou por ausência de políticas públicas mínimas para atender suas particularidades; fatores estes que os tornam também um dos grupos mais vulneráveis e com baixa autonomia no contexto pandêmico do novo coronavírus (CAPI-BERIBE, 2020, p. 10).

A situação dos yanomamis há muito já se apresenta como vulnerável e conforme Ramos (1993), as epidemias assumem neste contexto um caráter político, sendo utilizadas estratégias extremamente antiéticas, para produzir de forma intencional espaços vazios que posteriormente poderão ser ocupados, principalmente pelas grandes companhias mineradoras de forma “legal”.

A falácia dos espaços vazios, associada ao suposto perigo da cobiça estrangeira, é um inesgotável manancial que alimenta a imaginação da conquista. Vemos no Projeto Calha Norte uma preocupação com a possível criação de um Estado Yanomami independente. (RAMOS, 1993, p. 4)

Enquanto os garimpeiros provocavam um colapso na subsistência dos índios e introduziam devastadoras epidemias de malária - doença até então praticamente ausente na região do Paapiú - médicos, missionários católicos e antropólogos que trabalhavam com os Yanomami eram expulsos da área. Durante dois anos nada se pôde saber do que acontecia lá dentro. Os Yanomami foram totalmente privados de serviços de saúde justamente quando mais necessitavam deles, pois, as epidemias de malária e outras moléstias trazidas pelos garimpeiros começavam a se propagar pelas comunidades como fogo selvagem. (RAMOS, 1993, p. 7)

O líder yanomami Davi Kopenawa, na década de 80, denunciou a ONU (Organização das Nações Unidas) a calamidade em que seu povo vinha sendo submetido. Em entrevista concedida ao Jornal *El País*¹⁰, em maio do ano de 2017 foi contundente ao afirmar a situação de seu povo e sua luta contra o garimpo: “ Estamos tomando água suja, poluída, de mercúrio [usado no garimpo]. Isso significa que meu povo vai sumir. Fica todo mundo doente, as mulheres, filhas, filhos, todo mundo contaminado. Se o Governo brasileiro não abrir os olhos, vai significar a perda do meu povo yanomami. ” A contaminação ainda persiste, de acordo com denúncia de outra liderança indígena no mês de outubro de 2021: “As crianças estão saindo com malformações. Mulheres e crianças já estão com sintomas de coceira e também apresentam dor de barriga, diarreia e infecção urinária, porque a gente tá tomando água suja. Não é só a água, todo o território Yanomami está poluído”¹¹. Para Ramos (1993) esta é uma guerra onde “ [...] os peões garimpeiros não passam de bucha de canhão, meros coadjuvantes de uma peça em que os atores principais atuam como que num teatro de sombras, escondidos atrás de uma cortina de desenvolvimento que deixa transparecer. ” (RAMOS, 1993, p. 17).

Mesmo com a demarcação do território dos yanomamis no ano de 1992, a presença do garimpo ilegal não deixou de ser uma ameaça constante a este povo. No ano de 2005, foi instaurada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), instância que possui a importante missão de promover os direitos dos indígenas brasileiros. As iniciativas tecidas

¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/20/politica/1492722067_410462.html, acesso em 02 de fevereiro de 2022.

¹¹ Disponível em: https://cultura.uol.com.br/cenarium/2021/10/07/178653_lider-yanomami-denuncia-contaminacao-de-rios-deformidades-e-doencas-causadas-por-mercuroio.html, acesso em 03 de fevereiro de 2022.

pela APIB afim de dar visibilidade a situação vivenciada no período pandêmico pelos indígenas têm sido fundamentais, pois, por meio de seus relatórios produzidos a partir de denúncias de lideranças locais, traduzem a realidade vivenciada pelos yanomamis para todo o mundo.

Neste caótico cenário de grandes fragilidades, o adoecimento pelo novo coronavírus, especialmente no ano de 2020, fez-se duramente presente entre eles, o que nos confirma os dados averiguados sobre a covid-19 no dia 30 de abril de 2021 (boletim deste dia constava 1.142 casos confirmados, 09 óbitos e 818 de pessoas infectadas)¹². O problema da subnotificação dos casos da covid-19 no Brasil, deve ser considerado nas análises, pois, percebemos uma discrepância dos dados verificados em relatórios da APIB até o dia 30 de junho de 2021, que apontavam uma dimensão muito mais dramática da situação dos yanomamis frente à covid-19: 1.126 óbitos e 56.174 infectados¹³. Quando analisamos estes números, verificamos uma alta taxa de contaminação e adoecimento entre estes indígenas. Soma-se a este cenário, a prevalência de outras doenças como a malária e a dificuldade de adesão ao isolamento em massa proposto pelas autoridades a um povo acostumado a viver em coletividade. Assim, as adequações para o sepultamento foram um duro golpe à questão cultural dos ritos fúnebres particular deste povo.

Em sua tese, Ramalho (2008) descreve pormenorizadamente os atos fúnebres deste povo como sendo de uma riqueza cultural imensurável, comunicando-nos que estes ritos consistem em um processo detalhado que leva vários dias de preparo de como o corpo deve ser cuidado: a exposição do cadáver aguardando a decomposição em torno de três semanas, o canto e lamento coletivo, o sacrifício dos animais domésticos do morto e finalmente culminando na incineração dos restos mortais e na destruição de todos os pertences do morto (RAMALHO, 2008). Um longo rito fúnebre, o que compulsoriamente não é permitido no momento atual de pandemia.

Os Yanomami explicam essa supressão de tudo que lembre a existência passada do defunto por uma dupla necessidade: primeiro, a nostalgia, a profunda melancolia e a cólera que incita a lembrança de sua existência; em seguida, a extinção dos vestígios de sua existência terrestre permite ao

¹² COMITÊ NACIONAL DE VIDA E MEMÓRIA INDIGÊNA. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso 18 de dezembro de 2020.

¹³ Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/11/25/povos-indigenas-e-as-violacoes-do-direito-humano-a-saude-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-subsidios-a-denuncia-internacional/>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

espírito do morto (*pore*) de se desligar do mundo dos vivos e ir mais depressa para o dos mortos. A eliminação das lembranças compreende também o nome do morto, que nunca mais deve ser pronunciado por seus parentes e amigos. (R, 2008, p. 89).

Conforme Diniz (2007) nos afirma, o corpo ocupa um lugar de extrema singularidade social entre os yanomamis, sendo o ato de incineração o cume da despedida da existência terrena e, portanto, “imediatamente após a morte de alguém, todos os vestígios corporais devem ser cremados e destruídos” (DINIZ, 2007, p. 289). Desta forma, diante dos ritos deste povo, surgem algumas inquietações sobre a quebra das tradições ocasionadas pelo isolamento no momento pandêmico.

No dia 15 de abril do ano de 2020, o jornal independente Amazônia Real publicou o artigo “sepultamento de yanomami vítima de covid-19” redigido pelo antropólogo Bruce Albert¹⁴. Dentre vários aspectos apontados no artigo, uma especificidade alertada por Albert é a de que, ao enterrar um yanomami sem o consentimento ou presença de seus familiares, as autoridades demonstram uma total falta de ética e respeito às tradições e ritos deste povo, que tem por costume chorar seus mortos coletivamente. Rial (2020) infere a este respeito que “em muitas sociedades tradicionais, a pior das mortes é que ocorre ao longe, solitariamente. Ela é considerada como muito prejudicial aos que morrem e aos que ficam. O cadáver tem um peso simbólico determinante, é ator do ritual funerário” (RIAL, 2020, p. 2), acrescentando que o ritual do velório faz parte da desordem que a morte produz. Mauss (1904/2003b, p. 172), ao descrever sobre os ritos orais funerários na Austrália, também aponta que o simbolismo é de suma importância para a vida em sociedade. Albert (2020) de igual modo afirma em seu artigo que, para os yanomamis, o ritual fúnebre é carregado de simbolismos e é por meio dele que garantem a viagem sem retorno da alma até as “costas do céu”.

Dada a tamanha importância que o rito fúnebre assume, a ausência do corpo produz uma situação dramática para os yanomamis: se não há um ritual fúnebre, para onde vai a alma? Assim, de acordo com a proposição de Albert (2020), estas almas ficarão vagando pois, “[...] considera-se que as almas dos mortos voltarão sempre para chamar os vivos durante seus sonhos, causando-lhes uma nostalgia e uma melancolia sem fim”; interferindo

¹⁴ Antropólogo francês pesquisador do povo yanomami, em parceria com Davi Kopenawa escreveu o livro *A queda do Céu*, em 2010.

na vida dos vivos e de fato, conforme Silva (2020), esta ruptura da prática cultural é um dificultador da elaboração da perda. Em suas palavras, “Um sofrimento que é gerado pela falta de vivenciar o luto, pela falta do último adeus, como era de costume” (SILVA, 2020, p. 71). Somando a estas questões, Albert (2020) amplia o debate ao afirmar que, para além das questões sanitárias, existe também o viés da violação de um direito humano básico que é o de poder conduzir o ato fúnebre de forma “culturalmente apropriada”.

Sem o respeito deste direito fundamental, os familiares das vítimas Yanomami da Covid-19, além de terem perdido os seus entes queridos, deverão sofrer para sempre, como uma segunda morte em vida, o luto inextinguível da sua ausência. (ALBERT, 2020, p. 7).

Com efeito, se adentrarmos no campo simbólico da segurança, não é exagero inferir que esta situação, de acordo com o conceito elaborado por Bourdieu (2014), insere-se como um ato de violência simbólica por parte do Estado, uma vez que permite o reforço da estrutura de extrema assimetria imbricada nas relações, em suas palavras:

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A violência expressa nestas situações é manifestada por meio de uma sucessão de fatos que revelam um mister de despreparo dos órgãos competentes em lidar com elas, permeado por questões éticas e morais. Nesta perspectiva temos que considerar as intersecções presentes nas políticas universalistas, que por sua natureza de caráter homogênea, anula toda e qualquer particularidade. Os autores Silva e Estellita-Lins (2020), classificaram esta situação como uma violência contra “corpos e almas” e que, “afastar um povo de seus mortos é ameaçar suspender os alicerces da estruturação simbólica do ordenamento cosmológico e da agência dos sujeitos no mundo.” (SILVA E ESTELLITA-LINS, 2020, p. 03). Em relação às questões de cunho ético, a história nos permite avaliar a forma arbitrária como vem sendo tratada a tradição e crença do povo yanomami, como observamos no polêmico episódio da coleta da amostra de sangue obtida em fins da década de 60 e mantida armazenada em laboratórios até o ano de 2015, sem conhecimento e consentimento destes indígenas. Esta ocorrência fere a crença e tradição deste povo que, acredita que deve ser

apagado todo e qualquer vestígio da vida terrena do morto. (DINIZ, 2007)¹⁵. Sontag (2003) ao refletir sobre a falta de empatia em relação ao sofrimento ocasionado por situação tão adversa quanto esta, considera a existência da dicotomia entre a “minha dor” e a “dor do outro”, uma vez que, “o outro, mesmo quando não se trata de um inimigo, só é visto como alguém para ser visto, e não alguém (como nós) que também vê.” (SONTAG, 2003, p. 63).

Brum (2020) no artigo “*Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês*”, publicado no mês de junho, pelo jornal *El país*, traz um exemplo atual do apontamento dos elementos aqui apresentados, ao denunciar o descaso por parte das autoridades com o sofrimento de três mães yanomami. Brum nos comunica que tais mães tiveram seus filhos levados da tribo onde viviam com intuito de buscar tratamento para pneumonia, em hospital público da região, mas que, naquele ambiente foram infectados pelo novo coronavírus. Estas mães, ao serem comunicadas sobre o falecimento de seus bebês, também ficaram sabendo que os corpos haviam desaparecidos, provavelmente enterrados como indigentes em cemitérios da cidade. Violação ainda mais grave se levarmos em consideração o fato de que estas mães yanomamis não falam português e não há quem traduza as orientações em sua língua. (BRUM, 2020). Ainda, esta autora, infere que, “[...] se o ritual não for realizado, o morto não poderá ser esquecido nem se deixará esquecer, o que provoca muito mal a seus parentes e a toda a comunidade.” (BRUM, 2020. p. 07). Neste contexto podemos considerar que, luto/sofrimento/tradição/segurança, são faces da mesma moeda, conectando-se de forma indissociáveis.

Butler (2019), considera que nestes casos existe uma desconexão da perda pois, “[...] a insensibilidade ao sofrimento humano e à morte - torna-se o mecanismo de realização da desumanização. Essa desrealização não ocorre nem dentro e nem fora da imagem, mas no próprio enquadramento em que a imagem está contida.” (BUTLER, 2019, p. 179). Nesta mesma lógica, esta autora, infere que, num sistema político/econômico, onde existe a prevalência de extremas desigualdades sociais, as relações são balisadas por questões valorativas passíveis da ocorrência (de forma tácita ou não) de uma seleção acerca de quais são as vidas que são cabíveis de luto, ou, as que realmente importam¹⁶ (BUTLER, 2019).

¹⁵ Experiência liderada pela equipe do geneticista James Neel e o antropólogo Napoleon Chagnon em 1967. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/48 . Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

¹⁶ Artigo: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?”. Disponível em:

Quando reportamos a situação dos yanomamis à perspectiva dessa autora desponta a reflexão: a vida dos yanomamis valem serem choradas? Estes corpos são importantes?

Estas questões são de extrema complexidade se pensarmos que há muito estes brasileiros têm sido destituídos de seus direitos fundamentais, conforme assegurado no artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988 onde se lê: “ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). Todo este cenário nos leva a refletir se podemos afirmar que normas de segurança sanitária padronizadas possam se fazer eficazes para toda a sociedade, já que desconsidera as singularidades de povos que também a constituem. Conforme observa Segata (2020), “Os números podem ser universais, mas os fenômenos e experiências que eles descrevem não são. Hoje, a Covid-19 é uma doença em escala global, mas isso não faz dela um fenômeno universal [...]” (SEGATA, 2020, p.2). Ou seja, a experiência vivenciada pela pandemia não é a mesma para os sujeitos. A ausência do corpo é, portanto, uma interface crítica do isolamento social por estar perpassada por diversas dimensões igualmente relevantes.

Conclusão

“Sofremos muito com as vidas que o povo Yanomami perdeu. Foi muito difícil, o impacto foi muito grande para comunidade e eles não entendiam como isso era importante.”¹⁷

(Júnior Hekurari Yanomami)

Ao analisarmos as nuances presentes nesta situação, podemos concluir que o isolamento social, de forma generalizada, tornou-se um fenômeno social de múltiplos aspectos. Cabe a reflexão de que, se o isolamento é “um mal necessário” para conter o avanço da

<https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

¹⁷ Texto disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2022/01/20/mp-determina-que-indigenas-tem-o-direito-de-fazer-rituais-sagrados-das-vitimas-da-covid-19>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

covid-19, o seu risco deve ser dialogado, avaliado e acompanhado à luz de várias ciências que se complementam para evitar minimamente prejuízos para todos os sujeitos imbricados no centro das intervenções. Podemos perceber que o isolamento não é um fenômeno vazio, encerrado em si, mas perpassa inclusive questões referentes aos direitos humanos e civis, comportando dimensões psicossocioculturais, uma vez que são práticas direcionadas a um sujeito biopsicossocial.

Para os yanomamis, brasileiros que vivem em condição de invisibilidade muito antes da chegada da pandemia, a crise sanitária parece ter agravado ainda mais a situação. O não cumprimento do rito estabelecido tradicionalmente entre este povo e a “desritualização” abrupta devido à medida restritiva podem trazer grande prejuízo e as consequências que estes eventos podem ter na subjetividade individual e coletiva tornam-se uma experiência emblemática.

Recentemente, em resposta a abertura de inquérito civil no ano de 2020, o Ministério Público Federal reconheceu o direito que estes povos têm de fazer o enterro de seus parentes de forma culturalmente apropriada. Contudo, conforme os próprios líderes indígenas acreditam, ainda existe um longo caminho para que esta recomendação tenha uma efetividade prática¹⁸. Ademais, o ordenamento jurídico-legal não anula toda dor e sofrimento causado a estes indivíduos.

Ao refletir sobre estas questões, damo-nos conta de que ainda há muito a se pensar em relação à pandemia. Muitos diálogos por se fazer, entendendo que, neste momento expressivo para o mundo, as análises dos impactos socioculturais não podem ser desprezadas. Mais do que nunca é preciso ter equilíbrio e discernimento nas decisões para que possamos pensar na construção de possibilidades de superação da crise de forma congruente com a questão sanitária e os costumes de diversos povos e sociedades. Neste sentido, sobre toda a conjuntura apresentada na pandemia, entendemos que as Ciências Sociais podem contribuir de forma significativa para pensar de forma situada os efeitos da crise sanitária ocasionado pelo novo coronavírus.

¹⁸ Texto disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/20/mp-determina-que-indigenas-tem-o-direito-de-fazer-rituais-sagrados-das-vitimas-da-covid-19>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

Referências

ALBERT, B. Sepultamento de Yanomami vítima da COVID-19. *Amazônia Real*. Disponível em: <https://amazonia-real.com.br/sepultamento-de-yanomami-vitima-da-covid-19/> acesso 15 de dezembro de 2020.

APIB. Documento final do Acampamento Terra Livre 2020a. Disponível em: <https://apiboficial.org/> Acesso em: 03 fev. 2022.

RAMOS, A. R. O papel político das epidemias: o caso Yanomami. *Série Antropologia*, n. 153. 1993. p. 21. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/1473/2/111599004.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*: Curso no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRUM, E. Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. *El País*. 24 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>, acesso 11 de novembro de 2021.

BUTLER, J. 2019. *Vida precária: os poderes do luto e da violência* Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp.

CAPIBERIBE, A. M. G. COVID-19: Um novo velho conhecido dos indígenas. *Boletim Anpocs*, n. 18 | Cientistas sociais e o coronavírus. Boletim Especial n. 18 - 10/04/2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2331-boletim-n-18-covid-19-um-novo-velho-conhecido-dos-indigenas>. Acesso em 09 de novembro de 2021.

DINIZ, D. Avaliação ética em pesquisa social: o caso do sangue Yanomami *Revista Bioética*. 2007, 15 (2): 284-97. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/48, acesso em 18 de janeiro de 2022.

HAMLIN, C. L. *et al.* PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO SOCIAL DA IGNORÂNCIA. *Revista Inter-Legere*, v. 3, n. 29, p. c23010, 18 nov. 2020.

HEINRICH, F., *et al.* Postmortem stability of SARS-CoV-2 in nasopharyngeal mucosa. *Emerging Infectious Diseases* 2021;27(1):329-331. doi: https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/27/1/20-3112_article, acesso em 12 de novembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf acesso em 18 de dezembro de 2020.

JOÃO, M. T. D. Do templário ao funerário no Egito Antigo: o exemplo do Ritual de Abertura da Boca. In: *Anais do XXVI*

Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

LE BRETON, D. 1953- *A sociologia do corpo* / David Lê Breton; 2. ed. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LIHAHE, D. W. A. A Indizível Cor da Dor: Morte, Sofrimento e Reintegração em Maputo. *Universidade de Lisboa*, Instituto de Ciências Sociais em 2010.

LIU, Y. et al. Viral dynamics in mild and severe cases of COVID-19. *The Lancet Infectious Diseases*, [S.L.], v. 20, n. 6, p. 656-657, jun. 2020. Elsevier BV. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/s1473-3099\(20\)30232-2](http://dx.doi.org/10.1016/s1473-3099(20)30232-2)>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MAUSS, M. (1904). “Esboço de uma teoria geral da magia”. In: *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves, introdução de Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Cosac & Naify, 2003a.

MAUSS, M. (1904). “Efeito físico no indivíduo da idéia de morte sugerida pela coletividade”. In: *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves, introdução de Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Cosac & Naify, 2003b.

MAUSS, M. “As Técnicas Corporais”. In: Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*, vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-americana da saúde (OPAS). *Folha informativa - COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid

19&Itemid=875>, acesso em: 01 fev. 2021.

RIAL, C. *Mortes Belas, Mortes Boas, Morte Malignas e a Covid-19*. Boletim ANPOCS, N. 20. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n20.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

SAGOT, M. S. Muerte, control social y bienestar en tiempos de Covid-19. In: Alexandra et al. *Alerta Global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia*. Buenos Aires/Lima: CLACSO, 2020, p107-114 Disponível em: [biblioteca.clacso.edu.ar › clacso › Alerta-global](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/Alerta-global).

SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SEGATA, J. *Covid-19: Escalas da pandemia e escalas da antropologia*. Boletim ANPOCS, n. 02, 2020.

SILVA, M.; ESTELLITA-LINS, C. A xawara e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/5RzHZjVqqzb-gzT8xMZZD6YF/?format=html&lang=pt>, acesso em 18 de janeiro de 2022.

SILVA, W. B.; SILVA, U. G. *Reflexões antropológicas sobre a covid-19 e o corpo morto*. Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 65-72, outubro 2020. Disponível em: [periodicos.ufpb.br › index.php › altera](http://periodicos.ufpb.br/index.php/altera).

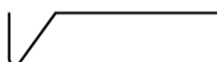
SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RAMALHO, M. Os yanomami e a morte. 2008. 168f. (Tese (Doutorado em Antro-

pologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-04052009-154152/publico/MOISES_RAMALHO.pdf, acesso em 11 de maio de 2021.

Isolamento, solidão, morte: os dramas de ser doente renal crônico em tempos pandêmicos



Pedro Rabello Brasil Corrêa¹

Resumo

Embora tenha se tornado uma “pandemia” (do grego, *pandemías*, “todo povo”), a covid-19 é vivida de diferentes maneiras, sendo o risco de infecção e as medidas preventivas nem um pouco equivalentes entre a população. Trata-se de um processo social multiforme, cujos sentidos variam enormemente, sobretudo, entre os portadores de comorbidades. Desse modo, partindo de depoimentos pessoais, o presente artigo traz a lume a vivência singular de um doente renal crônico, com o propósito de analisar os desafios e aprendizagens de se fazer hemodiálise durante a pandemia. Compreender os impactos do coronavírus na vida de alguém que já estava envolto por alguma perturbação grave, permite acessar uma outra realidade da covid-19, menos global e mais local, mas tão crucial quanto qualquer outra.

Palavras-chave: doença renal crônica; hemodiálise; pandemia de covid-19.

Abstract

Although it has become a “pandemic” (from the greek, *pandemías*, “all people”), covid-19 is experienced in different ways, with the risk of infection and preventive measures not even a little equivalent among population. It’s a multiform social process, whose senses vary enormously, especially among patients with comorbidity. Thus, starting from personal testimonies, this article brings to light the unique experience of a chronic kidney patient, with the purpose of analyzing the challenges and the learnings of performing hemodialysis during pandemic. Understanding the impacts of the coronavirus on the life of someone who was already involved in some serious disturbance, allows accessing another reality of covid-19, less global and more local, but as crucial as any other.

Keywords: chronic kidney disease; hemodialysis; covid-19 pandemic.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. E-mail: pedrocorrea95@gmail.com

Introdução

The world is increasingly unthinkable – a world of planetary disasters, emerging pandemics, tectonic shifts, strange weather, oil-drenched seascapes, and the furtive, always-looming threat of extinction. In spite of our daily concerns, wants e desires, it is increasingly difficult to comprehend the world in which we live and which we are a part. (THACKER, 2011, p. 1)

Acontecimentos como a pandemia da covid-19 não são raros. Na realidade, epidemias e pandemias vêm e vão; são fenômenos dinâmicos, ora persistentes, que jamais se fixam numa curta extensão do espaço e tempo. Segundo Christian McMillen (2016), na história das civilizações, doenças epidêmicas e pandêmicas podem ser apreendidas mais como processos que cobrem grandes períodos sócio-históricos do que simples episódios dispersos, desencadeados aqui e acolá. Doenças infecciosas são capazes de afetar, simultaneamente, inúmeras populações ao redor do globo, matando milhões de pessoas todos os anos, perdurando, por vezes, ao longo de séculos. Os exemplos são abundantes: peste bubônica, varíola, malária, cólera, tuberculose, influenza, HIV/AIDS... Todas essas doenças, excetuando a varíola, estiveram e continuam entre nós. A propagação delas possui, por outro lado, claras conexões com fatores sociais: são nas densas e móveis populações dos estados modernos, nos fluxos intercontinentais de mercadorias, na exploração dos recursos naturais, por exemplo, que as bactérias e os vírus encontram condições propícias de disseminação generalizada (McMILLEN, 2016). Pode-se dizer, portanto, que a pandemia de covid-19 está engatada à própria presença “viral” de pessoas mundo afora.

Mas, existem efeitos particulares que devem ser levados em consideração ao tratarmos da universalidade de epidemias e pandemias. De acordo com Jean Segata (2020, p. 287-288), “situações locais de injustiça e de vulnerabilidade social e as próprias experiências de saúde e doença ou aquelas de risco e cuidado tensionam e limitam essa universalidade”. A covid-19, como veremos, é antes um processo social multiforme do que mero fenômeno epidemiológico uniforme; ela abarca especificidades importantes no que se refere aos seus impactos no cotidiano dos indivíduos, bem como os significados que têm para estes². Não

² A transformação das doenças em metáforas tem muito a ver com as variações desses significados. Ao adentrarem no imaginário coletivo, algumas doenças adquirem sentidos que estão para além de toda e qualquer leitura (supostamente) objetiva, centralizada no corpo e na saúde das pessoas. Susan Sontag (2007) mostrou, por exemplo, que a tuberculose, durante o século XIX, foi romanticamente metaforizada como “doença da alma”, enquanto o câncer, mais recentemente, como algo “maligno”. Atualmente, nas sociedades capitalistas, se tornou tendência o uso de metáforas militares

pretendo, claro, analisar seus sentidos e consequências em todas as dimensões sociais, pelo contrário. Matizando seus efeitos, realço as implicações do coronavírus na vida daqueles que já possuíam alguma comorbidade, mais especificamente, os portadores de doença renal crônica. Trata-se de um artigo alinhado, assim, aos estudos recentes que destacam a maior vulnerabilidade de certos grupos frente à covid-19³, corroborando com um pensamento menos generalizante e mais crítico sobre a crise (FASSIN, 2020).

A escolha da doença renal não é por acaso: entre os meses de agosto de 2019 e março de 2020, realizei uma etnografia na clínica-satélite de hemodiálise de um hospital público da cidade de São Paulo/SP, escrutinando as interações entre os pacientes e profissionais e as máquinas de diálise. Doravante, aqui, meu interesse é outro: partindo de novas questões suscitadas pelo coronavírus, assim como novos dados obtidos mediante entrevistas à distância, tenho como objetivo central analisar os significados da pandemia nas experiências de um doente renal crônico⁴, com o propósito de desvelar um “saber local”, ou seja, “descobrir princípios gerais em fatos paroquiais” (GEERTZ, 2014, p. 169) da covid-19. Por meio de depoimentos pessoais, tensiono a relação entre elementos globais (pandemia, medidas preventivas, vacinação etc.) e singulares (hemodiálise, doença renal crônica, depressão, solidão etc.)⁵, trazendo como interlocutor um paciente de hemodiálise que chamo pelo nome fictício de “Marcos”, com o intuito de preservar sua identidade.

Marcos, 28 anos, nasceu e reside em São Paulo/SP. Embora seja paciente dialítico há sete anos, ele sofre de complicações renais desde adolescente, tendo feito diálise peritoneal por quatro anos antes de dar início à hemodiálise⁶. Seus depoimentos, por sua vez,

e bélicas na compreensão das doenças, inclusive da covid-19. Manter a vida a todo custo, igual um soldado na guerra, é um imperativo tipicamente moderno. Segata (2020), nesse sentido, constata que esta visão é tributária de uma política de biossegurança específica, de perfil antropocêntrico, onde a natureza é algo que precisa ser controlado a fim de não virar uma força destruidora. Contra ela se guerreia para (sobre)viver.

³ Sobre este tema em questão, outros trabalhos relevantes já foram publicados nos seguintes dossiês: “Reflexões na Pandemia”, da DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social; “De(s)colonizando a Pandemia”, da Vivência: Revista de Antropologia; e “COVID-19 Testando a Humanidade Brasileira”, da Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Dialogo diretamente com alguns deles ao longo do texto.

⁴ A doença renal crônica está entre os problemas renais tratáveis pela biomedicina, sendo uma enfermidade associada a altas taxas de mortalidade e objeto de estudo e regulamentação pelos órgãos de saúde pública mundial. Seu diagnóstico se dá quando a filtração glomerular de uma pessoa é menor que 60mL/min/1,73m², afetando as funções regulatórias, excretórias e endócrinas dos seus rins. Mesmo sendo grave e crônica, ela é estabilizável quando tratada, permitindo que o paciente leve uma vida relativamente saudável (BASTOS; BREGMAN; KIRSZTAJN, 2010).

⁵ É importante esclarecer que o depoimento pessoal proporciona divisar, minimamente, os valores e as crenças universais sob a ótica do particular, e vice-versa, apresentando uma espécie de “estar entre”: “De um lado, a categoria do corpo, entre o biológico e o social, entre a natureza e a cultura. De outro, a categoria da representação, entre o psíquico e o social, entre a ideia e a ação, entre produto e produtora da cultura” (RIGOTTO, 1998, p. 127).

⁶ De forma breve, podemos dizer que existem três processos terapêuticos para a doença renal crônica: 1) hemodiálise: técnica mais comum onde, por meio de uma fístula ou cateter (colocado no braço ou no peito), o sangue é filtrado por

foram coletados a partir de três conversas que tive com ele, datadas de períodos que antecederam/sucedem o início da pandemia. A primeira foi feita no final de 2019, época em que os primeiros casos da SARS-CoV-2 em humanos foram registrados em Wuhan, China. Àquela altura, eu fazia meu trabalho etnográfico na clínica normalmente, e o coronavírus não havia desencadeado ainda a maior crise sanitária e humanitária das últimas décadas. Compondo a primeira seção do texto (intitulada *A vida antes da pandemia*), esta entrevista apresenta o relato de Marcos acerca de suas experiências como doente renal na pré-pandemia, abordando os ganhos e as perdas que teve enquanto tal e o significado da doença em si. As outras duas entrevistas compõem a seção seguinte (*A vida durante a pandemia*). Foram feitas sob confinamento, via *WhatsApp*. A primeira delas ocorreu em novembro de 2020, oito meses após o início da pandemia; a segunda em julho de 2021, dois meses após Marcos ter sido vacinado contra o coronavírus. Seus relatos, dessa vez, discorrem sobre sua vida em pleno contexto pandêmico, e evidenciam os dramas do isolamento social.

A meu ver, é deveras crucial os depoimentos terem sido recolhidos antes/depois do início da pandemia. Teremos a chance de ver a “passagem” de Marcos para uma realidade social nova, “contaminada”, que lhe acarretou complicações inéditas, introduzindo-o numa zona cinzenta onde o medo e a incerteza passaram a fazer parte do seu dia a dia. Para lidar com esse “novo normal”, ele necessitou *in-corporar* elementos de um mundo até então desconhecido; reinterpretar, por intermédio de suas antigas categorias de pensamento, uma estranha – e inevitável – condição existencial. Não obstante, muitos dos seus valores e crenças sustentados antes do início da pandemia continuaram vigorando no desenrolar da mesma. Por isso a relevância de olharmos para a vida pregressa e atual de Marcos, ressaltando “as conexões entre as experiências cotidianas de provisão de saúde e gestão de crise como a pandemia de covid-19” (DAS, 2020, p. 4).

uma máquina, tendo que frequentar a clínica ao menos três vezes por semana; 2) diálise peritoneal: através da membrana peritoneal, insere-se um cateter na parte inferior do abdômen, podendo ser realizada em casa pelo próprio doente ou terceiros; e 3) transplante renal crônico: é a substituição dos rins adoentados por um saudável vindo de um doador vivo ou morto, não anulando, contudo, os cuidados terapêuticos (o paciente deve continuar fazendo dieta, exercícios, tomar os medicamentos e fazer exames).

1. A vida antes da pandemia

Quando encontrei Marcos pela primeira vez, em meados de 2019, ele tinha 27 anos e uma vida nem um pouco “normal”. Aliás, muitos anos antes do início da pandemia, sua rotina já não tinha qualquer ligação com tal adjetivo, geralmente utilizado para definir alguém como saudável. Até mesmo a hemodiálise, iniciada em 2018, era apenas uma etapa posterior de seus problemas que se acumulavam desde períodos tenros. Longe de ser um evento pontual e repentino, a doença sempre foi parte constitutiva de sua pessoa, vivida como um longo processo ininterrupto, em constante mudança, permeado por desafios, dores e privações. Em outras palavras, adoecer é viver: o sofrimento é um dos alicerces da vida de Marcos, um aspecto condicionante do seu corpo. É para a doença enquanto “perturbação físico-moral” (DUARTE, 1986, 2003), portanto, que voltaremos nossa atenção.

Começamos, então, pela origem das afecções de Marcos, relatada por ele mediante uma descrição concatenada dos fatos, de modo a construir uma narrativa, isto é, uma “maneira comum de falar sobre os dramas da vida” (LANGDON, 2001, p. 249). A fim de atenuar ou eliminar o sofrimento, as pessoas tendem a criar um sentido para os infortúnios, selecionando “dos eventos ‘reais’ aquilo que os une para comunicar sua interpretação dos eventos” (LANGDON, 2001, p. 24), ordenando as aflições numa sequência coerente e inteligível. Através de referenciais simbólicos (família, trabalho, religião, ciência etc.) e do tracejamento de um percurso prévio/posterior à doença (“de onde vem esse problema?” “Qual a origem dessa dor?”, “O que irá acontecer comigo de agora em diante?” etc.), se imprime no sofrimento um conteúdo valorativo, passível de ser comunicado justamente porque guarda uma história. E na história de Marcos, desde o diagnóstico, o sentido de sua doença sempre esteve associado à perda.

[A descoberta da doença renal crônica] *Tive momentos difíceis que foi “nossa como vai ser minha vida”. Eu fui privado de ter uma adolescência normal, tinha que fazer tratamento, se cuidar, não podia fazer coisa que normalmente adolescentes saudáveis fazem. Mas isso eu levei numa boa, eu amadureci cedo, digamos assim, porque minha mãe faleceu quando eu tinha 11 anos, então desde cedo eu aprendi a me cuidar, a ser mais centrado*⁷.

⁷ Adoto o itálico nos registros de fala do interlocutor.

O choque que Marcos sentiu após o diagnóstico não adveio propriamente da descoberta da doença (ocasionada, provavelmente, pela ingestão excessiva de anti-inflamatórios durante a infância, resultando numa nefrite), mas pelas consequências que ela poderia suscitar em sua vida. Ora, antes de seus problemas se agravarem, o informante vivia de modo inteiramente “normal”: *eu sou uma pessoa muito ativa, fazia várias atividades, fazia artes marciais, era atleta, participava de campeonatos, fazia vários cursos... A minha semana era estudando, treinando, eu não tava em casa*. Abruptamente, essa vida agitada e “saudável” teve que ser forçosamente abandonada. Melhor, a própria existência pregressa se tornou inacessível, e a doença se impôs como privação da “normalidade”. Marcos foi obrigado a ter uma vida sedentária e radicalmente oposta à anterior, pois contou que *com a doença o que você mais fica é em casa. Fica cansado muito rápido. Fica em repouso. Para mim foi um baque bem forte*. A privação é o fio condutor de sua narrativa, visto que confere um significado ao adoecimento irredutível às noções objetivas da biomedicina. Para David Le Breton (1995, p. 65), “uma perturbação introduzida na configuração do corpo é uma perturbação introduzida na coerência do mundo”. Mais que um desequilíbrio homeostático do corpo, a insuficiência renal aparece, aqui, como experiência que afeta a identidade pessoal, limitando a liberdade e, consequentemente, as (antigas) potencialidades do viver.

Por isso a evocação da perda da mãe. Nada disso é à toa, dado que são perdas codependentes, acionadas por Marcos como referenciais simbólicos para narrar um momento crítico de sua vida – o crescimento. Segundo Cynthia Sarti (2004, p. 17), crescer não é “mero processo biológico e constitui-se, também, em um processo simbólico”. A perda da mãe, aos 11 anos, e o aparecimento da DRC⁸ três anos depois, são os símbolos que Marcos utiliza para explicar as razões de não tido uma *adolescência normal*⁹. *Fiquei dos 14 até os 20 em tratamento conservador só para manter a função renal*. Com a maturidade, os métodos paliativos perderam a eficácia, dando-se início ao tratamento intensivo. Durante quatro anos fez diálise peritoneal, até o momento em que começou *a ficar passando mal, inchado*. Suas idas e vindas da UTI se tornaram frequentes, e *quase fui para o outro lado, quase morri*. A partir de 2018, enfim, a hemodiálise é iniciada e o quadro clínico se estabiliza. A privação da figura

⁸ Daqui em diante, irei me referir à doença renal crônica pela sigla “DRC”.

⁹ Importante frisar que Marcos desenvolveu doença renal bem cedo, fazendo parte de um grupo minoritário de pacientes hemodialíticos. No Brasil, a maior parte da população renal crônica está na faixa etária entre 45-64 anos (41.5%), seguido pelos pacientes com mais de 65 anos (35%) (NEVES et. al., 2020).

materna e do corpo sadio, entretanto, continuam a ser “um código de sinais para interpretar as forças ocultas operando por trás dos infortúnios” (LANGDON, 2001, p. 247), ajudando na estruturação dos acontecimentos numa ordem espacial e temporal: há um “lugar” e “período” específicos para as aflições; o sentido da doença é criado à luz do passado, numa retrospectiva dos incidentes, tal como se passa nas narrativas mitológicas. Inclusive, a história de Marcos não deixa de ser uma espécie de mito, que explana o presente em função do passado e vislumbra o futuro pelo que fora vivido.

Por outro lado, se difíceis privações acometeram Marcos no decurso de seu crescimento, seu amadurecimento foi precoce. À medida que as perdas o despojavam das possibilidades de viver “normalmente”, limitando o horizonte de suas realizações e o alcance de seus desejos, ele iniciou um processo de aprendizagem paralelo ao avanço da enfermidade. De fato, trata-se de um mesmo processo, no qual o sofrimento enseja a diversificação da vida com o propósito de restituir uma nova existência. A doença, como disse Georges Canguilhem, é “*uma forma diferente da vida*” (2018, p. 52, itálico do autor), tão vital e inventiva quanto qualquer outra, e não simples desvio de um padrão previamente estabelecido e quantitativamente determinado. Se tivermos “em mente a transformação da personalidade do doente” (CANGUILHEM, 2018, p. 128), veremos que Marcos não se tornou somente um doente renal crônico, mas também se inventou como pessoa.

Digamos que eu me conheci mais depois da doença renal. Eu pude avaliar a minha vida em comparação com as outras vidas, e então eu tive uma cabeça mais centrada [...]. Eu consegui aceitar mais a realidade de outras pessoas, eu vi que a minha é difícil e que das outras pessoas é difícil. Eu sou uma pessoa mais paciente, mais calma, tranquila, eu procuro não me estressar muito. Se não fosse o tratamento da doença renal, eu não seria o Marcos que eu sou hoje, e eu gosto do Marcos que eu sou hoje. Uma pessoa mais calma, mais tranquila, que aceita a opinião das outras pessoas, procura entender, procura ajudar.

Tais conquistas foram propiciadas pelas privações; enraizadas no sofrimento, elas são as vantagens de estar mal. De acordo com François Laplantine (2010, p. 116, itálico do autor), a enfermidade pode ser encarada como “uma reação que tem, se não um *valor*, pelo menos um *sentido* [...] um episódio que exalta e enriquece”. Marcos é uma outra pessoa após a doença, uma pessoa que gosta de ser, independentemente das dificuldades que enfrentou. O sofrimento “ensina alguma coisa ao indivíduo” (CLASTRES, 1978, p. 127), e não é somente o organismo que indica se o enfermo está bem ou não. Ao contrário, é a pessoa como um todo, em seus atributos psíquicos e sociológicos, que assinalam o quanto

melhorou. Em contrapartida, frequentemente, é a ênfase nos aspectos bioquímicos do adoecimento que prevalece. As pessoas *enxergam a doença em mim e não enxergam o Marcos*. Mas o que seria de Marcos sem as privações pelas quais passou? *Às vezes eu fico pensando: como seria minha vida sem a doença renal? Mas aí eu penso que tá tão presente em meu cotidiano, tão enraizado, que nem passa pela minha mente* [viver sem DRC]. Esta indistinção entre vida e doença é fomentada, em especial, pelo fator crônico que implica uma experiência de “ruptura biográfica”, onde o enfermo é compelido “a mobilizar recursos de diferentes ordens para enfrentar a nova situação, que inclui o repensar a sua biografia e autoimagem” (CANESQUI, 2007, p. 28). A longo prazo, a doença deixa de ser algo “incomum” ou “irregular”, inscrevendo-se no âmago da pessoa, feito traço inseparável de sua “biografia” e “autoimagem”. E através de perdas e aprendizados, o “anormal” transforma-se em “normal”, ou mais precisamente, numa “normatividade vital” (CANGUILHEM, 2018).

Não obstante, que “normal” é esse que o interlocutor reconquistou? Certamente, se quisermos entender a trajetória pessoal de Marcos enquanto doente renal crônico, temos que olhar para além das noções de saúde/doença da medicina moderna. Isso não quer dizer que ele não reconheça a insuficiência renal como um problema orgânico, e sim que existem outras questões significativas para além de quaisquer categorias normativas. Lévi-Strauss (1980) demonstrou como a atividade intelectual dos humanos opera por meio de uma lógica de exclusão/inclusão e identificação/diferenciação, estruturando a realidade em códigos binários pelos quais as coisas são classificadas em pares de oposição. Na verdade, nunca lidamos com a “realidade” *per se*, mas com nomes, figuras de linguagem e símbolos que metaforizam o “real” segundo relações bilaterais. Ora, saúde/doença é uma entre as muitas possíveis combinações binárias capazes de representar a realidade corporal, sendo o sentido deste código mutável conforme as sucessivas ressignificações que pode receber.

No caso de Marcos, o código binário que confere sentido para sua enfermidade não se reduz às acepções que orientam os profissionais da medicina: saúde/doença são recodificados segundo outros termos, que expressam valores referentes à identidade de sua pessoa, às suas experiências próprias de vida. O que a DRC coloca em jogo são suas habilidades de realizar aquilo que lhe apraz, de fazer e se fazer no mundo. Isso não diz respeito à cura necessariamente, uma vez que esta nem está no horizonte dos doentes renais crônicos. O que realmente importa, antes de tudo, é a liberdade que o tratamento pode oferecer em contraposição à privação da doença. Tal código de liberdade/privação ficou patente quando

Marcos disse que seu sofrimento maior advém do *arrependimento das coisas que não pude fazer: pular de paraquedas, fazer bungee jump, viajar pra outros países...* O pesar incide sobre as viagens não feitas e aventuras não vividas por causa dos encargos da DRC. *A hemodiálise não foi uma escolha. Foi uma imposição para mim e eu tive que ir.* Nesse sentido, o livre-arbítrio inexistente: a doença é uma condição biológica.

Foi com esse pensamento que Marcos começou a cursar Propaganda e Marketing. Deseja ele um dia voltar a trabalhar, ganhar dinheiro, ampliar os limites de sua autonomia: *eu trabalhava de aprendiz num banco. Eu adorava, era tão legal [...]. Já trabalhei em cinema, em livreria.* Embora a hemodiálise limite enormemente as possibilidades de trabalho, ela paradoxalmente oferece, ainda assim, as chances necessárias para ele continuar vivendo e porventura trabalhando. Para os pacientes hemodialíticos, a liberdade é sempre relativa e, paralelamente, decisiva. Sob certas circunstâncias, ela é maior, em outras, menor. O tratamento é mais uma técnica de libertação do que uma simples terapêutica convencional. Na medida que o paciente “sofre de *alguma coisa a menos*” [neste caso, de menos *liberdade*], a ação terapêutica consistirá em lhe *restituí-la*” (LAPLANTINE, 2010, p. 177, itálico do autor). Até o transplante renal funciona assim:

É um outro tratamento, não é uma cura. Todo mundo pensa “ah, fiz transplante, tô curado”. Mas eu sei que é um outro tipo de tratamento. Tem suas particularidades também, tem seus cuidados também. Então eu vejo dessa forma. Tipo, também tem um prazo de validade, digamos assim, não assim pra sempre, pro resto da vida. Então tenho bem consciência do que ele é. É uma liberdade maior. Pra mim, a questão fundamental dos tratamentos é a liberdade, poder fazer as coisas que eu quero, não ficar dependendo de uma máquina. Então pra mim essa é a questão principal do transplante.

Os tratamentos, em geral, são privativos, sendo a liberdade o critério definidor da preferência que se tem acerca deles. São as sutilezas, os detalhes do dia a dia, que irão pesar na definição de um tratamento como mais ou menos livre. A liberdade que Marcos procura é a de *poder fazer as coisas que eu quero*; a privação que ele evita é de *ficar dependendo de uma máquina*. É claro que ele reconhece a importância desta, que *faz o trabalho do rim*. Porém, por querer desfrutar da autonomia de um jovem como outro qualquer, a hemodiálise pode ser sentida também como um empecilho. No que concerne ao tratamento, a atitude de Marcos é ambígua assim como na doença: ora há ganhos, ora há perdas – jamais uma cura definitiva ou malignidade absoluta.

A liberdade/privação é o *leitmotiv* da história de Marcos. Contudo, até o início da pandemia, sua trajetória não se encerrava nas privações, mas se concluía com a (re)conquista

diária da liberdade. Sabemos que num sentido estritamente biológico a cronicidade não tem cura. A liberdade que Marcos reconquistou, porém, representam uma espécie de cura pessoal, onde “O essencial, para ele, é sair de um abismo de impotência ou de sofrimento em que *quase ficou definitivamente*; o essencial é *ter escapado de boa*” (CANGHILHEM, 2018, p. 75, *italico do autor*). Mas, com a chegada da covid-19, as experiências de Marcos como doente renal crônico alteraram-se drasticamente. E mais uma vez são as perdas que continuam ditando sua narrativa, perdas novas que provocaram um sofrimento até então nunca vivenciado.

Mergulhemos, assim, em suas angústias.

2. A vida durante a pandemia

Através de trocas de mensagens via *WhatsApp*, voltei a contatar Marcos (já com 28 anos) em outras duas vezes. Como dito na introdução, a primeira delas ocorreu em novembro de 2020, oito meses após o início da pandemia; a segunda em julho de 2021, dois meses depois de sua vacinação. Nessas conversas que tive ficou manifesto – apesar das prevenções terem se intensificado – que a dinâmica da hemodiálise *não mudou muito*. Houveram alterações nos horários da clínica, na duração das sessões e no quadro de funcionários. Entretanto, *aparentemente*, estes *conseguiram se adaptar bem às novas regras. Todos usam máscara. Álcool em gel (que já era bastante utilizado mesmo)*. Marcos também constata que *não teve nenhuma mudança em decorrência da pandemia. No sentido da doença renal crônica não mudou muito*. Em compensação, foram as *questões familiares e emocionais [que] mudou bastante*. Vejamos.

Primeiramente, a rápida adaptação da equipe e dos pacientes à realidade pandêmica não inibiu a sensação de medo. Claudia Rezende (2020) argumenta que este sentimento tem raízes no social, tendo ligações com os valores e comportamentos que visam, no geral, afastar os perigos que ameaçam desagregar a coletividade. *Todo mundo ficou bem apreensivo [com a covid-19]. Até porque tiveram alguns casos na clínica*. Por conta das questões de sigilo, ninguém ficou sabendo se ocorreram ou não casos de covid-19 na clínica, e até nas ocorrências de morte ele foi mantido: *recentemente teve sim [morte por covid-19]. Mas não sei te falar se foi de covid. Ninguém chegou a confirmar se foi covid ou não. Acho que até pra não causar mais medo nos pacientes*. Como se não bastasse o clima agônico, no qual a real situação dos pacientes é escamoteada com o propósito de afastar o medo e não comprometer a organização da

clínica, Marcos contraiu o coronavírus. *Eu mesmo tive. Fiquei 20 dias na UTI. Foi bem difícil. Não fiquei entubado. Ainda bem, mas fiquei bem ruim.* Em tempos pandêmicos, cabe dizer, a morte se arraiga mais ainda no imaginário do doente renal. “Na hemodiálise, ao mesmo tempo em que há uma onipresença da possibilidade da morte, as pessoas se percebem lá em luta *contra* a morte” (BORGES, 1995, p. 373, *italico da autora*). Morrer deixa de ser esquecível, sublimável, e vira parte elementar da rotina dos indivíduos. Dentro e fora da clínica, mesmo com as medidas de precaução sendo tomadas, a presença “viral” da morte é uma indesejável companhia, fonte de mais riscos e incertezas.

Ficou sim [mais difícil a vida dos portadores de DRC em tempos de pandemia]. Porque nós não tivemos a opção de se isolar como todo mundo. Então a sensação de "Será que eu vou pegar covid" paira constantemente sobre a gente. Por ser do grupo de risco. Por estar exposto ao transporte público, por exemplo. Então sempre fica esse clima de tensão no ar.

O distanciamento social adquire um estatuto diferenciado para aqueles que fazem parte do grupo de risco¹⁰. *Nesse período de ficar afastado de todos trouxe grandes mudanças nas minhas interações sociais, onde vários amigos se afastaram, não mantêm mais contato.* O isolamento não se refere somente à uma medida de prevenção do coronavírus, pois *significou abrir mão da pouca liberdade que temos para viver fora da clínica, para ter uma vida além da hemodiálise, já que fora da sessão temos que ficar em casa.* Na visão de Marcos, a pandemia é uma *condição biológica*, tal como a DRC. A diferença principal entre ambas está na maneira como impactam a vida, ou seja, o quanto limitam sua liberdade. A DRC é uma doença controlável, cujo tratamento dialítico fornece alguma liberdade para *poder fazer as coisas que eu quero*. Mas, que liberdade há na pandemia? Que liberdade há no tratamento de comorbidades daqueles que contraíram o coronavírus? Pouca, ou mesmo nenhuma. Se Marcos, ao referir-se à hemodiálise, contrapunha a liberdade à obrigação de *ficar dependendo de uma máquina*, que dirá passar cerca de um mês numa UTI tratando da covid-19? Foi sofrível para ele, *bem complicado lidar com tudo isso* [o isolamento, a internação na UTI]. *Sobretudo o isolamento enquanto o pessoal tava em casa. Ainda mais depois de ter ficado tanto tempo no hospital.* A liberdade foi ainda mais restringida e a solidão engolfou Marcos, privando-o das oportunidades de convívio social que tinha anteriormente. O pouco tempo que antes sobrava para sair e se divertir com os amigos, por

¹⁰ O mesmo foi observado em outras circunstâncias, vale dizer, como nos casos de deficiência (ALVES e VICTORIA, 2021) e velhice (BULHÕES; CORONAGO; SILVA, 2020; SCHUCH; SIQUEIRA; VICTORIA, 2020).

exemplo, foi tolhido pelas exigências do isolamento social. Ou se está em casa, ou se está na clínica – não há outra escolha.

Paradoxalmente, sob outra ótica, o isolamento é uma medida que os pacientes de hemodiálise não conseguem seguir à risca. Universalmente recomendada, a quarentena é relativamente ajustável aos frequentadores da clínica, de modo que a *maior dificuldade é não poder fazer o isolamento de forma correta. Estar sempre se expondo três vezes na semana, já que muitos dependem do transporte público*. Nessas idas e vindas, o medo avulta à medida que a morte se insinua. *A pandemia veio como um alerta de que somos muito vulneráveis*, sendo que ela “não atingiu a todos os lugares da mesma maneira. Muito menos os corpos divergentes” (ALVES e VICTORIA, 2021, p. 72). O coronavírus explicitou algo que já estava latente, mais ou menos perceptível: que a vida dos doentes renais crônicos é de sobremodo vulnerável à morte. *Ir pra clínica se tornou uma verdadeira roleta-russa, você não sabe se volta com covid ou não*. Devemos reter a metáfora da *roleta-russa* (de caráter um tanto bélico, diga-se de passagem) utilizada para ilustrar a experiência dialítica em meio à pandemia, pois denota o quanto *somos seres muito frágeis, nós humanos*¹¹.

Apesar dos esforços de Marcos para isolar-se, o espectro da morte se corporificou em sua vida. Em fevereiro seu pai morreu; logo em seguida, a avó paterna e dois tios, um paterno e outro materno. *Todos de covid em um intervalo de um mês*. Pouco tempo depois, mais um tio *em decorrência da diabetes descompensada e da idade*. Esta série de perdas criaram um vácuo nas relações sociais de Marcos: os entes queridos que faleceram deram novos contornos aos seus dramas, produzindo novas angústias. E para piorar, em razão do isolamento, ele não conseguiu enlutar-se adequadamente. Longe dos amigos, foi na solidão que enfrentou essas perdas, na solidão que experimentou tais mortes. Solidão e luto, aliás, são símbolos que expressam o período no qual entrou, cujo sentido continua sendo o da privação – de familiares, da oportunidade de relacionar-se livremente, sobremaneira, diante da morte de outrem. Antes de qualquer coisa, a morte é um desfalecer do social, um “óbito” das relações

¹¹ O próprio informante, aqui, faz uso da noção de “humano”, apontando a vulnerabilidade como um fator compartilhado por *nós humanos*. Esta observação pode ser entendida a partir de Judith Butler (2019), para quem este fator aparece como constituinte das relações humanas, um aspecto quase ontológico de nossa espécie, visto que todos somos suscetíveis de sofrermos/cometermos alguma violência. No contexto pandêmico, contudo, a violência adquire outro sentido, visto que é causada não por algo “humano”, mas “inumano”. “Não se trata de um inimigo tentando nos destruir; ele [o vírus] simplesmente se autorreproduz com um automatismo cego” (ŽIŽEK, 2020 p. 116). É esta criatura amorfa que coloca a vida de Marcos em risco, provocando um medo por algo nem mesmo visível – embora altamente contagiosa através de outros sentidos.

interpessoais; ela desapossa o sobrevivente de algo que lhe pertencia e que se encontrava no outro. O perecimento dos familiares representa uma ruptura na narrativa de Marcos, uma chaga aberta difícil de suturar. Com a impossibilidade de realizar os ritos fúnebres normalmente, como destaca Andreia Vicente da Silva (2020), a aflição da perda é redobrada ao passo que a morte vira um problema sanitário e burocrático.

A maior aflição sem dúvida foi perder meu pai...sem poder vê-lo. Sem poder ter uma despedida digna. Ele ficou uma semana na UTI, e quando tentaram entubar ele teve uma parada cardíaca e não resistiu. Nos últimos dias dele em casa eu cuidei dele. Dei remédio, fiz inalação nele. Quando ele entrou no hospital, eu nunca imaginei que seria última vez que veria ele.

A covid-19 e seus efeitos, assim como a DRC, são irredutíveis aos problemas de ordem físico-orgânica. Continua-se tratando de uma “perturbação físico-moral” que envolve e afeta “não apenas sua mais imediata corporeidade, mas também sua vida moral, seus sentimentos e sua auto-representação” (DUARTE, 2003, p. 177). O corpo de Marcos foi afetado após ser contaminado pelo coronavírus. *Minha respiração não é mais a mesma. O meu fôlego e corpo foram muito afetados.* Todavia, isso é o de menos. Os efeitos verdadeiramente negativos da covid-19 foram vividos num *período de luto* do qual ainda não se chegou a uma resolução, em virtude da impossibilidade de compartilhar, satisfatoriamente, as aflições de suas perdas. “Afinal, um ritual não realizado ou desestruturado pode gerar emoções agressivas, como contestação e raiva ou mesmo melancolia e tristeza” (SILVA, 2020, p. 4). *Estar isolado dos amigos, da família, torna esse momento muito solitário e desanimador.* O luto de Marcos foi suspenso; o princípio de distanciamento limitou sua liberdade de relacionar-se com os mortos – não os que figuram na mídia ou estatísticas diárias, mas aqueles que faziam parte de suas relações familiares. “A família, como mundo social, não é uma soma de indivíduos, mas sim um universo de relações”, afirma Sarti (2004, p. 18). O vírus aniquila mais os laços afetivos do que indivíduos isolados, os “significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido” (SARTI, 2004, p. 18).

Com as dificuldades de socialização a *minha saúde mental está em pedaços*. O coronavírus não deflagrou somente uma crise médica e econômica, ressaltava Slavoj Žižek (2020), mas também uma crise de saúde mental. *Procurei ajuda profissional [...]. Acabei ficando um pouco desanimado com todo o cenário que estávamos vivendo. Tanto é que procurei fazer terapia.* (Infelizmente, na segunda conversa que tivemos, ele me disse que seu psicólogo lhe deu alta porque acabou se

mudando). Quadros de depressão e crises de pânico e ansiedade já tinham consternado Marcos anos antes (em momentos críticos, ele nem conseguia sair de casa). Com a chegada da pandemia, contudo, as coisas pioraram por conta da redução de contato com outras pessoas fora do *ambiente hospitalar da clínica de hemodiálise*. Houve um *período bem tenebroso [...] um momento de desespero que eu tentei suicídio...Uma tentativa falha, tomei vários remédios. Porém acabei vomitando depois*. O esgarçamento das relações sociais é um grande vetor de instabilidade emocional e distúrbios psíquicos. Em tempos de isolamento onde, diz Agamben, “Nosso próximo foi abolido” (2020, p. 14), o convívio social fora interrompido (ao menos temporariamente) em nome da saúde pública. Marcos reconhece a necessidade das medidas preventivas, se diferenciando de alguns dos seus colegas de diálise que *diminuem os riscos da doença, [que] fazem pouco caso (a ponto de recusarem a se vacinar)*. Em contrapartida, isso não impede com que sofra por causa do distanciamento social. *O fato dos amigos terem se afastado me deixou muito mal, sobretudo passando por esse período de luto*. Os únicos que realmente o entendiam eram os amigos que *ajudam bastante*. Noutros termos, a disrupção das relações interpessoais representa em si a perda de todo e qualquer sentido.

O mundo social existe apenas ao se constituir como sentido para os indivíduos que nele vivem. E, dialeticamente, os indivíduos só constroem o significado de suas experiências (inclusive a dor), mediante as referências coletivas. (SARTI, 2001, p. 4)

Por um instante, a solução que Marcos encontrou para seu empasse estava no suicídio, justamente porque o social já não lhe fornecia “um sólido capital de felicidade sobre o qual se possa viver nos dias difíceis” (DURKHEIM, 2000, p. 120). Faltava-lhe o vínculo com outras pessoas para criar um sentido em meio as perturbações que o angustiavam. É aí que reside seu maior sofrimento: sem o sentido das relações – e todo sentido é relacional, vale lembrar – ele experimentou a doença e a morte enclausurado em si mesmo. Ora, como estabelecer um sentido comunal quando a própria comunidade se encontra enfraquecida? O isolamento social é um empecilho na criação de sentido, cingindo as trocas interpessoais e a generosidade em períodos de luto. Marcos não conseguiu manifestar suas dores não por impotência ou incapacidade, mas tão somente porque era inviável expressá-las livremente. Socializar seu sofrimento poderia colocar em risco sua vida. Anuviado pela falta de alternativas, sem onde recorrer para assegurar uma explanação acerca de suas perdas; apartado dos

seus amigos, fustigado pela doença e morte, ele foi compelido a resignar-se na solidão. E se na clínica as coisas não mudaram muito,

Em casa as coisas mudaram bastante. Se antes do isolamento ficávamos eu e meu pai, hoje em dia eu fico muito tempo sozinho. E isso contribui bastante para meu quadro depressivo-ansioso. Às vezes eu fico minha sobrinha. Mas a maior parte do tempo era só eu e meu pai. E ficar sozinho em casa me faz sentir muita falta dele.

Marcos denota sentir uma imensa falta de *contato* com as pessoas. Pessoas da sua vizinhança se afastaram ao saber que ele não tinha a mesma *opção de se isolar como todo mundo*. Em seu meio familiar, o mesmo aconteceu. *A minha [irmã] é quem fica mais preocupada*. Em relação ao coronavírus, o medo de Marcos não tange somente à chance dele próprio ser contaminado: há igual receio de contaminar aqueles que o circundam (REZENDE, 2020). Surge então *uma sensação de exclusão*, fruto do próprio isolamento social que se vê obrigado a cumprir, *até porque a gente também não quer contaminar ninguém*. Deseja-se continuar a viver sem colocar em risco a vida alheia, ao mesmo tempo que nada substitui o contanto corpo a corpo. É saudade da presença “carnal” dos familiares que entristece Marcos, agravando ainda mais seus problemas emocionais. Até mesmo em casa ele passou a se sentir sozinho. “Em tempos de pandemia, ‘ficar em casa’ se mostra então uma experiência complexa” (ARAÚJO, 2020, p. 3). Se a clínica é motivo de medo devido ao contágio, o lar é um espaço ermo no qual o social se desvanece numa rotina solitária e incerta.

Todos esses dramas que se instalaram na vida de Marcos ainda não foram devidamente inscritos em sua narrativa pessoal. A “causa última” deles, como diz Langdon (2001), permanece um mistério. *Foi tudo muito rápido a forma como aconteceu. E eu até hoje não processei direito tudo que aconteceu naqueles dias*. Por enquanto, ele vive num *grande misto de emoções* que o *deixam desanimado*. Malgrado as dificuldades, admite que *está tentando ficar bem. Voltei a desenhar. Fiz um curso de desenhoterapia. E aos poucos, um dia de cada vez, estou aprendendo a conviver com tudo isso que aconteceu comigo*. Na primeira vez que conversei com ele, antes da vacinação, ele disse que esperava *as coisas melhorarem. Que tenha a vacina ou maior controle da doença*, completando, num tom pessimista, que achava *difícil já que existe muita gente que tá nem aí*. Na segunda, depois da vacinação, revelou que *no pós-vacina as coisas não mudam na real...o medo continua, já que a vacina não previne você de se contaminar de novo e contaminar os outros*. O pavor do coronavírus independe da vacinação para aqueles que possuem comorbidades. A DRC atrapalha, assim, na reconquista de uma sensação de segurança, impedindo o restabelecimento da

autoconfiança e a construção de uma norma individual nova, superior a anterior. O perigo supremo do vírus encontra-se na precipitação de outros problemas que ele pode engendrar, minando a capacidade da pessoa em “superar as crises orgânicas para instaurar uma nova ordem” (CANGUILHEM, 2018, p. 141). Ou, nas palavras de Marcos, *como doente renal o medo continua de pegar a doença e não sobreviver*. Quer dizer, adoecer e não ser capaz, em seguida, de lutar contra um novo mal, pois “Estar com saúde é poder cair doente e se recuperar; é um luxo biológico” (CANGUILHEM, 2018, p. 140).

Pouco a pouco, Marcos vem se recuperando. O coronavírus perturbou sua liberdade, sem dúvida, mas as experiências vividas no decorrer da pandemia não foram pontuadas unicamente por privações. Houveram ganhos. Mesmo nas desgraças imensuráveis, formas inéditas de pensar os acontecimentos foram encontradas, formas que seriam impossíveis de serem alcançadas se não pela crise. A covid-19 instigou novos modos de ver e viver as coisas; perspectivas outras sobre sua existência. De fato, destacou Canguilhem (2018, p. 160), “São os insucessos da vida que chamam – e sempre chamaram – a atenção para vida. Todo conhecimento tem origem na reflexão do insucesso da vida”.

Poderia listar vários aprendizados. Mas eu acho que o principal é viver o hoje. Se planejar para o futuro é fundamental? Sim, é. Mas deixar de viver no hoje esperando para aproveitar as coisas no futuro não é viver. A gente não sabe se quando sair de casa vai voltar. Demonstrar o amor. De todas as formas, de todos os jeitos. Quanto mais, melhor. É clichê? Sim, é. Mas é verdade. Somos seres muito frágeis, nós humanos. E que não importa o que você tenha. Quanto dinheiro ou bens têm. O que sempre fica são suas ações. O que você fez, o que você conquistou, quem você ajudou. Isso que realmente importa.

Os aprendizados extraídos do sofrimento ativaram uma atitude passional pelo que há de efêmero e espontâneo na vida. É sobre os instantes que deslizam precipitadamente que Marcos passou a incidir sua atenção, buscando se deleitar com as minúcias ordinárias, porém, importantes. De tão frágil que mostrou ser a vida ao longo da pandemia, ele percebeu o quão irrisórias (ainda que fundamentais) podem parecer as preocupações com o amanhã. Fixar o olhar naquilo que está para acontecer é *não viver*; o porvir não está sob seu poder e (ainda) não é algo que *conquistou*. Ao invés de *dinheiro* ou *bens*, o que interessa são as *ações* que se produzem no agora e repercutem adiante. Por este ângulo, o futuro é a extensão do medo, da insegurança; um “lugar” incerto, a brecha pela qual a morte irrompe. A pandemia deixou isso notório, uma vez que a *gente não sabe se quando sair de casa vai voltar*. *Viver o hoje* é conquistar a própria vida diariamente, através de um ininterrupto jogo com a doença

e a morte. Marcos disse *que o forte das pessoas que fazem hemodiálise é a superação. É superar cada sessão de hemodiálise. Cada cirurgia pra colocar cateter, fistula*. E claro, completo eu, a superação da covid-19, por meio do *amor*, basicamente.

Existe melhor contraponto ao isolamento e solidão do que o amor? Cumpre dizer, à guisa de conclusão, que amar é uma experiência social por excelência, diametralmente oposta ao isolamento e solidão, que arranca o indivíduo da clausura de si e lança-o no outro. Trata-se, recordando de Mauss (2015a, 2015b), de uma dádiva: amor se dá ao outro, e vice-versa; é uma espécie de “dom” que circula dentro de um sistema de prestações afetivas, se alimentando das trocas e retribuições interpessoais, entre amigos, familiares, vivos e mortos... Pelo intercâmbio de afetos, Marcos é capaz de transpor a solidão e se regenerar. Ao menos para ele, a amabilidade representa a autonomia de se relacionar e a superação das privações.

Eis o *clichê* do amor – e sua *verdade*.

Considerações finais

Embora se trate de uma “pandemia” (do grego, *pandemías*, “todo povo”), a investigação focada em Marcos evidencia que a covid-19 pode ser vivenciada de diferentes jeitos, sendo o risco de infecção e o isolamento social nem um pouco equivalentes entre a população. Trazer a lume tais vivências singulares possibilita compreender os significados do coronavírus de acordo com os contextos sociais nos quais é experimentado. Por definição, essa é a questão principal da antropologia, de acordo com Geertz (2017, p. 238): ver se os seres humanos são capazes de “imaginar formas de vida que eles próprios possam viver na prática”. Se há uma acepção biomédica hegemônica sobre o vírus SARS-CoV-2, de outra parte, existem perspectivas não-biomédicas do mesmo, intrinsicamente ligadas às realidades de certos indivíduos e grupos. Marcos encontrou em seus referenciais simbólicos os meios para explicar (e nos explicar) os dramas que viveu. Ele sofreu privação com a morte do pai, avó e tios; privação da sensação de segurança e saúde; e privação de socializar-se, inclusive no luto, com seus familiares, amigos e vizinhos. *Tudo isso impactou demais minha vida*. Para analisar perdas dramáticas deste tipo é preciso captá-las como afecções relativas ao ser vivo, em toda sua complexidade intersubjetiva e relacional. Portanto, os impactos da pandemia transformaram Marcos. Se desde sua tenra juventude esteve acostumado a perder, mesmo

assim ele nunca deixou de ganhar ao fazer das privações algo vital, por intermédio de um contínuo processo de aprendizagem.

O isolamento social, assim, assume contornos diferentes em consonância ao *modus vivendi* de cada pessoa. Seus impactos são sentidos de maneira desigual, pois desiguais são os sentidos narrados a fim de significá-los. A experiência de Marcos revela que talvez não exista “isolamento”, mas “isolamentos”: ser doente renal crônico em tempos pandêmicos tem seus próprios significados, emergidos de uma ordem moral e simbólica específica, cujos desafios e aprendizagem dependem, em última instância, de como se atravessa a crise.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Reflexões sobre a peste, Ensaios em tempos de pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020.

ALVES, Jéferson; VICTORIA, Ceres. Corpo deficiente e técnicas de si na pandemia. Dossiê: De(s)colonizando a pandemia. Vivência: Revista de antropologia, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/issue/view/1170>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ARAUJO, Marcella. A casa como problema e os problemas das casas durante a pandemia de Covid-19. Dossiê: Reflexões na pandemia. DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.com/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BASTOS, Marcus; BREGMAN, Rachel; KIRSZTAJN, Gianna. Doença renal crônica: Frequente e grave, mas também prevenível e tratável. Rev. Assoc. Med. Bras., V. 56 (2), p. 248-253, 2010.

BORGES, Zulmira Newlands. Entrelaçamentos entre espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais na doença renal crônica

e no transplante de órgãos. Rev. Sociais e Humanas, V. 22, p. 101-109, 2009.

BULHÕES, José Ricardo de Souza Rebouças; CORONAGO, Virginia Maria Mendes; SILVA, Larissa Souza Lima da. Isolamento social e idosos frente ao COVID-19: Afeto e cuidado em tempos de pandemia. Dossiê: COVID-19 Testando a Humanidade Brasileira, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/issue/view/2234>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CANESQUI, Ana Maria. Estudos socioantropológicos sobre os adoecidos crônicos. In: CANESQUI, Ana Maria (Org.). Olhares socioantropológicos sobre os adoecidos crônicos. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2007.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DAS, Veena. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança e desespero. Dossiê: Reflexões na pandemia. DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.com/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

_____. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, V. 8 (1), p. 173-183, 2003.

DURKHEIM, Émile. Grandes cientistas sociais: Durkheim. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FASSIN, Didier. Pensando criticamente sobre a crise. Dossiê: Reflexões na pandemia. DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.com/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JEAN LANGDON, E. A doença como experiência: O papel da narrativa na construção sociocultural da doença. Rev. Etnografia, Vol. 5 (2), p. 241-260, 2001.

LAPLANTINE, François. Antropologia da doença. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

LE BRETON, David. A síndrome de Frankenstein. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. (Org.). Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MAUSS, Marcel. Ensaio de sociologia. São Paulo: Perspectiva, 2015a.

_____. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2015b.

McMILLEN, Christian. Pandemics, A very short introduction. New York, NY: Oxford Press, 2016.

NEVES, Precil et. al. Censo Brasileiro de diálise: análise de dados da década 2009-2018. J. Bras. Nefrol, V. 42 (2), p. 191-200, 2020.

REZENDO, Cláudia Barcellos. Reflexões sobre o constrangimento e o medo na pandemia. Dossiê: Reflexões na pandemia. DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.com/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

RIGOTTO, Raquel Maria. As técnicas de relatos orais e o estudo das representações sociais em saúde. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, V. 3 (1), p. 116-130, 1998.

SARTI, Cynthia. A dor, o indivíduo e a cultura. Rev. Saúde e Sociedade, Vol. 10(1), p. 3-13, 2001.

_____. A família como ordem simbólica. Rev. Psicologia USP, Vol. 15 (3), p. 11-28, 2004.

SEGATA, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. Rev. Horizontes Antropológicos, ano 26, n. 57, p. 275-313, 2020.

SCHUCH, Patrice; SIQUEIRA, Monalisa Dias de; VICTORIA, Ceres. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. Dossiê: Reflexões na pandemia. DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.com/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

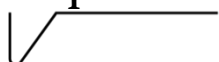
SILVA, Andreia Vicente da. Os “ritos possíveis” de morte em tempos de coronavírus. Dossiê: Reflexões na pandemia. DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.com/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SONTAG, Susan. Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THACKER, Eugene. In the dust of this planet. UK: Zero Books, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. Pandemia, Covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes institucionalizadas e as formas do vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19



Roberta do Nascimento Mello¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar impactos percebidos a partir do trabalho de campo junto a uma Unidade de Acolhimento do estado da Paraíba investigando vivenciar a pandemia de Covid-19 por crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. A Unidade de Acolhimento onde está sendo realizada a pesquisa etnográfica acolhe atualmente 13 crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos, sendo meninas e meninos, todos em idade escolar. A partir da categoria de “isolamento em dobro”, busco refletir a partir dos fenômenos observados na pesquisa de campo como essas crianças e adolescentes estão vivenciando e lidando com a pandemia de covid-19 e seus principais impactos, sendo entre eles: a perda da escola enquanto espaço de sociabilidade além dos muros da instituição, a hibridização dos tempos e a ociosidade.

Palavras-chave: criança, adolescente, pandemia, acolhimento institucional, isolamento social.

Abstract

This article aims to analyze the impacts perceived from fieldwork at a Shelter Unit in the state of Paraíba experiencing the Covid-19 pandemic by institutionally sheltered children and adolescents. The Shelter Unit where the ethnographic research is being carried out currently shelters 13 children and adolescents between 10 and 16 years old, being girls and boys, all of school age. From the category of "double isolation" I seek to reflect, based on the phenomena observed in the field research, how these children and adolescents are experiencing and dealing with the covid-19 pandemic and its main impacts, including: the loss of school as a space for sociability beyond the walls of the institution, the hybridization of times and idleness.

Keywords: child, adolescent, pandemic, institutional care, social isolation.

¹ Mestranda em Antropologia pelo PPGA/UFPB; integrante do GRUPESC/UFPB; integrante da Rede-Antropocovid. E-mail: roberta.mello.21jan@gmail.com

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los impactos percibidos del trabajo de campo con una Unidad de Albergue en el estado de Paraíba que investiga la experiencia de la pandemia de Covid-19 por parte de niños y adolescentes acogidos institucionalmente. La Unidad de Acogida donde se realiza la investigación etnográfica alberga actualmente a 13 niños y adolescentes de entre 10 y 16 años, niñas y niños, todos en edad escolar. Desde la categoría de "doble aislamiento" busco reflexionar, con base en los fenómenos observados en la investigación de campo, cómo estos niños, niñas y adolescentes están viviendo y enfrentando la pandemia del covid-19 y sus principales impactos, entre ellos: la pérdida de la escuela como un espacio de sociabilidad más allá de los muros de la institución, la hibridación de tiempos y la ociosidad.

Palabras clave: niño, adolescente, pandemia, atención institucional, aislamiento social.

O jogo começou. Era aquele “imagem e ação”, onde se tira as palavras do saquinho e tem que desenhar o objeto/palavra sorteada para que os outros participantes descubram o que estamos tentando desenhar. Nessa nossa versão do jogo as equipes eram em dupla e a primeira dupla a jogar foi a Muci e a Paloma², as adolescentes tiraram a palavra “proteção” e começaram a desenhar: primeiro elas desenharam uma linha – meio curva, confesso – que dividia a lousa branca em duas partes. De um lado da linha elas desenharam pessoas, bonecos de palitinhos. Todos que estavam jogando tentaram decifrar o que era o desenho, até eu não consegui entender muito bem o que as meninas estavam desenhando – e olha que havia sido eu que tinha escrito as palavras do jogo. Com todo mundo errando a resposta, as meninas continuaram a desenhar, não sem antes reclamar comigo que a palavra era muito difícil: do outro lado da linha elas desenharam bolinhas, todas elas estavam rodeadas de tracinhas – como o desenho do vírus da Covid-19 - e isso foi o estalo para todo mundo tentar um palpite com mais certeza. O primeiro a dar o seu palpite foi o educador social Humberto, que estava me acompanhando naquela atividade, ele falou “é covid” seguido de Lulu, outra acolhida que falou “corona vírus”. Muci, ao ver que as pessoas estavam quase acertando respondeu “é quase isso” e em seguida apontaram para a linha curva e para as pessoas desenhadas em um lado da lousa “essas pessoas estão o que?” e ainda continuamos sem entender, ela complementou “quem tá dentro tá o que?” e foi aí que Julia, uma outra acolhida gritou “é proteção do corona.”

Trecho do diário de campo da pesquisadora: 02 de agosto de 2021

A cena que abre este artigo foi retirada do diário de campo da pesquisadora, resultado de uma pesquisa de mestrado - que ainda se encontra em andamento³ - sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes e sociabilidades em tempos de pandemia de covid-19. A cena em questão aconteceu na tarde do dia 02 de agosto de 2021

² Visando preservar as identidades das crianças e adolescentes interlocutores desta pesquisa todos os nomes citados no artigo são fictícios.

³ A pesquisa em questão se deu no espaço da instituição de acolhimento, em um período de pouco mais de um ano de visitas semanais a Unidade, onde a observação participante foi o principal método de coleta e produção de dados.

em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes localizada no estado da Paraíba⁴.

Esta era uma brincadeira pensada para passar o tempo das crianças e adolescentes residentes na instituição, porém algo me pegou desprevenida. A brincadeira era uma espécie de “imagem e ação”, daquelas que um dos jogadores tira uma palavra de um saquinho, desenha em um quadro algo relativo à palavra sorteada e os outros participantes tentam adivinhar o que significa o desenho.

Na nossa versão do jogo as equipes eram em duplas, conforme foi escolhido pelas crianças e adolescentes que estavam jogando. Quem começou o jogo foi Muci e Paloma, duas adolescentes, ambas com 13 anos. As garotas tiraram do saquinho a palavra “proteção”, uma das palavras do “projeto original” da brincadeira⁵. Seguindo esse “projeto original”, coloquei a palavra “proteção” pensando no contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas as adolescentes tiveram uma recepção a essa palavra diferente da que eu esperava, isso porque elas interpretaram e ressignificaram a palavra “proteção”, não ligando ao contexto de proteção do ECA, mas em outro, ligada a proteção da Covid-19. Corroborando com o que Clarice Cohn (2005, p. 33) nos fala sobre a criança não saber menos e sim saber outra coisa.

A resposta das adolescentes a partir do desenho feito na lousa acabou não só mostrando o que elas pensam sobre a pandemia, mas também mostra o como elas se relacionam com o mundo ao redor, refletindo também sobre as suas experiências (HARTMAN, 2020). Para elas, era o “estar do lado de dentro da linha” que garantia a proteção ao vírus, em detrimento de quem estava do lado de fora, ou seja, de quem estava desprotegido. Essa situação aliada a outras presenciadas/vividas na instituição em campo acabou mostrando o porquê das crianças acharem que a “covid é só lá fora”, como me falou Paloma um dia, ao pedir para que eu tirasse a máscara em uma de nossas conversas.

Desde março de 2020 o brasileiro teve sua vida totalmente mudada pela chegada de um vírus. De repente tínhamos que estar confinados em nossas casas, tudo isso porque naqueles primeiros meses a única alternativa para mitigar a propagação de um vírus

⁴ Por motivos de sigilo, conforme o acordo realizado com a instituição, o município onde a Unidade de Acolhimento fica localizado será mantido em sigilo de forma a preservar a identidade e intimidade das crianças e adolescentes acolhidas.

⁵ Isso porque a ideia da brincadeira surgiu após a sugestão da assistente social da instituição de acolhimento, que queria que eu fizesse alguma atividade com as crianças e adolescentes acolhidas que fosse em alusão ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

desconhecido que não tinha medicamento e nem vacina era o chamado isolamento social. A rua era perigosa, a nossa casa era segura. A vida de todos mudaram, em graus diferentes, mas um ponto era comum: passamos a conviver com um vírus de que nada se sabia, a não ser o fato que ele era letal, como se mostrava todos os dias a partir dos números de infectados e de mortos, que não pararam de aumentar chegando a 610.000 o número de mortos em novembro de 2021, data que escrevo esse artigo.

Mas voltando a março de 2020, mais precisamente aos primeiros dias de pandemia. Aqui no estado da Paraíba, o primeiro decreto de emergência em saúde pública devido a pandemia foi no dia 13 de março de 2020⁶ e desde então ficamos confinados em nossas casas. Recordo-me bem que estava em minha primeira semana de início das aulas de mestrado, quando o primeiro decreto de isolamento social foi emitido pelo governo do estado, causando as suspensões das aulas presenciais na universidade.

Todos os brasileiros, em graus diferentes, tiveram as suas vidas afetadas pela pandemia de Covid-19, isso porque como tão bem nos atenta Maluf (2020) a pandemia é um fenômeno “eminentemente social” e completa:

“De certo modo a gente pode pensar este momento a partir da noção de uma comunidade de destino em que a alteridade, tão central para pensar a teoria e a prática antropológicas, se dissolve aparentemente num grande comum: que é essa pandemia. E digo aparentemente porque a pandemia que atinge a população humana do planeta não atinge do mesmo modo; a quarentena e o isolamento social não acontecem da mesma maneira, as pessoas que adoecem não adoecem do mesmo modo, não são tratadas do mesmo modo e não morrem do mesmo modo. A gente pode dizer então com tranquilidade que a Pandemia de Covid-19 é eminentemente social, tanto nos seus efeitos sobre a vida e a morte de pessoas, quanto sobre as relações sociais, as subjetividades e os modos de vida. Não são apenas nossos frágeis sistemas de saúde que uma epidemia desse porte coloca em evidência, mas também as enormes desigualdades sociais.”⁷

Na fala em questão, Maluf (2020) destaca o quanto que a pandemia de Covid-19 vem como uma lupa que amplia e descortina desigualdades já existentes na realidade brasileira em muitos níveis – de gênero, classe, raça, geração e etc.

O isolamento social não acontece do mesmo modo na sociedade brasileira (MALUF, 2020), inclusive há aqueles que nem sequer tiveram direito ao isolamento social,

⁶ <https://portalcorreio.com.br/pb-emergencia-em-saude-publica-coronavirus/> <Acesso em 10 de novembro de 2021>

⁷ Fala realizada pela prof^a Dra. Sônia Maluf (UFSC/UFPB) na Aula Inaugural do PPGAS/UFAL no dia 08 de maio de 2021 intitulada “Antropologia em tempo real: urgências etnografias na pandemia” exibida pelo *instagram* @ppgas.ufal

visto que não tiveram o privilégio de poder ficar em casa, além de tudo teve aqueles que nem sequer tem uma casa para poder ficar, como é o caso da população em situação de rua. E também tem aqueles grupos que já viviam uma espécie de confinamento, como é o exemplo da população carcerária, dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Se para nós o confinamento é uma novidade, para eles o vivenciar um certo tipo de isolamento já acontecia antes mesmo da pandemia.

Esses três espaços de confinamento – presídios, instituições de medidas socioeducativas e Unidades de Acolhimento Institucional - se fazem presentes desde as sociedades industriais – principalmente as prisões – que nas sociedades pós-industriais foram transformadas – principalmente no caso de adolescentes – em instituições de fins protetivos e socioeducativos (FEIXA, 2021). O convívio anterior com uma espécie de isolamento não significa dizer que esses sujeitos não tiveram as suas vidas afetadas pela pandemia da Covid-19 e pelo isolamento social. É possível citar diversos impactos sofridos, desde a própria falta de estrutura que já é um problema cotidiano desses grupos até as suspensões de visitas de parentes e familiares, e isso se aplica nos três casos supracitados.

Porém neste artigo me dedico sobre apenas um desses grupos citados: as crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente em Unidades de Acolhimentos. O motivo de tal enfoque se dá pela pesquisa de campo que está sendo realizada atualmente com crianças e adolescentes acolhidas em uma instituição desse tipo, e conforme já mencionei, a referida pesquisa está sendo o objeto da minha dissertação de mestrado, que está em processo de construção.

Pensar acerca de como essas crianças e adolescentes vivenciam o isolamento social foi um constructo a partir de leituras e de um processo de reelaboração de uma pesquisa que estava a vias de se efetivar, porém que teve que sofrer inúmeras readequações, manejos e remodelagens devido a pandemia que assolou ao mundo.

A partir das observações já feitas em campo⁸, neste artigo me debruço acerca de três grandes impactos que afetaram a vida dessas crianças e adolescentes: a escola e a adaptação ao modo de ensino remoto; a perda do espaço da escola enquanto um local de sociabilidade

⁸ É importante salientar que a pesquisa mesmo acontecendo de forma presencial, tem tomado todos os cuidados biomédicos e seguido os protocolos de segurança salvaguardando assim a pesquisadora e os interlocutores, além de também estar seguindo diversos pressupostos éticos que vão desde a autorização da Promotoria da Vara do Município como os listados no Comitê de Ética da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

que vai além dos muros da instituição; e, o tempo, ou mais precisamente, a hibridização dos tempos de ociosidade, de lazer e de estudo que acabam sendo consequência direta do isolamento social.

Com isto, utilizo-me da ideia de “isolamento em dobro” para refletir os modos como esses sujeitos, que já se encontravam em uma espécie de confinamento, vivenciaram e vivenciam a pandemia de Covid-19, o isolamento social e os impactos destes.

Elaborei a categoria “isolamento em dobro” enquanto algo que busca dar conta do vivenciar a pandemia por essas crianças e adolescentes acolhidos, que carregam e vivenciam situações muito singulares em relação a tantas experiências de infância e juventude. A categoria “Isolamento em dobro” foi elaborada a partir desta pesquisa etnográfica, mais precisamente da reelaboração dela com a nova realidade pandêmica e que acabou se consolidando junto com as observações e as falas das crianças e adolescentes que sempre reclamavam de “não sair da Casa” ou “não ir pra lugar nenhum”. Com isso, a categoria “isolamento em dobro” é uma junção de um certo tipo de “isolamento” que crianças e adolescentes já viviam antes da pandemia e que só foi acentuado com o isolamento social vivenciado em tempos pandêmicos.

1. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil

O campo de políticas de proteção à criança e ao adolescente no Brasil percorreu um longo caminho até chegar ao que é como conhecemos hoje, principalmente no que se refere a institucionalização de crianças e adolescentes, foco deste artigo. E como forma de não me alongar em um extenso levantamento histórico, resolvi concentrar este tópico em três grandes eventos, mais precisamente três grandes legislações, que marcaram a história da agenda política referente aos direitos das crianças e adolescentes, sendo eles: o Código do Menor de 1927; a Convenção sobre o Direito da Criança de 1989, e, por último a criação e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, legislação que se encontra em vigor até os dias atuais em nosso país.

O Código do Menor, primeira legislação específica para crianças e adolescentes no Brasil promulgada em 1927, preconizava uma ideia de institucionalização de crianças e adolescentes que atendia outros propósitos dos conhecidos atualmente. Em vez de ser uma medida protetiva, a resolução funcionava enquanto uma política higienista de retirada de

menores de dezoito anos enquadrados como estando em situação irregular das ruas (PEIXOTO, 2011), assim como a institucionalização por motivo de pobreza das famílias, quando estas não podiam sustentar suas proles (COSSETIN, LARA, 2016; MOURA, 2005). Desse modo, o Código de Menores de 1927 garantia ao Estado um maior controle sobre a vida das crianças e adolescentes pobres e por consequência de suas famílias (COSSETIN, LARA, 2016).

Por conta disso Cruz (2006 *apud* PEIXOTO, 2011), vai caracterizar o discurso da época enquanto oscilante, que ora estava preocupado em defender a criança e ao adolescente, ora estava defendendo a sociedade contra essa criança e adolescente perigoso. Essa infância perigosa era a infância pobre, abandonada que apresentava perigo para a sociedade. Ou seja, apesar do discurso de “defesa da criança” o objetivo central era a manutenção da ordem social com a retirada dessas crianças e adolescentes das ruas, que eram tidos enquanto delinquentes e perigosos que em nada contribuíam com o desenvolvimento do país (RIZZINI, 2011). Em suma, o ato de institucionalizar crianças estava sempre atrelada as ideias de “infância perigosa” e “infância em perigo” (DONZELOT, 1986, p. 70).

Dois eventos que marcaram o início da virada no que concerne aos direitos das crianças e dos adolescentes foi a promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989), acontecida a nível mundial e a criação e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a nível nacional. A virada a qual me refiro no cenário de políticas de proteção à infância e à adolescência foi centrada principalmente na ideia de que a criança e adolescente passaram então a ser sujeitos de direitos, em vez de serem apenas alvos de intervenções estatais, além de outras mudanças:

“O termo estigmatizado “menor” foi trocado pelo mais ameno “criança e adolescente”, a política tutelar foi substituída por uma filosofia de “proteção total” à criança, e um evidente objetivo de controlar jovens cedeu lugar ao desejo de garantir seus direitos.” (FONSECA, 2004, p. 1)

Um outro exemplo dessa virada que veio com a Convenção Sobre os Direitos da Criança e o ECA pode ser visto nos casos de institucionalização de crianças e adolescentes: o que antes era feito de modo a proteger a sociedade do “menor perigoso”, agora é feito

para proteger a criança da sociedade, mais precisamente das violências e violações por parte da família (SNIZEK, 2008).

Atualmente, o acolhimento institucional é uma medida protetiva considerada de alta complexidade e utilizada apenas como um último recurso, quando já estão esgotadas as alternativas de preservação dos vínculos familiares, isso porque há uma prioridade em evitar que crianças e adolescentes sejam privados da convivência familiar e comunitária como prevê o art. 19 do ECA (BRASIL, 1990).

De acordo com o parágrafo 2 do Art. 19 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente -, a permanência de crianças e adolescentes inseridas em programas de acolhimento institucional não pode se prolongar além do prazo de dezoito meses. Tendo que a cada seis meses a situação do sujeito acolhido ser atualizada por meio de relatório de uma equipe interprofissional, de forma que a justiça tenha informações sobre essas crianças e adolescentes e possa assim deliberar de forma fundamentada a reintegração ou não desse sujeito ao convívio de sua família biológica. Sendo assim com bases nessas decisões respaldadas em relatórios do judiciário pode haver casos onde esse prazo de dezoito meses seja dilatado e a criança e adolescente continue inserida nesses programas de acolhimento mesmo depois do término do prazo estabelecido na Lei. (BRASIL, 1990).

Além do ECA, há muitas outras diretrizes que determinam como os serviços de acolhimento devem atender as crianças e os adolescentes institucionalizados. Uma dessas diretivas toca no cerne da questão da separação do grupo de irmãos, deixando evidente que a prioridade é a preservação dos vínculos familiares. Por conta disso no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC/2006) se destaca que os serviços de acolhimento institucional devem atender ambos os sexos e as diferentes faixas etárias (VALENTE, 2013), de forma a preservar vínculos consanguíneos entre grupo de irmãos, assim como também a não identificação por placas dos prédios onde funcionam essas unidades de acolhimentos, de forma a evitar a estigmatização das crianças e adolescentes ali acolhidas (BRASILIA, 2009).

2. A Unidade de Acolhimento e o vivenciar a pandemia

A Unidade de Acolhimento Institucional que serve de campo para esta pesquisa de cunho etnográfica fica localizada no estado da Paraíba e atende crianças e adolescentes dos 0 aos 18 anos de idade, de ambos os sexos de forma a manter o previsto nas Orientações Técnicas (BRASÍLIA, 2009) e preservar os vínculos familiares consanguíneos em caso de institucionalização de grupo de irmãos. Atualmente a instituição conta com 13 acolhidos(as), entre as idades de 10 até os 16, sendo seis garotos e sete garotas e contando atualmente com três grupos de irmãos – três meninos, três meninas e um casal de irmãos. A maior parte dos casos de institucionalização na unidade são devido a denúncias de negligência, violência física e violência sexual.⁹

A estrutura da instituição se assemelha muito a uma residência – visto que o espaço era uma residência familiar antes do prédio ser alugado pela prefeitura. O terreno é ocupado por três imóveis, a casa dos fundos onde atualmente apenas um adolescente mora¹⁰; a casa do meio – a maior – onde ficam todas as crianças e adolescentes acolhidos, onde também se localiza a cozinha, a sala de estar e os outros espaços de convivência da casa; e a parte “lá de cima”¹¹, onde fica a área administrativa da instituição e as salas da assistente social e psicóloga.

Todas(os) as crianças e adolescentes residentes na instituição se encontram em idade escolar. Destaco o fato da idade escolar desses garotos e garotas acolhidos(as), pois em minhas observações em campo pude perceber que o ponto mais afetado na vida desses sujeitos em tempos de pandemia foi as suspensões das aulas presenciais e a adaptação ao ensino remoto, como se poderá ver mais adiante.

Falar de crianças e adolescentes em tempos de pandemia é também falar de educação, escola e mudanças nas dinâmicas escolares que os sujeitos em idade escolar do

⁹ É importante salientar aqui que as naturezas citadas dessas institucionalizações são informações oriundas tanto da administração quanto de algumas crianças e adolescentes, porém nem todos(as) acolhidos(as) concordam com os motivos de suas institucionalizações e trazem novas versões quando perguntadas por mim ou pelas outras crianças sobre o porque de ter ido parar na Casa de Acolhimento.

¹⁰ O adolescente em questão é Kaique, de 17 anos, diagnosticado com esquizofrenia e autismo em grau 3. Com a chegada do adolescente na instituição no início de 2021 foram se necessárias diversas mudanças na estrutura, entre elas a mudança das casas, que antes era ocupado pelas meninas passou a ser ocupada apenas por Kaique.

¹¹ Todos os moradores e funcionários da instituição conhecem a área administrativa como “lá em cima”, o que nos leva a um jogo de palavra muito interessante referente a denominação: é “lá em cima” pela localização, por realmente ficar no primeiro andar, mas também acaba se referindo a posição hierárquica que as pessoas – diretor, coordenador, assistente social e psicóloga – ocupa dentro da dinâmica da instituição.

mundo todo tiveram e tem que enfrentar – visto que muitos dos sistemas de ensino, no momento que estou escrevendo este artigo, ainda não voltaram as aulas presenciais, como é o caso dos(as) meus(minhas) interlocutores(as). Em menos de dois meses o sistema educacional brasileiro precisou lidar com uma nova realidade. Um novo aluno chegou as escolas: um vírus que nada se sabia, mas que mudou a vida de todos. Como já foi mencionado, a pandemia de Covid-19 acabou sendo como uma lupa que ampliou e descortinou as mais diversas desigualdades existentes no mundo, incluindo a educacional:

“As escolas foram as primeiras a viver a suspensão de suas atividades e a se ver frente ao inusitado que alterava toda uma organização previamente planejada, conhecida e que nos proporcionava segurança. Frente a uma interrupção abrupta, o calendário escolar, antes com encontros, reuniões, festividades e toda a vida pulsante que acontecia, teve de ser revisto. O caminho seguro que cotidianamente percorríamos encheu-se de pedras e fendas que tinham de ser transponíveis” (ABREU, FRASSÃO, 2020, p. 215)

Para as crianças e adolescentes residentes na instituição de acolhimento em que realizo a minha pesquisa, além da perda da escola enquanto um dos poucos espaços de sociabilidades extra muros da instituição, fazendo assim com que se limitasse à convivência comunitária – principalmente pelo fato das escolas onde as/os acolhidas/os estudam ficam localizadas no mesmo bairro que a instituição fica – o ensino remoto, essa nova realidade do ensino público brasileiro – e mundial – em tempos de pandemia só faz inflar ainda mais as desigualdades educacionais já existentes. Um fato observado em campo e que corrobora com o que muitos autores (TORRADO, LARRAÑAGA, GARMENDIA E BALSERA, 2020; DELL’AGLIO, HUTZ, 2004) mostram foi o fato de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente estarem “atrasados” em termos de idade e nível escolar, assim como o histórico de repetições de séries/turmas, chegando até mesmo a um certo analfabetismo funcional.¹²

As crianças e adolescentes acolhidas da Unidade de Acolhimento em questão, tinham acesso as atividades escolares da seguinte forma: a instituição – representada por algum funcionário - ia até a escola pegar as atividades em formato impresso e as crianças e adolescentes utilizavam na maioria das vezes os celulares dos educadores sociais para

¹² Descobri que muitos dos adolescentes da instituição não sabiam ler quando comecei a conversar com eles pelo instagram e pelo whatsapp e eles sempre me pediam para mandar áudio, pois eles não conseguiam ler as mensagens enviadas.

fazerem as atividades e assistir as aulas online, isso porque a prefeitura não havia oferecido nenhum instrumento tecnológico que pudesse facilitar o acesso as aulas em tempos pandêmicos.

As dificuldades já encontradas na trajetória escolar das crianças e adolescentes acolhidas acaba se ampliando e se tornando ainda mais evidente em tempos de pandemia, quando o sistema de ensino se torna remoto. Além de se adaptar a essa nova realidade, elas precisam também lidar com o fato de ter que dividir o educador social – principal figura que os ajuda nas atividades escolares¹³ – com as outras crianças e adolescentes.

Lidar com as dificuldades do ensino remoto em termos de infraestrutura e das desigualdades educacionais, que não são novidades, são dois grandes impactos sofridos que foram identificados a partir da observação em campo e das conversas informais com as crianças e adolescentes moradoras da instituição. Porém, quando se analisa isto junto a outras consequências da pandemia na vida desses sujeitos percebe-se que eles perdem espaço e importância para os interlocutores, principalmente em comparação a perda da escola enquanto espaço de sociabilidade e o vivenciar o isolamento em dobro, como veremos no tópico seguinte.

3. A perda da escola enquanto espaço de sociabilidade: o “isolamento em dobro”

Muitas das rotinas de diversas crianças e adolescentes tinham enquanto ponto central a escola, ou mais precisamente as idas à escola. Os tempos de ociosidade, de outras atividades extracurriculares e até mesmo de trabalhos – em caso de adolescentes – tinham enquanto base o horário da escola, o turno escolar que se estudava, tudo que se marcava era para depois desse momento. Como, então, ficou agora em tempos de pandemia? As idas à escola ficaram suspensas e o acesso a uma sala de aula se dá por um *link* de grupo de *whatsapp*, ou um *link* de chamada de vídeos em aplicativos como o *Zoom* e o *Google Meet*, ou até mesmo um *link* de uma pasta de atividades no *google drive*. Independente da dinâmica da aula, ela é acessada por um aparelho de celular, ou um computador e da casa do aluno.

¹³ Devido a minha presença em campo uma vez na semana, sempre que eu estava na instituição também era também convocada pelas crianças e adolescentes – e também pelos educadores sociais – a ser uma das ajudantes na hora de auxiliar as crianças e adolescentes com as atividades escolares.

Essas novas dinâmicas de ensino impactam diretamente a forma como essas crianças e adolescentes vivenciam o isolamento social, afinal de contas o deixar de ir à escola afeta muitas facetas da vida dos alunos: o tempo, as atividades, a sociabilidade, a interação com as pessoas que coabitam com esse aluno, os cuidados e muitos outros.

No caso das crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente a perda das idas à escola acarreta uma privação ainda mais impactante em suas vidas: a perda do espaço de sociabilidade que a escola proporciona. E sim, a escola carrega essa qualidade de espaço de socialização para todas as crianças, como um espaço que substitui a casa (SIERRA, 2020), porém para as crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente além de tudo a escola ocupa uma posição como sendo uma das poucas sociabilidades extramuros da instituição que elas têm.

No ano de 2020, principalmente nos primeiros meses do ano, as crianças e adolescentes acolhidas na Unidade viveram um isolamento total, as idas as escolas foram suspensas – principalmente pela antecipação das férias de julho no sistema de ensino público do estado¹⁴ –, as consultas psicoterapêuticas estavam sendo em formato remoto e as visitas dos familiares aos acolhidos seguiram a recomendação de Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹⁵, publicada no dia 16 de abril de 2020, sendo suspensas nos primeiros meses de pandemia, só voltando a acontecer com a flexibilização que estava acontecendo em todo o estado da Paraíba promovidas pelo Plano Novo Normal – PB¹⁶, a partir do decreto de Nº 40.340 de 12 de junho de 2020.

De acordo com a diretora da instituição nos quatro primeiros meses de 2020 “*eles estavam quase ficando doidos*” referindo-se as crianças e adolescentes acolhidos na instituição que durante esse tempo só tiveram contato com os educadores sociais e com os outros acolhidos. Ainda de acordo com ela as crianças e adolescentes só saíram da instituição no mês de junho, para uma festividade junina em um sítio que era propriedade de uma funcionária, mas que antes disso estavam totalmente confinados.

¹⁴ PB antecipa férias escolares devido ao risco coronavírus < <https://portalcorreio.com.br/pb-antecipa-ferias-escolares-coronavirus/> > Acesso em 25 de outubro de 2021

¹⁵ RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2020. Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/REC/recomendacao-conjunta-01-20-MC.htm <Acesso em 25 de outubro de 2021

¹⁶ <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/novonormalpb> <Acesso em 10 de novembro de 2021

É interessante analisar que apesar dos acolhidos estarem isolados, sem saírem para lugar nenhum durante os quatro primeiros meses de pandemia, o local onde moram em momento algum deixou de ser um espaço de entrada e saída de pessoas, sejam de novos acolhidos como também de funcionários que em suas trocas de plantões sempre retornavam as suas residências.

A intersecção entre público e privado dessas instituições só se reafirma em tempos de pandemia, onde mesmo a casa sendo delas – das crianças e adolescentes acolhidas – ela ainda continua sendo uma instituição, e esta por sua vez é pública. As crianças, apesar de serem moradoras das instituições não tem controle sobre quem entra e quem sai da instituição. Isso sem falar no risco que as crianças e adolescentes sofrem em tempo de pandemia com essas saídas e entradas de funcionários, que em momento algum tiveram suas atividades suspensas.

Essas instituições de acolhimentos sempre tentam em seu funcionamento se aproximar de uma “casa” de verdade para as crianças e adolescentes residentes, mas elas nunca conseguem fugir do caráter híbrido entre uma instituição total nos termos de Goffman (1974) com uma residência comum. O espaço da Unidade de Acolhimento pesquisada é permeado pela disputa dessas duas características, mas sempre vemos a intervenção do administrativo no espaço de morada (SNIZEK, 2020).¹⁷

Conforme já dito, as crianças e adolescentes da Unidade de Acolhimento viveram – e vivem até certo ponto¹⁸ - um isolamento social bem rígido. E devido ao caráter de confinamento dessas instituições, limitando as saídas dos sujeitos residentes, o isolamento acaba não sendo uma novidade em espaços como esse, mas isso não impede as crianças e adolescentes de ansiarem pela volta às aulas, ou melhor ainda, para o retorno a sua família de origem.

Frases como “tia, não vejo a hora de voltar para escola” ou reclamações em relação a não poder sair – principalmente em comparação as suas vidas antes da institucionalização

¹⁷ Essa presença do administrativo vem muito na figura de placas sinalizando os cômodos; avisos por todo o prédio com as regras de convivência, lista de aniversários e placas do uso obrigatório de máscara; listas de dietas das crianças e adolescentes na parede da cozinha; listas com horários dos psicológicos, e também, placas proibindo a entrada das crianças e adolescentes em certos cômodos, como por exemplo a dispensa.

¹⁸ Apesar das crianças e adolescentes não terem retornado as suas aulas presenciais, devido ao movimento de flexibilização pelo Plano Novo-Normal do estado da Paraíba as consultas psicoterapêuticas retornaram a ser presenciais, as visitas dos familiares voltaram a ser permitidas e as crianças e adolescentes em algumas ocasiões acabam saindo da casa para passeios, como as idas à pracinha do bairro e os passeios dos dias das crianças acontecidos na semana do feriado.

- são bem comuns entre as crianças e adolescentes. Por um tempo – em 2021 - até as saídas para a pracinha do bairro ficaram suspensas, porque os educadores não tinham como levá-los e tudo isso só deixava ainda mais explícito esse caráter de ambiente de confinamento que a instituição apresenta, principalmente para as crianças e adolescentes que sempre deixavam claro seus descontentamentos ao terem seus pedidos de ir para a pracinha negado.

4. Os tempos se misturam: a pandemia, a hibridização dos tempos e a ociosidade

Além dos dois pontos já citados nesse artigo enquanto impactos percebidos a partir do trabalho de campo etnográfico dentro da instituição de acolhimento um outro ponto detectado foi o fim da separação do tempo das crianças e adolescentes, o qual tinha enquanto forte contribuinte as idas presenciais a escola e outras atividades como os cursos profissionalizantes e consultas terapêuticas.

Com o início das aulas em formato remoto, onde a sala de aula passa a ser acessada por um *link* para uma chamada de vídeo, a atividade passada pelo professor é enviada pelo *whatsapp* em vez de ser entregue em mãos e devolvida respondida pelo mesmo canal, através de uma foto do caderno, se perdeu essa divisão temporal na qual a escola era uma enorme contribuinte, conforme Feixa (2021) chama atenção, em tempos pandêmicos os tempos/espços deixam de ser segmentados e se hibridizam dentro dos lares.

Boa parte das atividades começaram a resolver de casa, principalmente nos primeiros meses de pandemia, ou como Callai, Brito e Maia (2020) falam o período que “a casa virou mundo” (p. 16). E é nessa “casa-mundo” que as atividades se misturam, e acontece ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Isso também acontece com as crianças e adolescentes acolhidas na instituição, que além de tudo precisam não só dividir os espaços com as outras crianças e adolescentes – coisa que não é novidade, mas também os tempos.

Além de dividir o espaço com crianças e adolescentes das mais variadas idades nesses espaços, os acolhidos também dividem os educadores sociais, principais ajudantes deles na hora de se fazer as tarefas. Tempo, espaços, idades, diferentes séries. Tudo isso que antes já se misturava em casas de acolhimento devido ao caráter heterogêneo de atendimento que essas instituições oferecem, se misturam ainda mais em tempos de pandemia onde não se

tem as idas aos psicólogos, as idas para as escolas em turnos diferentes e tantas outras atividades costumeiras em tempos pré-pandêmicos.

Em tempos de pandemia e de isolamento social, as crianças e adolescentes residentes da instituição ficam no que muitas vezes escutei o corpo técnico da Unidade chamar de *“ficam sem fazer nada”* ou sofrem de *“falta de rotina”*, e havia todo um esforço da instituição para combater essa *“falta de rotina”*. E por muitas vezes as crianças e adolescente corroboram com as opiniões do corpo técnico e funcionários da Casa, reclamando que *“não tem nada para fazer”* durante o dia.

Sempre se busca atividades para as acolhidas fazerem, sempre se cobra dos/as educadoras sociais que estejam desenvolvendo atividades que combatam ao ócio, presenciei em diversas vezes a importância do *“registro”* e do *“tem que registrar tudo”*. Os registros que eram em sua maioria por meio de fotos era a principal prova de que as crianças estavam *“fazendo algo”* – sejam quando elas recebiam visita ou iam para a praça jogar bola - o que por conseguinte mostravam também que os educadores estavam *“fazendo algo”*. Para as crianças e adolescentes o *“fazer algo”* eram brincadeiras, idas à praça, receber os parentes e familiares na visita, já para os adultos o *“fazer algo”* era o trabalho de desenvolver atividades e combater a ociosidade das crianças e adolescentes acolhidas.

O senso comum do tempo ocioso como sendo perigoso para os jovens e as crianças acaba também entrando dentro dos muros da instituição, que tenta a todo custo promover atividades que ocupem este tempo, Franch (2018) já fala sobre como a preocupação de ocupar o tempo dos jovens de camadas populares também se faz presente em políticas públicas que buscam combater a ociosidade.

Em tempos de pandemia essa ociosidade se vê ainda mais demarcada, foram diversas vezes que pude escutar das crianças e adolescentes comentários como *“precisamos passar o tempo”*, ou que tal coisa é boa porque *“ajuda a fazer o tempo passar rápido”* – inclusive a brincadeira de *“imagem e ação”* relatada no início deste artigo só foi aceita pelas adolescentes por conta dessa justificativa, elas tinham expectativas de que brincar ajudaria o *“tempo a passar”*.

É interessante observar é quem ocupa dentro da instituição esse lugar de separar os tempos que a escola antes ocupava: o celular, ou mais precisamente o *“horário do celular”*. O *“horário do celular”* é uma das tantas regras existentes dentro da instituição, ela está sempre em mudança em termos de horários e tempos de duração, mas a ideia sempre permanece a

mesma: o uso do celular por parte das crianças e adolescentes são estipulados apenas para aqueles horários determinados pela direção da instituição. Junto aos horários das refeições, a “hora do celular” é um dos auxiliares na divisão do tempo das/os acolhidas/os.

O caso da instituição de acolhimento, onde o celular se torna um dos aliados centrais na organização do tempo remete muito ao que Feixa (2005 *apud* FEIXA, 2021) já apontava sobre esse caráter central do celular na vida dos sujeitos e que conforme o autor fala, se consolida ainda mais na atualidade, ainda mais em tempos pandêmicos (FEIXA, 2021).

O celular dentro da instituição exerce um papel importantíssimo, além de ser com os celulares que as crianças e adolescentes assistem as suas aulas, respondem seus professores é também a ferramenta de contato com as pessoas de “fora”, familiares, amigos e a pesquisadora¹⁹, ele é também um elemento essencial na organização do tempo, conforme já mencionado.

Considerações finais

Abri este artigo trazendo uma cena etnográfica observada em campo, em um jogo com as crianças e adolescentes da Casa que traduzia bem o sentimento de que a Covid-19 só circulava no lado de fora e que não chegava dentro da instituição. E essa ideia toma conta de todos – de funcionários a acolhidas/os. A ideia da linha desenhada por Muci, como sendo o que divide os que estão protegidos da Covid e aqueles que estão desprotegidos pode ser muito bem usada para significar a função que o muro da instituição, que representaria esta linha. Sendo assim, seria o muro o que separava o “estar protegido” e o “estar desprotegido” do vírus que circulava.

E isso acaba se corroborando ainda mais em situações onde as crianças e adolescentes me pedem em minhas visitas à instituição para tirar a máscara, alegando que ali dentro não havia covid-19, ou como Paloma me disse quando eu estava ajudando em uma atividade de história da escola e a adolescente me pediu para tirar a máscara com a justificativa de “porque o covid é só lá fora, aqui não tem”

¹⁹ Incluo-me no grupo de pessoas de “fora” pois durante a pesquisa de campo uma ferramenta que se mostrou aliada em tempos onde não havia a possibilidade da minha ida a instituição foram as redes sociais, principalmente *whatsapp* e *instagram*. A primeira utilizada apenas para conversas e a segunda para também ver postagens e cotidianos das adolescentes através dos stories.

Desde que a pandemia de covid-19 teve seu primeiro caso confirmado no Brasil no dia 26 de fevereiro de 2020²⁰ sempre tivemos essa ideia de que a rua é perigosa, o vírus circula apenas na rua e não em nossas casas. Os discursos das crianças e adolescentes residentes da instituição de acolhimento não foge disso, o que mostra que apesar de estarem isoladas – duplamente, diga-se de passagem – elas não estão excluídas do mundo.

O vivenciar a pandemia de covid-19 não é igual para todas/os/es. Isso bem já sabemos. Como por exemplo as distinções do experienciar a pandemia de crianças e adolescentes que moram com seus familiares em comparação com crianças e adolescentes que vivem em unidades de acolhimentos.

Textos acadêmicos, reportagens e legislações que convergem os temas infância, adolescência e pandemia tocam muito nas questões dos riscos que as crianças e adolescentes – principalmente o primeiro grupo – sofrem ao estarem expostos e isolados com quem são seus possíveis abusadores, visto que na maioria das vezes os casos de violência física e sexual contra crianças e adolescentes acontece dentro das suas casas e seus abusadores são parentes, caracterizando essa violência enquanto intrafamiliar (ALMEIDA, 2007), definida pela autora enquanto “uma modalidade de violência que se processa dentro da família” (ALMEIDA, 2007, p. 24). Porém isto não se aplica as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Esses sujeitos em vez de ficarem confinados junto as suas famílias acabam se afastando ainda mais delas em tempos de pandemia, visto que as visitas – principal meio de rever os familiares – foram suspensas em tempos pandêmicos.²¹

Além desse ponto citado, há muitos outros citados neste artigo que fazem com que o vivenciar a pandemia de covid-19 dessas crianças e adolescentes diferenciem-se e se mostrem singulares em comparação a tantos outros casos.

As crianças e os adolescentes acolhidos institucionalmente na Unidade pesquisada ainda vivenciam o isolamento social, visto que para eles isso não é uma novidade. Porém, eles ainda estão experienciando o “novo-normal”, as saídas da instituição são sempre com os usos de máscara, o retorno presencial a escola que está por vir e tantos outros fatores

²⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano> <Acesso em 15 de novembro de 2021>

²¹ Em meu período de campo as visitas já haviam voltado ao normal, então não acompanhei diretamente como foi os primeiros meses de pandemia onde as crianças ficaram sem contato físico com os parentes, sendo assim, não é possível saber como as crianças e adolescentes vivenciaram essa época.

que ainda não se é possível detectar, por este está sendo um processo que está em constructo.

Referências

ABREU, Bárbara Cecília Marques; FRASSÃO, Magali Oliveira. Tempos de isolamento social: infâncias nos encontros virtuais. IN: **Sociedad e Infancias**, 4, 2020: 185-288

ALMEIDA, Suely. “Essa violência maldita”. In: ALMEIDA, Suely (org). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente

BRASILIA. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2009.

CALLAI, CRISTIANA; et al. Transver o mundo: linguagens criativas de crianças em situação de confinamento. IN: **Revista Nupeart**, Vol. 04, 2020.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COSSETIN, Marcia. LARA, Ângela Mara de Barros. O percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: o período de 1920 a 1979. IN: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, p. 115-128, mar, 2016

CRUZ, L. R. **(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância**: implicações da abrigagem. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2006.

DELL’AGLIO, D., HUTZ, C. S. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. IN: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17(3), 341-350, 2004.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FEIXA, Carles. Uma geração viral? Adolescência e confinamento. IN: **TOMO**, nº 38, Jan-Jun, 2021.

FEIXA, Carles. O quarto dos adolescentes na era digital. In M. Regina da Costa & E. Murilho Silva (Orgs.), **Sociabilidade Juvenil & Cultura Urbana**. São Paulo: EDUC, 2005, p. 79-110.

FONSECA, Claudia. Os direitos da criança –Dialogando com o ECA. IN: FONSECA, Claudia; et al (orgs). **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCH, Mónica. De tempos em tempos: reflexões sobre a categoria tempo nos estudos sobre juventudes. IN: **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 99-128, jan./jun. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1974.

HARTMAN, Luciana. Como fazer pesquisa com crianças em tempos de

pandemia? perguntemos a elas. IN: **Revista Nupeart**, Vol. 04, 2020.

MOURA, Lia Cruz. Estado Penal e Jovens Encarcerados: uma História de Confinamento. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2005.

PEIXOTO, Luciana Alencar. **Sentidos sobre o processo de saída de adolescentes de uma instituição de acolhimento**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, UFAM, Manaus.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores: do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SIERRA, Pedro Daniel Martinez. Aproximación a las implicaciones sociales de la pandemia del COVID-19 en niñas, niños y adolescentes: el caso de México. IN: **Sociedad e Infancias**, 4, 2020: 185-288

SNIZEK, Barbara Kiechaloski. **Chegadas e partidas: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares**. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFPR, Curitiba.

TORRADO, Joana Miguelena; et al. IkasLagun Posta. Una iniciativa de refuerzo académico en los recursos residenciales de Gipuzkoa tras el

COVID-19. IN: **Sociedad e Infancias**. 4, 2020: 185-288

VALENTE, Jane. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

Risco, medo e vulnerabilidade: uma análise narrativa sobre os profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil



Marcus Vinícius Martins da Silva¹
Luis Felipe Lenz²

Resumo

Desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil foi observado que os profissionais de saúde que atuam na linha de frente em unidades de saúde sentiram impactos significativos em sua saúde e rotina (LOTTA; *et al.* 2021). Adicionado a esse contexto, a identidade desses profissionais é vista popularmente de maneira estigmatizada (GOFFMAN, 1963) por estarem cotidianamente lidando de perto com pacientes contaminados com o novo coronavírus (Sars-CoV-2). Com base nisso, buscamos analisar nessa pesquisa³ os impactos que têm intensificado cada vez mais a rotina desses profissionais durante a pandemia, tais como ansiedade, depressão e estresse (CAMPOS; *et al.* 2021). Nesse cenário de vulnerabilidade, a contaminação e a morte, respectivamente, têm se tornado cada vez mais comuns em suas rotinas; ao passo que se veem, quase sempre, sem alternativas para subverterem a situação.

Palavras-chave: Covid-19; profissionais de saúde; saúde mental; isolamento social.

¹ Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Iniciação Científica pelo INCT Brasil Plural (IBP/UFSC). E-mail: marcusmartinsbr@gmail.com

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Iniciação Científica pelo INCT Brasil Plural (IBP/UFSC). E-mail: oluislenz@gmail.com

³ Estudo realizado no âmbito do projeto "A COVID-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento" da Rede Covid-19 Humanidades – componente Santa Catarina – vinculado ao INCT Brasil Plural/UFSC, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia Grisotti.

Abstract

Since the beginning of the Covid-19 pandemic in Brazil, it has been observed that health professionals working on the front lines in health facilities across the country have had impacts on their health and routine (LOTTA; et al. 2021). He described this scenario, the identity of these professionals is popularly seen in a stigmatized way (GOFFMAN, 1963) as they are daily dealing closely with patients infected with the coronavirus (Sars-CoV-2). Based on this, we sought to analyze in this research the impacts that have increasingly intensified the lives and routine of these professionals during the pandemic, such as anxiety, depression and stress (CAMPOS; et al. 2021). In this scenario of vulnerability, contamination and death, respectively, have become increasingly common in their routines; while they find themselves, almost always, without alternatives to subvert the situation.

Keywords: Covid-19; health professionals; mental health; social isolation.

Introdução

No início de 2020, o mundo se deparou com um contexto alarmante, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que estávamos vivendo uma pandemia causada por um novo coronavírus⁴. A partir de então, milhões de pessoas do mundo todo foram contaminadas e passaram a vivenciar uma experiência atípica com a presença do vírus em seus corpos. No Brasil, a primeira pessoa confirmada que morreu pela doença foi uma mulher de 57 anos, em São Paulo⁵. Ações governamentais em diversas partes do globo foram essenciais para a diminuição do contágio e controle da pandemia. Todavia, no Brasil, a pandemia se instaurou de forma singular. A crise sanitária global do novo coronavírus chegou no país em meio a outra crise anterior: a crise política. A agenda neoconservadora já vinha tomando conta do país desde 2016 quando ocorreu o golpe/impeachment da presidenta Dilma Rousseff, intensificando em 2019 com a posse do Governo Bolsonaro. A partir de 2020 a situação foi piorando gradativamente quando a Covid-19⁶ passou a se disseminar por todo território brasileiro.

A crise sanitária global causada pela Covid-19 surpreendeu a todos e todas, sobretudo especialistas e pesquisadores (GRISOTTI, 2020), por escancarar problemas estruturais anteriores à chegada da pandemia. Em outros termos: a pandemia de Covid-19 revelou

⁴“OMS declara pandemia de coronavírus”. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2021.

⁵ “Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde” Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2021.

⁶ Doença infecciosa causada pelo coronavírus Sars-CoV-2.

problemas sociais, econômicos e políticos que grande parte dos brasileiros nem se davam conta. Tratando-se do atual governo bolsonarista, era recorrente ouvirmos a expressão "desgoverno" sinalizando uma falta de governo, ausência de projeto e planejamento. No entanto, o que a pandemia tem mostrado escancaradamente é que não se trata disso. A ideologia neoconservadora e de extrema direita regida pelo governo Bolsonaro expressa que existe sim um plano de governo, balizado por dimensões da necropolítica (MBEMBE, 2018), que diz respeito às políticas de Estado e de governo que possuem alvos específicos para legitimar ou não o direito à vida. Enquanto para uns é possível continuar vivo, para outros a morte é projetada politicamente (FARIAS, 2020).

Chegamos, então, ao tema central que norteia este estudo: a morte. Ainda que de forma indireta ou não tão expressa, o tema da morte permeia toda a condução deste trabalho. No contexto da pandemia, os altos números de vítimas contaminadas e mortas pela Covid-19 têm gerado inúmeras preocupações, pois além de revelar um problema de saúde, ela também revela problemas sociais e políticos graves.

A morte é resultado da precarização, da ausência de assistência e cuidados e, sobretudo, é o estágio limite na cadeia das desigualdades sociais de um povo-nação. Sônia Maluf (2021), em uma etnografia da/na pandemia, ilustra em termos literais essas desigualdades sociais produzidas no Brasil, escancaradas pela pandemia e acompanhadas por "janelas pandêmicas", seja a janela de sua residência no nordeste brasileiro, sejam as janelas do computador, sua ferramenta de trabalho, ou ainda a janela da televisão, onde acompanha em tempo real as notícias que chegam sobre a situação excepcional do país.

A partir de uma análise narrativa e etnográfica, acompanhada de uma leitura minuciosa sobre os dados quantitativos produzidos por diferentes plataformas, organismos estatais e áreas científicas sobre os povos mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas e povos tradicionais, Maluf (2021) reitera a expressa desigualdade emergente no contexto de pandemia e sua produção letal dia após dia. Não esquecendo que essa desigualdade, já estrutural na sociedade brasileira, toma proporções mais drásticas diante de um evento como a pandemia de Covid-19.

A antropóloga afirma que "a produção da desigualdade – e da morte – é hoje no Brasil uma política de governo" (MALUF, 2021, p. 274), o que confirma que as ações governamentais (ou a falta delas) desde o governo federal são balizadas por ideologias de

violações de direitos e extermínio de camadas mais vulneráveis socioeconomicamente. Sobre o lugar das Ciências Sociais como peça-chave para o contexto pandêmico, a autora destaca que

Tornar visíveis essas produções permanentes da desigualdade e tirar a desigualdade de seus regimes de normalização são algumas das contribuições que as Ciências Sociais e as teorias sociais críticas podem trazer. Uma delas é mirar de modo mais detido os modos como o sistema de saúde tem sido utilizado no enfrentamento à pandemia e como os dispositivos, programas e serviços de saúde estão sendo (ou não) acionados, como o SUS, o instrumento mais importante com que poderíamos contar neste momento, que foi negligenciado e deixado de lado. (MALUF, 2021, P. 274).

Marcia Grisotti (2020) também aponta para a importância do lugar das Ciências Sociais na produção de um conhecimento científico interdisciplinar, em que o diálogo entre a saúde e a vigilância sanitária é requisito indispensável para o avanço da própria ciência e de respostas eficientes para o controle e combate de doenças emergentes, além de ações que venham precaver outros eventos epidêmicos no futuro.

Recolocando, neste contexto, a centralidade das pesquisas científicas sobre doenças infecciosas emergentes (especialmente as de origem zoonótica) articuladas com os serviços de vigilância epidemiológica, é inevitável a defesa da formação do conhecimento interdisciplinar (por exemplo, entre a ciência médica e a veterinária) e da gestão interdependente dos setores e órgãos públicos ligados à saúde, para fomentar as políticas de saúde global na antecipação de novos eventos similares à pandemia de Covid-19. E tanto na produção do conhecimento quanto na gestão dos serviços de saúde pública, as ciências sociais possuem papel fundamental: quem poderá intermediar as relações entre os pesquisadores da área da saúde humana e animal (ciência), a sociedade (com os diferentes interesses sociais e econômicos envolvidos), os técnicos da vigilância epidemiológica e os gestores do sistema de saúde, especialmente quando o processo de tomada de decisão envolver mudanças de hábitos e comportamentos? Epstein (1995) menciona a conclusão de uma conferência realizada por agências internacionais de saúde na qual o maior impedimento para o monitoramento e a detecção das doenças é a fragmentação da epidemiologia e sua não integração com outras disciplinas científicas; sugerindo a formação de uma metodologia integrativa e o reconhecimento da importância dos fatores econômicos e sociopolíticos no uso dos recursos naturais, na direção das mudanças globais e na determinação das exposições, vulnerabilidades e acessos aos tratamentos. Janes et al. (2012), através de vários exemplos, reiteram também a importância das ciências sociais na criação de respostas apropriadas em saúde pública em relação aos riscos e emergência de epidemias. (GRISOTTI, 2020, P. 06).

Para além da investigação e compreensão das desigualdades e problemas emergentes de cunho político e social, as Ciências Sociais possuem papel crucial e obrigatório na condução de resolução de problemas de saúde, como bem mostra a pandemia de Covid-19 no Brasil, evidenciando que não se trata apenas de uma crise sanitária, mas também social. Isso coloca, todavia, a interdisciplinaridade como requisito indispensável na condução de respostas e ações governamentais, como políticas públicas.

A partir disso, é sabido que desde o início da pandemia, incessantes reflexões e apontamentos são levantados por pesquisadores e especialistas. Uma das pautas recorrentes trata da saúde e do contexto de trabalho dos profissionais de saúde que estão na linha de frente em hospitais e unidades de saúde espalhadas pelo país. O tema da saúde mental, bem como a análise sobre a condição vulnerável e precarizante de trabalho desses profissionais, são questões emergentes que apontam para a necessidade de ações e respostas estratégicas das instâncias governamentais para este segmento.

Neste artigo, objetivamos tratar dos índices crescentes de adoecimento mental de profissionais da saúde à luz de uma análise socioantropológica (GRISOTTI, 2020), apresentando uma reflexão sobre as questões que têm emergido como agravantes no impacto da saúde mental e física de profissionais da saúde.

O trabalho está inserido em uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) a partir da FINEP⁷ e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulada “A COVID-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento”. A investigação, vigente desde o segundo semestre de 2020, vem sendo desenvolvida no âmbito da Rede Covid-19 Humanidades⁸, que agrega pesquisadores/as e profissionais especializados de diversas instituições do país, sobretudo universidades públicas. A coordenação geral do projeto é assinada pelo Prof. Dr. Jean Segata (UFRGS).

Motivados por um dos objetivos centrais do projeto maior, que trata da investigação socioantropológica sobre os impactos e vulnerabilidades vivenciados por profissionais de

⁷ Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) do Governo Federal. Ver mais em: <http://www.finep.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

⁸ <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php/br>. Acesso em: 24 ago. 2021.

saúde no Brasil, trazemos os números que traduzem a disseminação da Covid-19 entre trabalhadores da saúde e fazemos uma revisão narrativa de estudos que têm abordado o impacto da pandemia sobre esse segmento.

Enquanto estudantes-pesquisadores vinculados ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural⁹ na condição de bolsistas de iniciação científica, estamos realizando o estudo conjuntamente em uma equipe de 15 pessoas em Santa Catarina, sendo cinco professoras-orientadoras e dez estudantes (sete bolsistas e três voluntários) vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vale ressaltar que o processo de pesquisa realizado até o momento se deu inteiramente de forma virtual, dadas as implicações sanitárias no atual contexto, e também pelas medidas de suspensão de atividades presenciais estabelecidas pela administração central da UFSC.

Desde novembro de 2020, com pelo menos um encontro semanal de duas horas, além da realização de atividades programadas dentro do plano de trabalho da pesquisa, desenvolvemos um levantamento quantitativo a partir dos Boletins Epidemiológicos Especiais do Ministério da Saúde, com vistas a compreender a dimensão do impacto do coronavírus na realidade de trabalho dos profissionais de saúde, considerando os números contabilizados entre notificações de contaminações e mortes.

Amparados por uma análise ainda prematura e incerta dos dados sobre contaminações e mortes entre profissionais de saúde, nos deparamos com dois principais problemas: 1. a falta de dados detalhados sobre como o impacto da pandemia acomete profissionais de saúde; e 2. a subnotificação, que afeta substancialmente a análise dos números de mortes e contaminações.

A partir da identificação desses dois problemas, buscamos localizar estudos realizados no calor da pandemia, para então seguir produzindo uma revisão narrativa sobre aspectos e resultados que permitissem alcançar nossos objetivos. Utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa, com vistas à melhor compreensão dos aspectos subjetivos sobre a realidade estudada, assim como do contexto histórico e temporal, levando em consideração as especificidades dos dados e atores da pesquisa, neste caso os profissionais de saúde que atuam na linha de frente no combate à Covid-19 no Brasil (MINAYO, 2013).

⁹ <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Foram selecionados 8 (oito) trabalhos das áreas de saúde coletiva, enfermagem, neuropsiquiatria e ciências sociais publicados na base de dados SciELO, utilizando as palavras-chave: profissionais de saúde, Covid-19, impactos, saúde mental, segurança, medo, condições de trabalho, e precarização. Apresentamos abaixo os principais resultados do estudo, que apontam para a necessidade de uma reflexão crítica e complexa sobre o evento da pandemia entre profissionais de saúde do Brasil. Alguns dos resultados elencados aqui foram apresentados em eventos científicos das áreas de Saúde e Ambiente¹⁰, quando foi possível aprimorar a reflexão e conduzir o estudo de forma amadurecida.

1. Risco, medo e vulnerabilidade

1.1. O que os números revelam?

A partir dos dados publicados nos Boletins Epidemiológicos Especiais do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021), é possível identificar que até o dia 1º de março de 2021 ocorreram no país ao menos 481.795 confirmações de casos de Covid-19 em profissionais de saúde¹¹. As profissões mais afetadas foram técnicos e auxiliares de enfermagem (159.786), enfermeiros (73.819), médicos (53.549) e agentes comunitários de saúde (24.540). Dos casos notificados, 470 evoluíram para óbito. Estes números devem ser analisados levando em consideração a possibilidade de subnotificação, problema que acompanha a pandemia desde o início. Levantamentos do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)¹² indicam essa subnotificação. Eles apontam, também até o início de março de 2021, a morte de 551 médicos e 646 enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem pela Covid-19. O Cofen ainda estima que existam no país 6.649.307 trabalhadores que atuam no segmento da saúde.

¹⁰ Destacamos a participação no Simpósio Estadual em Ambiente e Saúde, realizado virtualmente entre os dias 29/06 e 01/07/2021, no qual apresentamos os dados parciais do referido estudo e recebemos contribuições feitas no GT "Ambiente, Saúde e Educação", coordenado pelo Prof. Dr. Alberto Sumiya e Profa. Dra. Priscila Detoni. E também a participação na IV Reunião de Antropologia da Saúde, entre os dias 22/09 e 24/09/2021, onde apresentamos o referido estudo no GT "Pandemia silenciosa: saúde mental, sofrimento social e o novo coronavírus", coordenado pela Profa. Dra. Sônia Maluf e Profa. Dra. Érica Quinaglia Silva.

¹¹ Os dados utilizados nos boletins são referentes ao Sistema de Informação de Vigilância da Gripe (SIVEP – Gripe) de acesso público através do DATASUS (<https://opendatasus.saude.gov.br/>). Portanto, são parciais e se limitam aos casos registrados nesta plataforma

¹² "Brasil perde ao menos um profissional de saúde a cada 19 horas para a Covid". Disponível em: http://www.cofen.gov.br/brasil-perde-ao-menos-um-profissional-de-saude-a-cada-19-horas-para-a-covid_85778.html. Acesso em: 26 ago. 21.

O índice de testagem do Brasil é muito baixo, sendo que esta é considerada uma das principais estratégias para o combate à Covid-19, como lembra Nogueira *et al.* (2020), que estimam a subnotificação de casos de coronavírus em Santa Catarina nas primeiras 16 semanas epidemiológicas de 2020. A partir da comparação entre os casos de Covid-19 e de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) registrados em 2020, e o cotejamento destes dados com os casos de SRAG dos últimos cinco anos, e ainda a comparação dos números de óbitos por Covid-19 e SRAG no mesmo modelo, os autores indicam que

Tomando como base o número de hospitalizações por SRAG em 2020 que excederam a média correspondente aos anos anteriores, exceto 2016, estimou-se que a subnotificação de registros de casos confirmados de COVID-19 em Santa Catarina possa ser de até aproximadamente 82%. Contudo, ao se utilizar o número de óbitos por SRAG em 2020, estima-se que o número real de óbitos decorrente do novo coronavírus em Santa Catarina deve ser em torno de 278% acima do número de registros oficiais. Isto indica que número de óbitos por COVID-19 no estado, ocorrido nas primeiras 16 semanas epidemiológicas de 2020, seja de 117 ao invés dos 42 oficialmente confirmados até 26/04/2020. Se considerarmos que a COVID-19 apresenta uma taxa de letalidade próxima de 1%, pode-se extrapolar que o número potencial de casos de indivíduos infectados pelo novo coronavírus em Santa Catarina até 26/04/2020, e que apresentaram sintomas da doença, deva ser de aproximadamente 11.700. (NOGUEIRA *et al.* 2020, P. 06).

Ainda é lembrado que esse número indica apenas os casos sintomáticos, que representam 20% do total, o que elevaria o número de infectados em Santa Catarina para 58.500 indivíduos no período, muito mais que os 1.337 registrados. A subnotificação faz com que os números de casos de contaminação e óbitos divulgados não correspondam à realidade do problema, prejudicando as tomadas de decisão e o planejamento da gestão de recursos e necessidade de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), por exemplo.

Levando isso em conta, ainda complementamos, a partir do SIVEP-Gripe¹³, que até o dia 14 de junho de 2021 ocorreram no país ao menos 559.366 confirmações de casos de Covid-19 em profissionais de saúde. As profissões mais afetadas foram técnicos e auxiliares de enfermagem (182.596), enfermeiros (86.787), médicos (61.286) e agentes comunitários de saúde (28.780). Dos casos notificados, 911 evoluíram para óbito por Covid-19.

¹³ Disponível em: <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/bd-srag-2021>. Acesso em: 26 ago. 2021.

1.2. Análise narrativa: os profissionais de saúde em contexto

Os números demonstram um contexto preocupante para os profissionais de saúde, porém, sozinhos não explicam o impacto sobre eles, considerando sua saúde, segurança no trabalho e efeitos psicológicos. As pesquisas, por meio da revisão narrativa, nos ajudam a identificar os aspectos mais recorrentes e que mais impactam no setor antes e durante esse período. Essa análise não encerra o tema e buscamos contribuir para a discussão e evidenciar a importância e necessidade de atenção para com os profissionais de saúde.

Vedovato *et al.* (2021), a partir de reportagens sobre o tema durante a pandemia, analisam as condições de trabalho da área da saúde no Brasil. É ressaltado que mesmo antes do novo cenário enfrentado pelos profissionais de saúde no combate à Covid-19 o setor já vinha sendo precarizado. Neste sentido, são evidenciadas as condições necessárias para o trabalho seguro e eficaz desses profissionais, representadas pela disponibilidade de estrutura e insumos necessários. Os autores também apontam a questão salarial em um setor onde os baixos salários fazem com que muitos profissionais tenham mais de um emprego, trabalhando em mais de uma unidade de saúde.

Souza *et al.* (2021) também evidenciam a precarização do trabalho em saúde e como o enfrentamento da pandemia de Covid-19 expõe esta condição trazendo uma importante questão: a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congela o teto de gastos públicos por 20 anos, resultando na diminuição do investimento em saúde, ou seja, intensificando a precarização, identificada a partir da falta de material e insumos básicos nas unidades, e a não contratação de novos profissionais para o setor, que aumenta o desgaste e o risco para os trabalhadores em serviço, o que é potencializado pelo subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo contexto da pandemia.

No Brasil, a precariedade no trabalho, bem como os impactos na saúde mental e física de profissionais de saúde durante a pandemia, atingem consideravelmente mais as mulheres, que por sua vez representam 70% da força de trabalho global na linha de frente de combate à pandemia, segundo Lotta *et al.* (2021). Esse cenário se soma à dimensão racial, uma vez que as profissionais mulheres negras se apresentam mais vulneráveis aos riscos de contaminação e de impactos físicos e mentais, como exaustão física, depressão e estresse, levando-nos a uma compreensão sobre a dimensão desses impactos a partir de uma ótica interseccional (CRENSHAW, 2002).

Vedovato *et al.* (2021) ainda salientam o medo, o estresse e a ansiedade que a exposição à doença gera. O medo está presente fora do ambiente de trabalho desgastante dos profissionais, visto que a Covid-19 é caracterizada como uma “doença ocupacional” (MAENO; CARMO, 2020 *apud* VEDOVATO *et al.* 2021) por ser facilmente transmitida em locais de grande movimentação de pessoas, como nos locais públicos, dado que a contaminação se efetiva facilmente através de contato físico ou por proximidade. Assim, nos deslocamentos diários de casa ao trabalho já está aumentada a probabilidade do risco de contaminação, sem falar no próprio ambiente de trabalho hospitalar. Na análise das reportagens, os autores ainda ressaltam a questão das tensões e do estigma por conta de os profissionais de saúde serem vistos como “transmissores do vírus”. Eles recomendam a garantia de condições de trabalho apropriadas e de apoio psicológico aos profissionais.

Pappa *et al.* (2020) também tratam do tema e expõem, a partir das pesquisas analisadas¹⁴, que as principais preocupações dos profissionais de saúde em relação à Covid-19 são: o risco de infecção de colegas e de familiares, o cumprimento das medidas de proteção e a violência médica¹⁵. Isso é complementado pela imagem estigmatizada (GOFFMAN, 1963) que a sociedade desenvolve dos profissionais de saúde como perigosos e contaminados por conta do contato direto em que estão assujeitados ao lidar com a doença, o que não contribui para o reconhecimento do trabalho que estes fazem num momento tão complexo.

Ao mesmo tempo em que há uma imagem negativa dos profissionais de saúde por conta do ambiente em que trabalham e o suposto perigo que representam, eles também são considerados “heróis” por estarem na linha de frente no combate do vírus e da doença, como exemplificam Campos *et al.* (2021). Ou seja, se por um lado é demonstrada a admiração da população pelo trabalho dos profissionais de saúde, por outro é possível identificar o aumento da pressão devido à uma rotina já estressante, sobrepondo o fato de que trabalhadores de saúde também são humanos, cometem erros, cansam e ficam doentes.

Campos *et al.* (2021) realizaram uma pesquisa com 1.609 profissionais de saúde no Brasil, entre maio e junho de 2020, identificando os impactos psicológicos decorrentes da pandemia de Covid-19 que afetaram a vida dos profissionais. Foram elencados depressão,

¹⁴ Disponível em: <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/bd-srag-2021>. Acesso em: 26 ago. 2021.

¹⁵ A violência médica aqui instaurada atinge a identidade estigmatizada de alguns profissionais dentro de seus ambientes de trabalho em decorrência de estarem mais vulneráveis ao contágio do vírus, cuidando a todo instante de pacientes com Covid-19.

ansiedade e estresse. Nesses termos, 90% dos entrevistados relataram sintomas de doenças mentais, sendo 88% posteriores ao início da pandemia. Entre os trabalhadores, dentistas e nutricionistas que tiveram que suspender suas práticas por conta das medidas de distanciamento foram afetados pela incerteza econômica causada pela pandemia. Por outro lado, médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem não pararam de trabalhar. Ao contrário, sofreram uma grande sobrecarga de trabalho e pressão por resultados.

Um dado interessante da pesquisa de Campos *et al.* (2021) é o baixo número de casos de ansiedade declarados em comparação com estresse e depressão. Isto é interpretado a partir da questão temporal da pandemia, conforme citado por Eysenck *et al.* (2006 apud CAMPOS *et al.* 2021) e Rinaldi *et al.* (2017 apud CAMPOS *et al.* 2021), uma vez que casos de ansiedade são normalmente relacionados com problemas futuros, enquanto o estresse é associado com o presente e depressão com perdas do passado. Sendo assim, um momento como a pandemia traz a necessidade de resposta imediata ao problema, bem como de lidar com a perda de pacientes. Nesse sentido, talvez sejam identificados mais casos de ansiedade no momento inicial da pandemia em cidades que estavam “esperando o vírus chegar”, com áreas hospitalares preparadas, mas ainda sem casos de contaminação, gerando a apreensão do impacto que seria causado pelo vírus.

Também buscando identificar sintomas de ansiedade e depressão, Depolli *et al.* (2021) desenvolveram uma pesquisa com profissionais de saúde de um hospital universitário de Vitória, Espírito Santo. Participaram da pesquisa 159 trabalhadores, sendo 123 (77,3%) do sexo feminino e 36 (22,7%) do sexo masculino, com média de 42 anos. Entre as conclusões é possível identificar a grande pressão por resultados que ocorre no setor, aumentando as chances de prejuízos à saúde. Profissionais com comorbidades ou atuando na linha de frente são os que mais apresentaram sintomas de impacto psicológico.

Em outra pesquisa, com 332 profissionais de saúde do Brasil, Brito-Marques *et al.* (2021) abordam mais um aspecto que acompanha a questão da saúde desses profissionais: a qualidade de sono. Os autores demonstram que aqueles profissionais atuantes na linha de frente têm maior chance de desenvolver problemas no sono. Medo, insegurança, e jornadas de trabalho desgastantes são somados à dificuldade de dormir, por exemplo, que ao mesmo tempo contribui para a piora dos outros fatores citados, aumentando os possíveis danos à saúde física e mental desses trabalhadores. A maioria dos participantes da pesquisa foram

mulheres (67,8%) com média de idade de 36 anos. Pelo menos metade já apresentava alguma comorbidade, sendo questões psicológicas as mais prevalentes (13,3%), 64% tinham medo de pegar ou transmitir a doença e 61% não se sentiam seguras no ambiente de trabalho (BRITO-MARQUES *et al.* 2021).

Em resumo, os autores identificam sintomas de depressão (73%), ansiedade (75,8%) e má qualidade de sono (73,4%), sintomas que se relacionam entre si. O estudo mostrou que 65,6% dos profissionais de saúde tinham reclamações sobre seu sono, com algum grau de insônia (BRITO-MARQUES *et al.* 2021). Todos esses aspectos já são preocupantes individualmente, e quando somados expõem os riscos impostos à saúde mental. Esses dados reiteram, mais uma vez, a importância da atenção à saúde dos trabalhadores para que eles possam continuar exercendo suas funções – essenciais para a sociedade – com segurança e saúde.

Uma síntese dos pontos identificados e abordados pelas pesquisas revisadas expõe algumas recorrências. As inseguranças no trabalho, previamente causadas pelo subfinanciamento do SUS, aumentam o impacto sofrido pelos profissionais de saúde durante a pandemia. Esse impacto é traduzido pelo sentimento de medo, pela imagem estigmatizada e pelo aumento dos níveis de estresse, depressão e ansiedade entre a classe. Reforçamos que todas as pesquisas analisadas foram desenvolvidas também durante a pandemia. Portanto, sofrem as limitações que o momento nos impõe, baseando-se principalmente em questionários on-line e pesquisas bibliográficas.

Vale mencionar sobre a importância de desenvolver uma análise a partir da óptica dos marcadores sociais da diferença. Nesses termos, foi observado que o marcador de gênero é atenuado de forma expressa para balizar uma compreensão das vulnerabilidades a partir da identidade enquanto categoria social. Todavia, tratando-se do marcador de raça, o mesmo não foi identificado nos estudos, o que assevera a importante necessidade de levar em consideração a dimensão racial com maior profundidade analítica nos estudos. Isto, portanto, nos preocupa e nos leva a refletir sobre um contexto ainda mais crítico de como os profissionais de saúde estão sendo afetados pela pandemia a partir da perspectiva racial, sabendo que em termos de números de contaminação e mortes em todo o país a população negra foi o grupo mais brutalmente atingido, onde milhares de pessoas negras sequer tiveram seu óbito notificado pelo Estado e nem tampouco um enterro digno (ARAÚJO *et al.* 2020).

Conclusão

É possível perceber que todos os estudos citados neste trabalho concluem que é imprescindível a efetiva atenção aos profissionais de saúde, tanto naquilo que concerne às questões de segurança do trabalho quanto no suporte e assistência à saúde mental e valorização de seu trabalho. Grande parte desse contexto já vinha sendo vivido antes da pandemia. A crise sanitária mundial desencadeada pela pandemia de Covid-19 expôs, de forma evidente, diversos problemas socioeconômicos que enfrentamos diariamente no país. Um deles é a falta de investimento em saúde pública e a desvalorização do SUS, que mesmo assim segue sendo essencial para toda a sociedade brasileira e insubstituível em seu alcance e nível de atenção, além de ser um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo.

Nesse sentido, produzir e implementar estratégias que efetivem o cuidado com a saúde dos profissionais que atuam na linha de frente é essencial para o próprio combate à pandemia, pois espera-se que os profissionais de saúde tenham as condições – físicas e mentais – necessárias para continuarem atuando, cuidando e tratando de pessoas acometidas pelo coronavírus.

Segundo Teixeira *et al.* (2020),

No caso brasileiro, o cuidado em saúde mental dos profissionais de saúde ainda está sendo estruturado através das Secretarias municipais e estaduais da saúde, com apoio das universidades públicas e centros de pesquisa, que têm fornecido subsídios teóricos com base em evidências científicas produzidas em outros países. Nessa perspectiva, vêm sendo propostos planos de contingência para a atenção psicossocial e a promoção da saúde mental dos trabalhadores da saúde em vários estados, assim como observa-se iniciativas de associações profissionais da área de saúde mental. (TEIXEIRA *et al.* 2020, P. 3471-3472).

Os institutos de pesquisa e, sobretudo, as universidades públicas brasileiras, vêm realizando um trabalho importante, também considerado essencial no combate à pandemia, pois é através de pesquisa e conhecimento científico que a produção e efetivação de políticas públicas se tornam reais. Não existe desenvolvimento social sem produção de conhecimento científico e não existem políticas públicas sem pesquisas. Mesmo diante das incertezas que a ciência no Brasil passa nesse momento, é possível ver o esforço e contribuição de pesquisadores e especialistas em produzir respostas para a pandemia através de pesquisas

de ponta. No entanto, sem investimento, apoio e valorização da ciência e dos cientistas brasileiros, dificilmente existirá avanço e rápido retorno para reverter a situação pandêmica.

A partir da “Linha do tempo da Estratégia Federal de Disseminação da Covid-19”, de Ventura e Reis (2021), é constatada a atuação proposital do governo federal brasileiro contra medidas sanitárias recomendadas pela OMS e por especialistas para o combate à pandemia. Isso se dá a partir da [pseudo] estratégia de “combate” por meio da imunização de rebanho, medida já desconsiderada pela comunidade científica desde o início da pandemia, dada sua ineficácia. Para tanto, identifica-se o incentivo ao descumprimento de medidas sanitárias pela população, a falta de consideração pelas mortes e impactos da doença, o bloqueio de medidas tomadas em nível estadual e municipal e o foco no assistencialismo econômico com o intuito de “salvar a economia”, ao invés de proteger a saúde dos brasileiros. Todas essas ações são tomadas com consciência, integrando um projeto neoliberal e genocida que põe em xeque a vida de todos os brasileiros, sobretudo os mais vulneráveis socialmente.

Embora de natureza distinta, constatou-se, em primeiro lugar, a confluência entre as esferas normativa, de gestão e discursiva da resposta federal à pandemia. Neste sentido, no que atine à disseminação da doença no Brasil, *há coerência entre o que se diz e o que se faz*. Com efeito, mesmo quando se referem a “salvar vidas”, autoridades federais com papel central na resposta à pandemia, e particularmente o Presidente da República, tratam essencialmente da assistência a pessoas infectadas pelo vírus, e não à prevenção do contágio. Tal assistência em geral tem por foco a preconização do “tratamento precoce” por medicamentos comprovadamente ineficazes, e no cumprimento de obrigações legais, como a realização de repasses financeiros da União aos demais entes federativos. (VENTURA; REIS, 2021, P. 17) (grifo do autor).

Essa forma de lidar com a pandemia claramente prejudica também o segmento dos profissionais de saúde que precisam encarar uma situação tão complexa, e ainda têm sua atuação sabotada pelo governo federal por meio do não incentivo de medidas sanitárias, provocando um cenário mais crítico de contaminação, que resulta no aumento do número de óbitos e na sobrecarga dos serviços de saúde.

Não ocorre mudança expressiva da postura do governo federal nem mesmo quando o Brasil passa a ser apontado como pária internacional; ou como a pior resposta do mundo à pandemia em ranking de 98 países, em 09/01/2020; ou quando a situação brasileira é definida por um dos mais importantes atores do campo da saúde global, a Organização Não-Governamental Médicos Sem Fronteiras, como uma catástrofe sanitária e também como a pior resposta do mundo à pandemia. (VENTURA; REIS, 2021, P. 24).

Podemos afirmar, a partir desse estudo, que não somente a pandemia é um problema complexo e multidimensional, no sentido de afetar drasticamente vários setores e segmentos da sociedade – ainda que alguns sejam mais afetados que outros, como acontece na própria categoria dos profissionais de saúde que vivenciam-na de maneira diferenciada a partir de suas funções, conforme ocorre com técnicos e auxiliares de enfermagem –, mas sobretudo o seu combate e a sua resolução também se colocam como tarefas difíceis e complexas. Todavia, sabe-se que é por meio de políticas públicas e de ações governamentais baseadas nos princípios e diretrizes do SUS que se alcança qualidade para o trabalho dos profissionais de saúde. A efetiva assistência para esses trabalhadores e a colaboração da sociedade em geral é imprescindível para uma mudança na forma de gerir a pandemia em nível social e político.

Diante disso, pensando sobre o lugar dos trabalhadores de saúde nesse contexto, é mais que necessário que o setor seja bem assistido em termos de políticas públicas e ações governamentais que fortaleçam as políticas já existentes, e sobretudo o próprio SUS. Se não for esse o caminho, certamente o Brasil continuará perdendo mais vidas, incluindo de profissionais de saúde, e será marcado com o título de fracassado na gestão da pandemia.

Referências

ARAÚJO, F. *et al.* As valas comuns: Imagens e políticas da morte. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020 – pp. 1-12.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico Especial: Doença pelo Coronavírus Covid-19 nº 44*. Brasília, DF: Ministério da Saúde,

2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/07/boletim_epidemiologico_covid_44.pdf. Acesso em: 02 maio 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico Especial: Doença pelo Coronavírus Covid-19 nº 52*. Brasília, DF: Ministério

da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/05/boletim_epidemiologico_covid_52_final2.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico Especial: Doença pelo Coronavírus Covid-19 nº 68*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/junho/25/68_boletim_epidemiologico_covid.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRITO-MARQUES, J. M. A. M. *et al.* Impact of COVID-19 pandemic on the sleep quality of medical professionals in Brazil. *Arq Neuropsiquiatr*, v. 79, n. 2, p. 149-155, Feb. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33759982/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CAMPOS, J. A. D. B. *et al.* Symptoms related to mental disorder in healthcare workers during the COVID-19 pandemic in Brazil. *Int Arch Occup Environ Health*, v. 94, n. 5, p. 1023-1032, Jul. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33559748/>. Acesso em: 15 maio 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10. vol. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

DEPOLLI, G. T. *et al.* Ansiedade e depressão em atendimento presencial e tele-saúde durante a pandemia de Covid-19:

um estudo comparativo. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pjxn-jTMqTYV44hnWJSGW4Gs>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FARIAS, J. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020. 320p.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1963.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300202, pp. 1-7, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gXqWRN4wMcLYpVgC7SnMqyL/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LOTTA, G. *et al.* Gender, race, and health workers in the COVID-19 pandemic. The Lancet. Health and care workers are owed a better future. *Correspondence*, v. 397, p. 968-969, Mar. 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00530-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00530-4/fulltext). Acesso em: 17 maio 2021.

MALUF, S. W. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. *Tomo*, n. 38, p. 251-285, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/14280>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, M. C. S. A produção de conhecimentos na interface entre as ciências sociais e humanas e a saúde coletiva. *Saúde soc.*, v. 22, n. 1, p. 21-31, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/TfT-kvt9jf8MZcRTr8BbQXNm/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

NOGUEIRA, A. *et al.* Estimativa da subnotificação de casos da covid-19 no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/05/aqui.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PAPPA, S. *et al.* Prevalence of depression, anxiety, and insomnia among healthcare workers during the COVID-19 pandemic: A systematic review and meta-analysis. *Brain, Behavior, and Immunity*, n. 88, p. 901-907, Aug. 2020. Disponível em: <https://pub-med.ncbi.nlm.nih.gov/32437915/>. Acesso em: 29 maio 2021.

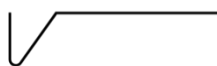
SOUZA, N. V. D. O. *et al.* Trabalho de enfermagem na pandemia da Covid-19 e repercussões para a saúde mental dos trabalhadores. *Rev Gaúcha Enferm.*, v. 42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/MHPHGN-FPtgYJgQzwyFQnZZr/>. Acesso em: 29 maio 2021.

TEIXEIRA, C. F. S. *et al.* A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3465-3474, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6J6vP5KJZyy7Nn45m3Vfypx/>. Acesso em: 29 maio 2021.

VEDOVATO, T. G. *et al.* Trabalhadores(as) da saúde e a COVID-19: condições de trabalho à deriva? *Rev. bras. saúde ocup.*, n. 46, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/CHvhLDtkH8WPmSygjHZgzNw/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

VENTURA, D. F. L.; REIS, R. *A Linha do Tempo da Estratégia Federal de Disseminação da Covid-19*. São Paulo: CEPEDISA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003016698>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Desigualdades, isolamento e o ensino remoto emergencial: reflexões a partir da realidade de estudantes da rede pública de ensino médio do Distrito Federal



Stefan Klein¹
Clara Chaves²
Cecília Palau³
Mariana Moreno⁴
Isabella Sousa⁴
Daniel Maia⁴
Carolina Nogueira⁴
Júlia Vivas⁴
Irene do Planalto⁴
Amanda Paes⁴
Guilherme da Luz⁴

Resumo

O presente artigo articula alguns resultados da pesquisa *Escolas e a imaginação sociológica em tempos de pandemia*, realizada com estudantes do ensino médio da rede pública do Distrito Federal. No contexto da interrupção das aulas em virtude dos efeitos da pandemia de COVID-19, voltamos o nosso olhar às possibilidades de acesso e uso de tecnologias, bem como às condições de estudo, incorporando debates mais amplos acerca da temática e indagando o lugar da imaginação sociológica como elemento relevante para pensar as contradições do momento. A investigação atentou especialmente ao papel do isolamento e das desigualdades educacionais, buscando diagnosticar dificuldades e obstáculos da introdução precária do que ficou conhecido por ensino remoto emergencial (ERE). Com base em questionário *online* aplicado durante os meses de agosto e setembro de 2020 que obteve 502 respostas, realizamos uma discussão teórico-empírica combinando análises estatísticas descritivas com a metodologia da pesquisa-ação, indagando acerca dos embates da adoção do ERE e confrontando as questões postas na literatura com parte dos achados da pesquisa. Finalmente, concluímos expondo algumas reflexões a partir das dificuldades colocadas pelo referido cenário, apontando preliminarmente dilemas futuros para as ciências sociais que se desdobram das discussões anteriores, destacando a necessidade do diálogo com os grupos envolvidos e do recurso à postura crítica em face do recurso às tecnologias utilizadas.

Palavras-chave: Ensino remoto emergencial; isolamento; pandemia de Covid-19; Ciências sociais.

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (SOL/UnB). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

² Licenciada em Ciências Sociais e Bacharela em Sociologia pela Universidade de Brasília.

³ Licenciada em Ciências Sociais e Bacharelada em Sociologia pela Universidade de Brasília.

⁴ Licenciando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília.

Abstract

The present essay articles some results of the research Schools and the sociological imagination in pandemic times, taken through with high school students of public schools in the Distrito Federal (Brazil). In the wake of the interruption of classes in the aftermath of the COVID-19 pandemic, we looked at the possibilities of accessing and using technologies, as well as the conditions of studying, incorporating wider debates concerning this theme and inquiring the place of sociological imagination as a relevant aspect to reflect the present contradictions. The study focused specially the role of isolation and educational inequalities, in an effort to diagnose the difficulties and obstacles of what became known as the emergency remote teaching. Based upon an online survey applied during August and September 2020 that obtained 502 responses, we take through a theoretical-empirical debate concerning different conflicts surrounding emergency remote teaching, confronting aspects presented throughout the literature with some of our research findings. The article concludes bringing forward a number of reflections taken from this scenario, pointing out possible future dilemmas for the Social sciences stemming from the aforementioned discussions, and stressing the necessities of dialoguing with the affected groups as well as bringing a critical stance towards the required technologies.

Keywords: Emergency remote teaching; isolation; Covid-19 pandemic; Social sciences.

Introdução

O presente artigo apresenta resultados e reflexões derivados da pesquisa intitulada *Escolas e a imaginação sociológica em tempos de pandemia*⁵, realizada junto a estudantes das escolas da rede pública do Distrito Federal (DF), por meio da aplicação de questionário *online*, no esteio das medidas de isolamento social exigidas em decorrência da pandemia de Covid-19. Mais especificamente, voltamos nosso olhar ao ensino médio visando, de um lado, diagnosticar dificuldades e obstáculos da implementação emergencial e precária das atividades *online* naquele momento específico e, de outro, pensar formas de enfrentamento ou mitigação dos efeitos do isolamento no contexto educacional.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo encontra-se estruturado em duas seções principais. Na primeira, dialogando com as principais referências que orientaram a feitura do projeto e a nossa prática intelectual, contextualizamos brevemente a

⁵ O referido projeto foi parcialmente sustentado em suas necessidades materiais por auxílio financeiro da Universidade de Brasília, disponibilizado pelos Decanato de Pesquisa e Inovação e Decanato de Extensão (Edital COPEI - DPI/DEX N° 01/2020) e pelo Departamento de Sociologia. Ainda que a energia e o tempo voluntariamente ofertados pela equipe tenham sido fundamentais para a efetiva realização das atividades, somos imensamente gratas pela concessão dos referidos auxílios, que contribuíram marcadamente num momento de penúria da pesquisa brasileira. Além disso, agradecemos também às/aos pareceristas anônimas/os, cujas preciosas sugestões foram de grande valia para melhorar a versão final do artigo.

pandemia e as medidas em torno da implementação do ensino remoto emergencial (ERE) no DF para, a seguir, situarmos o desenho da pesquisa e caracterizarmos a amostra. Na segunda seção, expomos e discutimos os principais dados do nosso amplo estudo que consideramos relevantes para esta discussão, cujo foco se volta às condições de acesso à internet, de estudo e o domínio (ou a falta) das ferramentas necessárias ao efetivo usufruto do ensino remoto, incluindo a disponibilidade de dispositivos eletrônicos que permitam acompanhar o conjunto de atividades as quais passaram a ser realizadas virtualmente. Concluímos pontuando reflexões, críticas e ações visando enfrentar as limitações impostas pelo referido contexto. Ainda que estejamos nos referindo apenas à realidade do DF, entendemos que algumas dessas propostas ultrapassam o espaço particular desta pesquisa e podem ser observadas em uma perspectiva mais ampla e em todo o país.

Nas considerações finais, elaboramos perspectivas que avaliamos deverem ser salientadas em decorrência tanto das desigualdades acentuadas pela pandemia quanto por elementos que interessam à atuação educacional e, em particular, ao ensino de Sociologia. Em suma: avaliamos que o lugar das Ciências Sociais se mostra, ao contrário do que frequentemente permeia o imaginário coletivo, como privilegiado para observar e interferir nessa(s) realidade(s).

1. O desenho da pesquisa: a pandemia de COVID-19 e a implementação do ensino remoto emergencial no Distrito Federal

1.1. Contextualizando a pandemia, as ciências sociais e o ERE

A gestão da crise sanitária no Brasil, ancorada em ideais neoliberais e no negacionismo científico, foi agravada pela ação do governo federal por meio de políticas que assumem diversas características enquadradas na necropolítica, suplantando direitos humanos e sociais e expondo populações historicamente vulneráveis a riscos de morte (CAPONI, 2020). Evitar a disseminação de discursos negacionistas é uma tarefa urgente e interdisciplinar, exigindo a construção de pontes entre epidemiologistas, sanitaristas, cientistas sociais, educadoras⁶, psicólogas, dentre outras(os) profissionais.

⁶ Utilizamos o feminino haja vista a maior participação feminina nos grupos a que fazemos referência.

Nesse sentido, Marcia Grisotti (2020) aponta uma série de impactos sociais, culturais e econômicos ocasionados pela pandemia da COVID-19, que devem ser incorporados às agendas de pesquisa das Ciências Sociais em diálogo com as outras áreas do conhecimento. A antropização de ambientes naturais e a saúde pública global são exemplos de grandes temas que necessitam de colaborações interdisciplinares e podem, assim, ser enriquecidos com as contribuições das ciências sociais.

Visando construir o problema, recorreremos à concepção de Wright Mills (1969) acerca da imaginação sociológica, que situa as contribuições e a perspectiva específica que cabe às Ciências Sociais. Por meio dessa formulação, ele destaca a relevância de se atentar ao entrelaçamento entre biografia e história, buscando distinguir entre os problemas pessoais e as questões públicas, sendo essas o foco da Sociologia. O nosso ponto de partida estava na ideia de que não apenas a Sociologia seria fundamental para interpretar o referido contexto como, ainda, sua atuação estaria muito além da mera coleta de dados, de uma disciplina ou ciência auxiliar. Essa capacidade se mostraria fundamental diante da disjunção e dos desafios postos por uma situação radicalmente nova.

No âmbito da Educação Básica, o estudo de Bernardete Gatti (2020) nos auxiliou a pensar, a nível nacional, os desafios que o vírus nos impôs – como o ERE e o consequente isolamento face ao contato fundamental para as atividades educacionais –, e os desafios que já existiam e se agravaram – tal qual a articulação dos entes federados, dentro de suas atribuições educacionais específicas. Com o início da quarentena⁷, o Brasil constatou um “mosaico complexo e diversificado no que se refere a oferta e dinâmica da educação básica, como também de políticas de ação” (GATTI 2020, p. 31). Algumas adversidades na relação professora-aluna ponderadas por Gatti foram: dificuldade de concentração, estresse, excesso de conteúdos emitidos, excesso de telas, falta do calor de laços presenciais, dificuldade de aprendizagem de novos conteúdos em situação de isolamento, apoios limitados pela situação remota, entre outras.

Uma inspiração semelhante foi proporcionada pela ótica da educação transgressora de bell hooks. “Ao longo de meus muitos anos como aluna e professora, fui inspirada

⁷ Os primeiros casos de Covid-19 foram registrados na data de 08 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. No Brasil, o primeiro caso confirmado foi em 26 de fevereiro de 2020. Em 11 de março de 2020, a OMS caracterizou o contexto de amplo contágio pela COVID-19 como uma pandemia, o que provocou a tomada de medidas de isolamento e distanciamento social com vistas a prevenir a transmissão.

sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção” (hooks, 2013, p. 25). Com base nisso, decidimos transgredir, primeiramente, o senso comum a respeito do lugar da Sociologia. Isto é, quando aparentemente a reação imediata da sociedade seria se voltar a biólogos, notadamente virologistas e epidemiologistas, ou a profissionais da medicina, avaliamos o lugar central que cabia à perspectiva que trata do social, considerando o quanto a vida social está sendo afetada pelas medidas de isolamento e restrição de mobilidade adotadas no contexto da pandemia.

Nesse sentido, o projeto de extensão *Ciências Sociais nas Escolas* (CiSo), que originou a presente pesquisa⁸, atuava ofertando aulas do componente curricular de Sociologia junto às escolas da rede pública do Distrito Federal e Entorno⁹, com o objetivo de construir um conhecimento coletivo entre secundaristas e graduandas do curso de Ciências Sociais da UnB, além de proporcionar a iniciação à docência às participantes de maneira mais autônoma, democrática e em perspectiva transgressora, no sentido de pensar formas heterodoxas de prática pedagógica. Devido ao fechamento das escolas e à suspensão das atividades da UnB, as aulas do CiSo também foram interrompidas. Essa impossibilidade da presença física nas escolas em que atuávamos produziu frentes de atuação virtual do projeto e acabou, também, desembocando na pesquisa cujos resultados apresentamos neste texto¹⁰.

No DF, o Conselho de Educação suspendeu as aulas a partir de 11 de março de 2020, desencadeando o processo de passagem ao que depois ficou conhecido por ERE¹¹. A partir de parcerias feitas junto a empresas privadas, como a *Google*, para uso de ferramentas *online* que pudessem ser usadas no desenvolvimento de aulas e atividades escolares,

⁸ Para mais detalhes a respeito de aspectos concretos e implicações epistemológicas desse trabalho coletivo, cf. PAES *et al.*, no prelo.

⁹ O projeto Ciências Sociais nas Escolas tinha, também, a pretensão em sua fundação de atuar não só no ensino médio regular como em outras modalidades de ensino. O CiSo já atuou em Unidades do Sistema Socioeducativo, por exemplo.

¹⁰ As aulas gravadas e postadas no perfil do Instagram (@ciso_unb), são referentes à “A indústria cultural, mídias sociais e o Brasil no contexto de COVID-19” e “EAD nas escolas do DF”. As lives realizadas foram sobre os temas de “Processos de socialização e instituições sociais” e “Divisão sexual do trabalho e maternidade”, ambas contaram com a presença de convidadas/os para exposição do assunto. Os materiais também podem ser assistidos em nosso canal do Youtube, “Ciências Sociais nas Escolas”, disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCxtg-OE-keN9Kgp2wKPhfPsQ>.

¹¹ A contextualização a seguir está fundamentada sobre uma série de fontes, começando pelo relato de experiência de docente da educação básica do DF (NAKATA, 2016), passando por notas em sites oficiais do poder público (SEE-DF, 2020a; 2020b) até notícias em portais *online* (CORREIO BRAZILIENSE, 2020a; JORNAL DE BRASÍLIA, 2020; SINPRODF, 2020).

desenhou-se o programa Escola em Casa DF¹². Uma primeira contextualização e incursão preliminar sobre a percepção de estudantes do ensino médio do DF acerca do ensino remoto foi objeto de outra pesquisa sociológica (CIGALES *et al.*, 2020). O esforço da nossa investigação é voltar o olhar, sobretudo, às condições de estudo propriamente ditas, compreendidas enquanto agravadoras das desigualdades bem como do isolamento forçado.

O Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) realizou uma pesquisa *online* com 10 mil estudantes da rede pública e privada, divulgada em junho de 2020, apontando que 26% das estudantes respondentes não dispunham dos equipamentos necessários para a educação mediada por tecnologia. A pesquisa do Sinpro também revelou que 57% das alunas não assistiram às teleaulas da Secretaria, mesmo quando tinham os equipamentos necessários. Das 42% de responsáveis que afirmaram ter acompanhado a programação digital, 56% estavam insatisfeitas e 19% declararam que as filhas não estavam conseguindo acompanhar o conteúdo virtual. A investigação também aferiu que, em muitos domicílios, o celular é o único aparelho com conexão à internet. Para a então diretora do Sindicato, Rosilene Corrêa, a solução da Secretaria teria deixado mais de 25% das estudantes do DF em situação de abandono educacional, com 127 mil estudantes sem internet e 8 mil professoras sem computador.

1.2. O questionário e a caracterização da amostra

Com a retomada das aulas do ensino básico nas escolas públicas, em formato remoto, elaboramos a pesquisa *Escolas e a imaginação sociológica em tempos de pandemia*, na qual buscamos investigar alguns aspectos relacionados à transição para o ERE no nível médio da rede pública do DF por meio de um formulário *online*, que teve como público estudantes¹³. A versão final do questionário ficou pronta em julho de 2020, compreendendo 43 perguntas divididas em 6 blocos: (i) Identificação; (ii) Perfil Demográfico e Socioeconômico; (iii) Saúde; Tecnologias e Ambiente para Estudo/Trabalho fora da Escola; (iv) Uso de Tecnologia da Informação; e (v) Conhecimentos e Dúvidas sobre o Contexto Social da

¹² A plataforma "Escola em Casa DF" é um ambiente de sala de aula virtual criada pela Secretaria de Educação do DF, por onde estudantes e professores podem acessar o Google Sala de Aula.

¹³ O instrumento de coleta de dados elaborado por nós se baseou no questionário de pesquisa social da UnB (CCAR UnB, 2020), cujo objetivo foi mapear o perfil do corpo discente da universidade quanto a aspectos de ordem socioeconômica e das condições de trabalho/estudo, familiares, bem como o uso das ferramentas e plataformas que possivelmente viriam a ser requisitadas caso as aulas fossem retomadas de maneira remota/*online*. Utilizamos esse conjunto de perguntas e as adaptamos, quando necessário, ao público do ensino médio e aos objetivos da nossa pesquisa.

Pandemia. A divulgação do questionário se deu por meio das redes sociais, visto que é o ambiente primordial em que nossas jovens interlocutoras exercem sua comunicação, sobretudo dado o isolamento forçado, além de mobilizar os agentes da comunidade escolar com os quais as pesquisadoras já tinham contato prévio.

Metodologicamente, orientamos a investigação pela proposta de pesquisa-ação de Thiollent (1986), tendo por base a troca e o debate com a comunidade durante o processo de investigação, garantindo que os chamados sujeitos de pesquisa sejam não somente objeto, mas também atores da atividade intelectual. Entre outros aspectos, com vistas a isso incluímos a seguinte pergunta: “Você gostaria que conteúdos relacionados à COVID-19 fossem abordados no momento? Se sim: Quais temas?”. Os três mais escolhidos foram, em ordem de preferência: Saúde Mental, Desigualdade Social e Violência Doméstica. Diante disso, elaboramos alguns planos de aula como forma de alcançar o corpo discente, em grande medida pautados por obras indicadas nos exames de ingresso à universidade, e/ou incorporando elementos e materiais (poemas, vídeos, *podcasts*) que pudessem aproximar os debates (teóricos e empíricos) das Ciências Sociais da realidade das estudantes da rede pública do ensino médio do DF.

O questionário foi aplicado durante os meses de agosto e setembro de 2020. A nossa amostra contou com 502 respostas válidas dentre as 552 coletadas do universo de aproximadamente 80 mil estudantes do Ensino Médio do DF (SEEDF, s.d). Conforme pode ser visto abaixo na Tabela 2, tivemos uma maioria de respostas de estudantes cursando o 3º ano do ensino médio (199 respostas), seguidos pelo 2º ano (165) e o 1º ano (138). Quanto ao gênero, 72% se identificaram como pertencentes ao gênero feminino, 27% ao gênero masculino e 1% como não-binários.

Na questão que abordava raça/cor/etnia optamos por seguir o padrão IBGE de autodeclaração com opção de inserção de “outros” como resposta aberta¹⁴. Obtivemos uma maioria de 236 respondentes que se autodeclararam pardas, seguidas por 156 respondentes que se autodeclararam brancas e 91 respondentes que se autodeclararam pretas. Tivemos, ainda, nove participantes autodeclaradas amarelas e seis autodeclaradas indígenas. No que tange ao conjunto total de matrículas no ensino médio do DF, constatamos um

¹⁴ Entre as respostas abertas, uma pessoa respondeu “negra”, categorizada em “pretas”, e uma respondeu “F-35 Lighting II”, incluída em “Outras”.

pequeno desvio, mas ainda assim mantendo-se uma maioria de estudantes autodeclarados pardos 56,71%, seguidos por 39,07% de brancos; 4,39% de pretos e apenas 0,82% de amarelos e indígenas (SEEDF, 2019).

Haja vista as limitações da amostra, decidimos trabalhar tão somente com estatística descritiva bem como cruzamentos simples de variáveis, entendendo que correlações mais complexas acabariam sendo prejudicadas pelo viés amostral.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico da amostra

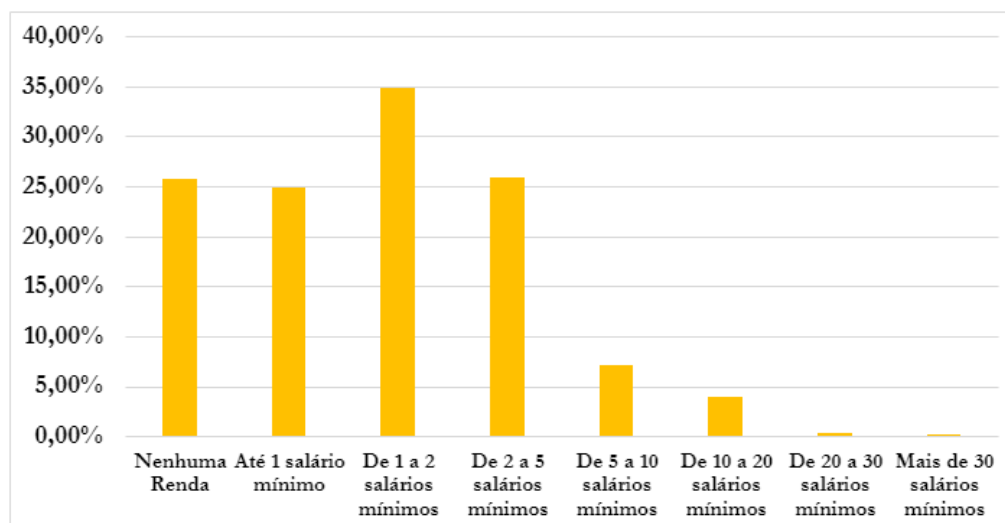
		N	%
TOTAL		502	100
Gênero	Feminino	361	71,91%
	Masculino	138	27,49%
	Não-Binário	3	0,60%
Cor/Raça/Etnia*	Preta	91	18,13%
	Parda	236	47,01%
	Branca	156	31,08%
	Amarela	9	1,79%
	Indígena	6	1,20%
	Negra	1	0,20%
	N/D	2	0,40%

Fonte: Elaboração das autoras

No que diz respeito à renda, o Gráfico 1 a seguir ilustra a distribuição da nossa amostra de respondentes, com aproximadamente 35% estando na faixa de 1 a 2 salários mínimos (SM), cerca de 25% até 1 SM e outros 25% de 2 a 5 SM. Considerando ser o DF a unidade federativa com a renda per capita mais elevada do Brasil, é notável como a

amostra reflete as desigualdades de renda expressas nas famílias que frequentam a educação pública.

GRÁFICO 1 - Distribuição de renda das respondentes



Fonte: Elaboração das autoras

2. Interpretando tensões e desigualdades do ensino remoto emergencial no DF

Mesmo diante das diferentes limitações postas à educação remota durante a pandemia, ela foi a alternativa adotada por diversos países para não suspender por completo as atividades escolares. Organismos internacionais publicaram documentos e lançaram estratégias para enfrentar alguns dos desafios da educação nesse contexto, como foi o caso da campanha “*Learning Never Stops*”, da UNESCO, com um portal no qual foram compartilhadas experiências da transição para o ensino remoto em diferentes países, a fim de informar pesquisadoras e formuladoras de políticas públicas. As análises construídas ao longo desses poucos meses (IVANICKI, 2021) apontam resultados ambíguos quanto a em que medida esse enfoque poderá adquirir um papel relevante ou acabará sendo lido na chave da substituição da prática docente pelo uso de tecnologias.

A reflexão posta a seguir se insere no contexto do debate crítico acerca das recentes políticas, sobretudo em âmbito federal, de ataque à educação (pública) nos mais diversos níveis. Filiamo-nos, assim, ao diagnóstico de Renata Macedo (2019) a respeito do conjunto de medidas tomadas com vistas a limitar e desmontar a efetividade do caráter público das

instituições e práticas educacionais que, como foi possível observar nos tempos recentes, acabou por impactar também as possibilidades de lidar com as consequências da pandemia sobre o ensino básico, aprofundando as desigualdades que, de todo modo, se manifestariam com o isolamento e a transição sem a devida preparação ao ERE.

É também em decorrência da peculiaridade dessa situação que nosso grupo, outrora dedicado exclusivamente às atividades de extensão, decidiu empreender esta pesquisa-ação, a qual envolvesse, simultaneamente, atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Mobilizamos o arcabouço teórico-conceitual das Ciências Sociais, notadamente da Antropologia e da Sociologia, refletindo e intervindo sobre a atuação junto à disciplina de Sociologia no ensino médio e finalmente, com isso, tomando para si a necessidade de estreitar os laços entre a universidade e os espaços extramuros da instituição. Nesta seção buscamos, portanto, abordar algumas das dificuldades colocadas, pensando *a partir da e com vistas à* Sociologia.

1.3. Domínio das TIC

Entre os diferentes blocos de perguntas, um deles (Uso de Tecnologia da Informação) se voltou especificamente ao domínio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Aqui houve uma miríade de perguntas, conforme detalharemos melhor abaixo, que apresentam um panorama no que diz respeito não simplesmente a aspectos materiais ou de infraestrutura para o acompanhamento das aulas remotas, mas, antes, permitem averiguar de maneira mais aprofundada os pressupostos subjacentes a essa prática pedagógica num período de deslocamento ou transformação da cultura escolar, cujas práticas arraigadas dificilmente podem ser reproduzidas em casa.

Nosso texto não busca – e nem os dados permitem – inferências mais amplas em termos pedagógicos acerca da qualidade do ensino no contexto da educação a distância (EaD); limitamo-nos, assim, a constatar certas desigualdades e constrições basilares quanto às condições de oferta e aproveitamento do ERE. Quanto a ele salientamos:

A literatura sobre Ensino Emergencial faz referência predominantemente a experiências em situações de guerra ou desastres, focando em educação básica [...]. Nesses casos, a recomendação é a manutenção remota do ensino como meio de manter uma rede de proteção à criança e ao adolescente, mais do que ensinar conteúdos curriculares (GUSSO *et al.*, 2020, p. 6).

É difícil avaliar se o contexto pandêmico efetivamente pode ser equiparado ao que o trecho acima descreve, na medida em que, apesar de todos os cuidados e restrições existentes, não se está falando da impossibilidade completa de as famílias acompanharem o estudo das adolescentes, haja vista, sobretudo, a restrição da circulação de pessoas posta. Sem dúvida, para uma parcela da população isso não se mostrou válido, pois uma série de atividades – como o funcionamento de supermercados, farmácias, o transporte coletivo – obrigaram muitas pessoas a continuarem trabalhando. Ao mesmo tempo, isso proporcionou a outra parcela o trabalho em casa (mais conhecido como *home office*), o que, mesmo de modo deveras precário, ainda permitiu algum grau de proximidade de mães, pais e/ou responsáveis com suas crianças. Essa situação acarretou um esgotamento físico e mental tanto das alunas da nossa amostra quanto, igualmente, de todo o núcleo familiar envolvido na educação.

A discussão sobre o ERE no Brasil no contexto da pandemia necessariamente também envolve outro debate: as desigualdades digitais. As TIC são frequentemente celebradas como formas de expansão do acesso à informação, de democratização do conhecimento, e de ampliação das possibilidades de comunicação e participação social. Entretanto, o caráter democratizador das TIC é colocado em questão quando observamos sua relação com a reprodução de desigualdades sociais, como as de renda e de educação, de modo que aqueles mais ricos e escolarizados são os que têm maiores condições de acesso à internet de qualidade e a dispositivos eletrônicos, podendo dispor mais plenamente das oportunidades viabilizadas pelas TIC (RIBEIRO *et al.*, 2013).

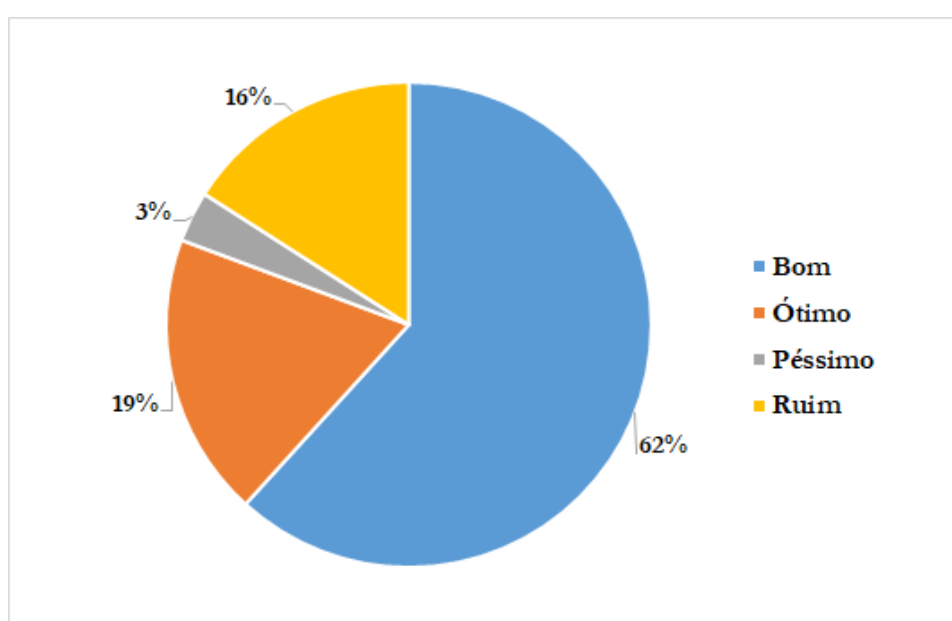
Uma dimensão significativa para a conectividade plena se refere à familiaridade e ao domínio dessas tecnologias, que possibilitam maior facilidade e liberdade no acesso às fontes de informação e conhecimento e às plataformas de interação e comunicação. Buscamos investigar por quais plataformas/ferramentas estava se dando o contato entre a escola e o corpo discente e qual a frequência com que as estudantes utilizavam esses recursos, a fim de compreender a familiaridade das alunas com as ferramentas adotadas pela instituição. Foram elencadas as seguintes ferramentas da *web*: plataformas virtuais de apoio à aprendizagem, como o Moodle/Aprender/AVA; ferramentas de compartilhamento de dados em nuvem (OneDrive, Dropbox, Google Drive ou similares); redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp, Signal, Messenger, Telegram ou similares); ferramentas de *web*/videoconferências

(*Skype, Zoom, Google Meet, Hangouts* ou similares); e outras plataformas como o *Google Classroom* e o *Microsoft Teams*. Também elencamos o *Youtube*.

Os resultados indicam que a plataforma mais utilizada pela escola – aquela que mais recebeu as respostas “sempre” e “frequentemente” – foi o *Google Classroom*, com 87% das respostas nessas categorias. O segundo recurso mais utilizado foram as ferramentas de *web*/videoconferências, com quase 57% de respostas “sempre” e “frequentemente”. Quanto à regularidade com que as estudantes afirmam utilizar esses recursos, quase 80% disseram usar o *Google Classroom* “sempre” ou “frequentemente” e 48% alegaram essa regularidade para as ferramentas de *web*/videoconferências.

Quanto à qualidade do uso das plataformas/ferramentas online pelas escolas/professoras, quase 68% avaliaram o uso como “bom”, 11% como “ótimo” e 21% como “ruim” ou “péssimo”. Esses números estão bastante próximos da avaliação que as estudantes têm do seu próprio domínio das ferramentas, quase 62% das estudantes o avaliaram como “bom”, 19% como “ótimo” e 19% como “ruim” ou “péssimo”.

GRÁFICO 2 - Domínio da estudante da plataforma/ferramenta online utilizada pela escola



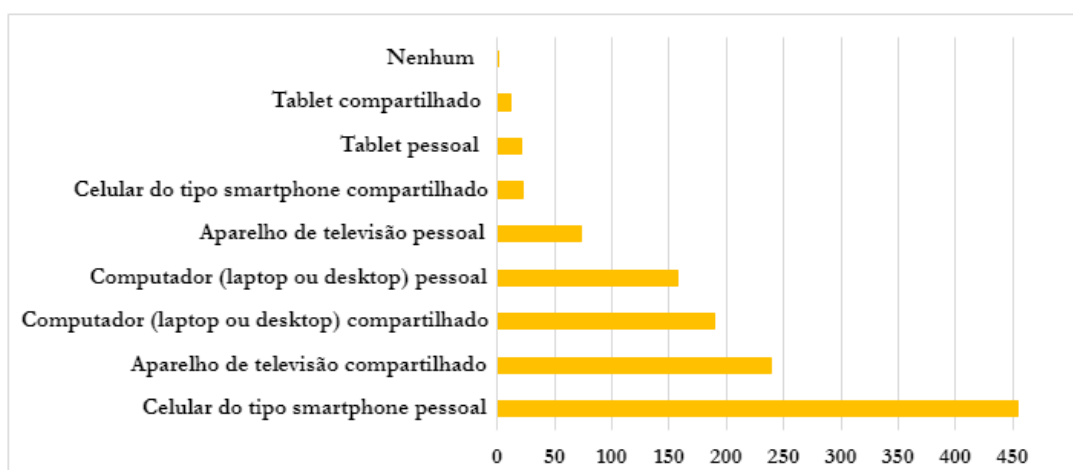
Fonte: Elaboração das autoras

Por fim, perguntamos às estudantes de que maneira avaliam o contato estabelecido com a escola, como forma de registrar sua percepção geral sobre esse contato. Enquanto a maior parte (58%) o classifica como “bom”, os registros de “ruim” ou “péssimo” são significativos: 28%. Há um contraste quando comparamos essa porcentagem àquela do domínio das plataformas/ferramentas online pela escola/professoras(es) (19%), o que sugere haver aspectos que vão além do domínio desses recursos que interferem negativamente na percepção das estudantes quanto ao seu contato com a escola. Isso apenas reforça as nossas observações anteriores quanto à multiplicidade de elementos que envolvem a efetivação da educação remota – ou as dificuldades de sua realização – e, igualmente, constitui um tema a ser aprofundado mais à frente em nosso artigo.

1.4. Sobre as condições de estudo

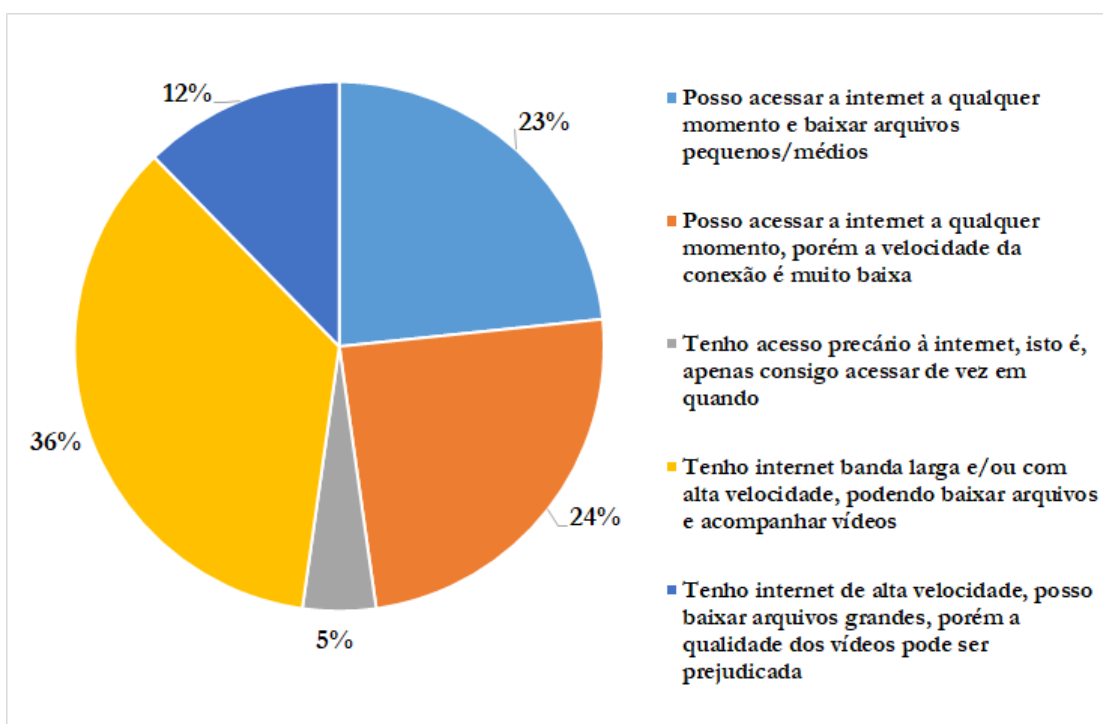
Para analisarmos as condições de estudo, iniciamos perguntando a respeito da conectividade das estudantes, isto é, de quais equipamentos as estudantes dispunham fora da escola. As opções foram: computador pessoal, computador compartilhado, celular *smartphone* pessoal, celular *smartphone* compartilhado, *tablet* pessoal, *tablet* compartilhado, televisão individual, televisão compartilhada, e nenhum equipamento. Nessa pergunta, as respondentes poderiam marcar mais de uma opção, e 200 respondentes sinalizaram que possuem 3 dispositivos, a quantidade de equipamentos com a maior frequência.

Dentre as participantes da nossa amostra, a maior parte dispõe de celular do tipo *smartphone* pessoal fora da escola (90,4%) – sugerindo que esse é o aparelho pelo qual mais respondentes teriam acesso às aulas *online*. O celular possui a vantagem de ser individual, mas uma evidente desvantagem com relação ao conforto, trazendo dificuldades para trabalhar com várias guias ou programas (aplicativos) simultaneamente, sendo que a capacidade de processamento desses equipamentos, ainda que tenha melhorado significativamente ao longo dos últimos anos, continua apresentando limitações face aos computadores pessoais. A desvantagem mais relevante a ser marcada diz respeito ao tamanho da tela, que prejudica uma participação mais ampla, como, por exemplo, a possibilidade de visualizar uma apresentação que a professora esteja disponibilizando e, simultaneamente, acessar o chat, em que pode ocorrer um debate, serem colocadas perguntas, etc.

GRÁFICO 3 – Acesso a equipamentos/dispositivos fora da escola

Fonte: Elaboração das autoras

O segundo dispositivo com mais respostas foi o aparelho de televisão compartilhado, já apresentando uma queda significativa da porcentagem (47,6%). Em relação aos computadores, 37,8% das respondentes possuem acesso a *laptop* ou *desktop* compartilhado e 31,47% dispõem de *laptop* ou *desktop* pessoal. Apenas 1 (um) respondente afirmou não dispor de nenhum dos equipamentos listados fora da escola.

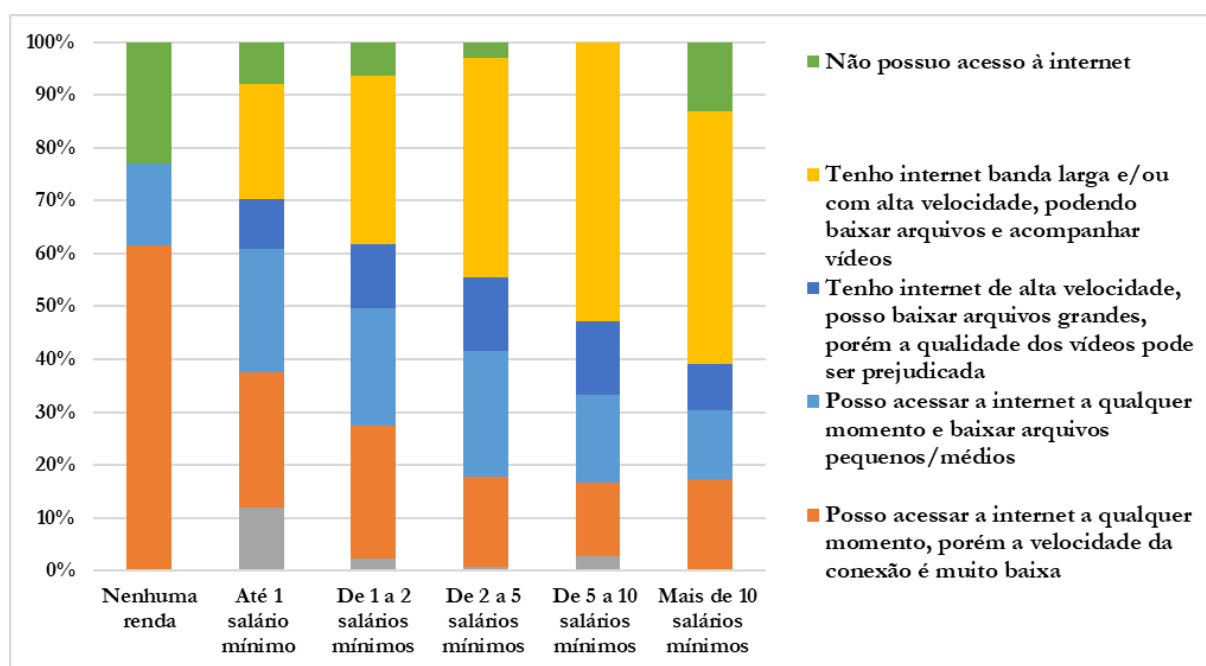
GRÁFICO 4 – Condições de acesso à internet fora da escola

Fonte: Elaboração das autoras

No que se refere às condições de acesso à internet fora da escola, foram descritas algumas opções de respostas sobre a qualidade da rede, ou seja, já se pressupunha o acesso em algum nível. Constatou-se que 95% das estudantes abarcadas pela amostra possuem acesso constante fora da escola, de modo que 5% delas dispunham desse acesso apenas de vez em quando. Desses 95%, quase metade (48%) possui conexão capaz de baixar arquivos pesados.

Em contrapartida a essas estudantes que dispõem de melhor conexão de rede, 24% das respondentes informaram que, apesar de terem acesso à internet a qualquer momento, a velocidade é muito baixa. Além disso, outras 23% também tinham acesso constante, porém limitando-se a baixar arquivos pequenos ou médios. A soma das respostas que traziam alguma limitação de acesso à internet – acesso precário, suporte de apenas arquivos pequenos/médios e velocidade de conexão muito baixa – equivale a 52%, mais de metade da amostra. Essas limitações podem prejudicar a participação em atividades escolares quando envolverem aulas síncronas ou *download* de textos e tarefas, por exemplo, o que reforça a hipótese acerca da importância de se ir além da mera constatação quantitativa de acesso à internet. Desenvolvendo esse argumento, o gráfico 5 abaixo indica a flagrante desigualdade na qualidade do acesso à internet quando cruzada com a variável renda das respondentes.

GRÁFICO 5 - Condições de acesso à internet fora da escola por renda

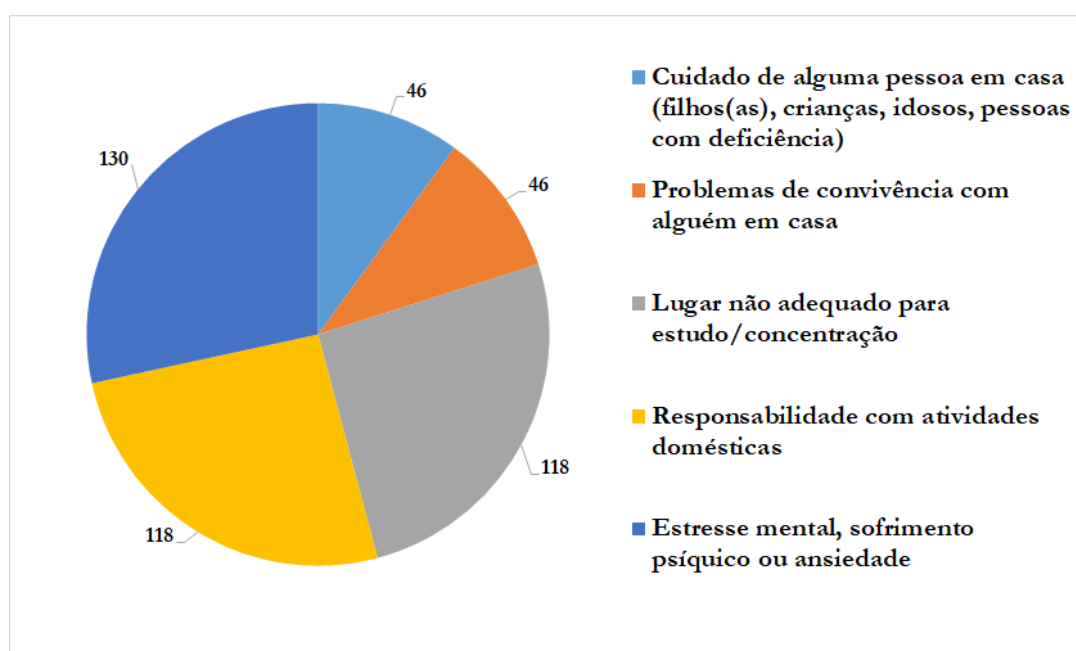


Fonte: Elaboração das autoras

Se, de um lado, os elementos mencionados anteriormente sobre as desigualdades digitais estão presentes e influenciam o acesso e acompanhamento das aulas e atividades pedagógicas *online* por parte das estudantes, de outro há um conjunto de aspectos adicionais que interferem nesse processo e apontam as limitações da educação remota. A disponibilidade de dispositivos digitais adequados ao estudo e acesso à internet de qualidade são os primeiros requisitos para a educação remota, porém são insuficientes para garantir sua efetividade. Também são necessários elementos como a organização de um local adequado para os estudos em casa e a disponibilidade de tempo, saúde e interesse de familiares para dar suporte à realização das atividades e acompanhar o processo escolar da estudante. Recorrendo a outras perguntas buscamos, assim, ter maior aprofundamento em relação a esses outros aspectos que foram considerados relevantes.

Quanto às condições de estudo no ambiente doméstico, perguntamos às estudantes se em seu local de residência/moradia havia algum fator que interferia nos estudos: 63% responderam que não e 37% disseram que sim. Dentre o grupo de pessoas que responderam afirmativamente, na pergunta seguinte, que permitia múltiplas respostas, oferecemos algumas opções para serem assinaladas, e o fator selecionado com mais frequência foi “estresse mental, sofrimento psíquico ou ansiedade” (130 respostas), seguido por “lugar não adequado para estudo/concentração” (118 respostas) e “responsabilidade com atividades domésticas” (118 respostas), conforme mostrado no gráfico 6 abaixo.

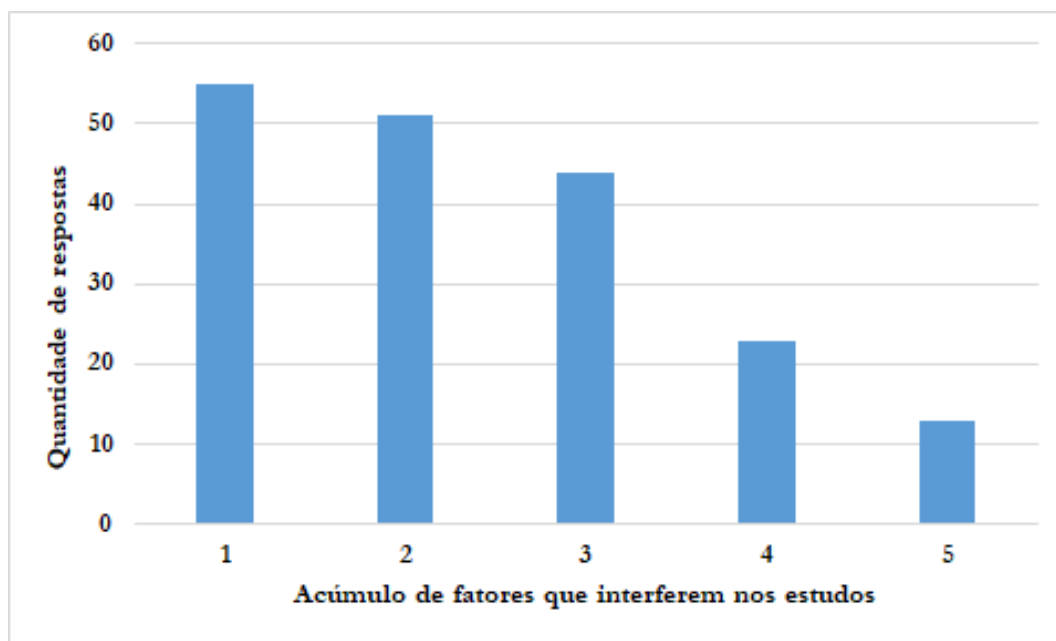
GRÁFICO 6 – Fatores que interferem na realização dos estudos



Fonte: Elaboração das autoras

O gráfico 7 abaixo ilustra o acumulado de respostas de acordo com a quantidade de fatores que interferem: como pode ser visto, cerca de 11% (51 respondentes) do total da amostra indica dois fatores, e quase 9% (44 respondentes) três fatores.

GRÁFICO 7 - Contagem acúmulo de fatores interferindo nos estudos



Fonte: Elaboração das autoras

Disso se depreende uma constatação relevante, a saber, que há um fator estrutural a prejudicar as atividades contínuas de estudo em casa, e que está gravemente impactado pela própria necessidade do isolamento, na medida em que se precisou abrir mão do espaço escolar e deslocar os estudos para o seu lugar de moradia. Esse aspecto, evidentemente, não é restrito ao nosso contexto. Uma pesquisa com estudantes catalães mostrou limitações e dificuldades semelhantes produzidas pelo contexto de isolamento, levando seus autores a afirmar:

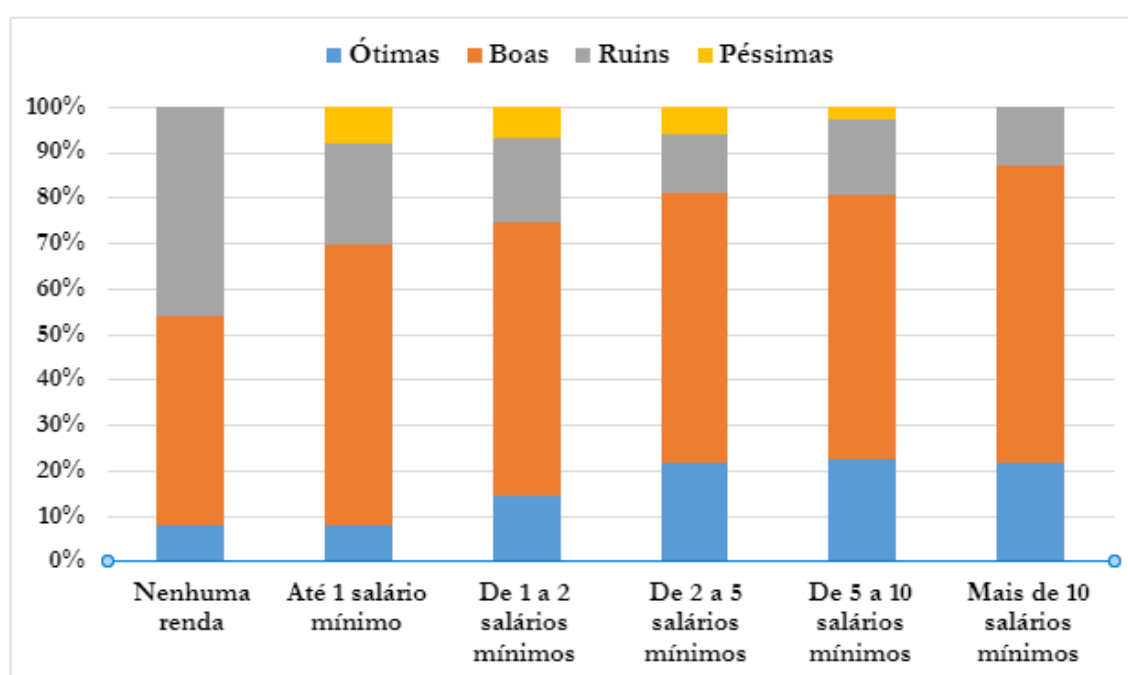
La pandemia ha supuesto la desaparición de la escuela presencial y ha mostrado, sin atenuantes, la desventaja del alumnado más vulnerable, aquel que se encuentra más alejado de la institución escolar y menos expuesto a dinámicas educativas parecidas a las que acontecen en los contextos escolares (BONAL & GONZÁLEZ, 2021, p. 48).

De um lado, tanto a falta de lugar adequado quanto a responsabilidade com atividades domésticas, mesmo que pudessem existir independentemente do contexto de

isolamento social imposto pelas medidas de enfrentamento à pandemia, passam a ser intensificadas, na medida em que se abre mão do espaço escolar (a sala de aula, a biblioteca, etc.). De outro, a maior constância em casa, a ausência do acesso à merenda escolar, etc. intensificam demandas domésticas que, no contexto cotidiano anterior, acabariam por não ser colocadas.

De forma geral, as(os) respondentes avaliam as condições de estudo em sua residência/moradia como boas (60%). No entanto, 25% da nossa amostra consideraram suas condições de estudo como ruins ou péssimas, o que corresponde a 124 estudantes – das quais quase 67% se encontram na faixa de renda familiar de até 2 SM. Apenas 15% avaliaram suas condições de estudo em casa como ótimas. Aqui vale destacar, portanto, um percentual mais elevado de ruim/péssimo do que ótimo, já caracterizando certo prejuízo no que diz respeito às possibilidades de usufruir adequadamente da educação na modalidade remota – e, decerto, podemos pressupor que esse quantitativo penderia para uma taxa de respostas maior entre ruim/péssimo caso conseguíssemos alcançar as pessoas que deixaram de responder ao nosso questionário pela imposição de obstáculos de conectividade.

Além disso, é fundamental destacar que, se metade das respondentes indicou que sua internet apresentava algum tipo de limitação, poder-se-ia sugerir que a avaliação a partir da pergunta simples “condições de estudo” se choca com as efetivas condições que pudemos constatar olhando para as dimensões mais propriamente tecnológicas e materiais. Isso emerge de maneira mais flagrante quando se nota a diferença relativamente pequena no percentual de respostas “boas” do Gráfico 8 abaixo, que cruza as condições de estudo com a renda. Ou seja, apesar de a qualidade de acesso à internet acompanhar a renda das famílias (cf. Gráfico 5), as estudantes deixaram de identificar esse fator como suficientemente relevante para relacioná-lo com as condições de estudo em casa. De maneira análoga, o Gráfico 4 mostra que menos de metade das estudantes possui um computador ou tablet pessoal, e ainda assim consideraram que acompanhar atividades e aulas remotas unicamente pelo celular *smartphone* mostraria uma condição boa ou até ótima de estudo.

GRÁFICO 8 – Renda e Condições de Estudo em Casa

Fonte: Elaboração das autoras

Ressaltamos, portanto, que a possibilidade de aproveitar de forma ampla as potencialidades das TIC não se vincula apenas ao acesso à internet e a dispositivos eletrônicos. Desse modo, diferentemente da ênfase que marca parte dos estudos (cf., por exemplo, CASTIONI *et al.*, 2021), buscamos ir além do aspecto meramente quantitativo do acesso à internet. Ou seja, o nosso foco se voltou a combinar o acesso e, na medida do possível, sua qualidade, ao próprio conhecimento acerca das e familiaridade com as ferramentas – isto é, programas e plataformas – que seriam utilizadas no ensino remoto. O motivo disso é evitar que a constatação de haver acesso à internet possa ser equiparada a condições efetivas de acompanhamento do ensino remoto.

Uma faceta importante a ser destacada é o uso didático das TIC no ensino de Sociologia pelo corpo docente. Em estudo sobre os aportes didáticos envolvendo TIC no ensino de Sociologia em escolas públicas do DF, Janete Silva (2013) mostra como docentes também são impactadas no que tange ao uso de recursos técnicos deficientes, seja em equipamentos, na conexão à internet, seja na inclusão digital. Destaca-se a necessidade de acúmulo de capital tecnológico-informacional, apoiado no conceito bourdieusiano de capital cultural: o acúmulo do capital tecnológico diz respeito aos conhecimentos e informações na trajetória escolar, que se constroem durante os vários processos de socialização, e podem

ser suficientes (ou não) para permitir o exercício de atividades específicas. Para Freitas (2004), esse tipo de conhecimento acumulado parte de condições de formação social, cultural e educacional das pessoas para que consigam ter condições suficientes de prática necessária.

Entendemos como mais profícuo, portanto, recorrer ao conceito de *letramento digital* no intuito de embasar a nossa análise. Ou seja, há um processo de socialização específico que perpassa e afeta a relação com e o uso das TIC, e que extrapola significativamente o campo educacional; ao mesmo tempo, assume papel mais central nele, analogamente ao que outrora era exclusiva ao domínio da leitura e da escrita na escolarização. É importante lembrar que as formas mais ‘estabelecidas’ de letramento não apenas coexistem com a digital, como são um pressuposto para o seu uso e que, evidentemente, a maneira por meio da qual essas novas formas se colocam são medidas pelas práticas sociais. Trocando em miúdos:

[...] um livro que foi transformado em arquivo PDF simplesmente é um livro digitalizado, não é digital. A prática de leitura não mudou necessariamente. A superfície mudou: ao invés de papel, tem-se agora uma tela; contudo, pode-se dizer que a experiência de leitura é a mesma. Esses debates conduzem, pois, ao que defendemos como letramento digital: um novo letramento que se utiliza de uma nova tecnologia, um caso paradigmático dos novos letramentos (VIDOTTI DE REZENDE, 2016, p. 101).

Nesse sentido, o relato de Cláudio Nakata (2020), professor da educação básica do DF atuante ao longo da pandemia, também reforça o entendimento acerca das desigualdades e dos extremos enfrentados nesse contexto. Isto é, corre-se o sério risco de que as tecnologias digitais e, mais especificamente, as plataformas de ensino virtuais, sejam tomadas enquanto panaceias para o problema da educação em geral, simplificando deveras a ação educativa e deixando de lado os componentes mais fundamentais da relação dialógica constitutiva do processo de socialização e educação escolar. Ele o coloca nos seguintes termos:

Dificuldades sempre existiram na educação. A diferença é que a pandemia trouxe a necessidade de soluções educacionais para o distanciamento adotado e esta solução, invariavelmente, seguiu na direção do uso de recursos tecnológicos para o ensino remoto, ao mesmo tempo que mostraram o papel fundamental da escola na vida do estudante, por inseri-lo ao convívio social e por mostrar a importância do professor no papel de mediador (NAKATA, 2020, p. 79).

Como mencionado, compreendemos que para além da observação de acesso/não acesso, há gradações quanto à qualidade da conexão e dos dispositivos: possuir um computador pessoal conectado à *wi-fi* de alta velocidade ou acessar a internet por meio de um celular com pacote de dados restrito são experiências distintas de conectividade, produzem isolamentos qualitativamente distintos, marcados pelas desigualdades anteriores, as quais são intensificadas nesse contexto. Ao olharmos para a modalidade e a forma de acesso a que cada estudante tem contato, precisamos igualmente pensar que tipo de formação se consegue proporcionar e a quais conhecimentos se consegue (ou conseguiria) ter acesso e desenvolver as condições necessárias para cada nível educacional¹⁵.

Um estudo realizado na Espanha comparando as perspectivas de estudantes da educação superior aos do nível básico no que diz respeito à educação no contexto de isolamento identificou o que parecia uma constatação contraintuitiva, a saber, a maior insatisfação entre estudantes do nível superior quanto ao desempenho ou às condições das aulas em contexto remoto. No entanto, ao avançarem essas reflexões, aproximando o nível educacional da alfabetização digital e, conseqüentemente, do acúmulo de capital digital, entendem que “la población universitaria, aunque cuenta con mejores competencias digitales, también tiene expectativas más exigentes sobre su formación que los llevan a ser más críticos ante el contexto y las faltas del panorama actual” (KARDELIS; CALDERÓN-GÓMEZ; ORTÍS, 2021, p. 79). *Mutatis mutandis* parece-nos que o mesmo vale para a nossa amostra: o que se aceita como uma realidade boa para o estudo seria, antes, a configuração mínima para se poder participar do ERE, o que difere bastante de efetivamente conseguir acompanhar suas atividades e garantir o acesso à educação.

Diante desse apontamento da literatura, investigamos de maneira mais detalhada os dados acerca das condições de estudo. Para tanto, cruzamos a quantidade de fatores que foram nomeados como interferindo com a pergunta seguinte, a respeito de como as estudantes avaliavam suas condições de estudo, e pudemos constatar certa incongruência. Do total de 131 estudantes que indicou dois ou mais fatores que interferiam na qualidade dos

¹⁵ A reforma do ensino médio, aprovada por meio da Lei 13.415/17, inclui a previsão legal para que parte da carga horária possa ser ofertada por meio da educação a distância. A coincidência entre o início de sua implementação e a pandemia potencialmente afeta esse debate, seja com argumentos indicando que essa experiência reforça as possibilidades do recurso às TIC, seja no sentido contrário, de apontar criticamente suas insuficiências diante das dificuldades encontradas. Seria salutar que pesquisas futuras abordassem o assunto, cabendo destacar que a questão da modalidade a distância foi foco de atenção logo após a promulgação da reforma, conforme atesta a reflexão de Acácia Kuenzer (2017).

seus estudos, 63 responderam que, de maneira geral, teriam boas condições de estudo, enquanto 4 responderam que elas seriam ótimas. Em suma: os dados mostram uma quantidade e tipos de fatores indicados como interferindo nos estudos que contradizem, ao menos em parte, o entendimento geral sobre as condições, o que também pode apontar a menor avaliação crítica da situação por esse público.

Observa-se, portanto, que no contexto da pandemia de Covid-19 surgem novos desafios: a necessidade de controlar o tempo em frente à tela das crianças e adolescentes, muitos dos quais passam suas horas de lazer assistindo vídeos, navegando nas redes sociais e jogando *online*; a dificuldade de manter o interesse das alunas nos estudos e a solidão e saudade das colegas (MACEDO, 2021). As instabilidades econômicas, psicológicas, sociais e de saúde colocadas diretamente pela pandemia e, por conseguinte, pelo isolamento exigido, afetaram as famílias em diversos níveis e dimensões que acometem, frequentemente de maneira indireta, as condições e, assim, a qualidade do estudo. Uma vez mais entendemos, desse modo, que é fundamental manter no cerne do olhar: “A evidência é contundente e oportuna: não é a disponibilidade de equipamentos e o acesso à internet que fariam diferença, mas sim, como a tecnologia é inserida no contexto escolar” (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 563).

Considerações finais

Ao longo das páginas anteriores o nosso argumento gravitou em torno de diversas questões as quais avaliamos como relevantes para compreendermos os efeitos do isolamento social e do consequente ERE sobre as desigualdades já existentes (e vice-versa). Tratando mais especificamente dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as aulas e os intercâmbios escolares, buscamos expor, de diferentes maneiras, como o debate em torno do ERE acabou se voltando, notadamente, à disponibilidade de dispositivos eletrônicos e formas de acesso digital, deixando em segundo plano o cerne da atividade formativa em si, a saber, o diálogo docente-discente e o papel docente, conforme a arguta crítica de Carlo Ginzburg (2016).

Os diferentes balanços que vieram a público ao longo do período desde que a pesquisa foi realizada, no segundo semestre de 2020, mostram a centralidade que cabe à atuação docente. Entendemos que os dados trazidos por nós apenas reforçam esse ponto de

vista: equiparar a qualidade do ensino no formato digital às condições de acesso à internet é uma simplificação que, sob distintos prismas, se mostrou equivocada. Deve-se, assim, provocar as Ciências Sociais a tomarem para si, de maneira enfática, um olhar sobre o debate envolvendo as desigualdades sociais estruturadas pela mediação – material e intelectual – que cabe às TIC, interpretando criticamente o seu papel no cotidiano escolar.

O ensino das Ciências Sociais, sob o componente curricular da Sociologia, faz-se presente nas escolas a partir da combinação da finalidade intelectual dessa área do conhecimento, das orientações curriculares previstas e na utilidade da instrução do conhecimento no ensino médio, tendo um papel primário de formação de cidadãs ao contribuir para a construção de saberes científicos sobre a realidade social (LEAL e YUNG, 2015). No cenário imposto pela pandemia, somado ao (in)acesso de estudantes às ferramentas *online* e, mais do que isso, à produção efetiva de conhecimento proporcionada pelo espaço escolar, são vários os impasses para se garantir o direito à educação, que se agravam com medidas negligentes do poder estatal – sobretudo federal – (ir)responsável.

Assim, nosso esforço vai no sentido proposto por Marcia Grisotti (2020), de construir estratégias didáticas as quais, atentas ao momento excepcional que estamos vivendo, colaborem com o processo de tomada de decisão e mudança de hábitos e comportamentos, a nível individual e relacional com outros seres humanos e com a natureza, fatores socioantropológicos centrais nos debates e políticas públicas nacionais e internacionais. Em particular, a abordagem de certos temas frequentemente assume um caráter demasiadamente descritivo e pouco crítico-analítico na discussão no contexto do ensino médio, e entendemos que o saber das ciências sociais, de modo especial mobilizando perspectivas como as de Wright Mills (1969) e bell hooks (2013), pode ser articulado de modo mais profícuo.

Em uma faceta do debate proposto por Grisotti (2020), de construção de estratégias didáticas dadas as limitações impostas pela pandemia, e no esforço de completar a atuação enquanto pesquisa-ação, na última seção do questionário houve a oportunidade de indicar temas que as estudantes considerassem mais pertinentes, assim como tivessem interesse que fossem abordados durante o período de aulas remotas. Concomitantemente, incluímos uma pergunta aberta para que pudessem expressar seus anseios e/ou dúvidas sobre a pandemia de COVID-19, o isolamento social e o ERE.

As respostas desta seção, assim como as demais reflexões resultantes da pesquisa, instigaram o debate sobre o papel do ensino de sociologia entre docentes em formação,

bem como deram as bases para a criação de planos de aula destinados ao público do ensino médio e alinhados às expectativas dessas jovens. Os planos de aula abordam temáticas como desigualdades raciais e sociais, tecnologias e internet, saúde mental, entre outras, e estão sendo utilizados pelo grupo de extensionistas do *Ciências Sociais nas Escolas*, atividade que continua sendo desenvolvida como projeto de extensão e que deu origem a esta pesquisa. Entendemos que, com isso, a concepção de imaginação sociológica ganhou maior concretude para a atuação enquanto docentes na educação básica.

Assim, ressaltamos o modo como o isolamento e a desigualdade se retroalimentam, destacando que, se o tema da saúde mental esteve entre os de maior destaque dentre os levantados no questionário, simultaneamente também houve pedidos explícitos para que a pandemia propriamente dita não fosse mais discutida, refletindo, portanto, uma espécie de excesso de informações veiculadas a respeito de suas implicações que, paradoxalmente, pareciam colocar mais pressão sobre as estudantes do que o necessário. Depreende-se disso a necessidade de maior aprofundamento no tratamento da questão da saúde mental, em particular no que concerne à formação docente no âmbito do ensino superior. Cabe, então, refletir a centralidade que o tema vem ganhando, sendo urgente incorporá-lo às demandas sociais, incluindo-o nas agendas de pesquisa e formações de licenciatura, assim como nos currículos.

Justamente na medida em que compreendemos a universidade pública na chave da formação da identidade cultural (SALMERON, 2001), torna-se ainda mais relevante refletir sobre e articular essas pontes entre as atividades estritamente acadêmicas e extramuros, transgredindo as fronteiras e barreiras. A extensão e a licenciatura, portanto, assumem papel central nesse contexto, a primeira por ser a parte da tríade universitária (pesquisa, ensino e extensão) que especificamente se dedica a levar a produção acadêmica para a comunidade e, a segunda, por formar as tradutoras do conhecimento científico e universitário para a educação básica. Essa tradução se torna especialmente desafiadora para as professoras de Sociologia, tanto por possuírem poucas horas-aula no currículo do ensino médio, quanto por navegarem esse momento de virtualização do ensino e pandemia, carregando a responsabilidade de tratar as questões sociais atuais contemplando a realidade das estudantes e envolvendo-as na construção, e não somente aprendizagem, do saber científico.

Ainda discutimos, ao longo do texto, de que maneira as condições de estudo foram impactadas por diversos fatores. Por mais que tenham sido feitos variados esforços a fim

de mitigar a influência das desigualdades, a literatura e os dados mostram como aspectos estruturais acabaram sendo reforçados nesse contexto de isolamento. “O cerne da desigualdade encontra-se, portanto, nas barreiras ao acesso e na limitação das escolhas por parte dos indivíduos. E um sistema democrático se caracteriza justamente por um acesso igualitário às decisões” (ALBRECHT, 2020, pp. 700-701). O nosso artigo buscou, assim, construir pontes entre os dados encontrados e reflexões mais amplas das ciências sociais, visando apontar algumas possibilidades no que diz respeito ao enfrentamento futuro dessas questões.

Referências

- ALBRECHT, N. Os dilemas da educação no contexto da pandemia: tecnologia, desigualdade e democracia. In: GROSSI, Miriam Pillar e TONIOL, Rodrigo (Org.). *Cientistas Sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS, 2020, pp. 698-701. Disponível em: <https://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/livro_corona/Livro_Cientistas_Sociais_eo_Coronavirus.pdf>. Acesso em: 31 de out. de 2021.
- BONAL, X.; GONZALEZ, S. Educación formal e informal en confinamiento: una creciente desigualdad de oportunidades de aprendizaje. *Revista de Sociología de la Educación*, 14 (1), p. 44-62. 2021.
- CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, 34 (99), p. 209-224. Maio/ago. 2020.
- CASTIONI, R. *et al.* Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação*, 29 (111), p. 399-419. Abr./jun. 2021.
- CCAR UnB. *Pesquisa traça perfil socioeconômico inédito da comunidade universitária*. 16/07/2020. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/4302-pesquisa-traca-perfil-socioeconomico-inedito-da-comunidade-universitaria>>. Acesso em: 31 maio 2021.
- CIGALES, M. P. *et al.* Reforma do ensino médio e a educação remota: o que pensam os(as) estudantes do Distrito Federal?. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, 8 (14), ago./dez. 2020, p. 65-89.
- CORREIO BRAZILIENSE. *SEE-DF: Aulas a distância serão obrigatórias a partir de 29 de junho*. 2020a. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/06/03/interna-educacaobasica-2019,860801/see-df-aulas-a-distancia-serao-obrigatorias-a-partir-de-29-de-junho.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- FREITAS, C. S. de. O capital tecnológico-informacional. *Estudos de sociologia*, 17, 2004, p. 163-183.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. *Estudos Avançados*, 34 (100), p. 29-41. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDf-KHFqxfh/?lang=pt>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GINZBURG, C. *A internet é um instrumento potencialmente democrático*. 2016. Disponível em: <<https://www.fronteras.com/artigos/carlo-ginzburg-a-internet-nao-ape-nas-remete-aos-livros-como-tambem-pessupoe-livros-1427135419>>. Acesso: 10 jun. 2021.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30, e300202. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/articulo/physis/2020.v30n2/e300202/pt/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GUSSO, H. L. *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação e Sociedade*, vol. 41, e238957. 2020. Disponível em <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100802&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 maio 2021.

hooks, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IVENICKI, A. Digital Lifelong Learning and Higher Education: multicultural strengths and challenges in pandemic times. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação*, 29 (111), p. 360-377. Abr./jun. 2021.

JORNAL DE BRASÍLIA. *Conselho de Educação do DF aprova educação mediada por tecnologia*. Brasília, 25 mar. 2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/conselho-de-educacao-do-df-aprova-educacao-mediada-por-tecnologia/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KARDELIS, S. K.; CALDERÓN-GÓMEZ, D.; ORTÍ, A. S. Educación y brecha digital en tiempos del COVID-19. Perfiles y problemáticas experimentadas por el alumnado juvenil para afrontar sus estudios durante el confinamiento. *Revista de Sociología de la Educación*, 14 (1), p. 63-84. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação e Sociedade*. Campinas, 38 (139), pp. 331-354. Abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDG-CFYr7CmXgZt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LEAL, S.; YUNG, T. Por uma sociologia do ensino de sociologia nas escolas: da finalidade atribuída à disciplina à experiência social do alunato. *Sociedade e Estado*, 30, 2015, p. 773-796.

MACEDO, R. M. Políticas educacionais e a questão do acesso ao ensino superior: notas sobre a deseducação. *Cadernos de Campo*, 28 (2), p. 26-31. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/163922>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de

uma escola pública. *Estudos históricos*, 34 (73), p. 262-280. Maio/ago. 2021.

MILLS, Ch. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

NAKATA, C. H. Coronavírus: como a pandemia escancarou a desigualdade e paralisou a educação no Distrito Federal. *Revista Nova Paideia*, v. 2, n. 3, p. 72-83. 2020. Disponível em: <<http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/44>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, J. B. Araújo e; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. *Ensaio: avaliação e políticas públicas e educação*, 28 (108), p. 555-578. Jul./set. 2020.

PAES, A. et al. *Escolas e a imaginação sociológica em tempos de pandemia*. Anais do 7º ENESEB. Belém, UFPA, no prelo.

RIBEIRO, L. C. de Q.; SALATA, A.; COSTA, L.; RIBEIRO, M. G. Desigualdades digitais: acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. *Análise Social*, 207(XLVIII 2º), p. 288-320. 2013.

SALMERON, R. A. Universidade pública e identidade cultural. *Tempo social*, 13 (1), p. 9-26. Maio 2001.

SEE-DF. *Censo Escolar*. s.d. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/censo-escolar/>>. Acesso em: 31 maio 2021.

SEE-DF. *Nota técnica: Censo Escolar 2019*. 2020 Disponível em: <http://dadoseducacionais.se.df.gov.br/nota_tecnica/nota_tecnica.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

SEE DF. *Plano do ensino não presencial é entregue ao Conselho de Educação*. 2020a.

Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/plano-do-ensino-nao-presencial-e-entregue-ao-conselho-de-educacao/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SEE-DF. *Ano letivo será retomado dia 29 com internet para todos*. 2020b. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/ano-letivo-sera-retomado-dia-29-com-internet-para-todos/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

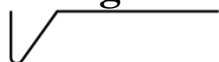
SILVA, J. *As tecnologias da informação e da comunicação e o ensino de sociologia nas escolas públicas do Distrito Federal: inclusão digital e capital tecnológico-informacional*. 2013. Dissertação de Mestrado apresentada à UnB.

SINPRO-DF. *Mais de 120 mil estudantes da escola pública do DF não conseguem acessar a EaD*. Brasília, 01 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/mais-de-100-mil-estudantes-da-escola-publica-do-df-nao-conseguem-ter-acesso-a-ead/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

VIDOTTI DE REZENDE, M. O conceito de letramento digital e suas implicações pedagógicas. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, 9 (1), p. 94-107. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16716>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

As mulheres na sociedade brasileira e sua abordagem na disciplina de sociologia



Eva Aparecida da Silva¹
Letícia Peixoto Rosado²

Resumo

Este artigo traz o relato e algumas reflexões sobre a pesquisa que buscou conhecer e compreender as representações que professoras e professores de Sociologia da rede pública estadual de Araraquara/SP e região têm em relação ao ensino do tema de gênero, particularmente sobre as questões referentes à violência contra as mulheres, o papel, o status, os direitos e às características atribuídas às mulheres pela sociedade brasileira. Buscou-se, ainda, analisar em que medida a disciplina de Sociologia possibilita, através de seu conteúdo, refletir o espaço social e dar uma maior frequência e abertura para o diálogo sobre a condição e situação das mulheres na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Mulheres, Gênero, Ensino de Sociologia, Prática Pedagógica, Escola.

Abstract

This article brings the report and some reflections about the research aimed to know and understand the representations that teachers of the State Public of Araraquara/SP and region has in relation to the Sociology subject in high school with regard to gender, particularly representations about women; on issues related to violence against women, role, status, rights and other characteristics attributed to women in current Brazilian society. It was analyzed to what extent the Sociology enables, through its content, to reflect the social space and give a greater frequency and openness to the dialogue about the situation of women in Brazilian society.

¹ Professora Doutora do Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

² Graduanda em Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Introdução

Ao longo da história as mulheres vêm conquistando seus direitos na Constituição, no Código Civil, Penal e nas legislações, porém as relações continuam desiguais e assimétricas entre homens e mulheres em vários âmbitos da vida social, fazendo com que a luta pela existência seja cotidiana. Dados estatísticos de violência contra as mulheres sobem em números alarmantes. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicado em 2017, estima-se que ocorre um estupro a cada 11 minutos; a cada 2 horas uma mulher é assassinada; a cada hora 503 mulheres são vítimas de agressão; e cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos². Os dados divulgados pelo Ministério de Direitos Humanos (MDH), do período de janeiro a julho de 2018, e do Ligue 180 - Central de Atendimento à mulher, registram 79.661 relatos de violência, sendo 37.396 casos de violência física e 26.527 de violência psicológica. Ainda foram relatados 63.116 casos de violência doméstica³. Vale ressaltar que em 80% dos casos os agressores eram o parceiro (marido, namorado ou ex), e é necessário o recorte de raça (etnia) nessa questão, visto que mulheres negras estão ainda mais vulneráveis, podendo ser vítimas de feminicídio três vezes mais que mulheres brancas⁴. Esses dados demonstram o contexto de vulnerabilidade no qual as mulheres brasileiras estão inseridas, no entanto existem falhas nos sistemas de registros, da segurança pública, de casos de violência que não entram nas estatísticas, visto que as mulheres sofrem com o medo e vergonha de serem estigmatizadas ou presas ao relatarem e denunciarem, como em caso de abuso sexual, feminicídios e abortos feitos de forma insegura.

Sendo assim, a construção desta pesquisa também foi pensada em virtude dessas situações, que tornam a questão de gênero um grave problema no Brasil, fazendo-se necessário investigar o papel da educação escolar diante desse processo e entender como isso afeta as (os) estudantes, pois a escola é um espaço de constituição dos sujeitos e de reprodução social, possuindo um papel fundamental na formação e na transformação da sociedade.

²Cronômetro da violência contra as mulheres, 2017 <<https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/2/2018/02/cronometro-da-violencia-contra-as-mulheres.jpg>>. Acesso em: 12 set. 2018.

³MDH divulga dados sobre feminicídio, 2018 <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁴Dossiê: Violência doméstica e familiar contra as mulheres. <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

Logo, buscou-se conhecer e compreender as representações, ao entendê-las como interpretações da realidade (SPINK, 1993), que professoras e professores de Sociologia da rede pública estadual de Araraquara/SP e região têm em relação ao ensino de Sociologia no ensino médio no que diz respeito as suas abordagens sobre as relações de gênero, particularmente suas representações acerca da condição das mulheres na sociedade brasileira, das questões referentes às violências contra as mulheres, o papel, o status, os direitos e demais características sócio historicamente a elas atribuídas. Analisamos também em que medida a disciplina de Sociologia possibilita, através de seu conteúdo, refletir o espaço social e dar uma maior frequência e abertura para o diálogo sobre a situação da mulher na sociedade brasileira.

Entendemos que as discussões que envolvem a temática de gênero são muito mais amplas, porém a intenção foi aprofundar melhor as questões aqui presentes. Quando falamos em gênero nos baseamos no que escreve Joan Scott (1995), a qual define “gênero” enquanto uma categoria analítica, utilizada em substituição ao termo “mulher”, no sentido de demonstrar que feminino e masculino são construções culturais e sociais, e não uma essência biológica definida pelo “sexo” e imposta sobre um corpo. A historiadora define gênero em duas partes: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Logo, compreender a representação social que os sujeitos fazem acerca desta temática tem sua importância, visto que a formação dessas representações é construída a partir das interações sociais, nas vivências cotidianas em espaços coletivos, “e sua expressão marca o entendimento deles com seus pares, seus contrários e com as instituições” (MINAYO, 1994, p. 108). É a partir dessas representações que os indivíduos atuam socialmente, por isso “devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem às situações reais de vida” (MINAYO, 1994, p. 109).

1. Ensino de Sociologia e gênero nas orientações curriculares

O debate de gênero na educação, ainda que lentamente, tem seu início no contexto político e social brasileiro da década de 1990, durante o processo de redemocratização, no qual as pedagogias críticas já vinham questionando e resistindo politicamente ao modelo tecnicista e comportamentalista, que era do interesse de governos autoritários no decorrer das décadas de 60 e 70. A reflexão sobre gênero na educação, vinda principalmente da iniciativa de educadoras feministas, permitiu aprofundar os estudos sobre a questão da desigualdade entre meninas e meninos na escola, desde a reprodução social de poder, hierárquica, vivenciada nesse espaço, até o processo de feminização do magistério e tudo o que envolve as práticas na sala de aula. Novas estratégias, propostas e práticas pedagógicas emancipadoras surgem em busca da igualdade social, contrapondo o ensino tradicional e denunciando políticas educacionais concomitantes a outras pedagogias críticas. (LOURO, 2002)

Na Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Sociologia a questão de gênero está presente no quadro de conteúdos e habilidades de Sociologia: na 1ª série do Ensino Médio, no 4º bimestre, com a proposta de “Compreender a desigualdade na construção social de gênero”. (SÃO PAULO, 2012, p. 142); na 2ª série do Ensino Médio, no 4º bimestre, propõe-se a abordagem sobre as diferentes formas de violência no Brasil, incluindo a violência doméstica e sexual. (SÃO PAULO, 2012, p. 146); na 3ª série do Ensino Médio, no 2º bimestre, ao tratar sobre participação política inclui-se o movimento feminista enquanto um movimento social, como forma de “Desenvolver o espírito crítico em relação à historicidade da condição feminina; Estabelecer relações entre a luta feminina e a ampliação dos direitos civis e; Estabelecer uma reflexão sobre o significado e a importância do movimento feminista na luta pelos direitos das mulheres” (SÃO PAULO, 2012, p. 148). Todos esses conteúdos estão presentes no Caderno do Professor e do Aluno de Sociologia do Ensino Médio de 2019, disponibilizado pela Rede Estadual de Educação de São Paulo, nas seguintes Situações de Aprendizagem: 6 – Gênero e desigualdade (Volume Dois - 1º ano do Ensino Médio) e Violência contra a mulher (Volume Dois, 2º ano do Ensino Médio); 7 – O movimento feminista (Volume Um, 3º ano do Ensino Médio).

Nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias - Vol. 3 - um dos temas sugeridos é o da violência, logo, a violência contra

as mulheres e outras formas de opressão são temas legítimos de serem abordados na disciplina, desde que contextualizem adequadamente a realidade e sejam embasados em teorias e conceitos. Inclusive, dentre os temas sugeridos nas OCN's, o de “gênero” é citado como uma possibilidade de abordagem. (BRASIL, 2006)

Analisando as orientações da última versão da BNCC (2018) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, que está integrada a outras disciplinas no tópico “Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, e a possibilidade da discussão de gênero no currículo da disciplina, constata-se a ausência do tema de forma explícita, pois o termo gênero foi suprimido da BNCC, assim como orientação sexual, justificando serem questões muito controversas. No entanto, o que valida sua discussão é a ênfase dada à formação ética dos estudantes e o compromisso com “(...) as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.” (BNCC, 2018, p. 561). Esse aspecto é melhor especificado nas “Competências Específicas”, tópico 5: “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.” (BNCC, 2018, p. 570)

Embora nosso foco de observação e análise seja o ensino médio, e não o ensino fundamental, ainda que o primeiro deva ser um aprofundamento do segundo, é importante destacar que Vianna e Unbehaum (2004) constataram que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o Ensino Fundamental obtiveram avanços em relação à adoção de uma perspectiva de gênero, porém essas questões aparecem em volumes denominados “temas transversais”, com certa timidez, não sendo um tema aprofundado.

Osório e Sarandy (2016) e Araújo (2016) questionam o ocultamento da temática de gênero estando colocado como um “tema transversal”, tal como propõe os PCN's, podendo ou não “passar” pelo currículo de diferentes disciplinas, pois sua não obrigatoriedade pode levar ao esquecimento, reduzindo o tema a outras áreas que falam sobre prevenção da gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, que também são importantes, porém, há a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre assimetrias de gênero, relações de poder que levam às desigualdades entre mulheres e homens, bem como à violência simbólica e física, do gênero enquanto construção histórica e da sexualidade dos corpos. Nesse

sentido, essas autoras consideram que o currículo é uma construção cultural e envolve questões políticas na escolha de quais serão os temas abordados e debatidos nas escolas.

Vários são os projetos de lei⁵ na Câmara dos Deputados, assim como posicionamentos do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, no sentido de censurar que professores ensinem sobre gênero e sexualidade em sala de aula, ao se referir mais especificamente às identidades de gênero e orientação sexual, sob o argumento de que tratar do assunto é doutrinação político-ideológica, ao considerarem o tema como “ideologia de gênero”, o que, no entanto, é algo inexistente e utilizado de forma pejorativa para deslegitimar a discussão.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, que passou por votação nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais em 2015, com duração de dez anos, é representativo da força política dos chamados grupos ultraconservadores, visto que sofreu alteração ao eliminarem a temática de gênero (MIGUEL, 2016). A problemática se estende também para os livros didáticos, os quais foram alvo de censura, e para a criminalização da docência, limitando ainda mais as atividades dos professores, que passaram a ser acusados pela suposta prática de “assédio ideológico”. Entretanto, essa acusação é destituída de qualquer fundamento objetivo, pois é uma construção subjetiva.

Segundo Junqueira (2018), os grupos que defendem o slogan “ideologia de gênero” surgiram em vários espaços e são organizações religiosas (igrejas católicas e evangélicas neopentecostais), ultraconservadoras, tendo força política, financiamento e visibilidade para deslegitimar os direitos sexuais e a igualdade de gênero enquanto direitos humanos. Em sua ‘retórica antigênero’, eles argumentam que “(...) ao subverter a ordem natural da sexualidade, comportaria uma autêntica ameaça à “família natural”, ao bem estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização”. (JUNQUEIRA, 2018, p. 453). Portanto, os defensores dos direitos humanos e teóricos relacionados às questões de gênero passam a ser estigmatizados a partir dessa pretensa moralidade e convicções tradicionalistas, sendo suas falas e estudos descontextualizados e adulterados, o que estimula um pânico moral na sociedade.

⁵Para ver mais detalhadamente quais são os projetos de lei consultar: MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaga no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Paraíso (2016), por sua vez, entende o currículo como um território de constantes disputas, tanto a partir dos interesses dos governos, dos grupos reacionários e suas demandas pelas proibições e controles às questões referentes a gênero e sexualidade nas escolas, quanto de quem faz resistência ao mostrar novas possibilidades. É na esteira dessas proibições e através de projetos de lei com o *slogan* “ideologia de gênero” que se têm a tentativa de controlar o currículo, os materiais didáticos e as avaliações, assim como os professores passam a ser criminalizados ao abordar o tema, ainda que a produção científica feita em torno desse tema esteja baseada em parâmetros autorizados da ciência.

Ademais, a limitação e proibição à abordagem das temáticas de gênero, sexualidade, identidades de gênero, nas escolas, é inconstitucional, por isso ela pode ser sustentada, para além do apoio na Constituição Federal de 1988, por tratados internacionais de direitos humanos, pela Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e pela Lei Maria da Penha (2006).

2. Metodologia

Esta pesquisa teve como metodologia a abordagem qualitativa, uma vez que buscou apreender e compreender através dos relatos orais de professores de Sociologia suas representações acerca do processo de ensino e aprendizagem voltado para as relações de gênero e as reflexões que se referem ao lugar atribuído às mulheres pela sociedade brasileira, e pela escola, ao entendê-las como interpretações da realidade vivida e observada por esses sujeitos (SPINK, 1993).

Os dados coletados foram organizados segundo seus aspectos convergentes e divergentes, com base num roteiro de entrevistas previamente elaborado, gravados, transcritos e, posteriormente, analisados a partir de um arcabouço teórico-conceitual e metodológico específico – aquele que remete à literatura existente sobre as relações de gênero na sociedade brasileira e na escola, bem como à história oral (MEIHY, 1996); (ALBERTI, 1990); (PORTELLI, 1997); (THOMPSON, 1992); (AMADO, 1997).

Foram entrevistados 5 professores de Sociologia (3 mulheres e 2 homens), com idade entre 30 a 45 anos, da rede pública estadual de Araraquara/SP e região. Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa e a adesão foi voluntária, garantindo-se o sigilo e o anonimato. Os aspectos abordados durante a entrevista foram: (i) se abordam o tema de gênero e quais práticas pedagógicas utilizam em suas aulas; (ii) as dificuldades e possibilidades em lidar com o tema; (iii) a percepção dos professores em relação à recepção dos estudantes ao tema; (iv) as vivências dos estudantes; (v) a maneira como a escola se posiciona acerca do tema.

Para a análise desses dados buscou-se atender, portanto, aos requisitos de: (a) validade – observando as dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelos entrevistados; (b) relevância – importância dos dados em relação aos objetivos da pesquisa; (c) especificidade e clareza – objetividade, referência a fatos, situações, experiências, conteúdos, etc.; (d) profundidade – sentimentos, pensamentos e lembranças dos entrevistados, sua intensidade e intimidade; (e) extensão – relativa à amplitude da resposta (MARCONI; LAKATOS, 2016).

3. O que têm a dizer os professores de Sociologia sobre o ensino de gênero

Ao perguntar aos professores se abordam o tema/conteúdo de gênero, questões que se referem ao papel, *status*, direitos, às características atribuídas às mulheres pela sociedade brasileira e à violência contra elas, todos os professores confirmaram que fazem a abordagem com base no que está estabelecido na Matriz de avaliação processual – Currículo do Estado de São Paulo, em livros didáticos e também no Caderno do Professor e do Aluno, material didático do Programa São Paulo Faz Escola, vigente desde 2009 e reformulado no ano de 2019 pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, de forma a adequá-lo à BNCC.

Duas professoras fazem um processo similar, ao introduzirem a temática no 1º ano do ensino médio. Uma delas expõe o conteúdo sobre “O processo de desnaturalização ou estranhamento da realidade”, questionando os estudantes sobre o que brincavam quando eram crianças e o relacionando com o cotidiano dos alunos, antes de apresentar os conceitos, pois percebe que fazer, primeiro, uma sensibilização, uma dramatização ou uma brincadeira com eles fica mais palpável para a compreensão do conteúdo. A outra introduz a

questão quando aborda o conteúdo “Socialização e o processo de construção da identidade”, exemplificando aos estudantes a diferença do processo de socialização para meninos e meninas.

Os professores afirmaram abordar essa temática em todos os conteúdos que o Currículo do Estado de São Paulo e os Cadernos do Professor e do Aluno propõem durante os três anos do Ensino Médio, mas ela está mais bem delimitada no segundo ano, quando a proposta é o debate acerca das desigualdades, dentre elas a de gênero, a violência contra a mulher e o movimento feminista.

Apesar de se embasarem e se utilizarem dos Cadernos e do livro didático disponibilizado em sala de aula, os professores relataram que esses materiais são insuficientes e por isso fazem um uso parcial deles, devido à necessidade de estarem pesquisando outros que os complementem, como textos, fotografias, desenhos, gravuras, filmes, músicas e vídeos didáticos, os quais também são incluídos nas práticas pedagógicas, auxiliando os docentes para além das aulas expositivas e o uso da lousa.

Algumas pesquisas analisam a importância da elaboração de atividades lúdicas e criativas, de forma coletiva, que dialoguem com o contexto sociocultural dos alunos e facilitem o ensino deste conteúdo. O contato com diversos recursos didáticos, como o teatro, produção de cartazes, textos, fotografia, música, etc, auxiliam nos debates e nas aulas expositivas sobre esta temática, pois proporcionam melhor concentração dos estudantes, estimulando a curiosidade, e orientando os professores a desenvolverem com eles, estudantes, a “imaginação sociológica” (BARBOSA, 2019) (AZEVEDO; SCHONS; WELTER, 2014) (BODART, 2015). As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias também sugerem a utilização de muitos desses recursos didáticos no ensino de Sociologia (BRASIL, 2006)

A inserção das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) em sala de aula pode reforçar e dar maior qualidade aos recursos didáticos utilizados pelos professores, na medida em que é uma ferramenta já presente na sociedade. Por isso, na educação ela também pode se tornar viável para o processo de ensino-aprendizagem, sendo parte das mudanças nas teorias pedagógicas que acompanham as transformações dos meios de comunicação. Os docentes que fazem uso das TIC's não deixam de exercer seu papel, elas auxiliam na transmissão do “conhecimento de uma forma criativa, dinâmica e contribuindo

ao direito de estudar e aprender com mais atratividade e interação” (GERALDI e BIZELLI, 2017, p. 120). No entanto, para isso, é preciso promover o acesso de escolas, professores e alunos a essas tecnologias.

Em relação às dificuldades encontradas, um professor relatou não ter muita facilidade em fazer dinâmicas que exigem mais tempo de aula, porém que, após a recepção de Programas de Iniciação à Docência como PIBID e Residência Pedagógica em sua escola, pôde incluir em suas aulas metodologias e abordagens feitas pelos residentes, que tinham condições de apresentar um conteúdo mais amplo e diversificado.

Dois professores expressaram não ter uma carga de leitura específica sobre o tema de gênero, em decorrência da falta de tempo diante do excessivo volume de tarefas que os docentes precisam cumprir, por isso não abordam essa temática com tanta profundidade. Uma professora relatou que no início de sua carreira, a dificuldade era abordar temas complexos e polêmicos na sociedade brasileira, como é a questão do aborto, porém, com o tempo, foi encontrando maneiras mais confortáveis de tratá-los, como, por exemplo, a mudança de linguagem para realizar a abordagem de forma mais acessível aos alunos.

Hoje eu falo abertamente, antes eu sentia um medo de falar, de polemizar, e eu mesmo não sabia como colocar esse assunto, hoje eu consigo colocar de uma maneira bem aberta, então eu acho que foi uma construção minha e dos alunos que foi crescendo ao longo disso e eles pedem né, eles pedem esse assunto. Hoje mesmo uma aluna falou "Dona, você é a favor do aborto?", tipo assim, eles querem que eu fale sobre isso. (Professora A)

As professoras entrevistadas demonstraram não sentir tanta ou nenhuma dificuldade, por ser uma questão que é do interesse delas, de suas vivências enquanto mulheres, e se houve dificuldades foi mais no início da docência, as quais foram sendo superadas conforme adquiriam mais experiências ao longo da carreira: *“É um dos temas que me nortearam a prestar Ciências Sociais, então eu sempre senti muito essa questão do gênero de dentro de casa, no âmbito familiar das cobranças que eu tinha, na diferença minha e do meu irmão” (Professora B).*

Os docentes entrevistados também foram questionados se durante a graduação na universidade houve discussões sobre gênero, e todos responderam não ser um tema abordado em disciplinas obrigatórias. Alguns tiveram através de palestras, eventos e atividades extras ao curso de Ciências Sociais, outros relataram não ter interesse na época e que, por vezes, os textos sobre o tema em línguas estrangeiras eram um empecilho. Uma professora relata ter tido contato com o movimento estudantil, pois havia alguns debates entre os

estudantes sobre a própria organização do movimento que envolvia relações desiguais existentes em seu interior, e isso contribuía muito para que buscasse se informar sobre o tema. Relata, ainda, que sentia falta de discussões que falassem sobre a mulher negra, quando em grupos que discutiam questões raciais.

É fundamental, dessa forma, que as universidades, os cursos de Ciências Sociais, em particular, ofereçam conteúdos que abordem gênero na formação inicial e, posteriormente, na formação continuada, pois, assim, muitas dúvidas seriam sanadas e a dificuldade em falar sobre essa temática na sala de aula seria menor.

Sobre como ocorre a abordagem em sala de aula, uma professora diz buscar se comunicar de maneira a tocar em pontos que façam os meninos refletirem também sobre o seu papel na sociedade e seus privilégios, quando fala sobre trabalho doméstico, exemplificando e relacionando ao cotidiano deles.

Se você chega abordando a coisa diretamente, os meninos já ficam meio assim, então eu desenvolvi uma técnica. Por exemplo, o primeiro ano, começa assim, "Quem aqui a mãe trabalha?" aí, "a minha, a minha, a minha", claro, a maioria trabalha. "E quem faz as atividades domésticas, quem cozinha, quem lava, quem passa, quem cuida da casa?" aí um fala, "Minha mãe" ou "Sou eu", as vezes os meninos falam, "Eu que ajudo", "Minha irmã", aí eu falo, "quem que vocês acham que deveriam fazer atividades domésticas?", aí fica um silêncio. Aí as meninas se pronunciam e falam assim "Ah, é claro né que os meninos eles acham que somos nós mulheres a obrigação de fazer atividades domésticas". Aí eu começo "Bom, saber lavar, saber passar, saber cozinhar, não é obrigação nem do homem e nem da mulher, é dos dois, é questão de sobrevivência" (...) Vai estudar fora, fazer uma faculdade fora, tem que se virar. "Você vai pegar sua roupa e levar depois pra sua mãe lavar? Sua mãe não é eterna, né. E se for arrumar uma namorada, uma companheira ou um companheiro, ele vai fazer o serviço pra você?" Então eu falo, é sobrevivência. E aí começa a partir daí, entendeu? Aí eles começam a contar o cotidiano deles, aí começa "Não, porque na minha casa eu que faço", aí os meninos começam, eu falo assim "menino não tem que ter vergonha", aí tem uns que fazem e tem vergonha de falar perto dos outros, aí eles começam "Não, na minha casa eu faço porque eu sou o mais velho, tenho uma irmãzinha de 6 anos, minha mãe trabalha, vem cansada, eu ajudo. Só comida que ela deixa pronta", aí já a outra já fala "Eu também faço e o meu irmão não faz nada. Ele fica só deitado com o celular." (Professora C)

Os professores têm a percepção de que os estudantes são resistentes, de início, ao conteúdo de gênero, até porque, conta um professor, é apresentar um universo que pode mexer com algum trauma, noção de cultura ou visão de mundo, questões morais, com a visão hegemônica que têm mais contato e que trazem de seu convívio familiar. Logo, a partir do momento que eles iniciam a reflexão sobre essas questões surgem as dúvidas, as quais requerem a abertura do diálogo.

A gente percebe que é um processo, um processo lento. Não é porque você ministrou uma aula que necessariamente o aluno assimilou, entendeu e mudou sua visão de mundo e talvez essa não tenha que ser a visão do professor (...) a nossa função primordial é trazer embasamento pra eles, propor a reflexão de visões naturalizadas e preconceituosas da realidade e iniciar o processo de reflexão que vai muito além da escola. (Professor E)

As resistências ou aversão dos estudantes em relação ao assunto, tal como relatadas pelos professores, estavam, algumas vezes, relacionadas à crença religiosa ou a posicionamentos políticos conservadores, que, segundo uma professora, tornou-se uma questão muito presente no ano das eleições de 2018, em que alguns alunos diziam que o feminismo não era importante e que era o contrário de machismo, e outros questionavam sobre a idoneidade das mulheres, ao considerarem serem elas as culpadas, porque “provocativas”, e não as vítimas, havendo então a necessidade de os docentes explicarem e desconstruírem esse tipo de pensamento.

Por outro lado, um professor relata ter percebido um grande interesse por parte das meninas, ao compartilharem experiências e emoções relacionadas a esta questão, encontrando nesse momento da aula espaço para falarem o que pensam e sobre situações de machismo que as incomodam, tanto vivenciadas na escola quanto fora dela.

Além dessas manifestações em sala de aula, algumas estudantes acabam se sentindo à vontade para conversar com os professores sobre situações de opressão que estão vivenciando e os procuram em um momento que possam falar em particular sobre alguns casos, como não aceitação dos pais em relação à sexualidade, abuso sexual por parte de familiares, repressão, por não poderem contar com nenhum apoio familiar. Elas contam também sobre os assédios dos meninos, dentro ou fora da escola, e sobre situações de opressão e violência que estão passando ou passaram em seus relacionamentos.

Em relação a esses momentos, alguns professores falaram sobre a questão dos alunos, às vezes, confundirem o professor de Sociologia com um psicólogo e de que nesse caso atuam apenas instruindo-os e encaminhando-os para a coordenação pedagógica e essa para órgãos públicos que melhor orientam seus problemas, ou até, por vezes, chegam a dar conselhos, porém acreditam que a orientação de um psicólogo seria o ideal.

É necessária, nesses casos, a presença de um psicólogo nas escolas, assim como foi aprovada a Lei 13.935/2019, pelo governo federal, que dispõe para as redes públicas de

educação sobre a contratação de serviços de psicologia e assistência social⁶. Dessa forma, os professores não acumulariam atribuições que não fazem parte de seu papel enquanto docentes, devendo os estudantes ser aconselhados devidamente por um profissional especializado, auxiliando-os e possibilitando que o processo de ensino-aprendizagem ocorra com maior qualidade, na medida em que sejam acolhidos por esses outros profissionais.

As discussões mais levantadas pelos estudantes durante as aulas são, geralmente: as situações cotidianas de seu ambiente familiar, como as relações entre os pais, quando a mãe é a que faz a maioria dos serviços domésticos, quando não a única, numa nítida relação de desigualdade de papéis de gênero, as quais conseguem relacionar com os conteúdos ou com os fatos que ocorrem na cidade, como, por exemplo, o feminicídio.

Eles falam muito da mãe né, "porque minha mãe trabalha fora", muitos não tem a figura paterna, não existe, são poucos e eles falam muito, tanto homem quanto mulher, que a mãe.... porque eu dou alguns dados estatísticos que ela trabalha em média 3 horas a mais que o homem, aí eles contam de casa, "minha mãe trabalha 8 horas, ainda chega em casa ela vai dormir tarde, eu vou dormir antes dela e ela ainda fica fazendo alguma coisa". (Professora C). "Nos últimos tempos tem girado em torno de um assunto específico que é o fato do feminicídio. Tanto porque ele foi abordado como um projeto que a secretaria da educação pediu pra gente abordar num determinado momento aí do segundo bimestre, quanto por que uma série de notícias de mulheres que foram assassinadas na cidade de Araraquara recentemente mobilizou as crianças no que é a proposta desse tema em geral. (Professor D)

Na cidade de Araraquara e região, em 2018 e 2019, foram veiculadas muitas notícias de violência contra mulher e, só em 2018, 8,8% dos casos de feminicídio registrados ocorreram em Araraquara e região⁷, e por isso os professores foram questionados se os estudantes chegaram a comentá-los e iniciaram uma discussão em sala de aula. Uma professora diz que seus alunos comentaram e que, inclusive, a irmã de uma aluna foi vítima de feminicídio, e que, portanto, é necessária uma abordagem mais cuidadosa. Por sua vez, outra professora também disse que os alunos trazem esses casos para debate, assim como costumam

⁶ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/promulgada-lei-que-garante-atendimento-de-psicologo-a-alunos-de-escolas-publicas>

⁷ <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/03/14/araraquara-e-regiao-tem-88-dos-casos-de-feminicidio-de-2018-em-sp-interior-soma-6071.ghtml>
<https://portalmorada.com.br/noticias/geral/67214/araraquara-registra-tres-feminicidios-em-30-dias>
<https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/regiao NOT,0,0,1423506,tres+casos+de+violencia+contra+mulher+sao+registrados+em+menos+de+24+horas.aspx>

comentar sobre qualquer outro assunto ou notícia que está sendo mais divulgada pela mídia. Mais uma professora, ao contrário, disse que os estudantes não falam sobre isso.

A discussão do feminismo tem se popularizado até mesmo nas redes sociais acessadas pelos jovens, e, nesse sentido, os professores foram questionados acerca da existência de uma mudança de consciência geracional. O que foi observado pelos professores é que, nos últimos anos, as meninas costumam se posicionar mais e se indignar ao expressarem suas vivências quando se identificam com o assunto apresentado durante as aulas. Outros pontuam que é uma demanda da sociedade que está cada vez mais presente nas discussões em outros espaços que não apenas o do ambiente escolar. Dois professores com menos tempo de carreira disseram ainda não ter essa percepção de forma tão nítida, mas conseguem identificar o amadurecimento por parte dos estudantes.

Todos os professores acompanharam turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio e conseguiram perceber nos seus alunos, a partir dos conteúdos trabalhados, a desconstrução em relação aos estereótipos sobre o que é ser mulher na sociedade mediante a reflexão acerca dessa questão, o que se mostrou perceptível na observação da mudança de comportamentos, ideias e opiniões expressas pelos estudantes ao longo dos três anos das atividades e debates. Segundo os professores isso também está relacionado ao amadurecimento de seus alunos enquanto pessoas, e, ainda, à formação escolar, em especial, acredita-se, aquela vinda da Sociologia. Embora a mudança de mentalidades e posturas, nesse caso machistas, depende também dos conteúdos, relações e ações “ensinadas” por outros espaços sociais que não só a escola.

Vale ressaltar que os estereótipos de gênero são construídos sócio historicamente e a escola também os reproduz. Estudos demonstram os motivos do suposto maior desempenho escolar entre os meninos, embora menor entre os meninos negros, em relação ao desempenho das meninas, embora menor entre as meninas negras, no ensino fundamental, se perpetuando no ensino médio. Análises que, se não incluídas as categorias raça e gênero, podem levar a resultados simplistas. Nesse sentido, as opiniões sobre masculinidade e feminilidade, e também negritude e branquitude, quando estereotipadas interferem nas formas como os professores fazem avaliações de processo e comportamento dos estudantes, atitudes desses profissionais que nem sempre ocorrem de forma explícita, mas de modo

sutil e expressas através de preconceitos e julgamentos que se agravam ao serem reproduzidas também pelo corpo escolar em relações que ocorrem para além da sala de aula. (CARVALHO, 2003); (SILVA; BARROS; HALPERN; SILVA, 1999)

O estudo de gênero tem ganhado mais relevância nas Ciências Sociais e a escola, ao proporcionar a disciplina de Sociologia no ensino médio, também deve entrar em contato com essa abordagem, pois ela é fundamental para que se entendam as desigualdades estruturais presentes na sociedade. A Sociologia na educação básica é relevante, portanto, se quisermos pensar na formação de estudantes conscientes e sensíveis às questões sociais, dentre elas as de gênero.

Conclusão

As experiências escolares vividas pelos cinco professores de Sociologia de escolas públicas estaduais de Araraquara e região investigados, são de grande relevância para a construção de práticas pedagógicas que não fiquem apenas na teoria, no plano abstrato, pois a partir delas podemos ter um breve entendimento de como tem sido falar sobre gênero para o ensino médio em escolas públicas, tomando como referência situações concretas ocorridas no cotidiano social. Foi visto que, apesar de os professores não terem tido em sua formação inicial esse conteúdo, há um grande esforço da parte deles em preparar uma aula que seja comprometida com essa temática, de forma compreensível aos estudantes, adaptando a linguagem, trazendo diversos recursos didáticos, buscando recuperar um conteúdo que não esteve tão presente nas universidades em que se formaram. Concluímos, portanto, sobre a necessidade de os professores terem essa formação inicial e continuada.

Ainda que alguns estudantes sejam resistentes ou em alguns momentos apresentem certa aversão a esse tema, constatamos o quão importante é esse conteúdo, a partir do envolvimento e alta participação nos debates sobre gênero, ao se proporem ao diálogo quando suas experiências são a referência, sem esvaziar o conteúdo teórico-conceitual proposto pela Sociologia, já que trata de fatos sociais e não meramente individuais.

Embora a escola seja um ambiente que, por vezes, reproduz preconceitos, sexismo, racismo e outras formas de violência e exclusão, no momento, com a contribuição da disciplina de Sociologia, tem se tornado um espaço em potencial para a problematização dessas questões, e até mesmo de desconstrução, a partir do seu devido embasamento científico. E

embora encontremos grandes desafios e a necessidade de esforços, ela (escola) também é pressionada por uma agenda social, política e educacional de outros setores e instituições da sociedade que lutam pelos direitos humanos, pelo antirracismo, anti-sexismo, ainda que também haja uma agenda de setores e instituições contrárias a esses direitos e lutas.

Sabemos que a temática de gênero é muito mais ampla do que o que foi abordado neste texto, nesse sentido, entendemos suas limitações, entretanto, assim como outras tantas reflexões sobre esse assunto, ele poderá agregar e auxiliar os professores, a comunidade escolar e demais interessados enquanto um material de reflexão e construção das práticas pedagógicas em sala de aula, principalmente no ensino de Sociologia para o ensino médio, assim como estimular outras pesquisas.

É necessário um processo educativo de conscientização e de intervenção através dos conteúdos que reflitam e desconstruam o machismo, para que não se contribua com a perpetuação da atual estrutura social. Como diz Bell Hooks (2013), a escola deve nos capacitar para sermos livres, a educação é uma “prática da liberdade”, assim como também pensava Paulo Freire, e por isso a importância de possibilitar a reflexão sobre o mundo e nosso cotidiano a fim de transformá-lo.

Referências

ALBERTI, V. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado. Mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, apresentada no II Seminário de História Oral, Belo Horizonte, 1996.

AMADO, J. *A culpa nossa de cada dia: ética e história oral*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, São Paulo, n. 15, 1997.

AZEVEDO, L.B. de; SCHONS, P.; WELTER, T. *A escola como espaço para reflexão: um relato de uma experiência docente em gênero e sexualidade*. Revista Café com Sociologia. Vol.3, Nº2, Maio de 2014.

BARBOSA, I.I. *Gênero e sexualidade no ensino de sociologia: uma alternativa pedagógica*. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2019.

BODART, C. das N. *O uso de letras de músicas nas aulas de Sociologia*. Café com Sociologia, Revista do professor e estudante de sociologia, Vol.1, ano 1, ed.1. Nov, 2012.

_____. *Fotografia como recurso didático no ensino de sociologia*. Em Tese, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 81-102, dez, 2015.

BRASIL. OCN's. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica, 2006.

BRASIL.MEC.CNE. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Área Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BNCC/MEC *Base Nacional Comum Curricular*, 2017. Disponível em: http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf

CARVALHO, M. P. de. (2003). *Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero*. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 185-193.

GERALDI, L.M.A.; BIZELLI, J.L. *Tecnologias da informação e comunicação na educação: conceitos e definições*. Revista online de Política e Gestão Educacional, [S.l.], n. 18, feb. 2017.

HOOKE, B. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo. Martins Fontes, 2013.

JUNQUEIRA, R. D. *A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero*. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LOURO, G. L. *Gênero: questões para a educação*. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Org.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 225-242.

MIGUEL, L.F. *Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro*. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>.

MINAYO, M.C.S. *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: GUARECHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações Sociais*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996

OSÓRIO, A.; SARANDY, F. *Uma palavra sobre o silêncio: conteúdos de gênero para sociologia nos PCN, OCN E BNC*. Inter-Legere – Revista de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN, Natal, RN, n. 18, jan./jun. 2016 p. 58-75. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/10814>.

PARAÍSO, M. A. *A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência*. *Currículo sem fronteiras*, v. 16, n.3, p. 388-415, set./dez. 2016.

PORTELLI, A. et al. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 14, p. 25-39. 1997.

_____. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História.* São Paulo, n. 15, 1997.

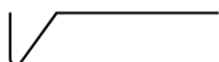
SILVA, Carmen ; BARROS, Fernando ; HALPERN, Sílvia ; SILVA, Luciana Duarte. *Meninas bem-comportadas, boas-alunas; meninos inteligentes, indisciplinados. Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, n.107, p. 207-225, jul. 1999.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SPINK, M. J. P. *O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial.* Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Das variáveis por trás dos excessos policiais: um estudo de caso



Maurício Fontana Filho¹

Resumo

A pesquisa é um estudo de caso de excesso policial cujo desfecho é a morte do suspeito, Eric Garner. Elaboram-se os fatos da morte da vítima e do contexto de ascensão do movimento Black Lives Matter diante da frequência de interações fatais entre policiais e civis no período, o que possibilita investigar a atuação policial e seu uso de força excessiva. O que estimulou os policiais a subitamente imobilizar e assassinar Garner? Que variáveis podem ser identificadas no comportamento dos agentes? Utiliza-se de metodologia qualitativa com natureza descritiva. Conclui-se por atribuir as seguintes variáveis como condicionadoras no uso excessivo de força física pela polícia: insubmissão, linguagem, experiência e despreparo técnico.

Palavras-chave: Daniel Pantaleo - Eric Garner – Polícia - Uso excessivo de força - Vidas negras importam.

Abstract

The research is a case study of police excess whose outcome is the death of the suspect, Eric Garner. The facts of the victim's death and the context of the rise of the Black Lives Matter movement are elaborated in view of the frequency of fatal interactions between police and civilians in the period, which makes it possible to investigate police action and its use of excessive force. What prompted the cops to suddenly immobilize and murder Garner? What variables can be identified in the agents' behavior? It uses a qualitative methodology with a descriptive nature. It is concluded by attributing the following variables as conditioning factors in the excessive use of physical force by the police: non-submission, language, experience and technical unpreparedness.

¹ Pós-graduando em Ciências Sociais pela Universidade Passo Fundo, UPF. Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI. Mauricio442008@hotmail.com

Keywords: Daniel Pantaleo - Eric Garner – Police - Excessive use of force - Black Lives Matter.

Introdução

Eric Garner foi um indivíduo morto em interação com a polícia de New York, Estados Unidos (EUA), em 2014. O diferencial deste caso em comparação a tantos outros é que foi capturado por vídeo, desde o momento em que conversava com os policiais até após já ter sido sufocado até a morte. Investiga-se as variáveis no uso excessivo da força policial a partir do caso Garner. Para tanto, esboça-se seus diversos contornos, além do contexto de conflitos policial-civis e ascensão do movimento Black Lives Matter (BLM) em que estava inserido.

A metodologia é de natureza descritiva e abordagem qualitativa. Os fatos e contexto são delineados com base bibliográfica derivada de jornais digitais estadunidenses, como o The New York Times, The Guardian, The Washington Post, entre outros. A ação policial no caso específico é analisada com base em literatura recente de estudos policiais, a qual permite um diálogo entre o evento empírico e os dados científicos.

Na primeira seção aborda-se os fatos e diferentes contornos do caso Garner ao longo dos anos. Na segunda, delinea-se o contexto do movimento BLM com fins de situar a interação policial em tela e determinar a sua frequência. Por fim, na terceira seção, avalia-se as variáveis que contribuíram para a explosão na atitude policial e decorrente morte da vítima.

Em 25 de maio de 2020, George Floyd foi assassinado pela polícia estadunidense, sendo o ato também filmado. Novamente, como ocorreu com Garner, suas últimas palavras foram em súplica de que não conseguia respirar. Antes de demonizar a ação policial e com fins de instrumentalizar a produção de políticas públicas pragmáticas no Brasil, faz-se imperioso apreender do evento empírico como ocorreu a transição de uma conversa em tom ameno à um golpe banido e letal.

1. O caso Eric Garner

Em 17 de julho de 2014, a polícia de New York recebeu uma denúncia de que um homem, Eric Garner, estava vendendo cigarros avulsos no bairro Staten Island, crime pelo qual ele já havia sido preso anteriormente, duas vezes somente naquele ano. Quando dois membros da polícia chegaram ao local, Eric negou estar cometendo qualquer crime, afirmando que há muito já vinha sendo intimidado pela polícia e que aquilo tinha de terminar. Então, os policiais tentaram algemá-lo (FONTANA FILHO, 2021a).

Foi nesse momento que o policial Daniel Pantaleo aplicou um estrangulamento no suspeito, prendendo tanto o seu pescoço quanto o seu ombro. Ambos caíram no chão e o golpe persistiu mesmo após Garner ter repetido três vezes que não conseguia respirar. Quando o estrangulamento foi relaxado, o peso dos outros policiais sobre o seu corpo e a pressão de sua cabeça contra o solo permaneceram comprimidos ante a calçada. Foram onze súplicas de que não conseguia respirar antes de sua morte (FONTANA FILHO, 2021a).

O golpe durou 20 segundos. Nenhum dos policiais tentou qualquer iniciativa de reanimação cardiorrespiratória. Quando a equipe médica de emergência composta por membros da Universidade Richmond de Centro Médico chegou, não havia equipamento de oxigênio. Ao invés de ser iniciado o procedimento de reanimação, a equipe pediu para a vítima acordar. A chegada da ambulância foi filmada por Taisha Allen, residente das imediações (CROTHERS, 2019; FONTANA FILHO, 2021b).

A vítima foi pronunciada morta no hospital. Imediatamente após, pedidos pela demissão do policial que instrumentalizou a morte de Garner foram feitos, assim como que ele e seus colegas de trabalho fossem indiciados criminalmente, tanto por uso excessivo da força quanto por negligência (FONTANA FILHO, 2021b).

Os policiais envolvidos colocaram em seus relatórios que um homem chamado Eric Garner havia morrido durante uma tentativa de prisão, citando uma testemunha por nome, Taisha Allen, que os havia visto colocar Garner no solo pelos braços. A testemunha depois desmentiu os relatórios (BAKER *et al.*, 2015). Não houve qualquer menção ao uso de força ou mesmo ao uso da técnica de estrangulamento. Então, na manhã seguinte, a polícia e o público descobriram a existência de um segundo vídeo, este mostrando com nitidez

inequívoca o que ocorreu (BENNER, 2019). O amigo da vítima, Ramsey Orta, que estava consigo no local, filmou todo o fato em seu celular (MORALES *et al.*, 2019).

Matt Taibbi (2017), em sua obra *I can't breathe: a killing on Bay Street*, fornece diversos exemplos que contribuem para a ideia de que a prática de falsificar relatórios e inventar testemunhas para corroborar histórias é um mecanismo normalizado no ofício policial, sendo a primeira linha de defesa na proteção da polícia contra erros e excessos do dia a dia.

O vídeo mostra Garner dizendo aos policiais que o deixassem em paz e pedindo que a intimidação cessasse. Quando um policial tentou algemá-lo e ele retirou a mão, logo então Pantaleo agiu às suas costas (SOUTHALL, 2019). A morte de Eric foi apenas uma em meio à sucessão de mortes de pessoas negras de comunidades predominantemente pobres em confrontos com a polícia. Tal contexto será elaborado na segunda seção.

A partir da difusão do vídeo e dos protestos que se seguiram, três instituições passaram a simultaneamente investigar o caso. O Escritório de Assuntos Internos averiguava se os protocolos policiais foram seguidos; a Procuradoria de Staten Island analisava se algum crime foi cometido e passou a apresentar evidências a um corpo de jurados; e, por fim, a Justiça Federal investigava de modo a recolher evidências de que algum policial havia violado leis federais (BENNER, 2019).

Contrariamente ao caso Michael Brown em Ferguson, no qual não houve meios de se comprovar de forma inequívoca se o policial que o matou relatou a verdade sobre ter havido resistência por parte do suspeito, o que levaria o policial a atirar 12 vezes nele até a sua morte, no caso Garner havia o vídeo, e com ele a possibilidade de interpretar a interação civil-policial (YEE, 2014).

Pantaleo e o Sargento Kizzy Adonis foram inicialmente sancionados pelo Departamento de Polícia, perdendo suas armas e insígnias e foram designados para funções administrativas (SOUTHALL, 2019). Em 2015, a família da vítima recebeu quase US \$6 milhões em um acordo, depois que um painel do júri em dezembro de 2014 se recusou a aceitar o crime contra Pantaleo (MORALES *et al.*, 2019).

Só em julho de 2019 o Departamento de Justiça concluiu que nenhum dos policiais envolvidos enfrentaria acusações federais. A razão é que não havia provas suficientes para comprovar os três elementos essenciais da incriminação, a saber: a) se o policial se utilizou de estrangulamento; b) se seu uso para derrubar um homem desarmado que estava

potencialmente cometendo uma contravenção era justificado; c) se houve intenção da polícia de matar a vítima (MORALES *et al.*, 2019).

A última vez que o governo federal acusou formalmente um policial de Nova York de uso excessivo da força foi em 1998, quando o policial Francis X. Livoti foi julgado e acabou condenado por estrangular Anthony Baez até a morte (BENNER, 2019). A significativa maioria dos policiais que matam civis nunca é processada e, dos poucos acusados, a maioria não é condenada (SMITH, 2019).

A polícia de New York, após cinco anos de trabalho administrativo, demitiu Pantaleo (BARRETT, 2019), mas se apenas o tivesse punido, o público nunca teria sabido. Os arquivos dos policiais de New York são secretos, por isso há pouca confiança por parte da população. O prefeito Bill de Blasio não mediu esforços para não revelar os nomes de outros policiais que participaram da operação (SOUTHALL, 2019), mas seus nomes são Dhanan Saminath, Mark Ramos, Justin D'Amico e Craig Furlani (BAKER *et al.*, 2015).

A alta hierarquia até se defendeu de ter demitido o policial dizendo que foi uma decisão extremamente difícil. A conduta de Pantaleo foi justificada como aceitável e que às vezes as decisões têm de ser tomadas com rapidez. Depois de demitido, diversas organizações criticaram a ação, ressaltando que a polícia, a partir daquele momento, realizaria seu trabalho com timidez, contribuindo para o aumento dos índices de criminalidade na cidade (BARRETT, 2019).

O golpe aplicado por Pantaleo já havia sido proibido em 1993 pelo Departamento de Polícia, consequência do aumento do número de mortes de civis por excesso de força policial (SOUTHALL, 2019). A técnica de estrangulamento é muito utilizada devido à falta de treinamento que os policiais recebem. Assim, munidos de um treinamento mínimo, quando em campo eles tendem a desarmar ou conter um suspeito por meio de ações improvisadas (WINSTON, 2019).

Antes da decisão de não aplicar a lei federal, isentando os policiais de qualquer conexão injusta com a morte de Eric, o advogado de defesa de Daniel se manifestou. Afirmou que a vítima apresentava obesidade mórbida e problemas respiratórios, o que ocasionou sua morte, e que não foi utilizada a técnica de estrangulamento, mas outra, o Cinto de Segurança, a qual é ensinada na Academia de Polícia (MORALES *et al.*, 2019).

Outro termo utilizado pelo advogado foi que a vítima era uma bomba-relógio que resistia à prisão, e a abordagem policial foi realizada de maneira adequada (MORALES *et*

al., 2019). O médico perito, entretanto, apontou homicídio cuja morte foi ocasionada por estrangulamento e compressão torácica por carga sobreposta (SOUTHALL, 2019). Analisa-se se houve ou não resistência e o que a constitui na terceira seção.

Após a morte de Eric, o Departamento de Polícia gastou mais de US \$35 milhões para treinar seus policiais a não usar a técnica de estrangulamento. No entanto, seu uso é contínuo e raramente resulta em punição. A morte de Eric é o corolário da estratégia de combate ao crime da polícia e dos prefeitos. O objetivo é reduzir o número de crimes, e isso ocorre por meio do foco no pequeno crime, que é visto como a porta de entrada para crimes hediondos (SOUTHALL, 2019).

A estratégia é comumente chamada de Janelas Quebradas, aludindo à ideia de que mesmo quem quebra uma janela deve ser punido para que outros criminosos vejam o exemplo da punição e a eficácia do sistema punitivo. O mesmo local onde Eric morreu já tinha 98 prisões e 655 queixas apenas naquele ano (BAKER *et al.*, 2015).

A lógica de George L. Kelling e Catherine M. Coles (1997) se fundamenta na ideia de que suprimir crimes menores cria um ambiente propício para que os hediondos não prosperem. Assim, um criminoso voraz, como um homicida ou estuprador não se sentiriam confortáveis em transgredir a lei em determinado ambiente quando este o fosse desprovido de elementos simples de ilicitude, como grafite nas paredes ou mesmo vendas ilegais nas ruas.

A capa da obra *Fixing Broken Windows: restoring order and reducing crime in our communities*, que contém um estilingue de criança, ilustra bem como funciona a teoria: até mesmo o uso de um estilingue por uma criança para quebrar uma janela deve ser reprimido de modo a tornar exemplar o ambiente e prevenir futuros crimes (KELLING; COLES, 1997).

A morte de Garner foi uma entre os inúmeros casos de encontro fatal entre policiais e pessoas hipossuficientes e negras. O caso evocou protestos nacionais e internacionais sobre o uso excessivo da força pela polícia. A recorrência desse tipo de evento catalisou o movimento BLM (BENNER, 2019).

Três semanas depois da morte de Eric Garner morreria Michael Brown em Ferguson, Missouri, e com sua morte uma onda furiosa de protestos se faria impor. Suas mortes revigoraram o movimento BLM e as demandas por responsabilização policial no caso da morte de pessoas negras (MORALES *et al.*, 2019).

O evento cujo desfecho foi a morte de Eric ante a iniciativa de Pantaleo é retratado em vídeo e áudio, sendo a veridicidade de seu conteúdo inapelável. No entanto, o contexto estadunidense de movimento BLM, confrontos e mortes foge ao que o vídeo possibilita fazer apreender. Há uma sequência de eventos a ser avaliada a seguir que situa a relação policial-civil ocorrida.

2. O contexto Black Lives Matter

Mesmo antes do caso Garner, a relação entre polícia e civis nos EUA já vinha se deteriorando. Em 2012, Ramarley Graham, desarmado, foi baleado e morto pela polícia de New York, enquanto que o policial foi indiciado, mas o juiz o absolveu alegando erros processuais. Algumas semanas depois, Trayvon Martin, desarmado, foi morto por um justiceiro na Florida, tendo o corpo de jurados absolvido o seu agressor, George Zimmerman. Foi a partir daí que nasceu o movimento BLM, com organização e operação ainda incipientes e propósito indefinido (BENNER, 2019).

Anteriormente ao caso Garner, a morte de civis em confrontos com a polícia não era tão contestada como mais recentemente. O diferencial surge do uso de gravação das interações policiais. Com isso, as sucessivas mortes misteriosas em encontros com a polícia e apoiadas somente pelo depoimento dos agentes puderam ser exploradas pelo público e de modo concreto. As certezas garantidas pelas gravações de vídeo e áudio deram corpo e progressivamente intensificaram as atividades do movimento (BENNER, 2019).

O BLM foi criado em um pico de enfrentamentos entre polícia e civis negros. Não eram rumores, mas gravações irrecorríveis. Protestos em peso só aconteceriam depois da metade do ano de 2014. Em julho de 2014, Eric Garner morreu e deu impulso a novas ondas de protesto em face da gravação do vídeo de seu assassinato. Logo em seguida, morreu Michael Brown (SOUTHALL, 2019).

Em novembro, Akai Gurley e Tamir Rice (LEE; PARK, 2018) foram mortos com poucos dias de diferença de um assassinato para o outro. As mortes tenderam, então, a criar um padrão, como se os negros estadunidenses estivessem sendo mortos sem que houvesse qualquer responsabilização pela polícia (BENNER, 2019).

Buscou-se dados para questionar esse padrão. O The New York Times lançou uma pesquisa terminada em 2018, dentro da qual analisa as mortes de 15 pessoas negras e o que

sucedeu com os seus assassinos policiais. Os casos variaram entre 2014 e 2016. Dos 15 casos, seis policiais foram demitidos, oito foram indiciados, onze casos terminaram em acordo, e três policiais foram condenados. Na maioria das vezes os disparos policiais são legalmente justificados no temor do policial em relação à sua vida ou a de outras pessoas, o que torna incomum a ocorrência de condenações criminais. Os acordos, por outro lado, são bem mais frequentes (LEE; PARK, 2018).

O movimento BLM pode ser dividido no que foi inicialmente projetado para ser e no que se tornou. Em 2013, o objetivo principal era o de criar um mecanismo de organização para as vítimas negras de violência policial e civil. Mas, após consolidado este objetivo e com a ascensão do movimento, o qual ganhara influência internacional, novos fins foram determinados (KHAN-CULLORS *et al.*, 2020).

O BLM é um grito de protesto em revolta ao dia 13 de julho de 2013, quando na Florida George Zimmerman foi inocentado do assassinato de Trayvon Martin, um jovem negro desarmado que voltava para casa. A partir de então, a hashtag #BlackLivesMatter foi criada, fundando o movimento e partindo na cruzada por responsabilização policial sobre as mortes de pessoas negras. A cada morte de um indivíduo negro pela polícia que é gravada, o movimento se torna mais vivo e presente na sociedade, pois é munido de provas incontestáveis da brutalidade policial injustificada (THOMPSON; SAMUELS, 2016).

Sem um líder central, o movimento teve forte impacto, transcendendo a esfera das mídias sociais e adentrando a vida diária das pessoas. Após as mortes de Garner e Brown em agosto de 2014, o movimento cresceu, intermediando a divulgação das gravações de vídeo de tiroteios policiais que rotineiramente acontecem e cujas visualizações se tornaram virais (THOMPSON; SAMUELS, 2016).

Nos dois anos desde a morte de Garner, houve dezenas de manifestações do movimento em quase todas as cidades do país (ALTER, 2018). Os protestos eram imprevisíveis, se formando de encontros casuais entre amigos que, ao tratar das injustiças sociais do período, iniciavam movimentos contra a polícia. De manifestações incipientes passaram a bloquear ruas e organizar cartazes (LOWERY, 2017).

As mídias sociais, como Twitter, Facebook e Tumblr, eram utilizadas como mecanismo de difusão e organização para os protestos. Simples hashtags lançadas rapidamente se espalhavam e mobilizavam pessoas que jamais haviam se visto, mas com propósitos determinados (LOWERY, 2017).

Em julho de 2016, após um protesto da BLM em Baton Rouge, um novo protesto ocorreu na cidade de Dallas, no Texas, onde doze policiais foram baleados e cinco morreram. Pouco tempo antes, Alton Sterling e Philando Castile, ambos negros, haviam sido mortos pela polícia. A análise dos vídeos foi fundamental para a organização de um protesto com ânimos exaltados. Em concomitância, cidades como Atlanta, Phoenix, San Francisco, entre outras, tiveram protestos sendo promovidos (THOMPSON; SAMUELS, 2016).

Foi em julho que o movimento BLM se consolidou na esfera internacional com protestos que reuniram centenas de pessoas em Londres, Berlin, Amsterdam e nos Países Baixos. Eles seguiram as mortes de Sterling, na Louisiana, e Castile, no Minnesota. Dois tiroteios, dois vídeos e dois homens negros mortos. Na mesma semana Micah Xavier Johnson matou diversos policiais em Dallas. Nos EUA, 309 pessoas foram presas durante os protestos em meio a embates entre polícia e manifestantes (MCKENZIE, 2016).

Em agosto os protestos chegaram à Grã-Bretanha, Canadá e França, onde os organizadores pediram pelo encerramento das atividades do país como forma de simbolizar uma oposição à brutalidade policial, disparidades raciais nas prisões, condenações e no tratamento dos imigrantes detidos, assim como o crescendo de crimes de ódio (CHAN, 2016).

Vê-se a partir daqui novos elementos compondo o objeto de mobilização da organização. A tática de sentar-se no chão foi recorrentemente empregada, interrompendo o tráfego de veículos e pessoas em locais-chave, como pontos de ônibus, aeroportos e praças centrais. Banners com as últimas palavras de Garner eram carregados e suas palavras, entoadas. A polícia possuía a tendência de responder com prisões (CHAN, 2016).

As demonstrações eram geralmente pacíficas, mas poderosas. Em algumas ocasiões os manifestantes se ligavam uns aos outros com tubos, prendendo os braços uns dos outros, tendo a polícia de fazer uso de equipamentos especiais para cortar os instrumentos em ordem de passar pelos manifestantes. Os maiores protestos ocorriam nas datas de aniversário de morte de Garner (CHAN, 2016).

Desde 2014, mais de duas dezenas de estados já possuíam leis sobre a brutalidade da polícia. Em 2016 já se viam diversas conquistas, como a reforma de como o comportamento policial é monitorado, o que ocorreu por meio da inclusão de câmeras

corporais coletando dados. Essas vitórias são corroboradas pela prática empírica (THOMPSON; SAMUELS, 2016).

O número de mortes por uso excessivo da força policial é alto no país, principalmente envolvendo pessoas negras. Os principais projetos de base de dados, o Fatal Encounters (BURGHART, 2017), o Washington Post's Every Fatal Shooting Report (TATE *et al.*, 2021) e o Mapping Police Violence (SINYANGWE *et al.*, 2021) asseguram em comum acordo, por meio de instrumentos empíricos e coleta de dados estatísticos, que os negros são uma minoria nos EUA, mas uma maioria assassinada pela polícia.

As bases de dados supracitadas atuam no território estadunidense da seguinte maneira: elas iniciam os seus trabalhos de coleta de informação em um ano específico. A partir do ano 2000 para algumas, 2013 ou 2015 para outras, e vão preenchendo uma série de dados até o período atual, constantemente em atualização.

As estatísticas são divididas por gráficos com data do fato, nome da vítima, idade, gênero, raça, estado, e fonte referencial da notícia. Nestes moldes são formadas as estatísticas, como aquela que conclui que apenas 1% dos policiais estadunidenses foram indiciados por terem matado pessoas no exercício de suas funções, isso dentro do período de 2013-2019. Outra, conclui que houve apenas 27 dias em 2019 em que a polícia não matou alguém (SINYANGWE *et al.*, 2021).

No estudo do Washington Post² (TATE *et al.*, 2021), ocorrido dentro do período 2015-2021, os resultados indicaram que o número e as circunstâncias das mortes, assim como o elemento demográfico concernente às vítimas permaneceram constantes. Isso significa dizer que independente dos eventos específicos de mortes que acontecem no país e chocam o mundo todo, o número anual de tiros e mortes pelas mãos policiais permanece próximo, em torno de mil por ano.

A pesquisa de Samuel Sinyangwe *et al.* (2021) aponta que em 2013, 1.111 pessoas foram mortas por policiais; em 2014, 1.059; em 2015, 1.103; em 2016, 1.071; em 2017, 1.095; em 2018, 1.143; em 2019, 1.099; em 2020, 1.127, e até 17 de dezembro de 2021, 1033 pessoas no atual ano.

² Os dados foram coletados pelo próprio jornal. A coleta iniciou em 2015 e segue até os dias de hoje [17/12/2021] dentro dos seguintes parâmetros: raça, circunstâncias da morte, se a vítima estava ou não armada e se tinha ou não problemas psicológicos, além do nome dos policiais envolvidos. Cada evento foi referenciado por uma reportagem midiática ou parecer de polícia. O objetivo da pesquisa é de tornar pública as interações policiais com desfecho de morte da vítima e traçar padrões para análise. A base de dados por Excel está disponível nas referências.

Pessoas negras foram 27% da população morta pela polícia em 2021 mesmo que sejam apenas 13% da população total dos EUA. Outro dado é que pessoas de pele com coloração preta são três vezes mais propensas a serem mortas pela polícia do que aquelas de pele branca. Do total, 95% das mortes ocorreram durante o período de trabalho do policial. Ante o caráter contínuo do número de mortes ao longo dos anos pode parecer que o impacto dos protestos e das supostas vitórias do movimento BLM não existe, mas o fator de aumento populacional altera o resultado (SINYANGWE *et al.*, 2021).

O crescimento populacional do país, que vem diminuindo desde 1998, impacta os dados. A população cresce menos que nos anos anteriores, mas seus números continuam aumentando (COUNTRYMETERS, 2021), com isso, representa uma variável de destaque nos dados de óbitos por policiais. Se o nível populacional cresce e os dados permanecem visivelmente estagnados, é necessário reconhecer as forças sociais que atuam contra a morte das vítimas da ação policial, como efeito de reflexão e organização moral.

Assim, se por um lado o número de mortes vem declinando em comparação ao aumento populacional no país, por outro o contexto de interações entre policiais e civis vem tomando contornos dramáticos, principalmente como consequência ao uso de mecanismos tecnológicos na captura de imagens e áudio. Entretanto, a midiaticização das interações policial-civis não explica as variáveis por trás dos excessos policiais, apenas sua frequência.

3. Polícia na prática

Paulo Rogério M. Menandro (1979) afirma que os determinantes da agressão humana se encontram nas práticas sociais e não, de modo geral, em características internas do ser humano. A ideia de atribuir o comportamento somente ao interior dos atores sociais, como se fossem psicopatas ou doentes, é bastante questionável. “As ações definidas como violentas não são exemplo da irracionalidade de sujeitos mentalmente insanos, são pelo contrário práticas que têm lógicas socialmente construídas.” (GARRIGA ZUCAL, 2016, p.726, tradução nossa).

J. Garriga Zucal (2010) utiliza-se do termo *réplica* nas suas explanações de excessos policiais. Esse mecanismo seria uma reação da polícia a determinadas interações em sociedade e suas especificidades. “O policial precisa interagir com diversos indivíduos,

geralmente contraventores. Existem diversos tipos de interação em função de fatores circunstanciais.” (MENANDRO, 1979, p.143). Pelas próprias características desse tipo de interação, a mais comum é aquela que não é absolutamente cooperativa ou pacífica. Vejamos então a situação concreta já abordada na primeira seção do artigo.

As falas de Garner na interação policial são sintetizadas a seguir. Ele diz: - *Afastese. Cada vez que vocês me veem, vocês querem mexer comigo. Estou cansado disso. Isso termina hoje. Todos os que estão aqui vão te dizer que eu não fiz nada. Eu não vendi nada. Porque toda vez que vocês me veem, vocês querem me assediar. Vocês querem me impedir de vender cigarros. Estou cuidando da minha vida, oficial, estou cuidando da minha vida. Por favor, me deixem em paz. Eu te disse da última vez, por favor, me deixe em paz. Por favor, por favor, não me toque. Não me toque* (TAIBBI, 2017).

Pouco antes de Garner dizer aos policiais que não o tocassem, os agentes enxergam uma viatura de apoio chegando em seu auxílio e iniciam o procedimento de prisão. O pedido de não lhe tocar é uma resposta ao avanço policial para a prisão. Um dos policiais puxa as algemas do bolso e tenta segurar a mão de Garner, o qual retira o braço e se contorce. Pantaleo às suas costas prende seu ombro e estrangula seu pescoço. Com o movimento, o suspeito tromba e cai com Pantaleo, enquanto isso outros policiais se aproximam.

O policial que inicialmente tentara algemar o suspeito continua a sua frágil tentativa ante um Garner que se contorce enquanto Pantaleo monta em cima de si, mas sem mais persistir o golpe aplicado no ombro, o qual é substituído por um estrangulamento com peso total sobre a vítima. Pantaleo empurra a cabeça de Eric contra o solo, pressionando-a. Agora a vítima é finalmente algemada com auxílio de outros policiais que a rodeiam em um espaço limitado. Os demais policiais cercam a interação numa tentativa de conter um já imobilizado Garner que repete continuamente que não consegue respirar num total de onze súplicas antes de sua morte naquela calçada.

De acordo com Andrew J. Costello (2018) a reação de Garner ante a abordagem policial foi uma forma de resistência. Com tranquilidade pode-se dizer, no entanto, que não foi uma resistência que legitime ação invasiva e fatal do nível encontrado, mas ela existiu. A resistência, mesmo que minoritária, ainda assim representa uma ameaça à autoridade e hierarquia policiais (GARRIGA ZUCAL, 2010).

A partir da pesquisa etnográfica de Garriga Zucal (2010, 2012) com os policiais argentinos, coletou-se a informação de que os agentes dividem os criminosos em dois

grupos: amadores (apresentam resistência) e profissionais (não resistem). Os delinquentes amadores, que são a vasta maioria, seriam aqueles que, quando abordados oferecem resistência: quando algemados gritam, pulam, esperneiam e se contorcem; quando encaminhados à viatura tentam acertar cabeçadas, mordidas e chutes nos policiais; quando presos se jogam contra as grades e fazem barulho.

Os criminosos profissionais, por outro lado, são aqueles que, ao serem apanhados, sabem que é o fim, *sabem quando perderam*. Se a polícia descobriu suas atividades ilícitas e eles se veem sem escapatória, eles se entregam, não falam nada, não gesticulam, afinal já conhecem o processo, estão sóbrios e têm ciência do que se segue. Os policiais entrevistados e observados por Garriga Zucal (2010, 2012) respeitam estes considerados profissionais e os tratam de modo diverso aos primeiros, isso porque percebem que eles respeitam sua autoridade e hierarquia.

Esses agentes consideram que o uso de força física contra os criminosos tidos como amadores é um recurso válido e senão legalizado, certamente legitimado pelas circunstâncias de momento. A visão da polícia investigada pelo autor é a de que “dois tipos de delinquentes distintos merecem serem tratados de modos diferenciados.” (GARRIGA ZUCAL, 2010, p.86, tradução nossa).

Os policiais de Garriga Zucal (2016) afirmam que eles deveriam ser respeitados pela população em função de seu sacrifício, pela luta contra a criminalidade e pela remuneração baixa. “O desconhecimento da sociedade para com o sacrifício que os agentes policiais dizem experimentar gera um sabor amargo entre os policiais entrevistados.” (GARRIGA ZUCAL, 2016, p.731, tradução nossa). Esse *sabor amargo* tende a legitimar um uso excessivo de força em determinados confrontos com os criminosos *amadores*.

Trata-se da perspectiva de que a profissão de policial a sociedade, repleta de riscos e traumas, trabalha com o subjetivo dos agentes de modo a que estes considerem que a sociedade lhes deve pelo sacrifício de sua atividade laboral. Quando os agentes atuam na sua prática diária e encontram resistência civil ante as suas iniciativas, isso lhes imbui de um sentimento de ingratidão da sociedade para com eles, um desrespeito propriamente dito, isso porque não apenas lhes devem, como não reconhecem essa dívida ao bradar, gritar e dificultar a abordagem (ZUCAL; MAGLIA, 2018; GARRIGA ZUCAL, 2014).

A supracitada explanação remete à variável I no uso excessivo de força pela polícia, a *insubmissão*. Garriga Zucal (2016, p.731, tradução nossa) aponta que “obediência,

submissão e subordinação são particularidades que os ‘civis’ ou os ‘delinquentes’ deveriam ter no momento de interagir com os uniformizados.” Assim, a deferência com a autoridade policial assinala o curso regular da interação. Os policiais esperam serem tratados com deferência e que as partes abordadas se mostrem solícitas e servis ante seus pedidos (GARRIGA ZUCAL, 2016).

A variável II é a *linguagem*. A partir do vídeo, pode-se notar uma comunicação informal e explosiva de Garner, ainda que este tenha utilizado do termo *oficial* ao endereçar os agentes, algo considerado apropriado nas interações policial-civis (GARRIGA ZUCAL, 2010, 2016). Trata-se de uma variável que tende a legitimar acrescido uso de força pela polícia, a qual se considera desrespeitada ante a quebra numa hierarquia que posiciona o agente acima do mero civil. O policial espera cooperação, mas mais precisamente submissão absoluta na interação com civis, o que não sucedeu no caso em análise.

Neste, os oficiais tentavam a prisão. Não esperavam justificativas, pedidos ou súplicas. A expectativa de comportamento do suposto delinquente era a de permitir que os agentes o algemassem e o transportassem em seu veículo à delegacia, nem mais nem menos que isso. Quando a cooperação esperada não ocorreu, a ação policial se adaptou. Os policiais chamaram reforço e, quando o avistaram nas imediações, partiram para a tentativa de prisão.

É mais difícil para a polícia trabalhar em bairros pobres em função de seus habitantes serem irreverentes em relação aos agentes. Quando confrontados, esses habitantes reagem burlando e satirizando a polícia. Esta forma coloquial de fala é para os agentes um desrespeito, isso porque apaga as hierarquias e iguala o diferente (GARRIGA ZUCAL, 2010, 2012, 2016).

Na pesquisa de Garriga Zucal (2010, 2012, 2016) os policiais sustentaram que os civis devem ser respeitosos, atentos e deferentes e que quando isso não ocorre, os agentes tendem a se sentir insultados, como se a figura do policial estivesse a ser desonrada, e então reagem com a força física para acabar com o suposto ultraje. Essa violência policial não é considerada legal pelos agentes, mas, novamente legitimada pelo momento, pois consideram que sofreram uma violência civil ao não terem sido tratados com deferência.

V. C. C. Anchieta (2011), em sua tese de doutorado desenvolve uma pesquisa com policiais civis brasileiros de uma delegacia especializada em crimes contra crianças e adolescentes. Os resultados apontam que a experiência policial nem sempre é positiva e

vantajosa ao agente. O policial vive tanto tempo lidando problemas sociais, conflitos e dores que se torna perturbado, problemático, mas mais importante, pode se tornar violento. Eis a variável III, a *experiência*.

O agente que, diariamente, lida com o que há de mais perverso na humanidade, conflitos de todo o tipo cuja responsabilidade de endereço é sua, tende a sofrer ante as exigências que a profissão lhe outorga. Os policiais se frustram em face da sobrecarga de trabalho, pressões sociais e diante da dificuldade de realmente solucionar confrontos complexos que envolvem uma ampla gama de instituições e interesses.

Os agentes relatam para Anchieta (2011) o tormento que é ouvir uma criança vítima de abuso, além de o que significa a incapacidade de realmente fazer algo a respeito quando da existência de mais de 350 casos de estupro designados para apenas um policial. Relatam, ao mesmo tempo, a insensibilidade que o ofício lhes proporciona no longo prazo, o que reflete em outras esferas de suas vidas. “No ambiente de trabalho, os processos de desgaste físico e mental são determinados em grande parte pelo tipo de trabalho realizado e pela forma como esse está organizado.” (FERREIRA, 2009, p.17).

A categoria de trabalho dos policiais está exposta a ambientes conflituosos, a situações de pressão e estresse intenso em função de lidarem com a violência e a criminalidade. Possivelmente, estas situações irão repercutir nos modos de vida e no desempenho profissional, com implicações negativas para a saúde física e mental destes trabalhadores. (FERREIRA, 2009, p.47).

Não se trata de um grupo de indivíduos vis e organizados com o propósito específico de dizimar as vidas em sociedade, mas de um contexto de violência, afinal, “um meio profissional que pressiona e exige violência; assim como um social que amedronta e acostuma o ator ao sofrimento constroem um molde próprio que contribui para o dano psicológico do vigilante e subsequentes mortes dos vigiados” (FONTANA FILHO, 2021a, p.19). O principal risco que correm esses policiais em contato constante com uma vasta diversidade de crimes e agressores é de se tornarem agressivos, violentos. É o que esse tipo de trabalho pode produzir nos agentes, um risco psíquico (ANCHIETA, 2011).

Você descobre em você uma maldade que você antes não percebia, e é uma maldade perversa mesmo, que se você pudesse, seria aquela coisa do inferno mesmo, de você ver a pessoa sofrendo à míngua. Gente, não dá pra você ser tão imparcial. Tem hora que dá vontade de esganar mesmo, de dar tabefe e ainda acha que é pouco. O que a pessoa fez! Mas a gente tenta controlar (P4). (ANCHIETA, 2011, p.164).

O suposto crime de Garner não era terrível, mas insignificante. A variável explanada acima se aplica em um sentido de trauma que influencia situações futuras. Quando a prisão foi tentada, e ocorrida a pequena resistência da vítima, Pantaleo agiu com força extrema para curvar a vontade do suspeito aos intentos policiais. A sua experiência, tudo o que viu e ouviu ao longo de sua carreira certamente contribuíram para a sua decisão naquele momento.

A variável IV e última no uso excessivo de força pela polícia é o *despreparo técnico*. O treinamento policial anterior à vida prática na instituição é fundamental na efetividade de futuras interações sociais. Um agente desprovido de capacidades técnicas de se relacionar pelo diálogo ou mesmo imobilizar um suspeito propicia uma relação desastrosa. Um dos policiais entrevistados por Anchieta (2011, p.180) ressalta que “o nosso problema já tá lá na Academia, lá na formação. Lá na Academia eles te mostram uma coisa que não tem nada a ver e depois te jogam numa delegacia. Você não sabe pra onde vai e nem pra onde vem (P2).”

É possível visualizar esta quarta variável no discurso do advogado de Pantaleo, o qual afirmou que seu cliente não utilizou a Técnica do Estrangulamento, mas a do Cinto de Segurança. A base do argumento se articula na legalidade e legitimidade da ação. A Técnica do Cinto de Segurança era legalizada para o uso policial, além de legitimada pois ensinada na Academia de Polícia. Por outro lado, a Técnica do Estrangulamento já havia sido banida, portanto ilegal, e era geralmente utilizada apenas por policiais novatos e como exceção, sendo um sinal de incompetência do agente, portanto ilegítima.

A narrativa do advogado de Pantaleo atua com fins de elaborar a imagem de seu cliente ser respeitador das leis ao mesmo tempo que competente no exercício de suas funções policiais. Com isso, Pantaleo, nos moldes do discurso de seu advogado, seguiria os procedimentos institucionais aprendidos na Academia de Polícia e, também, possuiria competência em sua atuação profissional. O que o vídeo demonstra é o contrário: uma tentativa de prisão arbitrária, improvisada, com uso excessivo de força, com efetivo excesso de agentes no endereço de um delito insignificante supostamente comandado por um indivíduo morbidamente obeso, com problemas respiratórios e desarmado.

Ainda assim, um ponto importante na análise do caso é que os policiais não tinham como saber dos problemas respiratórios de Garner. Quanto ao seu peso, a vítima aparentava ser de fato significativamente obesa, mas isso contribui para uma igualdade de

condições na interação policial, pois se tratava de um indivíduo alto e grande, enquanto os policiais possuíam a aparência de jovens garotos tatuados e de baixa estatura.

Conclusão

A morte de Eric Garner, por ter sido gravada em vídeo e possuir um diálogo direto com o público, incitou revolta e raiva ante o uso excessivo de força pela polícia. A existência de imagens e áudio em alta resolução possibilitou a mobilização e organização efetiva de diversos grupos sociais na busca por responsabilização. O evento analisado cujo desfecho é a morte da vítima é um caso em meio a tantos outros que o precederam e seguem suscitando protestos em todo o mundo.

A polícia, por possuir um ofício pautado em investigar e aplicar a legislação às condutas, tende a possuir privilégios em comparação ao cidadão em geral quanto ao conhecimento de leis e procedimentos. Assim, quando excessos são cometidos se torna facilitada a autoproteção em relação a quaisquer possíveis excessos. O uso de mecanismos de gravação dificulta essa prática.

O elemento chave na relação policial-civil é que o uso excessivo da força pelos agentes pode ser facilitado de acordo com as variáveis presentes na interação. Quatro variáveis foram destacadas como capazes de estimular o agente em campo de modo a que se exceda em suas funções. O que estimulou os policiais a subitamente imobilizar e assassinar Garner foi uma gama de circunstâncias específicas: a) a pequena resistência da vítima; b) a sua forma de falar e gesticular em indignação; c) a experiência policial com crimes de todo o tipo e o fardo que eles representam; d) o despreparo técnico ante o uso de um golpe já banido e próprio de novatos.

Temer a polícia é severamente mais impactante do que parece, isso porque esse medo toma a forma de vulnerabilidade. Trata-se do medo de necessitar auxílio imediato e não haver ninguém confiável para quem pedir socorro. O novo mecanismo de limite do poder policial que surgiu ante pressões sociais e que obriga os agentes a utilizar gravadores de vídeo e áudio no peito por si só já é assustador. A mensagem que esse necessário instrumento evoca é a de que, se não forem vigiados, nossos vigilantes serão nossos maiores agressores.

Referências

ALTER, Charlotte. *Black Lives Matter protest in New York attracts new people*, 2018. Disponível

em:<<https://time.com/4400211/black-lives-matter-new-york-protest/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

ANCHIETA, V. C. C. "Eu acho que você vai criando uma coragem": abordagem psicodinâmica do sofrimento no trabalho e das defesas entre policiais civis de uma unidade da Polícia Civil no Brasil. 2011. 241 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília. Brasília.

BAKER, Al; GOODMAN, J. Davis; MUELLER, Benjamin. *Beyond the chokehold: the path to Eric Garner's death*, 2015. Disponível

em:<<https://www.nytimes.com/2015/06/14/nyregion/eric-garner-police-chokehold-staten-island.html>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BARRETT, Devlin. *NYPD fires officer at the center of Eric Garner's death*, 2019. Disponível

em:<https://www.washingtonpost.com/national-security/nypd-fires-officer-in-eric-garner-case/2019/08/19/2d0ead96-c296-11e9-b72f-b31dfaa77212_story.html>. Acesso em: 31 maio. 2020.

BENNER, Katie. *Eric Garner's death will not lead to federal charges for N.Y.P.D. officer*, 2019. Disponível

em:<<https://www.nytimes.com/2019/07/16/nyregion/eric-garner-case-death-daniel-pantaleo.html>>. Acesso em: 31 maio. 2020.

BURGHART, D. Brian. *Fatal encounters*, 2017. Disponível

em:<<https://fatalencounters.org/>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

CHAN, Sewell. *Black Lives Matter activists stage protests across Britain*, 2016. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2016/08/06/world/europe/black-lives-matter-demonstrations-britain.html>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

COUNTRYMETERS. United States, 2021. Disponível em:<[https://countrymeters.info/pt/United_States_of_America_\(USA\)](https://countrymeters.info/pt/United_States_of_America_(USA))>. Acesso em: 3 dez. 2021.

COSTELLO, A. J. A closer look at the Eric Garner incident: the New York Police Department should review its policy instead of trying its police officer. *Journal of Criminal Justice and Law: Official Journal of the Law and Public Policy Section of the Academy of Criminal Justice Sciences*. v. 2, n. 2, 2018.

CROTHERS, James. *The death of Eric Garner: how did almost everyone get it so wrong?* 2.ed. United States: Independently Published, 2019.

FERREIRA, D. K. da S. *Condições de saúde de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE*. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Curso de Pós-Graduação do

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife.

FONTANA FILHO, M. A circunstância de Estado como estímulo ao comportamento policial: brutalidade no monopólio da violência legítima. *Revista Opinião Filosófica*, v. 12, n. 1, 2021.

FONTANA FILHO, M. The impact of the slogan I Can't Breathe on the Black Lives Matter Movement: the Eric Garner Case. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 5, n. 13, 2021.

GARRIGA ZUCAL, J. Los sinsabores del verdadero policía. Representaciones laborales y legitimidad de la violencia policial. *Razón y Palabra*, v. 20, n. 93, 2016.

GARRIGA ZUCAL, J. A. “Por el pancho y la coca”. Apuntes sobre las representaciones del trabajo entre los policías de la provincia de Buenos Aires. *Papeles de trabajo*, v. 8, n. 13, 2014.

GARRIGA ZUCAL, J. “Se lo merecen”. Definiciones morales de uso de la fuerza física entre los miembros de la policía bonaerense. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 32, 2010.

GARRIGA ZUCAL, J. “Un té de pirelli.” Los sentidos de la violencia para la policía de la provincia de Buenos Aires. *Question*, v. 1, n. 33, 2012.

KELLING, George L.; COLES, Catherine M. *Fixing broken windows: restoring order and reducing crime in our communities*. New York: Simon & Schuster, 1997.

KHAN-CULLORS, Patrisse; GARZA, Alicia; TOMETI, Opal. *What we believe*,

2020. Disponível em: <<https://blacklivesmatter.com/what-we-believe/>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

LEE, Jasmine C.; PARK, Haeyoun. *15 black lives ended in confrontations with police. 3 officers convicted*, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2017/05/17/us/black-deaths-police.html>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

LOWERY, Wesley. *Black Lives Matter: birth of a movement*, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/17/black-lives-matter-birth-of-a-movement>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MCKENZIE, Sheena. *Black Lives Matter protests spread to Europe*, 2016. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2016/07/11/europe/black-lives-matter-protests-europe/index.html>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MENANDRO, P. R. M. Um levantamento dos fatores responsáveis pela violência policial. *Civilização brasileira*, v. 11, 1979.

MORALES, Mark; SHORTELL, David; YAN, Holly. *Chants of 'i can't breathe!' erupt as the officer in the Eric Garner case won't face federal charges*, 2019. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/07/17/us/eric-garner-no-federal-charges-against-officer-reaction/index.html>>. Acesso em: 31 maio. 2020.

SINYANGWE, Samuel; MCKESSON, DeRay; PACKNETT-CUNNINGHAM, Brittany. *Mapping police violence*, 2021. Disponível

em:<<https://mappingpoliceviolence.org/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SMITH, Mitch. *How the Eric Garner decision compares with other cases*, 2019. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2019/07/16/us/eric-garner-police-shootings.html>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

SOUTHALL, Ashley. *I can't breathe': 5 Years After Eric Garner's Death, an Officer Faces Trial*, 2019. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2019/05/12/nyregion/eric-garner-death-daniel-pantaleo-chokehold.html>>. Acesso em: 31 maio. 2020.

TAIBBI, Matt. *I can't breathe: a killing on Bay Street*. New York: Penguin Random House, 2017.

TATE, Julie; JENKINS, Jennifer; RICH, Steven. *Fatal force*, 2020. Disponível em:<<https://www.washingtonpost.com/graphics/investigations/police-shootings-database/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

THOMPSON, Krissah; SAMUELS, Robert. *Black Lives Matter leaders vow to continue the movement*, 2016. Disponível em:<https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/black-lives-matter-leaders-vow-to-continue-the-movement/2016/07/09/b0fec2a6-4537-11e6-88d0-6adee48be8bc_story.html>. Acesso em: 2 jun. 2020.

WINSTON, Ali. *Despite Eric Garner and 'i can't breathe,' chokeholds still used*, 2019. Disponível em:<[https://www.nytimes.com/2019/05/09/nyregion/eric-garner-death-](https://www.nytimes.com/2019/05/09/nyregion/eric-garner-death-chokeholds.html)

[chokeholds.html](https://www.nytimes.com/2019/05/09/nyregion/eric-garner-death-chokeholds.html)>. Acesso em: 7 jun. 2020.

YEE, Vivian. *'I can't breathe' is echoed in voices of fury and despair*, 2014. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2014/12/04/nyregion/i-cant-breathe-is-re-echoed-in-voices-of-fury-and-despair.html>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

ZUCAL, J. G.; MAGLIA, E. ¿Qué es un policía? Un estudio sobre las representaciones del trabajo policial. *Trabajo y sociedad*, n. 31, 2018.

A burocracia como empreendedora de políticas no estado de São Paulo: o caso do InovaDay



Cristiano Parra Duarte¹
José Luís Bizelli²

Resumo:

O presente estudo, de caráter exploratório, apresenta uma análise sobre o papel da burocracia na produção da política de inovação para o setor público do estado de São Paulo, tendo como escopo o programa InovaDay. Para isso, o trabalho é desenvolvido em três perspectivas: 1. Discute, por meio de revisão bibliográfica em profundidade, os conceitos de a) burocracia, sobretudo relacionada ao processo de produção de políticas, b) empreendedor de políticas, e c) política de inovação voltada ao setor público; 2. Coleta e sistematiza dados do programa entre 2010 e 2017 (participações; temáticas; palestrantes); 3. Entrevista o gestor do programa. O estudo concluiu que a burocracia pública paulista pode ser entendida como empreendedora de políticas. Além disso, os maiores parceiros nos processos inovativos são agentes do setor privado, direcionados, sobretudo, às temáticas de “Inovação em atuação governamental e relações de governo”, “Inovação em Economia e empreendedorismo público” e “Inovação em processos de gestão e cultura organizacional”.

Palavras-chave: Empreendedor de Políticas; Burocracia; Políticas Públicas; Política de Inovação no Setor Público; InovaDay.

¹ Graduado em Administração Pública pela UNESP e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar). E-mail: crparraduarte@gmail.com

² Doutor em Sociologia e docente no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, na Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara (FCLAr/UNESP) e dos Programas de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (FAAC-UNESP, Bauru) e Educação Escolar (FCLAr-UNESP.). E-mail: jose.bizelli@unesp.br

Abstract:

This exploratory study presents an analysis of the role of bureaucracy in the production of the innovation policy of the public sector in São Paulo state, with the InovaDay program as its scope. For this, the work is developed in three perspectives: 1. It discusses, through a bibliographical review, the concepts of a) bureaucracy, mainly related to the policy making process, b) policy entrepreneur, and c) innovation policy focused on the public sector; 2. Collection and systematization data from the program between 2010 and 2017 (participations, thematic, lecturers); 3. Interview with InovaDay's manager. This study concluded that the public bureaucracy of São Paulo state can be represented as a policy entrepreneur. In addition, the major partners in the innovative processes are agents of the private sector, directed, above all, to the themes of "Innovation in government and government relations", "Innovation in Economics and Public Entrepreneurship" and "Innovation in Management Processes and Organizational Culture".

Keywords: Policy entrepreneur; Bureaucracy; Public Policy; Innovation Policy on Public Sector; InovaDay.

Introdução

Os estudos sobre burocracia pública são marcantes nas agendas de pesquisa das Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, nas quais o Campo de Públicas se insere. Da obra seminal de Weber para os dias atuais, os conceitos sofreram alterações e incorporaram processos modernizantes e complexos. Hoje, pela atualização da literatura, burocracia significa o necessário processo de racionalização e profissionalização de organizações para obter melhor desempenho na consecução de fins, diante da secularização e da maior competição interorganizacional (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 24).

Internacionalmente, é possível perceber que a literatura sobre Políticas Públicas (*public policy*) ganhou prestígio, sobretudo a partir dos estudos de Lasswel (1951). Nos Estados Unidos, os avanços podem ser sentidos nas décadas de 1970 e 1980; no Brasil, os impactos se dão a partir dos anos 1990 e, desde então, o campo vem se desenvolvendo de forma multidisciplinar (MARQUES; FARIA, 2013).

O Campo de Públicas, ao dedicar-se às *public policy*, vem fortalecendo linhas de pesquisa estruturadas, mas o foco tem recaído, principalmente, nas políticas sociais. São secundários os trabalhos que tem por objeto políticas setoriais do núcleo duro, que têm por características um teor mais técnico, com arenas decisórias e processos de tomada de decisão mais insulares, com menos participação social e que tem agentes técnicos mais influentes nos debates e nas tomadas de decisão mais distanciados dos movimentos sociais,

por exemplo. Explica-se, portanto, a ausência de análises de políticas que analisem o tema da Inovação, por exemplo (RAUEN, 2013).

Na contramão dessa tendência, aqui é apresentada uma análise sobre a política de inovação do estado de São Paulo, através do Programa InovaDay: processo articulado pelos burocratas paulistas para a estruturação, planejamento e formulação de política pública. Assim, construiu-se hipótese de que, em São Paulo, a burocracia governativa induziu a produção da política de inovação para o setor público, enquanto passou a distanciar-se dos processos de execução efetiva. Dois conceitos são importantes: a inovação, por um lado, configura-se como objeto relevante para entender as transformações nos processos de gestão, de tomada de decisão e de investimentos em políticas públicas (BIZELLI, 2013; 2015); e o empreendedor de políticas (KINGDON; 2003; BAUMGARTNER; JONES, 1993) que participa ativamente no processo de políticas públicas (*policy process*) enquanto agente que movimenta questões e problemas públicos que suscitam atenção dos *policy makers* e, portanto, atuam no processo de agenda-setting e formulação de políticas – ambos direcionados à figura da burocracia.

Para analisar o InovaDay à luz desses conceitos e tecer uma análise da trajetória do programa, o presente trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, apresenta o referencial teórico, partindo do conceito de burocracia e fazendo uma breve reconstituição na literatura sobre os burocratas nos processos de produção de políticas públicas. Depois apresenta os conceitos de empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*) referenciados tanto na literatura internacional quanto nacional para, em seguida, trazer à tela uma breve discussão sobre o conceito de inovação e sobre os debates feitos sobre a política de inovação no setor público. Na segunda parte, analisa-se o programa InovaDay com relação a sua criação e funcionamento, posicionamento sobre sua natureza a partir da literatura de Inovação e Políticas Públicas, papel desempenhado pelos burocratas em sua produção, dados sobre palestrantes, participantes e temáticas tratadas. Para concluir, ficam algumas considerações e delineiam-se desafios para futuras pesquisas.

1. Referencial Teórico

Por referencial teórico, o presente estudo parte de três chaves conceituais distintas: a burocracia pública, sobretudo relacionada ao processo de produção de políticas; o empreendedor de políticas; e a inovação na lógica das políticas de inovação para o setor público. Dessa forma, a discussão desta seção está subdividida em cada uma desses campos com o intuito de acrescentar camadas às análises empreendidas na segunda parte.

1.1. A burocracia na produção de políticas públicas

Os estudos sobre burocracia nas Ciências Sociais e Sociais Aplicadas remontam às obras seminais de Max Weber (1990; 1993; 2004a; 2004b), nas quais o autor estabelece a burocracia como instituição moderna típica da sociedade industrial de massa, cujo funcionamento ocorre dentro do Estado republicano, simbolizando a ruptura com o paradigma tradicional da organização arraigada ao patrimonialismo. A burocracia, enquanto estrutura de poder e dominação, constitui-se de características próprias: habilidade de coordenar ações e estruturas administrativas, especialização do saber movido pela racionalidade, poder de controlar e dar continuidade em suas realizações, alinhamento com estruturas normativas, senso de moralidade e considerável grau de coesão interna. Caminha-se, portanto, para a construção de empresas e organizações de estruturas administrativas hierarquizadas e divididas por especialidades técnicas.

Para além da caracterização weberiana, a chave de análise é a relação que se estabelece entre burocracia e política no processo de produção de políticas públicas (*policy making*). Woodrow Wilson (2005) – no trabalho intitulado *The Study of Administration*³, publicado em 1887 – observa que a corrupção e a ineficiência dos governos só poderiam ser atacadas através da separação entre atores políticos e administradores. O segundo grupo deveria agir de forma racional e neutra no processo de implementação das políticas discutidas e selecionadas por atores políticos. Para Wilson, política e administração são esferas distintas, com decisões tomadas sob óticas de diferente natureza: a administração é apolítica e dotada de racionalidade técnica, isenta dos vícios corruptivos e ineficientes que, na política, afetavam a soberania do interesse público na produção de políticas.

³ Estudo que marca o nascimento do campo da Administração Pública, sendo Woodrow Wilson o autor considerado fundador da área.

Weber era cético sobre a possibilidade de separação proposta por Wilson. Mesmo em seu tipo ideal a neutralidade da burocracia era improvável, já que os burocratas tinham seus direcionamentos e agiam orientados politicamente: é inconcebível pensar que a burocracia aja autonomamente, fixando suas próprias metas ou tomando decisões independentemente dos atores políticos. Conforme esclarece o autor, a autonomia funcional da burocracia é perigosa porque seus próprios interesses se sobrepõem à soberania de interesses públicos.

A burocracia para Weber expressava o paradoxo do Estado liberal moderno por trazer efeitos, ao mesmo tempo, positivos e negativos. Ainda que, através da burocracia, seja possível galgar níveis de civilidade nunca atingidos, a predominância da técnica afastaria o homem moderno da sensibilidade e de suas liberdades individuais. Por um lado, os burocratas colocariam a democracia em risco ao enfraquecer o exercício das lideranças políticas (WEBER, 1993); por outro lado, a constante tensão entre agentes administrativos e atores políticos obrigaria a manutenção da esfera pública como arena de busca de consensos, fortalecendo o jogo democrático e o interesse público.

Aberbach, Putnam e Rockman (1981) dão prosseguimento às preocupações de Weber – por meio de estudo exaustivo, voltado a sete países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda e Suécia – demonstrando que a burocracia não atua somente na implementação de políticas, mas também no processo de tomada de decisão, na esfera do Executivo. Constatam também que políticos, por sua vez, possuem conhecimentos técnicos de matérias específicas: economia, gestão de políticas sociais ou implantação de políticas para infraestrutura. O processo de busca de consensos, portanto, provoca a burocratização da política – políticos se envolvem em questões técnicas – e a politização da burocracia – funcionários se envolvem na articulação com demandantes e na negociação de conflitos, tornando-se *policy makers*.

Fundamental é entender a contribuição dos estudos que trabalham com a temática do insulamento burocrático para determinar o papel das burocracias na governança democrática quando agem de forma independente e autônoma nas arenas onde as decisões são tomadas. Em dadas circunstâncias, a burocracia – formada e cooptada como elite tecnoburocrática – liberta-se de controles político-partidários e de atores sociais organizados, atuando com alto grau de discricionariedade em distintas arenas, verdadeiras “ilhas de racionalidade”, de construção de políticas públicas (O'DONNELL;

SCHMITTER, 1986; CAVALCANTE; LOTTA; BRESSER PEREIRA, 1997; OLIVEIRA, 2018).

O agente burocrático passa a ser investigado como detentor de um lugar de destaque entre atores políticos e grupos de pressão na arena estatal. Cardoso (1974) fala de *anéis burocráticos*: interação privilegiada de grupos específicos com burocratas em torno de informações que servem de substrato para pressionar a tomada de decisões na direção de interesses privados. O consenso produzido enfraquece o poder político da sociedade civil, já que se dá nos bastidores da organização estatal. No limite: permite-se que a burocracia influencie a tomada de decisão, impulsionada por interesses particularistas. O *policy making* fica refém, portanto, mais de grupos privados do que da interação política com a sociedade.

O estudo de Skocpol (1985) reforça a ideia de proximidade entre interesses privados e atores administrativos: quando a burocracia tem autonomia, arranjos políticos-institucionais favorecem e exigem relações com setores privados, sobretudo em contextos de transformações estruturais. Assim, fica mais claro que agentes “autônomos” dotados de habilidades tecnopolíticas e considerável poder de influência na produção de políticas facilitam a escolha de políticas públicas com acentuado teor de articulação particularista.

No Brasil, principalmente depois do reestabelecimento da democracia e da promulgação da Constituição de 1988, a Ciência Política abandona as explicações sobre o insulamento burocrático, interpretado como face do período autoritário. Por isso, a agenda de investigação em Ciências Sociais e Sociais Aplicadas se volta para a complexificação do ambiente no qual se operam tanto a administração pública, como a agenda sobre políticas públicas. Com o avanço das tecnologias de informação e de comunicação (TIC), novas práticas são adotadas pelos governos e novos conceitos são trabalhados pela literatura. Além de ressignificar as relações humanas contemporâneas, TIC impactam o processo das políticas públicas (*policy process*) ao permitir observar com critério a responsividade e a transparência de atores e de processos: há maior *accountability* sobre ações de governo. A burocracia passa a ser estudada sob a ótica da “capacidade estatal” (SKOCPOL, 1985) de atuar no “Estado Rede” (CASTELLS, 2002). Cada vez mais, são a qualidade do agente público e o arranjo institucional que determinam o consenso sobre a formulação, a tomada de decisão e a implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, Loureiro, Abrucio e Rosa (1998) apontam para uma nova agenda de pesquisa quando observam a alta burocracia do Ministério da Fazenda e seu movimento

como *policy makers* da administração federal: agentes de transformação, altamente qualificados, dotados de responsabilidade política e com marcante papel de liderança para conduzir o processo de discricionariedade. Olivieri (2007), observando o Banco Central, reforça o argumento. Ambos os estudos se aproximam da tese de Moore (1995) de que alta burocracia e alta administração pública estão mais próximas de políticos do que se supunha, dada sua capacidade de decidir e criar estratégias. É o que Pacheco (2002) vai chamar de dirigentes públicos: ocupantes de cargos de alto escalão do Executivo, representando o elo entre políticos e burocratas clássicos; atores essenciais à alocação de recursos na disputa por prioridades em políticas públicas.

Ainda, se considerarmos a Nova Gestão Pública (*New Public Management*) como corrente ideacional que passa a ser incorporada ao ideário da burocracia pública no Brasil a partir da década de 1990, podemos acrescentar elementos que reforçam ou, no limite, incentivam a atuação dos burocratas em atividades que antes estavam menos claras na literatura (BRESSER-PEREIRA, 2002). São destaques, nesse sentido, a ênfase na *accountability* ou na responsividade dos agentes burocráticos perante os cidadãos – para quem entregam os serviços públicos –, como também nas atividades que exigem eficiência e dotam de maior autonomia a burocracia pública no seu dia-a-dia nas repartições públicas a fim de encontrar soluções às problemáticas rotineiras nos contextos locais. Assim, atuam tanto na implementação das políticas, onde há considerável grau de discricionariedade, como também na produção de políticas justamente por essa corrente ideacional promover a burocracia enquanto conhecedora de contextos para propor alternativas e soluções, seja em contextos organizacionais e locais, até na interação com os dirigentes eleitos – a depender de sua posição na estrutura hierárquica. As questões de responsividade e autonomia da *New Public Management*, portanto, ressignificam a atuação dos burocratas.

Se os burocratas são atores-chave também para os estudos de formulação e produção de políticas, atuando como *players* em arranjos institucionais, então a separação entre políticos e burocratas se torna mais complexa do que se apontava de início. O que observamos é, na verdade, uma maior porosidade a interesses e uma fronteira menos marcada na ação de políticos e burocratas no processo de políticas públicas. O caráter híbrido evidencia que a governança atual exige, por um lado, políticos com conhecimento técnico para legitimar escolhas; e, por outro lado, burocratas com habilidades políticas para reportar a eleitos e eleitores, muito além de fronteiras das repartições públicas

(CAVALCANTE; LOTTA; OLIVEIRA, 2018, p. 73). Qual é, portanto, a necessidade imperativa de se estudar a influência e a atuação da burocracia no *policy process*, em especial no *policy making*? A nossa resposta, apresentada a seguir, está voltada para a figura do empreendedor de políticas.

1.2. O empreendedor de políticas: conceitos e discussões

Schumpeter (1982) foi o primeiro autor a discutir a figura do empreendedor. Embora direcionado a setores econômicos não governamentais, o autor caracterizou o *entrepreneur* como alguém que tendo uma ideia é capaz de torná-la poderosa e lucrativa, disseminando-a a outros. A ação de empreender tem profunda relação com a inovação: o empreendedor age para introduzir novo produto, novo método de produção, novos mercados, novas fontes de matérias-primas ou reorganizar uma unidade industrial. O empreendedor arquiteta a *destruição criativa* (SCHUMPETER, 1982) através da inovação, propondo processos de ruptura com o que é conhecido, retirando o equilíbrio da ordem econômica para a criação de mudanças.

Do conceito de empreendedor de Schumpeter, outros passam a merecer atenção: o empreendedor político⁴, aquele ator que se desloca para a esfera política, ressignificando a *lógica da ação coletiva*; o empreendedor institucional⁵, que reestrutura desenhos de organizações; e o empreendedor de políticas, foco do presente trabalho, direcionado à sustentação de paradigmas de políticas, como também no processo de produção de políticas públicas, em que se destaca o agendamento das políticas públicas (*policy agenda-setting*).

Conceitualmente, o chamado *policy entrepreneur* é um ator-chave para o *policy process* desde a montagem da agenda a partir da definição de problemas e soluções à movimentação de problemas públicos em contextos políticos e de opinião pública no Modelo de Múltiplos Fluxos (KINGDON, 2003) e importante agente na dinâmica de políticas públicas na Teoria do Equilíbrio Pontuado (BAUMGARTNER; JONES, 1993).

Para Kingdon (2003), empreendedores de políticas – indivíduos ou pequenos grupos – são capazes de produzir mudanças ao perceber momentos oportunos para agir, conectando problemas a soluções no momento adequado. O autor identifica um conjunto de motivações para esses atores, desde interesses pessoais ou ideológicos, até a simples

⁴ Para aprofundar, ver Wagner (1966), Olson (1999) e Hardin (1982).

⁵ Para aprofundar, ver DiMaggio (1988).

satisfação de influenciar o processo. Exemplo dado são burocratas que agem como empreendedores de políticas para a manutenção ou expansão de programas e orçamentos direcionados ao seu grupo de interesse. Para tanto, é necessário que o ator se apresente com legitimidade frente a audiências; tenha habilidades de comunicação ou posição formal no processo decisório; seja persistente e demonstre capacidade para negociar.

Baumgartner e Jones (1993) – na Teoria do Equilíbrio Pontuado – postulam que os *policy entrepreneurs* são agentes cuja principal característica é a comunicacional, ou seja, são capazes de convencer subsistemas de políticas públicas e tomadores de decisão que determinadas soluções são as mais acertadas. Assim, provocam mudanças ou reforçam o *status quo*. Construir desafios é imprescindível para legitimar soluções: problemas percebidos pelos tomadores de decisão ou pelos subsistemas podem diferir do construído pelo empreendedor. É nessa incongruência de ideias que o empreendedor de políticas trabalha para influenciar a opinião dos demais participantes e desestruturar o monopólio da política (dimensão institucional) e a imagem da política (dimensão simbólica); ou para possibilitar a manutenção de *status quo*, de forma que estruturas e privilégios sejam mantidos e plataformas ideológicas permaneçam. Em outras palavras, o *policy entrepreneur* é o agente que faz o governo agir, ou deixar de agir, em alguma questão ou política (BAUMGARTNER; JONES, 1993).

Tanto para Kingdon quanto para Baumgartner e Jones, as ideias importam (BRASIL; CAPELLA, 2017). O monopólio de políticas é restrito a um único interesse ou questão, formado em torno de ideias, valores e crenças: a *policy image*. Mudar o arranjo institucional em torno de políticas exige, essencialmente, mudança de seus valores e crenças: o empreendedor de políticas tem expertise em comunicação, é hábil para negociar e convencer – ou manipular – os demais atores, é sensível para perceber contextos e arenas favoráveis, objetivando estabelecer monopólio de política em torno de suas ideias.

Capella (2016) aponta que, nesses modelos de defesa de ideias, os empreendedores de políticas são agentes que disseminam e defendem discursos precisos. A autora ainda destaca as atividades perseguidas pelo empreendedor de políticas: definição estratégica de problemas; estruturação de debates com direcionamento de alternativas para soluções possíveis; estabelecimento de contato com grupos para além dos limites de comunidades políticas; e busca por bases de apoio institucional às suas ideias (CAPELLA, 2016, p. 499).

Conforme aponta Kingdon (2003), a ação dos empreendedores é direcionada e suas ideias se baseiam em viabilidade técnica, congruência com valores da comunidade, aceitação pública e limitações orçamentárias. E mais: o emprego de recursos e esforços somados a suas habilidades e capacidades na disseminação de ideias são capazes de fazer com que sua *policy image* consiga sobressair às de empreendedores concorrentes (BAUMGARTNER; JONES, 1993).

O empreendedor de políticas também se destaca como disseminador de ideias para diferentes audiências, com o intuito de medir a receptividade de seus interlocutores, superar barreiras de aceitação e criar ambientes de mobilização (KINGDON, 2003). Para além de convencer audiências, o empreendedor busca entender como suas ideias são compreendidas a fim de aprimorar suas estratégias de construção de problemas e articulação de soluções: processo essencial para ganhar visibilidade e alavancar sua legitimidade na proposição de mudanças (BAUMGARTNER; JONES, 1993). Não é, portanto, uma ação solitária; o empreendedor de políticas está profundamente inserido em redes sociais.

Seguindo Capella (2016), este trabalho assume que o objetivo do empreendedor de políticas de Kingdon (2003) – manipulação das preferências dos formuladores de política, por meio da defesa de ideias a respeito de problemas e soluções – é diferente do de Baumgartner e Jones (1993) – criação e manutenção de um monopólio de políticas por meio da definição de imagem a partir da relação entre problemas e soluções, para manipular instituições. No entanto, o senso de oportunidade é igualmente fundamental para ambos os autores.

Discutidos os conceitos de empreendedor e de empreendedor de políticas, bem como suas características; a importância desse agente para processos inovadores – incrementais ou de ruptura –, e a centralidade da sustentação de ideias no longo prazo, pode-se postular a análise da política de inovação no setor público.

1.3. Política de inovação no setor público

Assim como o conceito de empreendedor, o conceito de inovação também ganha atenção a partir dos estudos de Schumpeter (1984). O autor, observando agentes privados na economia, define inovação como fenômeno resultante da aplicação de conhecimento para a geração de valor que é reconhecido ou percebido pela sociedade, pelo mercado e pelo governo. Além disso, o autor condiciona a inovação enquanto processo passível de réplica e suscetível à difusão a outros agentes e contextos.

Avançando na abordagem de Schumpeter, Rogers (2003) complementa o conceito de inovação para além de um fenômeno recém-criado ou descoberto: constitui-se enquanto nova ideia ou medida implantada em determinado contexto, tendo como base alguma experiência difundida: “uma ideia, prática ou objeto que é percebido como novo por um indivíduo ou outra unidade de adoção”⁶ (ROGERS, 2003, p. xviii).

Na literatura, é possível encontrar várias categorias de inovação (GALLOUJ, 2002; TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008; RAUEN, 2013). No entanto, o setor privado é o principal objeto de análise, como é possível observar no conceito de inovação adotado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): “implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou relações externas” (OCDE; EUROSTAT, 2005, p. 55). Farah (2006; 2008), atendo-se ao campo do setor público, define inovação como tema político: resposta a um problema novo ou antigo, utilizável em outros contextos e localidades. Pensando em política pública, a autora ainda destaca o papel dos arranjos institucionais criados coletivamente enquanto processos inovadores para mudanças em *public policy*.

O conceito de inovação não encontra consenso e, pela polissemia, os diversos autores têm dificuldades em trabalhar em esferas como inovação no setor público ou inovação social. Por conta das divergências, pesquisas sobre inovação do setor público são recentes, incorporando a complexidades de governos e organizações públicas. Somente a partir dos anos 2000, destaca-se na literatura tipificações de inovação para as *public affairs*,

⁶ No original: “an idea, practice, or object that is perceived as new by an individual or other unit of adoption” (ROGERS, 2003, p. xviii)

como pode ser visto em Motta (2001), Windrum (2008) e Bekkers, Edelenbos e Steijn (2011), dentre outros.

Observando a literatura de *Public Policy*, é possível entender a *innovation policy* como política multisetorial, que abrange, por exemplo, áreas como Ciência e Tecnologia, Economia, Educação, dentre outras que podem depender de políticas setoriais são imbricadas. Com base nos estudos de Kock e Hauknes (2005), Windrum e García-Goñi (2008) e Lima e Vargas (2012), escolhas na política de inovação podem ser categorizadas pelo objeto estudado: (a) o setor público, enquanto agente produtor e implementador de inovação na máquina pública, nos arranjos institucionais e em aparatos dos programas e políticas públicas; (b) o desenvolvimento socioeconômico, através da influência e dos investimentos para desenvolvimento (P&D) em indústrias, como incentivos fiscais, fomento à pesquisa etc.; e (c) as fontes de consumo de inovações produzidas pelo setor privado a partir da apresentação de desafios e demandas do setor público. A política de inovação ocorre com e a partir da interação de diversos setores sociais, constituindo-se como área estratégica nas prioridades governamentais, uma vez que alavanca o desenvolvimento socioeconômico. Logo, deve constituir pauta contínua nas agendas dos governos contemporâneos.

Djellal, Gallouj e Miles (2017) apontam que organizações públicas da atualidade deixaram de ser subordinadas às propostas do setor privado, transformando-se em idealizadoras de inovação: o setor público é agente ativo em processos inovativos, ou seja, protagoniza mudanças horizontais e verticais, provocando interação de esferas governativas diferentes. Nesse sentido, desenvolver novos arranjos organizacionais e institucionais, paralelos ao contínuo incremento da cultura digital interativa, ressignifica as ações governamentais (BIZELLI; FERREIRA, 2009). Os programas públicos que chegam aos cidadãos impactam na percepção de serviço prestado e alteram a lógica cotidiana da interação provedor-usuário, entre Estado e sociedade. Inovação planejada e bem executada impacta positivamente na governabilidade.

Discutidas as conceituações dos estudos clássicos de Schumpeter (1984) e Rogers (2003), o entendimento sobre inovação para políticas públicas e a complexidade multisetorial sobre a política pública de inovação, resta agora analisar o Programa InovaDay.

2. O programa InovaDay: trajetória e análises

A partir de três conceitos – burocracia, empreendedor de políticas e política de inovação no setor público –, é possível debruçar-se sobre o Programa InovaDay, implantado pelo governo do estado de São Paulo. As análises se baseiam, por um lado, na trajetória do programa, delineada pela legislação que instituiu seus objetivos e diretrizes; e, por outro lado, por sua estrutura e organização funcional. Para tanto, utiliza-se de informações públicas, as quais foram contrastadas com entrevista.

O InovaDay faz parte da Política de Gestão do Conhecimento e Inovação (PGCI) do estado de São Paulo, regulamentada pelo Decreto nº. 53.963 (SÃO PAULO, 2009), para incrementar a articulação entre a alta burocracia estadual e o governador (AGUNE, 2018). Conforme aponta Roberto Agune na entrevista, a PGCI é estruturada em cinco frentes de atuação⁷: i. Mudanças na cultura organizacional; ii. Capacitação dos quadros; iii. Atenção a inovações e esforços para experimentalismo; iv. Desenvolvimento de projetos; v. governança voltada para resultados (AGUNE, 2018). O programa baseia-se em mudanças culturais internas à organização governativa paulista, mas tem abertura para outras frentes, fortalecendo parcerias público-privadas.

O InovaDay é um espaço mensal onde se reúnem servidores públicos, membros do setor privado e do terceiro setor, acadêmicos e demais interessados para debater inovações no setor público: são apresentadas e debatidas ferramentas, metodologias e exemplos de aplicação de inovação direcionada à máquina pública ou a políticas setoriais. O programa busca disseminar ideias para que burocratas públicos possam empreender ações cotidianas de inovação em procedimentos administrativos dentro das repartições, na gerência de ações em curso ou na proposição de novos aparatos para políticas públicas. Para favorecer o acesso aos encontros, garante-se sua transmissão ao vivo via internet.

O InovaDay, nos últimos anos, apresentou mudanças internas, passando por gestão de diferentes unidades dentro do governo. Seu idealizador e coordenador foi o servidor estadual Roberto Meizi Agune. O Programa InovaDay ficou na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional até ser remanejado para a Secretaria de Governo, que criou,

⁷ Essas frentes de atuação foram informadas pelo gestor do programa em entrevista semiestruturada realizada por Cristiano Parra Duarte (AGUNE, 2018). Além disso, são correlatas às diretrizes apresentadas no Decreto nº 53.963, de 21 de janeiro de 2009 (SÃO PAULO, 2009).

em 2012, uma assessoria própria para acolher o programa: a Assessoria de Inovação em Governo (SÃO PAULO, 2012). Quando, em 2015, a Secretaria de Governo criou a Unidade de Inovação da SubSecretaria de Parcerias e Inovação (iGovSP), o InovaDay passa a ter ali sua nova vinculação.

Ao se fortalecer institucionalmente, o programa foi ganhando novos parceiros sendo possível criar um comitê gestor, de forma que não mais estivesse sob responsabilidade de um órgão específico, mas fosse parte estratégica de várias organizações públicas. Atualmente, esse comitê é composto por: Unidade de Inovação do Governo de São Paulo (iGovSP), Escola Fazendária do Estado de São Paulo (FAZESP), Fundação Vanzolini, Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa Souza, Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Programa de Gestão e Inovação da Justiça Federal (iNovaJusp), Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP), Laboratório de Inovação na Gestão (LabGes) e Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo (INOVADAY, 2018).

O programa realiza transmissões na plataforma InovaDay, auxiliado pela Fundação Vanzolini; pelo canal InovaDay, no YouTube⁸; e pela página InovaDay, no Facebook⁹. Em termos de alcance, obtemos os seguintes números: no canal no Youtube do InovaDay constam 72.735 visualizações, sendo 1100 inscritos; nos vídeos publicados na página do InovaDay no Facebook são 72.735 visualizações, sendo que a página conta com 1543 seguidores¹⁰. Os encontros configuram-se como mesas abertas: ideias são introduzidas por palestrantes convidados, as quais são debatidas pelos participantes presentes ou aqueles conectados via internet. Desde o primeiro encontro, o InovaDay abriu espaço para envio de perguntas e opiniões por meio do *chat* da plataforma ou pelo Twitter, com o uso da *tag* #InovaDay (AGUNE, 2018).

Para participar presencialmente do InovaDay é necessário inscrever-se através de *link* encontrado na página inicial da plataforma¹¹, a qual apresenta um cronograma com temáticas dos próximos encontros e respectivos debatedores. Está disponível também no

⁸ Acessar: <https://www.youtube.com/user/inovaDayCanal>. Acesso em: 27 jul. 2018.

⁹ Acessar: <https://www.facebook.com/inovaDay/>. Acesso em: 27 jul. 2018

¹⁰ Dados colhidos em 2021. O Programa não apresenta novas atividades desde janeiro de 2020. Não constam informativos sobre a paralização do programa.

¹¹ Acessar: <http://inovaday.com.br/br/>

web site do InovaDay a retrospectiva do programa: gravações de InovaDay passados, resumo de assuntos tratados e relação de palestrantes, desde o primeiro InovaDay, em 2010. A plataforma, apesar de ter sofrido mudanças, contém todos os conteúdos discutidos, sem que nenhuma informação tenha sido omitida, disponibilizando, ainda, artigos sobre conteúdos tratados em debates anteriores, como é o caso da metodologia de *design thinking*¹², por exemplo.

A capacidade de uma ideia ou prática ser difundida e aplicável a outros contextos é fundamental para o conceito de inovação (SCHUMPETER, 1984). O neo-schumpeteriano Rogers (2003) conceitua difusão como processo pelo qual a inovação é comunicada em determinados canais durante um período para membros de um sistema social: difusão, portanto, compreende um processo comunicacional de transmissão de novas ideias. Destaque-se que canais de difusão são tão importantes quanto agentes que notam inovações, os quais se movem por valores¹³. Embora outros conceitos¹⁴ disputem o campo interpretativo, este trabalho está focado nas contribuições de Rogers (2003), dada a possibilidade de abarcar componentes intencionais, políticos e ideológicos em processos comunicacionais¹⁵.

Baseado neste autor e na apresentação do programa, postula-se que o InovaDay é um espaço de difusão de inovações e de políticas, é um canal para apresentar ideias, métodos, ferramentas e saberes inovadores que provoquem mudanças na cultura organizacional. Agune (2018), em sua entrevista, aponta que o protagonismo do servidor público deve ser evidenciado, já que o burocrata é o agente conhecedor dos problemas enfrentados no cotidiano da Administração Pública. O InovaDay apresenta-se como canal direto para a difusão de ideias, permitindo a participação dos agentes públicos – tanto presencialmente quanto virtualmente. Assim, a participação e a difusão estão garantidas através de ferramentas digitais.

¹² *Design thinking* se refere a uma abordagem de pensamento crítico e criativo de modo a orientar como o design (enquanto processo iterativo) é pensado, desde a concepção das ideias para a solução de problemas até a concepção do produto. Em outras palavras, é uma abordagem para estimular a tomada de decisão pela maximização de ideias de forma coletiva e colaborativa (BROWN, 2020).

¹³ Rogers (2003) aprofunda a discussão sobre os processos comunicacionais que são essenciais para a investigação de processos inovadores em governos de todos os níveis.

¹⁴ Tais como: tradução (DAGNINI; THOMAS, 2001), lesson-drawing (ROSE, 1991) e policy transfer (DOLOWITZ; MARSH, 1996).

¹⁵ No campo de análise de políticas públicas, veja Berry e Berry (2007); Mintrom (1997); Kingdon (2003); Baumgartner e Jones (1993); e Brasil e Capella (2017).

A difusão é possível pelo esforço empreendido por estruturas burocráticas de alto escalão para constituir um espaço que ultrapasse fronteiras entre repartições públicas e destas com a sociedade: setor privado, academia e terceiro setor. Assim, postula-se que a burocracia pública paulista congrega características de empreendedores de políticas (KINGDON, 2003; BAUMGARTNER; JONES, 1993). Isso porque tanto o InovaDay quanto a PGCI são resultado da mobilização da alta burocracia paulista. Conforme aponta Kingdon (2003), o empreendedor de políticas é ator que representa figura de legitimidade frente a audiências, empregando energia, recursos – mesmo que não financeiros – e sua própria imagem. O mérito do processo encetado no governo do estado de São Paulo é do arranjo institucional, nos termos de Baumgartner e Jones (1993), estabelecido na produção da PGCI e na construção das ferramentas funcionais do InovaDay. Destaca-se que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se mantém à frente do governo paulista desde 1994: fator que facilita à alta burocracia conquistar espaço e visibilidade na gestão de políticas públicas.

Ao se pensar no estudo de Sørensen e Torfing (2012), é possível dizer que o InovaDay representa um programa de inovação colaborativa, já que traz para dentro da gestão membros de diferentes órgãos públicos e governos, articulando-se a parceiros externos à administração. Essa forma de empreender no setor público é próxima ao conceito de inovação aberta de Gallouj, Rubalcaba e Windrum (2013), que apontam para o desenvolvimento de novas redes de inovação, denominadas de redes de inovação público-privadas, que envolvem colaborações entre organizações de serviço público, privadas e do terceiro setor no campo da inovação.

O ponto forte do programa é mobilizar atores no Comitê Gestor, que com o passar dos anos ganha fôlego e aderência nas organizações públicas. A rede possibilita a descentralização da gestão do programa, blindando a alta burocracia numa esfera de tomada de decisão que já não envolve os políticos eleitos. O programa institucionalizado ganhou robustez e estabilidade (Agune, 2018). Resta agora identificar longitudinalmente três variáveis essenciais para apontar a trajetória do programa: participações, temáticas abordadas e palestrantes.

Sobre os participantes, baseado em dados coletados entre 2013 a junho de 2018¹⁶ e disponibilizados pelo programa (Tabela 1), é possível notar que as participações via internet são mais expressivas que as presenciais. É fundamental ressaltar que o número de participações virtuais demonstra o número de pontos de acesso, não revelando exatamente o número de pessoas em cada ponto. Faz sentido supor que o número de participações virtuais seja maior, já que o objetivo é ter o máximo de servidores interagindo. Como aponta Agune (2018), o InovaDay atraiu participantes de governos da região metropolitana de São Paulo, servidores de Santa Catarina, Espírito Santo e de outras localidades. Houve crescimento da participação com as transmissões via YouTube e Facebook. Dados de 2018 mostram maiores participações virtuais do que em anos anteriores. E isso é explicado pela adoção das novas ferramentas utilizadas para transmissões ao vivo: Facebook, YouTube e site do InovaDay, sob auxílio da Fundação Vanzolini, conforme ressaltava Agune, em entrevista (AGUNE, 2018).

Tabela 1. Número de participações presenciais e online no InovaDay de 2012 a 2018

	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	presencial	online	presencial	online	presencial	online	presencial	online	presencial	online	presencial	online	presencial	online
fevereiro	-	-	-	-	44	267	-	-	-	-	-	-	25	539
março	-	-	37	244	46	335	-	-	53	252	119	200	22	788
abril	-	-	143	260	30	295	21	163	22	106	-	-	17	536
maio	-	117	112	194	30	177	25	331	-	-	114	379	22	629
junho	-	147	94	138	-	-	22	161	120	671	43	167	32	815
julho	-	156	65	157	42	271	26	222	90	351	33	317	-	-
agosto	-	225	88	414	110	259	30	229	116	338	33	317	-	-
setembro	-	123	74	338	70	247	23	123	191	545	46	370	-	-
outubro	-	230	55	258	59	144	15	95	58	518	40	1044	-	-
novembro	-	173	64	278	349	903	21	117	38	177	31	288	-	-

Fonte: Dados disponibilizados pela equipe gestora do InovaDay (INOVA DAY, 2018). Elaboração própria. **Notas:** Não há dados referentes a 2010 e a 2011. Nov/14 ocorreram dois InovaDay. Jul/16 e Set/16 ocorreram dois InovaDay. Mai/17 ocorreram dois InovaDay. Foram reunidos dados até jun/18. No entanto, o programa segue em andamento. (-) Representa ou a não existência de dados ou a não ocorrência de InovaDay.

¹⁶ Dados colhidos de relatórios gerados pela equipe gestora do InovaDay. Os relatórios referem-se aos anos de 2010 a 2018. Dados de 2010 e 2012, para participantes, não estavam disponíveis.

Sobre as temáticas tratadas no InovaDay de 2010 a 2017¹⁷, optou-se por apresentar os assuntos tratados com maior frequência, ou seja, as tendências. A Tabela 2 apresenta os temas e a frequência com que essas temáticas foram alvo de debate no programa.

Tabela 2. Temáticas debatidas nos InovaDay de 2010 a 2017

Temas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Inovação em atuação governamental e relações de governo	14,29	22,22	33,33	21,05	30,43	11,11	7,69	19,35
Inovação em educação e inclusão social	14,29	0,00	0,00	21,05	13,04	22,22	15,38	19,35
Inovação em Saúde e qualidade de vida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,85	12,90
Inovação em Economia e empreendedorismo público	14,29	11,11	33,33	26,32	30,43	50,00	26,92	6,45
Inovação em Accountability e participação social	28,57	0,00	11,11	5,26	0,00	5,56	3,85	12,90
Inovação em processos de gestão e cultura organizacional	14,29	11,11	22,22	10,53	26,09	5,56	34,62	16,13
Inovação em mobilidade urbana e gestão do urbano	14,29	55,56	0,00	15,79	0,00	5,56	7,69	12,90

Fonte: Dados reunidos da plataforma do InovaDay (INOVADAY, 2018). **Elaboração própria.** **Notas:** Categorização própria. Representação da proporção de temáticas debatidas no InovaDay. Há encontros em que pontuam duas temáticas.

Em 2010, as temáticas se mostram bem distribuídas, sendo que “Inovação em *accountability* e participação social” se sobressai entre os demais. “Inovação em saúde e qualidade de vida”, todavia, não pontuou. Em 2011, a maior preocupação foi com relação à “Inovação em mobilidade urbana e gestão do meio urbano”, que apareceu em mais da metade das temáticas tratadas no ano. Os temas “Inovação em atuação governamental e relações de governo”, “Inovação em economia e empreendedorismo público” e “Inovação em processos de gestão e cultura organizacional” foram tratados, mas tiveram menos destaque. Tópicos como “Inovação em educação e inclusão social”, “Inovação em saúde e qualidade de vida” e “Inovação em *accountability* e participação social” não pontuaram. No ano de 2012, os temas “Inovação em economia e empreendedorismo público” e “Inovação em atuação governamental e relações de governo” foram os destaques. Foram menos abordados “Inovação em *accountability* e participação social” e “Inovação em processos de gestão e cultura organizacional”, enquanto que “Inovação em educação e inclusão social”, “Inovação em saúde e qualidade de vida” e “Inovação em mobilidade urbana e gestão do meio urbano” não tiveram atenção. No ano de 2013, o destaque foi “Inovação em economia e empreendedorismo público”, os demais temas tiveram relativa atenção, com exceção de “Inovação em saúde e qualidade de vida”, que não pontuou. Em 2014, discuti-

¹⁷ Dados recolhidos na plataforma digital do programa.

se mais “Inovação em economia e empreendedorismo público” e “Inovação em atuação governamental e relações de governo”. “Inovação em educação e inclusão social” e “Inovação em processos de gestão e cultura organizacional” tiveram menos destaque, enquanto que “Inovação em saúde e qualidade de vida”, “Inovação em *accountability* e participação social” e “Inovação em mobilidade urbana e gestão do meio urbano” não foram tratados. No ano de 2015, o destaque foi “Inovação em economia e empreendedorismo público”, abrigando metade das discussões. Com exceção de “Inovação em saúde e qualidade de vida”, que não apareceu, os demais temas foram tratados no decorrer do ano. Em 2016, “Inovação em processos de gestão e cultura organizacional” foi o que mais chamou atenção. Todos os demais temas foram debatidos nesse ano. Por fim, em 2017, todos os temas foram abordados, tendo uma proporção bastante similar. Assim, há temas mais frequentes nos 8 anos: “Inovação em Economia e empreendedorismo público”, “Inovação em atuação governamental e relações de governo” e “Inovação em processos de gestão e cultura organizacional”. A temática “Inovação em Saúde e qualidade de vida” foi a que menos teve atenção, pontuando apenas em 2016 e 2017.

Os palestrantes que estiveram apresentando suas ideias para o debate, entre 2010 e 2017, foram divididos em quatro categorias: acadêmicos, agentes do setor privado, servidores públicos e membros do terceiro setor¹⁸, conforme pode ser visto na Tabela 3. Prevaleceram os atores do setor privado (45% das participações). Depois vieram membros da própria burocracia pública (41% das participações). Contudo, é importante destacar que parcela considerável compreende gestores do InovaDay, apresentando as ideias do programa.

Tabela 3. vinculação dos palestrantes

Acadêmicos	23
Setor Privado	92
Profissionais do Setor Público	84
Terceiro Setor	9

Fonte: Dados reunidos da plataforma do InovaDay (INOVADAY, 2018). Elaboração própria. Notas: Categorização própria. Contagem realizada individualmente. Os encontros apresentam mais de um palestrante. Foram contabilizadas como palestrantes os próprios gestores do programa quando atuaram como tal.

¹⁸ A contagem considerou a presença individual do palestrante principal, uma vez que os encontros contam com mais de um debatedor por InovaDay.

Contrariamente ao conceito de que a Academia induz processos de inovação (RAUEN, 2013), o InovaDay dialogou com pesquisadores apenas em 11% dos casos. Demonstra-se na experiência do InovaDay, portanto, que os acadêmicos do Campo de Públicas ainda estão distanciados do governo estadual: pode-se supor que a agenda de pesquisa vem se dedicando mais à esfera federal, reservando as análises do espaço estadual e local para estudos secundários. Por fim, menor ainda é a participação de agentes do terceiro setor (4% das participações). O que intuímos é que no InovaDay ainda existe uma prevalência de saberes e técnicas relacionadas a problemas percebidos e soluções propostas pelos agentes do setor privado, na contramão do que apontam Djellal, Gallouj e Miles (2017). Dessa forma, parece que a inovação no setor público, via Programa InovaDay, não dotou o setor público de protagonismo, a partir de suas próprias ideias, na mesma medida que reforçou as proposições e percepções dos agentes privados.

Conclusão

O estudo apontou que o InovaDay, em particular, e a PGCI, em geral, constituem-se, na esfera governativa paulista, em espaço de consolidação de agentes da alta burocracia pública: *players* fundamentais para a produção de políticas, assim como apontam Nay (2012), Sørensen (2007), Mintrom (1997), Loureiro, Abrucio e Rosa (1998) e Cavalcante, Lotta e Oliveira (2018). Os atores paulistas, liderados por Roberto Meizi Agune, demonstram sua habilidade como empreendedores de políticas (KINGDON, 2003; BAUGARTNER; JONES, 1993), como apontam Mintrom (1997); Berry e Berry (2007), Nay (2012) e Sørensen (2007) para análises voltadas a contextos internacionais. Os gestores envolvidos com o programa se aproximam daquilo que Pacheco (2002) caracterizou como dirigente público. Isso porque foram capazes de reordenar vinculações organizacionais no arranjo institucional para se distanciarem das arenas políticas em que predominam os políticos eleitos.

Além disso, é visível a influência da Nova Gestão Pública no ideário que orienta o alto funcionalismo público paulista: para além de um espaço de difusão de inovações, o InovaDay compreende ambiente que fomenta o caráter empreendedor da burocracia aos níveis inferiores da organização, reforçando o protagonismo dos burocratas enquanto agentes que promovem e empreendem mudanças e melhorias nos governos e nas

repartições públicas. Isso reforça, mais uma vez, a importância dessa corrente ideacional na burocracia pública do estado de São Paulo, onde a *New Public Managment* foi incorporada mais significativamente (ABRUCIO, 2007).

Com relação aos dados investigados, foi possível apontar a distância de acadêmicos do Campo de Públicas no que se refere às discussões sobre inovação, tanto para a definição de problemas públicos ou organizacionais do setor público e quanto para a proposição de soluções (políticas públicas). Apesar do Campo de Públicas, onde a subárea das políticas públicas também se insere, ser constituído no Brasil de forma multidisciplinar (MARQUES; FARIA, 2013), agregando pesquisadores com conhecimentos em diversos setores ou áreas setoriais, a incorporação desses saberes não foi abarcada.

Além disso, como descrito, quando se pensa inovação no setor público, mais importam os agentes do setor privado do que acadêmicos ou agentes do terceiro setor. O InovaDay promove inovação, mas se utiliza majoritariamente das técnicas, metodologias e ideias oriundas do setor privado. No entanto, a burocracia é, para os gestores do InovaDay, fonte importante de ideias e experiências, essenciais para o desenvolvimento do serviço público (AGUNE, 2018). Não estamos afirmando, todavia, que o InovaDay é fonte exclusiva de informação e conhecimento dos burocratas públicos, tampouco que o programa é responsável pelas inovações nas diversas repartições, organizações e governos – o que demandariam outros estudos. O que estamos apontando, na verdade, é que a atenção escassa dos agentes é preenchida por informações advindas de setores específicos que, por conseguinte, podem ter implicações na definição dos termos – o que, no caso do InovaDay, são os atores do setor privado.

Após discussões teóricas e caracterizações do espaço e dos agentes aqui apresentadas, fica como agenda para novas pesquisas a necessidade de analisar os agentes que participaram do InovaDay, a fim de investigar se houve impactos positivos na gestão e qual foi a mudança na cultura organizacional dos burocratas envolvidos no programa. Contudo, realizar avaliação de uma política de inovação apresenta vários desafios metodológicos, dada a dificuldade em estabelecer relação causa-efeito, já que eventos podem apresentar ou não resultados direta ou indiretamente relacionados, o que, no limite, podem enviesar a análise (RAUEN, 2013).

O trabalho, portanto, trouxe à discussão uma temática pouco focalizada na agenda de pesquisa do Campo de Públicas. Os estudos que se dedicam sobre a figura do

empreendedor de políticas ainda são muito escassos na literatura nacional. Apesar de alguns autores tratarem o assunto de forma conceitual ou como revisão de literatura, faltam estudos aplicados. Ganha importância, portanto, análises que se debrucem sobre a produção de políticas, que tenham como objeto a atuação concreta da burocracia pública. É fundamental apontar também que pouco se tem escrito sobre a esfera estadual, praticamente esquecida pela comunidade acadêmica.

Referências

- ABERBACH, Joel D; PUTNAM, Robert D; ROCKMAN, Bert. *Bureaucrats and politicians in western democracies*. Boston: Harvard University Press, 1981.
- ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (Orgs.). *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea: Enap, 2018. p. 23-58.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, v. 41, p. 67-86, 2007.
- AGUNE, Roberto Meizi. *Entrevista sobre InovaDay realizada via vídeo conferência*. 2018. Entrevista concedida a Cristiano Parra Duarte.
- BAUMGARTNER, Frank R; JONES, Bryan D. *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BEKKERS, Victor; EDELENBOS, Jurian; STEIJN, Bram. *Linking innovation to the public sector*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011.
- BERRY, Frances Stokes; BERRY, Willian D. Innovation and Diffusion Models in Policy Research. In: Sabatier, Paul A. (Ed.) *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview Press, 2007. p. 223-260.
- BIZELLI, José Luís. Inovação e democratização na administração pública brasileira. In: RIGOLIN, Camila C. D.; BARBOSA, Henrienne; HAYASHI, Maria Cristina P. I. (Org.). *Governo na web: reflexões e práticas*. Campinas: Alínea, 2015, v. 02, p.93-110.
- BIZELLI, José Luís. *Inovação: limites e possibilidades para aprender na Era do Conhecimento*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2013.
- BIZELLI, José Luís; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão*. 1. ed. Piracicaba: Jacintho, 2009.
- BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Translating ideas into action: Brazilian studies of the role of the policy entrepreneur in the public policy process. *Policy and Society*, n. 36, v.4, p. 504-522, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos. Prefácio à primeira edição. In: NUNES, Edson D. O. *A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto. *Revista do Serviço Público*, v. 53, n. 1, p. 5-27, 2002.

BROWN, Tim. *Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. Alta Books, 2020.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. *Cad. EBAPE.BR*, v. 14, Edição Especial, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. A questão do Estado no Brasil. In: _____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CASTELLS, Manuel. Tecnologías de la información y la comunicación y el desarrollo global. *Revista de Economía Mundial*, v. 7, 2002.

CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (Org). *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea: Enap, 2018. p. 59-84.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hérnan. Planejamento e políticas públicas

de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano. *PPP - Planejamento e Políticas Públicas*, n. 23, 2001. p. 205-231.

DiMAGGIO, Paul. Interest and agency in institutional theory”. In: Zucker, Lynne. (Ed.). *Institutional patterns and culture*. Cambridge, MA: Ballinger Publishing Company, 1988.

DJELLAL, Faridah; GALLOUJ, Faïz; MILES, Ian. Duas décadas de pesquisa sobre inovações em serviços: qual o lugar dos serviços públicos?. In: CAVALCANTE, Pedro et al (Orgs.). *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília: ENAP: IPEA, 2017. p. 59-94.

DOLOWITZ, David P.; MARSH, David. Who learns what from whom? A review of the policy transfer literature. *Political Studies*, n, 44, 1996. p. 343-357.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 107-126, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Dissemination of innovations: learning from subnational awards programmes in Brazil. In: ALBERTI, Adriana; BERTUCCI, Guido (Eds.). *Innovations in Governance and Public Administration: replicating what works*. New York: United Nations. Department of Economic and Social Affairs - UNDESA, 2006. p. 67-76.

GALLOUJ, Faïz. *Innovation in the service economy: the new wealth of nations*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

GALLOUJ, Faïz; RUBALCABA, Luis; WINDRUM, Paul. *Public private innovation networks in services*. Cheltenham: Edward Elgar Publishers, 2013.

HARDIN, Russel. *Collective Action*. Baltimore. The John Hopkins Press, 1982.

INOVADAY. *Web site do Programa InovaDay*, 2018. Disponível em: <<http://inovaday.com.br/br/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. 3a. Ed. New York: Harper Collins, [1984] 2003.

KOCH, Per; HAUKNES, Johan. *Innovation in the Public Sector*. Publin Report No. D20. Oslo: NIFU STEP, 2005.

LASSWELL, Harold. The policy orientation. In: LASSWELL, Harold Dwight; LERNER, Daniel; FISHER, Harold Henry. *The Policy sciences: Recent developments in scope and method*. Standford: Standford University Press. 1951.

LIMA, Dagomar Henriques; VARGAS, Eduardo Raupp de. Estudos internacionais sobre inovação no setor público: como a teoria da inovação em serviços pode contribuir?. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n.2, 2012. p. 385-401.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; ROSA, Carlos. Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda. *Revista do Serviço Público*. Brasília, ano 49, n. 4, p. 46-82, out./dez. 1998.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política pública como campo multidisciplinar: Introdução. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, 2013, p.7-9.

MINTROM, M. Policy Entrepreneurs and the Diffusion of Innovation. *American Journal of Political Science*, v. 41, n. 3, p. 737-770, 1997.

MOORE, Mark. *Creating Public Value: strategic management in government*. Cambridge: Harvard University Press. 1995.

MOTTA, Paulo Roberto. *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NAY, Olivier. How do policy ideas spread among international administrations? Policy entrepreneurs and bureaucratic influence in the UN response to AIDS. *Journal of Public Policy*, n. 32, v.1, 2012. p.53-76.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; EUROS-TAT – Gabinete de Estatísticas da União Europeia. *Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. Brasília: Finep, 2005.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe (1986) *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

OLIVIERI, Cecília. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. *Revista*

de *Sociologia Política*, n. 29, p. 147-168, nov. 2007.

OLSON, Mancur. Apêndice. In: OLSON, Mancur (Org.). *A Lógica da Ação Coletiva*: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: USP, [1965] 1999.

PACHECO, Regina Silvia. Mudanças no Perfil dos Dirigentes Públicos no Brasil e Desenvolvimento de Competências de Direção. In. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa Portugal, 8-11 Oct. 2002.

RAUEN, André Tortato. Desafios da avaliação em políticas de inovação no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, n.64, v.4, p. 427-445, out/dez, 2013.

ROGERS, Everett M. *Diffusion of innovations*. 5. ed. New York: Free Press, 2003.

ROSE, Richard. What is lesson drawing?. *Journal of Public Policy*, v.11, 1991. p. 3-30.

SÃO PAULO. Decreto No. 53.963, de 21 de janeiro de 2009. *Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação e dá providências correlatas*. São Paulo, SP, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional - SPDR. Resolução No. 6, de 2 de maio de 2012. *Institui a Assessoria de Inovação em Governo – igov.sp e dá providências correlatas*. São Paulo, SP, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: strategies of analysis in current

research. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Orgs.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-43.

SØRENSEN, Eva; TORFING, Jacob. Introduction: collaborative innovation in the public sector. *The Innovation Journal: the public sector innovation journal*, v. 17, n. 1, 2012. p. 1-14.

SØRENSEN, Jesper B. Bureaucracy and Entrepreneurship: Workplace Effects on Entrepreneurial Entry. *Administrative Science Quarterly*, v. 52, 2007. p. 387-413.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. *Gestão da inovação*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

WAGNER, Richard E. *Pressure Groups and Political Entrepreneurs: A review article Papers on Non-Market Decision Making*, 1966. p. 161-170.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1990.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004b. v. 2.

WEBER, Max. *Parlamentarismo e governo na Alemanha reordenada*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

WILSON, Woodrow. O estudo da administração. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 3, p. 349-366. jul./set. [1887] 2005.

WINDRUM, Paul; GARCÍA-GOÑI, Manuel. A neo-schumpeterian model of

health services innovation. *Research Policy*, Elsevier, v. 37, n.4, 2008. p. 649-672.

WINDRUM, Paul; KOCH, Per. *Innovation in Public Sector Services: Entrepreneurship, Creativity and Management*. 1. ed. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2008.

Exposição “Das galés às galerias”: breve história do acervo do Museu Nacional de Belas Artes, da arte brasileira e das representações e protagonismos da população negra



Venâncio Lázaro Batalhone Neto¹
Helen Dias Tavares de Lima²
Paula Bigatti de Castro³

Resumo

A exposição “Das galés às galerias: representações e protagonismos do negro no acervo do Museu Nacional de Belas Artes”, realizada em 2018, foi dividida em três períodos: o Brasil da Colônia ao Império; o Brasil do Estado Novo; e o Brasil Atual. Para além das intenções manifestas pela curadoria, a estruturação, a escolha das obras e os sentidos atribuídos remetem à história da criação do acervo do museu e da história da arte no Brasil. Este artigo é o resultado de uma “visita etnográfica” à exposição, sendo estruturado a partir de sua divisão. Na primeira seção, discute-se como as obras foram deslocadas de seu sentido original de retratos de paisagens naturais e cenas do cotidiano, para uma dimensão de crítica da representação da população negra, retratada como integrante passiva dessas paisagens. Na segunda, discute-se a consolidação do modernismo no campo artístico e a mudança da visão sobre a participação de pessoas negras e pardas na construção de uma certa concepção de identidade nacional. Além da presença de teorias raciais que circulavam no início do século XX. Por fim, são apresentados momentos em que o protagonismo negro pode emergir na produção artística brasileira e discute-se temas que emergem da exposição: a agência de diretores do museu e da curadoria, e a inserção dos objetos dentro do que James Clifford chamou de “sistema arte-cultura”.

Palavras-chave: Museu; Arte africana; Protagonismo negro; Racismo.

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: venancio.batalhone@gmail.com.

² Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRJ. E-mail: helinhalima97@gmail.com.

³ Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRJ. E-mail: p.bigatticastro@gmail.com.

Abstract

The exhibition “From galleys to galleries: representations and protagonisms of black people in the National Museum of Fine Arts”, held in 2018, was divided into three periods: Brazil from the Colony to the Empire; the Brazil of the Estado Novo; and Current Brazil. In addition to the intentions expressed by the curatorship, the structure, the choice of works and the meanings attributed to them refer to the history of the creation of the museum's collection and the history of art in Brazil. This article is the result of an “ethnographic visit” to the exhibition, being structured based on its division. In the first section, it is discussed how the works were displaced from their original sense of portraits of natural landscapes and everyday scenes, to a critical dimension of the representation of the black population, portrayed as a passive member of these landscapes. The second part discusses the consolidation of modernism in the artistic field and the change in view of the participation of black and “pardo” people in the construction of a certain conception of national identity. In addition to the presence of racial theories that circulated in the early twentieth century. Finally, moments in which black protagonism could emerge in Brazilian artistic production are presented and themes that emerge from the exhibition are discussed: the agency of museum directors and curators, and the insertion of objects within what James Clifford called “art-culture system”.

Keywords: Museum; African art; Black protagonism; Racism.

Résumé

L'exposition « Des galères aux galeries : représentations et protagonismes des noirs dans la collection du Musée National des Beaux-arts », tenue en 2018, était divisée en trois périodes : le Brésil de la Colonie à l'Empire ; le Brésil de l'Estado Novo ; et le Brésil Actuel. Outre les intentions exprimées par le commissariat de l'exposition, la structure, le choix des œuvres et les sens qui leur sont attribuées renvoient à l'histoire de la création de la collection du musée et à l'histoire de l'art au Brésil. Cet article est le résultat d'une « visite ethnographique » de l'exposition, structurée en fonction de son découpage. Dans la première section, nous discutons comment les œuvres ont été déplacées de leur sens originel de portraits de paysages naturels et de scènes quotidiennes, à une dimension critique de la représentation de la population noire, dépeinte comme un membre passif de ces paysages. La deuxième partie traite de la consolidation du modernisme dans le camp artistique et du changement de la perception de la participation des personnes noires et « pardas » à la construction d'une certaine conception de l'identité nationale. En plus de la présence de théories raciales qui ont circulé au début du XXe siècle. Enfin, les moments où le protagonisme noir a pu émerger dans la production artistique brésilienne sont présentés et les thèmes qui émergent de l'exposition sont discutés : l'agence des directeurs du musée et du commissariat de l'exposition, et l'insertion des objets dans ce que James Clifford a appelé « système art-culture ».

Mots-clés : Musée ; Art africain ; Protagonisme noir ; Racisme.

Introdução

Este artigo foi concebido como avaliação final da disciplina ministrada pela professora Els Lagrou, no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir do tema “museus” como dispositivo, o projeto inicialmente consistia em analisar a coleção de Arte Africana do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), o histórico de sua formação e as implicações das classificações dessas produções materiais dentro do que James Clifford (1994) denominou “sistema arte-cultura”. No entanto, na chegada ao museu, recebemos a notícia de que apenas as exposições temporárias estavam abertas ao público. As exposições fixas estavam fechadas à visitação para uma obra após infiltrações em função das fortes chuvas ocorridas dias antes.

Apesar desta contingência inicial, o campo não nos desapontou. Uma das exposições temporárias chamou nossa atenção: “Das galés às galerias: representações e protagonismos do negro no acervo do Museu Nacional de Belas Artes”. Decidimos reformular a proposta e realizar uma visita etnográfica à exposição, a partir da intuição de que o recorte e temática da curadoria poderia nos oferecer um panorama mais amplo do acervo e formação do MNBA.

Na entrada do espaço, havia uma antessala com o título e subtítulo da exposição. Ao lado, via-se uma máscara ritual em madeira talhada, pertencente à coleção de arte africana. A autoria era atribuída ao Grupo Cultural Benim, da África Ocidental, e não possuía assinatura (como será discutido posteriormente, apresentação comum aos objetos ditos de arte “primitiva” que representariam uma etnia ou um grupo cultural). A exposição foi dividida em três seções organizadas por períodos históricos: o Brasil da Colônia ao Império; o Brasil do Estado Novo; e o Brasil Atual. Segundo o sítio Internet do museu, os curadores optaram por um

recorte que abrange [...] três momentos de nossa história onde as questões do negro e do nacional estão imbricadas na imaginação da brasilidade [...] onde a brasilidade homogeneizada cede cada vez mais espaço a uma diversidade de identidades e tradições culturais caminhando para uma sociedade multicultural (MNBA, 2018).

A motivação da exposição foi evidenciar as representações da população negra nos períodos representados pelo acervo do museu, assim como a ascensão de um protagonismo negro. Neste artigo, cada seção e o conceito de sua concepção serão apresentados,

relacionando-as com o histórico da formação dos acervos do MNBA, seus contextos e motivações. Para além das intenções iniciais, a divisão da exposição em períodos históricos, a escolha das obras e os sentidos atribuídos remetem à história da criação do acervo do museu e da própria história da arte no Brasil. Ao relacionar as obras expostas aos sentidos buscados pela curadoria, evidencia-se também como estes objetos podem adquirir diversos significados, consequência da agência do curador. Como aponta a antropóloga Els Lagrou,

[...] nos dias de hoje, é a própria exposição que vem ocupar a posição e a agência antes atribuídas às obras de arte expostas. Este fenômeno faz com que o papel do curador ganha cada vez mais destaque, tendo em vista que é dele a responsabilidade do conceito veiculado pela cenografia escolhida, fazendo dele o artista principal. A nova obra é resultado das múltiplas relações entre cenografias, as peças escolhidas para serem expostas e o conceito que os aproxima. E aqui, como toda obra de arte, trata-se de uma 'obra aberta' que só ganha vida através das relações estabelecidas com o espaço assim criado pelo público visitante (LANNES, 2015, p. 16).

A pesquisa envolveu a visita ao museu com registros fotográficos, pesquisa bibliográfica sobre a história da instituição, da formação do acervo e do contexto histórico em que/ se deu, além de autores cujas discussões articulam-se com os temas e a exposição.

1. O Brasil da Colônia ao Império: a criação do MNBA e início de seu acervo

A história do negro no Brasil remonta ao século XVI quando tem início uma engrenagem que desloca milhões de escravizados trazidos em navios negreiros para ocuparem o lugar de principal mão-de-obra. É a partir do século XVII, que aparecem as primeiras representações do negro nas artes plásticas no Brasil. [...] Foram criadas obras de arte que marcaram o imaginário brasileiro com cenas de escravização inseridas em paisagens rurais e urbanas que são ao mesmo tempo tentativas de descrições e projeções eurocêntricas idealizadoras da escravidão. O contraponto dessa idealização é trazido a este núcleo através de obras criadas no século XX, como o Navio Negreiro do artista Newton Cavalcanti e O escravo de João Batista Ferri. (Texto de apresentação da primeira seção da exposição).

Esta seção foi composta por dez obras. São três pinturas do artista Frans Post, realizadas durante sua estadia em Pernambuco, no século XVII. Tem-se ainda quatro gravuras: uma de Johann Moritz Rugendas, uma de Léon Pallière e duas de Jean-Baptiste Debret, todas do século XIX e retratando cenas do Rio de Janeiro. Tem-se ainda uma pintura de Modesto Brocos (final do século XIX). A curadoria optou ainda por uma pintura de Newton Cavalcanti e uma escultura de João Batista Ferri, ambas do século XX.

O prédio que abriga o MNBA foi construído em 1908, projetado pelo arquiteto Adolfo Morales de los Rios. Fazia parte do projeto de modernização da cidade, conduzido pelo então prefeito, Pereira Passos, e que buscava dar ares parisienses à capital brasileira. Originalmente, abrigava a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), o museu sendo criado apenas em 1937. Com a mudança da ENBA para a Ilha do Fundão (1976) e com a saída da Fundação Nacional de Arte (1995), o museu passa a ocupar integralmente a construção.

Segundo informações do sítio internet do MNBA, as coleções são organizadas da seguinte maneira: pintura, desenho, gravura e escultura brasileiras e estrangeiras. De maneira geral, são obras realizadas por brasileiros, ou por estrangeiros em solo brasileiro ou tendo como temática o Brasil. Integram ainda o acervo as coleções de fotografias, novas linguagens e de arte africana. Uma publicação sobre o acervo (LUSTOSA, 2002) traz ainda uma divisão por período histórico, do século XVII ao XX. O catálogo fala sobre a existência da exposição Brasil-Arte-Origem, que reuniria “arqueologia, etnografia indígena, cultura afro-brasileira, arte europeia, arte popular, imagens do inconsciente e arte contemporânea” (LUSTOSA, 2002, p. 275). Mas, com o fechamento da exposição fixa e a falta de informações disponíveis, não foi possível verificar como se encontra exatamente a coleção de arte africana e outras expressões classificadas como arte “primitiva”, arte popular e arte inconsciente.

Excetuando-se o busto em mármore de Antinoüs, do período romano (doado pela Imperatriz Teresa Cristina), as obras mais antigas do acervo são as pinturas de Frans Post, do século XVII. O artista integrava a comitiva de Maurício de Nassau, no período da presença holandesa no nordeste brasileiro, tendo realizado suas paisagens durante sua estadia e posteriormente, já de retorno à Holanda. Ele não deixa discípulos no país. No século XVIII, há registros de pinturas de estilo colonial, mas praticada apenas por particulares. O estabelecimento de um sistema de produção e ensino de artes tem início no Brasil com a vinda de Dom João VI e a corte portuguesa. Com a mudança forçada pelo avanço das forças napoleônicas, o Rio de Janeiro passa de cidade colonial a centro do império português. As transformações, no campo da arte, se dão a partir da vinda da Missão Francesa, em 1816, que “não apenas arejou o panorama do cenário artístico e instituiu o estilo neoclássico, mas mudou radicalmente o conceito de produção e do ensino das artes” (LUSTOSA, 2002, p. 19).

Com a chegada da Missão, é criada a Academia Imperial de Belas Artes, estabelecendo o ensino formal de artes no Brasil. O acervo do museu do século XIX é composto basicamente por obras trazidas e produzidas em solo brasileiro por seus integrantes e alunos da academia. Destaca-se, na comitiva, Joachim Lebreton, Jean-Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny e os irmãos Ferrez; e entre os discípulos, Victor Meirelles e Pedro Américo. O líder da missão, Lebreton, trouxe também as moldagens em gesso de obras exibidas em museus europeus e que serviam de modelo para os escultores da academia. Em local de destaque no salão que atualmente abriga o busto de Antinoüs e as moldagens, destaca-se a “Vitória de Samotrácia”, cópia da imponente escultura exibida no Museu do Louvre, em Paris. Somam-se ainda as obras da coleção de Dom João VI, aqui deixadas ao retornar a Portugal (LUSTOSA, 2002).

Os quadros do século XIX expostos na primeira seção, em geral, retratam paisagens naturais ou cenas do cotidiano. Essas obras são deslocadas de seu sentido original de obras de arte e de retratar o país para adquirir novo sentido na exposição objeto deste artigo. Nela, as pinturas e gravuras tomam uma dimensão de crítica da representação da população negra que, independentemente da situação de escravidão ou de liberdade, aparece como integrante passiva dessa paisagem, mera figurante.

A curadoria justifica as obras do século XX, “O Navio Negreiro” e “O escravo” como contrapontos dessa representação figurativa e passiva. Elas apoiariam a crítica de que essa vida cotidiana pacata representada era fruto do processo sistemático de escravização de indivíduos do continente africano; e, de fato, marcada por uma forte hierarquização social, controlada e disciplinada por uma violência extrema.

2. O Brasil do Estado Novo: das teorias raciais à construção de uma ideia de identidade nacional plural

“Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo a sombra [...] do indígena ou do negro”, Gilberto Freyre.

A população negra passa a ser considerada por governantes e intelectuais um entrave à construção de uma nação civilizada [...]. Intelectuais e elites governantes defendem então a ideologia do branqueamento, praticada no estímulo à imigração europeia e na miscigenação – vista como um “mal necessário”. A miscigenação produziria um novo branco brasileiro, aclimatado aos trópicos e depurado de seus traços negros e indígenas.

Nos anos de 1930 [...] o negro e a miscigenação passam a ser olhados sob o signo da positividade. Nessa nova concepção, a mistura dos elementos africanos, portugueses e, em menor medida, indígenas passa a ser o trunfo da nação brasileira. No entanto, o racismo não desaparece, pois, ao mesmo tempo em que no plano cultural o Estado celebrava o negro, operando a conversão de símbolos étnicos em símbolos da nacionalidade, no plano da cidadania, esta integração era insuficiente. (Textos de apresentação da segunda seção da exposição).

Na primeira metade do século XX, pode-se dizer que ocorre uma dupla virada, integrando arte e política, que dialogam, se entrelaçam. A consolidação do modernismo na cena artística e a mudança da visão sobre a participação do negro e do pardo na construção de uma identidade nacional. No entanto, no início do século, teorias raciais ainda circulavam e eram legitimadas na cena política, científica e artística brasileira.

2.1. A “Redenção de Cã” e as teorias raciais

A antropóloga Lília Schwarcz (1993) aponta como a “adoção de teses raciais não somente foi comum, como profundamente vinculada ao contexto sócio-político-econômico vivenciado no país” (MAIO; SANTOS, 1994, p. 3). O final do século XIX é marcado pela militância abolicionista e pressão internacional que terão como resultado a Lei do Ventre Livre (1871) e, finalmente, a abolição da escravidão em 1888. No entanto, a presença da população negra tornou-se um percalço para o então projeto de “um país civilizado”, inspirado em matrizes europeias. A autora mostra a constituição de diversas teorias “que priorizavam o tema racial na análise dos problemas brasileiros” (CONCEIÇÃO, 1994, p. 2).

Assim, se por um lado as teorias raciais correntes na Europa foram incorporadas e serviam para justificar a hierarquia social como natural, com posições de superioridade e inferioridade biologicamente marcadas, por outro, “as ideias da intelectualidade brasileira sobre raça caracterizavam-se pela especificidade, não raro pela adaptação criativa e seletiva de conceitos face à realidade social do país” (MAIO; SANTOS, 1994, p. 1). Se no debate europeu as teorias raciais viam a miscigenação como decadência e degeneração inexorável, condenando ao fracasso o progresso de países miscigenados, no Brasil, “surgiram reações múltiplas (em certos casos ambíguas) [...] que oscilavam entre a preocupação, a constatação e o elogio à mestiçagem” (MAIO; SANTOS, 1994, p. 1). Uma dessas vias pregava que, através de um darwinismo sociobiológico, seria possível chegar a um natural branqueamento da população. O instrumento desse branqueamento seria a própria miscigenação.

Este momento histórico é representado na exposição pela obra “A Redenção de Cã”, (1895), de Modesto Brocos. Ela aborda estas controversas teorias raciais e a ideia da busca pelo branqueamento gradual das gerações por meio da miscigenação. Em frente a uma rústica habitação, três gerações de uma mesma família são retratadas. A avó, negra, a mãe, parda, e a criança, branca. A matriarca, com semblante emocionado, ergue as mãos aos céus, em gesto de agradecimento pela “redenção”: o nascimento do neto branco, que será poupado das agruras e das memórias do passado escravocrata. O título é uma referência ao episódio bíblico da maldição lançada pelo personagem Noé sobre seu filho, Cã, e todos os seus descendentes. Punindo Cã por zombar de sua nudez e embriaguez, Noé profetizou que ele seria o último dos escravos de seus irmãos. Essa teoria teológica serviu como argumento para justificar a escravidão e outras formas simbólicas de violência contra a população negra.

O quadro adquire, na exposição, sentido de crítica à política do branqueamento e às teorias raciais, bem distinto de sua motivação original, quando ganhou a medalha de ouro na Exposição Geral de Belas Artes de 1895. A obra tinha sido também “incorporada ao artigo apresentado por João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, no I Congresso Mundial das Raças em 1911, servindo de ilustração à tese do cientista, para quem o Brasil seria branco em três gerações” (LOTIERZO, 2013, p. 5).

2.2. A dupla virada: o modernismo no campo artístico e a diversidade na construção da identidade nacional

O chamado Modernismo brasileiro – período histórico referente aproximadamente à primeira metade do século XX – compreende ampla gama de manifestações no campo intelectual. Elas vão desde autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a quem geralmente se atribui a inauguração de uma nova forma de pensar o Brasil, a artistas plásticos e músicos que [...] pretendiam [...] unir o popular ao erudito como forma de construir uma linguagem artística que representasse a “essência” da brasilidade (REINHEIMER, 2007, p. 14).

Gilberto Freyre é considerado um marco na discussão da formação de uma identidade nacional que incorpora a miscigenação como elemento positivo. Em “Casa-Grande & Senzala”, publicado em 1936, considera o indivíduo fruto de miscigenação como expoente da construção da identidade brasileira. A obra foi extensamente criticada desde então; resumidamente, estas críticas apontavam principalmente para uma descrição idealizada das relações entre senhores de engenho e pessoas escravizadas, sem apontar as extremas violências e assimetrias de poder. Quanto à miscigenação, a tratou como simples consequência da vida em comum, não evidenciando a estrutura social altamente hierarquizada que levou sistematicamente a violações físicas e sexuais.

No campo artístico, o ano de 1922 é um marco para o movimento modernista brasileiro, expresso pela realização da Semana de Arte Moderna. Um dos principais objetivos era questionar o “monopólio das instâncias de legitimação – Escola Imperial de Belas Artes, Salões oficiais” (REINHEIMER, 2007, p. 14). Instâncias que reduziam a produção e o reconhecimento às obras criadas sob requisitos neoclássicos de composição e temática.

Este grupo, na busca de legitimar sua produção artística em um circuito mundial de vanguarda modernista, tenta se estabelecer em uma região simbólica que particularizasse a arte brasileira. Constatando que

a ‘universalidade’ da modernidade como temática urbana não tinha apelo suficiente para inserir o Brasil em um mercado internacional”, procuraram “outras mediações através das quais a modernidade brasileira pudesse ser constituída. [...] A relação com o passado e a formação étnica seriam formas de particularizar a modernidade que estava sendo forjada para o Brasil (REINHEIMER, 2007, p. 15).

Embora as obras da segunda seção da exposição sejam de diferentes períodos do modernismo, apontam principalmente para a constituição de uma identidade que congrega o negro, o pardo e uma ideia de “povo”. Assim, observa-se uma nova maneira de retratá-los, passando da posição de mero figurante e parte da paisagem, para serem retratados como

“povo”, mais humanizados, com uma relativa valorização da estética negra. No entanto, mesmo que presentes como personagens, o negro e o pardo, fundidos em “povo”, são ainda um “Outro” distante daquele que o representa.

Como exemplo, pode-se citar duas obras desta seção. Com a temática do futebol como lugar dessa suposta “harmonia racial”, tem-se a pintura de Djanira, “Futebol: Fla-Flu” (1975) e a escultura de Martins Ribeiro, “Leônidas da Silva, o Diamante Negro” (1938). Esta última é assim contextualizada no texto de sua apresentação na exposição:

A partir da década de 1930, o futebol passa a ser um símbolo da nação configurando-se como um espaço onde a contribuição do negro é valorizada. A forma brasileira de jogar o “futebol arte” teria, segundo [...] Gilberto Freyre, características africanas. Desta forma, a presença de jogadores negros na Seleção Brasileira demonstra a imagem de harmonia racial que se buscava veicular.

3. O Brasil Atual: a origem do acervo de arte africana e as irrupções de protagonismos negros

Neste núcleo, apresentamos os aspectos relevantes da trajetória dos artistas negros, procurando ressaltar seus protagonismos, seja nas suas obras, seja nas suas vivências. A exposição traz como proposta a reflexão sobre o protagonismo do artista negro, ontem e hoje, destacando a memória visual, como mais um elemento de resistência e luta em prol da afirmação histórica de um povo que foi e é ainda socialmente excluído e que deve ser reconhecido como essencial para o entendimento da composição social, política, cultural e econômica brasileira. (Texto de apresentação da terceira seção da exposição).

A terceira seção busca apresentar momentos em que o protagonismo negro pode emergir dentro da produção artística brasileira. Embora se intitule “Brasil Atual”, tem-se diferenças expressões de momentos históricos diversos. É composta por vinte e quatro obras, sendo vinte quadros, três esculturas e um conjunto de quatro obras de arte africana.

3.1. A coleção de Arte Africana do MNBA como ferramenta de modernização

No início do século XX, as vanguardas modernistas, frustradas com o

[...] racionalismo europeu [...], buscaram inspiração na produção artística de outros povos, especialmente na África e na Oceania, para questionar dogmas formais ocidentais. [...] Para outros, alguns declaradamente anticolonialistas, não somente as formas, mas todo um conjunto de características associadas ao “homem primitivo” contribuíam com a

tentativa de romper com o tradicionalismo europeu (LANNES, 2013, p. 132).

O surgimento do modernismo na Europa reverberou na produção artística nacional, conforme já descrito. Artistas, museus e galerias se entusiasmavam com os objetos africanos, por sua originalidade e autenticidade, em um contexto em que se via a arte ocidental como esgotada. Quanto ao MNBA, a instituição fica sob a direção de seu primeiro diretor, Oswaldo Teixeira, por 24 anos, entre 1937 e 1961; neste período, o museu permanece com ênfase ao estilo neoclássico. No início da década de 1960, ocorrem mudanças na instituição, inseridas em um contexto de acentuação das críticas aos museus, “em meio à crescente insatisfação política e a movimentos de democratização da cultura” (JULIÃO, 2006, p. 27).

O governo do então presidente Jânio Quadros encabeçava a chamada Política Externa Independente. Tratava-se de um plano político, econômico e cultural visando o desenvolvimento de relações comerciais, com iniciativas de projetos econômicos e diplomáticos para a expansão de fronteiras e da influência política do país. O continente africano tem posição privilegiada nesta política (NASCIMENTO, 2017). Quadros utiliza o discurso dos laços “de sangue” entre brasileiros e africanos para reivindicar uma proximidade cultural Brasil-África. Posiciona-se contra o colonialismo e o racismo, cria institutos de estudos afro-asiáticos e abre embaixadas no continente. Nomeia o primeiro diplomata negro, Raymundo Souza Dantas, para a embaixada de Gana.

Com as críticas ao conservadorismo do diretor Oswaldo Teixeira, Jânio Quadros promove mudanças no MNBA, buscando torná-lo mais moderno e dinâmico. José Roberto Teixeira Leite é então indicado como seu substituto, encarregado de modernizar seu espaço, suas atividades e de atrair um público maior e mais diversificado. Atuou entre 1961 e 1964, durante o governo Quadros e de João Goulart, sendo substituído após o Golpe de 1964. Realizou diversas transformações no museu, dentre elas, uma ampliação do acervo, com a aquisição de peças de arte africana e indígena, arte popular e *art naïf*. Inaugura, em 1964, as exposições permanentes desses objetos. A “coleção de arte da África Negra”, foi adquirida junto ao colecionador Gasparino da Mata e Silva. Teixeira Leite justifica

[...] que a aquisição desta coleção não nasceu de um impulso, antes se insere dentro de um projeto idealizado por ele, que objetivava tornar o Museu não só o das “belas artes”, mas de todas as artes, com representação

dos diversos segmentos étnicos que contribuíram para a formação da nacionalidade (NASCIMENTO, 2017, p. 8).

O colecionador, também conhecido como Gasparino Damata, foi adido de Imprensa de Raymundo Souza Dantas entre 1962 e 1963. Tinha como função auxiliar o embaixador em suas pesquisas sobre descendentes de escravos brasileiros que retornaram à África ou em encontros com líderes do continente (NASCIMENTO, 2018). Neste período, viajou por Gana, Togo, Nigéria, Benim, Costa do Marfim, Guiné e Senegal, coletando objetos das culturas Ashanti, Baulê, Senufo, Iorubá, Fon, entre outras, para formar uma coleção de arte que representasse a “África diversa” (NASCIMENTO, 2017). Ao retornar ao Brasil, em 1963, expõe sua coleção primeiramente no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Salvador, e percorre outros estados, como Recife, Belo Horizonte e Brasília. Por fim, expôs no MNBA e, a partir de então, a coleção foi integrada a seu acervo. Das 150 peças adquiridas na África, 94 foram compradas pelo museu. Após a venda, ele começa a exercer atividades no mundo da arte, principalmente como marchand (NASCIMENTO, 2018).

Em sua estadia, esteve próximo de figuras como Antônio Olinto, escritor e crítico literário, e sua esposa, Zora Seljan, escritora e pesquisadora de assuntos afro-brasileiros; além do antropólogo Vivaldo Costa e Lima. Fazia incursões com objetivos específicos, como “visitar o rei de Ketu, conhecer algumas figuras religiosas iorubás e comprar máscaras geledés para Olinto”, além de “visitar os museus da cidade e comprar algumas peças” (NASCIMENTO, 2018, p. 5). As aquisições eram feitas com recursos próprios ou através de trocas por objetos pessoais. Damata relata ainda que havia uma corrida entre colecionadores, com estes objetos encontrando altos valores no mercado da arte; tinha, assim, noção sobre os valores desses itens. Embora sua coleção tenha sido estimada em 10 milhões de cruzeiros, ele a vende por 2 milhões, alegando que as peças deveriam ficar em um museu de visibilidade e de acesso ao povo para que pudessem obter mais conhecimento sobre “arte africana”; e sob a condição de ter seu nome atribuído à coleção.

3.2. Sistema Arte-Cultura: os deslocamentos entre objetos de arte e artefatos etnográficos

Conforme já descrito, as vanguardas modernistas europeias se impressionaram com as produções materiais dos povos ditos “primitivos”, incorporando elementos à sua produção artística. Os primeiros contatos desses artistas se deram através das exposições

etnográficas; as “visitas ao Museu do Homem [...] eram programa obrigatório para artistas da época” (LANNES, 2013, p. 133). Esse contato não só influencia a produção ocidental, mas provoca também deslocamentos desses objetos de artefatos etnográficos a obras de arte. James Clifford (1994) analisa essa transição a partir de um “sistema de arte-cultura”, “através do qual o Ocidente contextualizou e valorizou os objetos exóticos” (CLIFFORD, 1994, p. 69).

Este sistema possui dois eixos, “obra-prima / artefato” e “autêntico / inautêntico”, criando uma distribuição onde esses objetos podem adquirir diferentes significados, valorizações e locais onde suas presenças são legitimadas. Aponta ainda que, no ocidente, o ato de colecionar envolve a especificidade da acumulação de posses e tem sido usado como estratégia para formatar noções do “eu”, de uma cultura e de uma autenticidade possessiva. Coletar pressupõe noções de resgate da decadência ou perda histórica inevitáveis, do que merece ser guardado e lembrado, o que dá forma e continuidade a um mundo. Assim,

[...] as coleções, mais especialmente os museus, criam a ilusão da representação adequada de um mundo, em primeiro lugar, recortando os objetos de contextos específicos (quer culturais, históricos, quer intersubjetivos) e fazendo com que “representem” todos abstratos - uma “máscara bambara”, por exemplo, torna-se uma metonímia etnográfica para a cultura bambara. Em seguida, elaboram um esquema de classificação para guardar ou expor o objeto de modo que a realidade da própria coleção, sua ordem coerente, suprima as histórias específicas da produção e da apropriação do objeto (CLIFFORD, 1994, p. 72).

A coleção de Gasparino, assim como todas as coleções de arte “primitiva”, procedeu a um deslocamento do contexto social original desses objetos para o de arte africana, rendendo-lhes novos significados. Passaram não só por uma ressignificação como obras de arte, adquirindo caráter de autenticidade e representação de uma unicidade cultural; mas também por uma valorização econômica. A antropóloga Sally Price (2000) descreve alguns mecanismos de valorização na passagem de artefatos etnográficos a obras de arte: exposições com menor quantidade de objetos; etiquetas com poucas informações, privilegiando a experiência sensório-emocional à cognitivo-educacional; o pedigree da obra (o fato de que ela ter pertencido a certa pessoa gere valor adicional); além da “mística” do *connoisseurship*, especialistas da arte que reconheceriam valores artísticos de maneira intuitiva, natural e considerando a estética uma qualidade universalmente reconhecível,

independentemente dos aparatos culturais. Gasparino, ao coletar objetos na África, atua como um *connoisseur*: a partir das informações que dispunha sobre a produção material dos povos que visitou, valoriza-os dentro de um mercado de arte ocidental. Na volta ao Brasil, comercializa obras de arte, legitimando sua avaliação a partir de seu *connoisseurship*. Price aponta

[...] que em muitos contextos não-ocidentais, os artefatos não estão separados dos demais domínios da vida social, nem se constitui em objeto de pura contemplação estética. No entanto, a valorização da dita “arte primitiva”, se dá justamente na descontextualização desses significados (NASCIMENTO, 2017, p. 9).

Assim, as agências de Gasparino e Teixeira Leite criam significados para esses objetos, transformando-os em “arte africana”.

3.3. O protagonismo negro na produção artística brasileira

Esta seção apresenta obras em diferentes momentos de protagonismo(s) negro(s). Nela, tem-se desde obras dos primeiros artistas da Academia Imperial de Belas Artes, Estevão Silva e Leôncio Vieira, cuja estética da produção segue a da academia. Tem-se ainda obras de Artur Timóteo da Costa, artista que, embora se apoiasse nos cânones da academia, já buscava representar o negro como protagonista. Há ainda outras realizações de artistas negros, integrando elementos da cultura afro-brasileira, como Rubem Valentim.

Integra esta seção as esculturas do acervo de arte africana, apresentadas como “sem assinatura” e representando grupos culturais, como se fossem homogêneos, com uma unidade cultural, como já discutido através dos trabalhos de James Clifford e Sally Price. A máscara na entrada da exposição está apresentada da mesma maneira. Finaliza a seção obras ditas de arte popular e *naïf*, dentre elas, um conjunto de vinte esculturas de Manoel Eudócio. Há ainda artistas autodidatas, de origem popular como Maria Auxiliadora e Nice Nascimento.

Conclusão

Através das escolhas da curadoria da exposição “Das galés às galerias”, foi possível traçar um histórico da formação do acervo do museu e identificar como ele dialoga com a história da arte no Brasil. Percebe-se que objetos que foram produzidos em contextos

específicos e com seus sentidos originais, através do trabalho do curador, pode assumir significados diferentes. Evidencia-se também como o mundo da arte é constantemente redefinido por seus atores: diretores de instituições, colecionadores, mecenas, artistas, críticos e acadêmicos.

Durante a visita ao MNBA, ficou muito latente a influência da arte europeia, não só nas produções artísticas do acervo, como no próprio prédio que abriga a instituição, seu acabamento e decoração interna com materiais como mármore, mosaicos, revestimento em estuque, cristais e cerâmicos franceses. A própria instituição reivindica esta herança. Das onze coleções apresentadas no sítio Internet do museu, apenas uma delas é de Arte Africana. No catálogo do acervo a que tivemos acesso, havia ainda referência ao Projeto Brasil-Arte-Origem que buscava as “origens da nossa arte: arqueologia, arte indígena, africana, europeia, popular e inconsciente” (LUSTOSA, 2002). Mas não foi possível verificar se este projeto continua em exposição.

Ao pensar os simbolismos que os espaços do MNBA proporcionam, é evidente que intenção central é remontar uma estrutura que pode ser compreendida como eurocêntrica. Ainda que haja a presença de exposições de arte africana e indígena, com o objetivo de formar uma ideia de diversidade de nossa identidade, elas, além de não fazerem parte da narrativa principal, ainda são apresentadas sob uma perspectiva ocidental, como obras de arte.

A busca por uma representação da formação nacional que integre os elementos africanos e indígenas não pode se contentar com a simples presença de objetos que representariam culturas homogêneas, portadoras de uma certa unicidade e autenticidade. Deve-se propor um ambiente onde haja a tentativa constante de compreender essas produções materiais sob a perspectiva de seus criadores. Sally Price (2000) aponta duas direções para a compreensão da natureza da expressão artística e sua recepção:

suplementando o discurso estético acerca da Arte Ocidental com uma discussão profunda do seu ambiente social e histórico e, suplementando o discurso etnográfico acerca da Arte Primitiva com investigações sérias a respeito da natureza dos arcaísmos estéticos específicos, dentro dos quais ela mantém-se viva (PRICE, 2000, p. 142).

A autora sugere, assim, que o caminho para a construção da alteridade é “ouvir as histórias que os outros povos têm para contar de si e, dessa maneira, compreender que suas

produções não podem ser caracterizadas como ‘artes dos povos sem história’, mas sim as ‘artes dos povos com outras histórias’” (apud NASCIMENTO, 2017, p. 10).

Referências

CLIFFORD, James. *Colecionando Arte e Cultura*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional. IPHAN, 1994.

CONCEIÇÃO, Rosemeri Maria da. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. Revista de História, São Paulo, n. 129-131, p. 271-321, ago.-dez 1993 a ago.-dez. 1994.

JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do museu*. 2006. Sítio Internet da Secretaria de Cultura de Minas Gerais. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf. Acesso em: 25 novembro 2018.

LANNES, Nina Vincent. “Curadoria nativa” no “Museu do Outro”: Um estudo sobre a exposição “Maori. Seus tesouros têm alma” e outros diálogos curatoriais no Museu do Quai Branly. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LANNES, Nina Vincent. *Paris, Maori: o museu e seus outros: curadoria nativa no Quai Branly*. Rio de Janeiro. 1ª Edição, Editora Garamond, 2015.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. *Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LUSTOSA, Heloisa Aleixo. *Acervo Museu Nacional de Belas Artes – Collection Museum of Fine Arts*. Coordenação Heloisa Aleixo Lustosa. Edição do Instituto Cultural Banco Santos. São Paulo, 2002.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 173-175, out. 1994.

MNBA. *Publicação do sítio do Museu Nacional de Belas Artes sobre a exposição temporária “Das Galés às Galerias”*. Disponível em: <http://www.mnba.gov.br/portal/impressao/novidades-do-museu/149-mostradas-gal%C3%AAs-%C3%A0s-galerias,-no-mnba,-reflete-o-papel-do-negro-na-art.html>. Acesso em: 10 novembro 2018.

NASCIMENTO, Gabrielle. *O mundo Atlântico do lado de cá, do lado de lá: as negociações das identidades negras na coleção africana do MNBA*. Artigo publicado nos Anais do XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: História e Democracia. 2017.

NASCIMENTO, Gabrielle. *A política externa independente e os discursos sobre a arte da África em um mundo sem fronteiras*. Artigo publicado nos Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de

História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. 2018.

PRICE, Sally. *Arte Primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

REINHEIMER, Patrícia. *Identidade nacional como estratégia política*. Mana, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 153-179, Abril 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

Judith Butler e Paul Beatriz Preciado: uma comparação de dois modelos teóricos na construção da identidade de gênero na teoria queer¹



Alexis Emanuel Gros²

Tradutor: Patrick de Almeida Trindade Braga³

Resumo

O presente trabalho se propõe a contrastar dois modelos teóricos da construção da identidade de gênero dentro da teoria queer: o modelo performativo-teatral de Judith Butler e o biodrag de Paul Beatriz Preciado⁴. Para atingir esse objetivo, procede-se em dois passos. Primeiro, analisa-se a crítica de Butler à metafísica de gênero e se apresentam os contornos centrais de seu modelo performativo-teatral. Em seguida, estuda-se o papel que os conceitos do capitalismo farmacopornográfico e o pós-moneísmo desempenham na obra de Preciado, para, em seguida, passar a uma análise de seu modelo biodrag

Palavras-chave: teoria queer; identidade de gênero; performatividade; capitalismo farmacopornográfico; pós-moneísmo.

¹ Título Original: *Judith Butler y Paul Beatriz Preciado: una comparación de dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género en la teoría queer*

² Autor. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Licenciado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires. E-mail: alexisgros@hotmail.com

³ Tradutor. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados. (PPGS/UFGD). E-mail: patrick.braga006@academico.ufgd.edu.br

⁴ A versão original do texto traz o nome Beatriz Preciado. Considerando a recente transição de gênero do autor, mas sem desconsiderar a versão original, opto por apresentar o nome Paul Beatriz. (Nota do Tradutor)

Abstract

This paper aims to contrast two theoretical models of the construction of gender identity within queer theory: the performative-stage model of Judith Butler and Beatriz Preciado's biodrag. To meet our goal, we proceed in two steps. First, Butler's criticism of gender metaphysics is analyzed and the central guidelines of her performative-stage model are presented. Second, the role that the concepts of pharmaco-porno-capitalism and post-Money-ism play in the work of Preciado is studied, coming then to an analysis of her biodrag model.

Keywords: queer theory; gender identity; performativity; pharmaco-porno-capitalism; pos-Money-ism.

Resumen

El presente trabajo se propone contrastar dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género dentro de la teoría queer: el modelo performativo-teatral de Judith Butler y el biodrag de Beatriz Preciado. Para cumplir con este objetivo, se procede en dos pasos. Primero, se analiza la crítica de Butler a la metafísica de género y se presentan los lineamientos centrales de su modelo performativo-teatral. Segundo, se estudia el rol que los conceptos de farmacopornocapitalismo y posmoneyismo desempeñan en la obra de Preciado, para luego pasarse a un análisis de su modelo biodrag.

Palabras clave: teoría queer; identidad de género; performatividad; farmacopornocapitalismo; posmoneyismo.

Introdução

No começo dos anos noventa, surge nos Estados Unidos uma perspectiva nova no campo dos estudos de gênero: a teoria queer. Esta posição, representada por autoras como Judith Butler, Eve Kosofski Sedgwick e Teresa de Lauretis, entre outras, questiona o caráter natural – e, portanto, inevitável – da chamada heteronormatividade: a matriz binária segundo a qual se atribuem, classificam e regulam as identidades de gênero nas sociedades ocidentais. Para a teoria queer, ao contrário de estar inscrita na constituição ontológica do mundo ou fixada na biologia dos seres humanos, essa matriz é uma construção sócio-histórica. Na tarefa de desmontar e descentrar o regime sexual dominante no ocidente, os/as teóricos/as⁵ queer recorrem a procedimentos críticos que se inspiram na desconstrução pós-estruturalista da metafísica ocidental.

⁵ O texto original em espanhol apresenta pronomes, substantivos e artigos em suas formas masculinas quando se trata de termos no plural sem especificar gênero. Opto, entretanto, por utilizar as flexões masculinas e femininas, como atualmente se tem tornado comum na academia brasileira. (N.t.).

A desestabilização queer do regime heterossexista não obedece a fins meramente cognitivos. Pelo contrário, está guiada por um claro objetivo ético-político: tornar possível a vida das “sexualidades periféricas”; em outras palavras, das sexualidades que, ao não se encaixarem nos parâmetros dominantes no ocidente, veem-se condenadas à “rejeição social, à discriminação e ao estigma” (FONSECA-HERNANDES; QUINTERO-SOTO, 2009, p. 44). Por esta razão, para melhor compreender a proposta da teoria queer, é preciso compreender sua vinculação íntima com o movimento político queer, que surge em meados dos anos oitenta.

Como se sabe, em sua conotação comum, o termo inglês *queer* é um insulto que se refere pejorativamente a todas as formas “anormais” da sexualidade – “bicha”, “maricas”, “gay”, etc. – (FONSECA-HERNÁNDEZ, QUINTERO-SOTO, 2009; PRECIADO, 2012). No contexto da crise do HIV, um conjunto de microgrupos radicais – Act Up, Radical Furies e Lesbian Avengers, entre outros – reapropria-se desta injúria e modifica radicalmente seu sentido. Nas mãos desse nascente movimento, a palavra queer torna-se motivo de orgulho. Converte-se em um símbolo de resistência a processos de normalização e exclusão sexual que acontecem não somente na sociedade heterossexista, como também dentro daqueles espaços políticos que se situam criticamente em relação a ela: o feminismo e o movimento homossexual (PRECIADO, 2012). Para o movimento queer, no âmago desses posicionamentos pretensamente progressistas e emancipatórios, podem ser identificadas tendências excludentes e normativas análogas às do heterossexismo.

Com frequência, os setores que dominam o interior desses amplos espaços políticos fazem passar sua identidade particular pela identidade geral do movimento: assim, por exemplo, no feminismo, comumente identifica-se a figura da “mulher” com a mulher branca e ocidental. Isto dá espaço a processos de paternalismo, vampirismo e ventriloquia que condenam os grupos subordinados – as caminhoneiras, os/as transexuais, os/as imigrantes, os/as mestiços/as, etc. – a posições de ostracismo (LECINHA-BLANCHARD, 2006).

Combatendo os perigos de toda essencialização identitária, o movimento queer se define como pós-identitário (PRECIADO, op. cit.). “Não é uma sexualidade a mais no folclore mundial, mas uma posição crítica, atenta aos processos de exclusão e marginalização que gera toda ficção identitária” (Ibid., p. 5). Com efeito, longe de se

apresentar como um movimento de “homossexuais” ou de “mulheres”, o queer quer se mostrar como um movimento político de “dissidentes de gênero”.

Diante do exposto, infere-se que uma das missões teóricas fundamentais, se não a fundamental, da teoria queer consiste na desontologização das identidades de gênero, tarefa que só pode lograr êxito ao evidenciar-se seu caráter construído e contingente. Neste sentido, o construtivismo se apresenta como o antídoto por excelência para o essencialismo e suas consequências violentas. Com efeito, deixando de lado as inegáveis nuances, pode-se afirmar que praticamente todos/as os/as teóricos/as queer concordam que o gênero é um construto sócio-histórico. (BUTLER, 1990, 2007; DE LAURETIS, 1987; SEDWICK, 1990; PRECIADO, op. cit.).

Destarte, e aqui reside o ponto de partida deste artigo, na atualidade não há um acordo absoluto sobre o modo como acontece essa construção. Durante toda a década de noventa, o modelo teatral-performativo desenvolvido por Judith Butler foi a perspectiva dominante a esse respeito (Id., 2010). Nos últimos anos, entretanto, surgiram posições alternativas, como o modelo biodrag de Paul Beatriz Preciado (2008; 2009) que desafiam a hegemonia dessa concepção.

O presente trabalho se propõe a contrastar o modelo teórico butleriano da construção da identidade de gênero com o novo modelo, desenvolvido por Preciado. Para cumprir esse objetivo, o artigo se divide em duas seções. Na primeira, depois de revisar a crítica butleriana à metafísica de gênero, leva-se a cabo uma apresentação dos conceitos centrais do modelo performativo-teatral. No segundo se apresentam os conceitos preciadianos de capitalismo farmacopornográfico e pós-moneísmo e, em seguida, se esboça os conceitos fundamentais do modelo biodrag.

Antes de começar a exposição, é necessário deixar claro os limites deste trabalho. Em primeiro lugar, deve-se aclarar que ele não pretende, de maneira alguma, ser uma apresentação exaustiva das obras completas de Butler e Preciado. Antes, opta-se por analisar de forma rigorosa quatro textos das autoras que possuem central relevância para o problema que aqui se apresenta. São eles: *Gender trouble* e *Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory*, de Butler; e *Testo yonqui* e *La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos*, de Preciado. A escolha de escritos de um primeiro momento da obra butleriana – de 1988 e 1990, respectivamente – se dá por que Preciado (2009) dirige

suas objeções fundamentais à primeira Butler – isto é, a Butler do modelo performativo-teatral – e não àquela de *Bodies that matter*⁶.

Na parte que trata de Preciado, será analisado *Texto Junkie* – de 2008 – devido à sua proximidade temporal e conceitual com *La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos* – de 2009. Este último artigo, no qual o autor espanhol esboça de maneira preliminar uma comparação entre seu modelo teórico e o butleriano atuou como prepulsor das reflexões que motivam esse escrito.

1. Judith Butler: crítica à metafísica de gênero e ao modelo da performatividade teatral

1.1. A crítica à metafísica de gênero

Inspirada nas obras de Adrienne Rich e Michel Foucault, Butler defende que na modernidade ocidental foi construído e instituído um regime normativo no que tange ao gênero e à sexualidade: a heteronormatividade ou heterossexualidade obrigatória (BUTLER, 2007, p. 8; FEMENÍAS, 2002). Esse regime define quais são as identidades de gênero inteligíveis e corretas e castiga aquelas que não o são. Segundo os cânones da heteronormatividade, só existem duas identidades sexuais verdadeiras: “homem” e “mulher”.

Trata-se de dois modelos morfológicos idealizados nos quais se constata uma coerência perfeita entre sexo biológico, gênero e desejo. “Os gêneros ‘inteligíveis’ são os que de alguma maneira instauram e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, op. cit., p. 73). Assim, por exemplo, para ser considerado um “homem” dentro dos padrões dessa matriz cultural, o indivíduo deve contar com órgãos sexuais definidos como masculinos, seguir práticas de gênero associadas normalmente à masculinidade e orientar seu desejo a sujeitos do sexo feminino.

No caso de não existir uma concordância perfeita entre esses três aspectos da sexualidade, o sujeito em questão é estigmatizado como anormal e submetido a rigorosas

⁶ Em geral, costuma-se diferenciar duas etapas na obra de Butler (PRECIADO, 2008; SALIH, 2007). Uma primeira fase, na qual a autora promulga o modelo performativo-teatral, e uma segunda, no qual “trata de redefinir a performance teatral em termos de performatividade linguística”. (PRECIADO, 2008). Neste trabalho, ressaltar-se-á a primeira Butler, que é a que interessa a Preciado. (N.a.).

consequências punitivas. Com efeito, para Butler, a matriz cultural heterossexista “exige que alguns tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’: aquelas nas quais o gênero não é consequência do sexo e outras nas quais as práticas do desejo não são ‘consequência’ nem do sexo nem do gênero” (Ibid., p. 73). Essas identidades falsas ou ininteligíveis são vítimas de uma severa violência excludente que as condena à uma forma de “suspensão da vida, ou uma sentença de morte”. (Ibid. p. 24).

Na perspectiva de Butler, o regime heterossexista foi naturalizado no sentido comum do Ocidente, ou seja, converteu-se em um estado de coisas tão óbvias que parece se inscrever na estrutura ontológica da realidade. Para a autora, a naturalização da heteronormatividade tem como consequência a invisibilização de seu caráter eminentemente violento e de sua condição de construto contingente. Em *Gender Trouble*, Butler (2007, p. 24) aponta que

identificar essa violência [a violência normativa do gênero] era difícil porque o gênero era algo que se tratava como dado e que ao mesmo tempo se vigiava terminantemente. Pressupunha-se que era uma expressão natural do sexo ou uma constante natural que nenhuma ação humana era capaz de modificar.

De acordo com Butler, a heterossexualidade compulsória não é percebida pelo sujeito médio – e nem pela maioria das pessoas da academia – como o violento dispositivo normativo que é na realidade, mas sim como uma descrição inocente da natureza eterna das coisas (FEMENÍAS, op. cit.). A heteronormatividade esconde seu caráter prescritivo e contingente em um halo aparentemente asséptico e eterno de noções como natureza e essência. Poderia afirmar-se que o propósito teórico primordial da obra de Butler é a desnaturalização e a desestabilização do obsoleto regime heterossexista. Esta empreitada filosófica não deve ser entendida como um mero devaneio intelectual. Ela, segundo as palavras da própria Butler (op. cit., p. 29) obedece, em última instância, a um objetivo de caráter ético-político: “resistir às violências das normas de gênero”.

A obstinação deste texto [*Gender trouble*] por “desnaturalizar” o gênero tem sua origem no desejo intenso de se opor à violência normativa inerente às morfologias idealizadas do sexo, bem como eliminar as suposições hegemônicas acerca da heterossexualidade natural ou presumida em que se baseiam os discursos ordinários e acadêmicos sobre a heterossexualidade [...] obedece a um desejo de viver, de tornar a vida possível e de repensar o possível enquanto tal. (Ibid., p. 24)

Para levar a cabo essa iniciativa, a pensadora estadunidense se vale de ferramentas teóricas de raízes nietzschiana que retoma do pós-estruturalismo francês: a desconstrução e a genealogia. A condição de possibilidade da aplicação deste instrumento filosófico em um terreno estrangeiro como o dos estudos de gênero é, para Butler, a analogia estrutural que existe entre o regime heterossexista e a “metafísica da substância” ocidental. Butler (2007) fala, com efeito, em uma “metafísica da substância de gênero”.

Como se sabe, em suas diferentes variantes, a metafísica ocidental crê poder apreender racionalmente a “essência do mundo”, o “sentido e significado de tudo” e expressá-lo em um sistema teórico unitário (HORKHEIMER, 1968). Esta crença se sustenta na suposta identidade do indivíduo capaz de pensar: o mundo está organizado de maneira racional, constituído da mesma matéria que a inteligência humana e, por conseguinte, sua estrutura, pode ser descoberta por toda pessoa que se valha sistematicamente de sua capacidade de raciocinar. Desde o pensamento grego clássico, a metafísica ocidental concebe a estrutura do ser como organizada em termos de substância e acidente. O mundo estaria composto de múltiplas substâncias: entes indivisíveis, idênticos em si e com existência independente que atuam como um substrato fixo de atributos ou acidentes (como, por exemplo, o sistema monadológico de Leibniz (2004)).

A metafísica da substância é uma frase relacionada à Nietzsche dentro da crítica contemporânea do discurso filosófico. Em um comentário sobre Nietzsche, Michel Haar afirma que numerosas ontologias filosóficas são presas a certas ilusões do “ser” e da “substância” motivadas pela ideia de que a formulação gramatical da substância e atributo reflete a realidade ontológica anterior de sua substância e atributo (BUTLER, op. cit., p. 77)

Isto posto, é necessário considerar o isomorfismo apontado por Butler entre a metafísica e a heteronormatividade. Pode-se falar de uma metafísica de gênero operante no sentido comum ocidental, na medida em que ela crê que pode apreender a estrutura ontológica da realidade de gênero. Ela estaria estruturada desde o princípio e *ad aeternum* em dois tipos de “substâncias constantes”: os sujeitos “masculinos” e os sujeitos “femininos”, sendo cada tipo de substância portadora de uma série de acidentes correspondentes (LEIBNIZ, 2004). Para Butler, na ontologia sexual no sentido comum ocidental, os acidentes de gênero – ou seja, os atos individuais nos quais o gênero se manifesta: gesto, vestimenta, comportamento, etc. – são concebidos como atributos que expressam uma substância de gênero existente *a priori*. Nesta perspectiva, um indivíduo nasce portador de

uma identidade de gênero imutável, definida pelo sexo biológico, identidade a qual se manifesta através de um conjunto de comportamentos compatíveis com ela.

A teoria popular implícita dos atos e gestos como expressões de gênero sugere que o próprio gênero é algo que precede os atos, posturas e gestos através dos quais é performado e conhecido; de fato, o gênero aparece no imaginário popular como um núcleo substancial que poderia ser entendido como um correlato psíquico ou espiritual do sexo biológico (BUTLER, 1988, p. 528).

Assim, para compreender integralmente a analogia feita por Butler entre a metafísica da substância e o regime heterossexista, é necessário levar em conta outra característica fundamental do pensamento metafísico ocidental. Desde suas origens na Grécia antiga, a metafísica jamais teve fins meramente cognitivos. Pelo contrário, a obtenção do saber absoluto sobre a constituição do ser sempre esteve o objetivo de fundamentar racionalmente as normas éticas da existência humana. Desta forma, o pensamento metafísico crê poder deduzir as regras da boa vida a partir de sua descrição teórica das estruturas essenciais do mundo. A “consciência absoluta” da “ordem absoluta” representa para o homem uma “exigência absoluta”, a exigência de levar uma vida autêntica, ou verdadeira, ou seja, ajustar seu modo de vida (*lebensführung*) às leis do ser (HORKHEIMER, 1968). “Conservar o próprio ser ou tornar-se aquilo que se é, opera, pois, como uma ética máxima” (Ibid., p. 39).

Algo similar acontece para Butler com a metafísica do gênero. O conhecimento absoluto da ontologia de gênero que move o senso comum ocidental também possui consequências normativas: a heterossexualidade compulsória aparece como uma consequência óbvia do conhecimento da estrutura essencial da realidade sexual. Desta forma, a prescrição passa por mera descrição, o caráter arbitrário e coercitivo do regime heterossexista se esconde atrás da inocência asséptica de uma suposta compreensão absoluta da constituição do ser. Em outras palavras: saber que existem somente dois gêneros substanciais implica naturalmente a exigência inescapável ao sujeito de adequar sua própria vida a essa verdade última. Não se pode ir contra a estrutura do real e, portanto, as performances de gênero dos indivíduos devem se limitar a expressar o núcleo substancial da identidade sexual.

1.2. O modelo performativo-teatral

Pode-se dizer que a desconstrução butleriana do regime heterossexista ocidental opera simultaneamente em dois planos: um macrosociológico – ou estrutural – e outro microsociológico – ou fenomenológico. Esta operação dual se apoia em uma concepção dialética ou sintética do social, análoga àquela de autores como Pierre Bourdieu (2007). Sob essa perspectiva, a análise crítica de um fenômeno social como a identidade de gênero deve dar conta não somente de suas condições objetivas de manifestação – ou seja, a estrutura social – como também de fatores subjetivos que atuam em sua produção e reprodução – a ação social. Nesse sentido, Butler parece se valer da velha máxima marxista: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem [...] e sim sob aquelas circunstâncias com as quais se defrontam diretamente, que existem e foram legadas pelo passado” (MARX, 1968, p. 13).

Pode-se ressaltar que sem seres humanos, cujos atos produzem e mantêm as condições de opressão, tais condições sucumbiriam, mas deve-se observar que a relação entre atos e condições não é unilateral, nem tampouco imediata. Há contextos sociais e convenções dentro das quais certos atos não somente se tornam possíveis, como também concebíveis como atos (BUTLER, op. cit., p. 525).

Em um nível macrosociológico, Butler dialoga com Foucault ao defender que o sistema de heterossexualidade compulsória, entendido como um dispositivo disciplinar que delimita e regula o espaço social em toda sua extensão, foi constituído e imposto estruturalmente na modernidade ocidental com o objetivo de garantir a reprodução da espécie. “Como Foucault e outros apontaram, a associação de um sexo natural com um gênero discreto e com uma ‘atração’ ostensivamente natural em relação ao sexo/gênero oposto é uma conjunção não natural de construtos culturais a serviço de interesses reprodutivos” (BUTLER, op. cit., p. 524). O objetivo da crítica estrutural consiste, pois, em “centrar – e descentrar – essas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2007, p. 37). Esse tipo de análise crítica objetiva desnaturalizar a heteronormatividade por meio de um estudo genealógico orientado a desvelar os interesses políticos que operam na construção e instauração das categorias dominantes da identidade sexual (Ibid.).

Destarte, sem deixar de reconhecer a importância fundamental da crítica estrutural ao regime heterossexista, Butler indica que ela também comete o erro de desvalorizar o

papel da ação subjetiva cotidiana na construção da realidade de gênero. De modo similar a autores como Harold Garfinkel (1967), Butler (1988) considera que a perspectiva estruturalista rebaixa o sujeito ao status de um dependente da cultura, na medida em que o concebe como uma mera tábula rasa na qual se inscrevem as regras estruturais. Por este motivo, ela aponta que a desestabilização teórica do regime heterossexista ocidental só pode ser completa ao se levar em conta também “o modo mundano no qual esses construtos [de gênero] são produzidos, reproduzidos e mantidos dentro do terreno dos corpos” (Ibid., p. 526). Em outras palavras: a crítica macrossociológica ou estrutural deve ser indissociável de uma crítica microssociológica ou fenomenológica.

Em sua análise microssociológica da construção do gênero, Butler retoma, de maneira heterodoxa e idiossincrática, alguns elementos da tradição fenomenológica, fundada por Edmund Husserl, para reler Simone de Beauvoir. Para Butler (1988, p. 526) a fenomenologia “busca explicar a maneira mundana que os agentes sociais constituem a realidade social através da linguagem, dos gestos e todo tipo de signo social”. Sob a perspectiva butleriana, a análise fenomenológica permite des-reificar o mundo social e captá-lo em seu *status nascendi*, ou seja, produzindo-se e reproduzindo-se constantemente nos atos constituintes da experiência subjetiva cotidiana. Assim, distanciando-se da substancialização do sujeito, própria da fenomenologia husserliana (Cf. Husserl, 2009), Butler concorda com Nietzsche que “não há nenhum ‘ser’ atrás do fazer, do atuar, do devir; o agente foi ficticiamente incorporado ao fazer, o fazer é tudo (NIETZSCHE apud. BUTLER, 2007, p. 85).

Assim, a subjetividade não é um lócus substantivo do qual brotam atos, mas sim um produto contingente destes últimos. Em outras palavras, o agente social aparece “como um objeto antes de [aparecer] como o sujeito dos atos constitutivos” (Ibid., p. 85). De acordo com Butler, essa dessubstancialização do sujeito permite romper com a previamente mencionada concepção expressiva da identidade de gênero hegemônica no ocidente. Se se postula que não existe a priori um sujeito substantivo do qual emanam atos constitutivos da experiência, também pode-se afirmar que não há uma identidade de gênero substancial ligada essencialmente a esse sujeito, identidade que os atos de gênero se limitariam a performar.

A partir dessa abordagem fenomenológica heterodoxa, Butler relê a clássica afirmação de Beauvoir de que: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A teórica

estadunidense toma o clássico enunciado de Beauvoir como base para formular sua concepção performativa de gênero. Afirmar que a identidade de gênero é performativa implica dizer que ela só existe em e através de um conjunto de atos de gênero. Nas palavras de Butler (1988, p. 528): “a realidade de gênero é performativa, o que significa, simplesmente, que só é real na medida em que é performada”. “As diferentes performances de gênero criam a ideia de gênero, e, sem esses atos, não haveria gênero algum” (Ibid., p. 522).

Para melhor compreender a concepção performativa butleriana de identidade de gênero, é preciso tratar com maior precisão o caráter dos tais atos constitutivos. Segundo Butler, as performances de gênero são eminentemente corporais: tratam-se de gestos, movimentos, posturas, comportamentos, etc. Nessa linha, pode-se assegurar que Butler se distancia do mentalismo da fenomenologia de Husserl (2009) – para quem os atos constitutivos são vivências intencionais da consciência pura – aproximando-se de posturas fenomenológicas que dão ênfase à experiência subjetiva da corporalidade ou corporeidade (MERLEAU-PONTY, 1945/1985).

Por outro lado, a partir da posição butleriana, a performatividade de gênero não deve ser entendida como um ato único e pontual, mas sim como uma série de ações repetidas que se sustentam ao longo do tempo (BUTLER, 2007). A repetição contínua de certos atos corpóreos tem como efeito a “estilização do corpo” (Id., 1988; 2007), qual seja, a definição de um determinado estilo à um indivíduo. Em outras palavras: ao serem reiterados ritualística e continuamente, os gestos, comportamentos e posturas se sedimentam na corporeidade, dando origem a um tipo de habitus naturalizado. É dessa maneira que se constitui a “aparência substancial” (Id., 2007, p. 274) de um corpo generificado, isto é; a ilusão de um corpo naturalmente “masculino” ou “feminino”.

O corpo se torna seu gênero através de uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo [...] deve-se tentar reconceber o corpo generificado como o legado de atos sedimentados antes de [concebê-lo] como uma estrutura predeterminada ou foracluída, uma essência ou fato, seja natural, cultural ou linguística (Id., 1988, p. 523).

De acordo com Butler (2007, p. 274), tanto a audiência como os/as próprios/as atores/atrizes caem nas mesmas armadilhas dessa ilusão de substância e terminam crendo no caráter natural e necessário da realidade de gênero: “a aparência da substância é exatamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa na qual o público

social mundano, incluídos os/as próprios/as atores/atrizes, chega a crer e atuar em razão da crença”.

Butler (1988, p. 521) ainda considera, e este é um dos aspectos centrais de sua primeira proposta teórica, que essas performances de gênero “possuem semelhanças com os atos performativos dentro do contexto teatral”. A autora pensa que, tal como toda forma de corporeidade, a identidade de gênero possui uma estrutura dramática. “Fazer, dramatizar, reproduzir, essas parecem ser algumas das estruturas elementares da corporeidade” (Ibid., p. 521). Sob esse ponto de vista, “não se é simplesmente um corpo [...], mas sim faz-se seu corpo” (Ibid., p. 521). Esse fazer o próprio corpo, entretanto, não é puramente livre; não brota da vontade e criatividade do sujeito individual. Ele, antes reproduz um roteiro sociocultural que estipula os papéis a serem performados, e que são entendidos como estilos corporais predefinidos. A partir disso, infere-se que no roteiro de gênero vigente no ocidente – a heteronormatividade – só há dois papéis ou estilos corporais possíveis: “homem” e “mulher”. “O ato que se faz, o ato que se performa, é um ato que já existia antes de chegar à cena. O gênero é, portanto, um ato que já foi ensaiado, assim como o roteiro sobrevive ao ator particular que se vale dele” (Ibid., p. 526).

Defender que os papéis de gênero são predefinidos por um roteiro social não implica, entretanto, para Butler (1988, p. 256) conceber o ator individual como um mero autômato que se limita a reproduzir maquinalmente um padrão cultural. Se fosse assim, a autora cairia no mesmo erro reducionista que imputa à perspectiva estruturalista.

O gênero não é uma decisão radical ou um projeto que reflete uma decisão meramente individual, mas tampouco é imposto ou inscrito sobre o indivíduo, como alguns descentramentos pós-estruturalistas do sujeito apontam. O corpo não é passivamente inscrito com códigos culturais como se fosse um recipiente sem vida [...] (Ibid., p. 256)

A crítica ao objetivismo unilateral tem em Butler uma importância não somente teórico-social como política. Por um lado, como apontado, Butler considera que para ser completa, a análise do fenômeno da identidade de gênero levar em conta tanto seus determinantes objetivos, como os comportamentos cotidianos nos quais se produz e reproduz. Por outro, de acordo com Sara Salih (2007, p. 55) deve-se apontar que a agência individual é central para Butler, na medida em que “significa as oportunidades de subverter a lei contra si mesma em busca de fins políticos radicais”. Em outras palavras: o conceito de agência abriga para Butler a possibilidade de subverter a heteronormatividade mediante

modos diferentes de atuar e performar o gênero. Essas possibilidades subversivas da performatividade estão totalmente ocultadas em discursos estruturalistas e pós-estruturalistas que diluem por completo o papel desempenhado pela subjetividade na constituição da realidade social.

Butler (1988) defende essas ideias recorrendo mais uma vez à metáfora teatral: para o ser, uma obra de teatro necessita não somente de um roteiro, mas também de atores/atrizes que lhe tragam à vida e atualizem suas potencialidades. De fato, um mesmo texto pode ser performado das mais diversas maneiras por diferentes intérpretes. Analogamente, a realidade de gênero só pode surgir a partir da ação conjunta destes dois momentos inseparáveis: a heteronormatividade – o roteiro – e as performances de gênero – a atuação.

Os/as atores/atrizes estão sempre no cenário, dentro dos termos da performance. Assim como um roteiro pode ser representado de vários modos, e assim como a obra exige tanto do texto como da interpretação, também o corpo com gênero performa sua parte em um espaço cultural restringido corporalmente e representa interpretações dentro dos confins de uma direção já existente. (Ibid., 1988, p. 526)

Outra característica central que as performances de gênero compartilham com as teatrais é o caráter eminentemente público e coletivo (Id., 2007). A performance teatral jamais é um acontecimento meramente individual. A menos que se trate de um monólogo, o/a protagonista está acompanhado por outros atores/atrizes no cenário e, por sua vez, a obra é presenciada por uma audiência. De forma similar, longe de ser um acontecimento privado, as performances constitutivas de gênero se dão com outros e em frente dos outros. Sob uma perspectiva butleriana, em tantos fenômenos coletivos e públicos, as performances de gênero possuem uma atmosfera ritualística, quase litúrgica. Nelas, a coordenação temporal intersubjetiva tem uma importância crucial. “Ainda que haja corpos individuais que performam essas significações ao se estilizarem em modelos de gênero, esta ‘ação’ é pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas e seu caráter público possui consequências” (Ibid., p. 273).

Do ponto de vista butleriano, um(a) ator/atriz social cumpre com o roteiro do drama de gênero quando tenta personificar, com relativo êxito, o papel de gênero que lhe foi designado em seu nascimento. Trata-se de uma tentativa de personificação e não de uma personificação bem-sucedida, porque os ideais morfológicos de gênero – a masculinidade

e feminilidade – são, em última instância “lôcus ontológicos fundamentalmente inabitáveis” (Ibid., p. 284) ou seja, “normas [...] quiméricas, impossíveis de personificar” (Ibid., p. 274). Nesse sentido, Butler afirma que a performance de gênero é uma imitação ou uma paródia sempre fracassada de gêneros originais impossíveis de serem performados, existentes somente em um plano ideal.

Os/as atores/atrizes sociais, com efeito, tratam de se aproximar desses ideais mediante a repetição paródica contínua das performances de gênero, sem conseguir jamais se adequar completamente a elas. Aí estão inclusos até mesmo aqueles casos em que as “essências” masculina e feminina parecem ter ganho vida em indivíduos particulares – por exemplo, nas figuras do “herói de guerra” e da “mãe afetuosa”, respectivamente.

Diante do exposto, é possível perceber melhor o papel fundamental da análise da travestilidade na teoria butleriana. Apoiando-se no estudo da antropóloga Esther Newton *Mother Camp: Female Impersonators in America*, Butler defende que a performance hiperbólica que as drag queens fazem do ideal de feminilidade evidencia o caráter imitativo de toda performance de gênero. Tanto a “travesti” quanto a “mulher biológica” buscam se aproximar do ideal da feminilidade através da performance constante de atos de gênero. “A travestilidade é uma imitação de gênero ou uma performance que ressalta os atos significativos através dos quais se determina o gênero em si?” (Ibid., p. 37). “Ao imitar o gênero, a travesti manifesta de forma explícita a estrutura imitativa do gênero, bem como sua contingência”. (Ibid., p. 269).

Destarte, apesar dos isomorfismos, as performances de gênero se distinguem das teatrais em um ponto central. Dando um giro em sua argumentação e retomando Émile Durkheim (2001) de *As Regras do Método Sociológico* Butler (1988, p. 527) aponta que “as performances de gênero em contextos não teatrais são regidas por claras convenções sociais punitivas e regulatórias”. Assim, as performances de gênero são vigiadas e reguladas por um aparato coercitivo que pune aqueles que performam seu gênero de maneira inadequada. Aqueles que não cumprem o papel que lhes foi designado pela heteronormatividade sofrem uma sanção social que pode ir do desprezo e ostracismo até à violência física explícita. Para compreender essas sanções, basta pensarmos nas severas consequências enfrentadas, no Ocidente, pelos sujeitos de sexualidade desviante, excluídos em questões sociais por não seguirem à risca os mandamentos da matriz heterossexista. Para Butler a performance de gênero é, em última instância, uma estratégia de sobrevivência cultural. Performar o gênero

corretamente é um subterfúgio que garante aos indivíduos o reconhecimento por parte de seus pares e lhes permite se livrar das severas punições físicas e psíquicas.

Por conseguinte, como uma tática de sobrevivência dentro de sistemas obrigatórios, o gênero é uma atuação com consequências definitivamente punitivas. Os gêneros diferenciados são uma parte do que “humaniza” os indivíduos dentro da cultura atual; de fato, sancionamos constantemente aqueles que não representem bem seu gênero (Id., 2007, p. 272).

2. Paul Beatriz Preciado: a era farmacopornográfica, o pós-moneísmo e o modelo biodrag

2.1. A era farmacopornográfica

Nos escritos do autor espanhol Paul Beatriz Preciado, encontra-se um modelo teórico alternativo da construção da identidade de gênero que convida a pensar nos limites da concepção performativo-teatral butleriana. Esse novo modelo teórico, que se pode denominar modelo biodrag, sustenta-se em um ambicioso diagnóstico macrosociológico sobre as especificidades do capitalismo contemporâneo, diagnóstico que dificilmente se encontraria nos escritos de Butler. Com efeito, se se quer compreender o modo que Preciado concebe a construção da identidade sexual em um plano da cotidianidade contemporânea, é necessário antes esboçar os traços fundamentais de sua pormenorizada análise das sociedades capitalísticas que hoje existem.

Segundo Preciado (2008) na atualidade estamos em uma nova etapa do capitalismo: a farmacopornografia. Essa nova fase, que começa a se desenvolver incipientemente durante o pós-guerra, e se consolida de forma definitiva nos anos setenta devido à crise do petróleo, caracteriza-se por colocar a gestão biotecnológica da sexualidade no centro da atividade econômica. Para o filósofo espanhol, o negócio do novo milênio é “a gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade” (Ibid., p. 26), gestão que se realiza através de mecanismos “biomolecular[es] (fármacos) e semiótico-técnico[s] (pornografia) [...] dos quais a pílula anticoncepcional e a revista Playboy são paradigmáticas”. (Ibid., p. 30). Nesse sentido, diferentemente do capitalismo fordista, o capitalismo farmacopornográfico não produz objetos concretos, mas “ideias móveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas, estados da alma” (Ibid., p. 45).

Para explicar o funcionamento peculiar desta nova fase do capitalismo, Preciado cunha o conceito de “força orgásmica” ou *potentia gaudendi*. “Trata-se da potência (real ou virtual) de excitação total de um corpo” (Ibid., p. 38). Essa nova noção opera na análise de Preciado um papel análogo àquele do conceito de “força de trabalho” na teoria marxista do capitalismo clássico. No capitalismo do século XIX teorizado por Marx, os ganhos eram oriundos da extração da mais-valia da força de trabalho fabril; no capitalismo farmacopornográfico de Preciado, por sua vez, eles surgem da exploração da força orgásmica, através de dispositivos biotecnológicos de controle da subjetividade sexual. “No sexo, os órgãos sexuais, o pensamento, a atração, se deslocam para o centro da gestão tecnopolítica na medida em que está em jogo a possibilidade de explorar a força orgásmica” (Ibid., p. 40).

O nome dado por Preciado (2008, p. 30) para designar esse novo tipo de capitalismo “quente, psicotrópico e punk” reflete o entrelaçamento que existe entre suas duas indústrias fundamentais: a farmacêutica e a pornográfica. “A indústria farmacêutica e a do audiovisual do sexo são os dois pilares sobre os quais se sustenta o capitalismo contemporâneo, os dois tentáculos de um gigantesco e viscoso circuito integrado” (Ibid., p. 45). Segundo Preciado, o vínculo entre ambas as indústrias se expressa no programa de ação do capitalismo farmacopornográfico: “controlar a sexualidade dos corpos codificados como femininos e fazer gozar os corpos codificados como masculinos”.

O objetivo farmacêutico – cuja ênfase é direcionada, sobretudo, às mulheres – e o pornográfico – dirigido, mormente, para os homens – são complementares e se ajudam mutuamente. “Não há pornografia – para homens – sem uma vigilância e um controle farmacopolítico paralelo da sexualidade das mulheres” (Ibid., p. 44). Em outras palavras: a pílula anticoncepcional e a Playboy, símbolos do controle fármaco e pornográfico da subjetividade sexual que emergem nos anos 50, não podem ser compreendidos dissociadamente. O “macho” viril, desejoso de descarregar sua potência orgásmica a todo custo não é senão o complemento perfeito à “mulher” submissa consumidora de pílula, que aparece nua na Playboy. Ademais, para Preciado (2008, p. 44) “a transformação da cooperação sexual em principal força produtiva não poderia suceder sem o controle técnico da reprodução”. Ou seja: não é possível liberar as potencialidades da força masturbatória “masculina” sem desenvolver mecanismos contraceptivos “femininos” como a pílula. Assim, graças ao êxito do programa farmacopornográfico da segunda metade do século

XX, a matriz heterossexista ocidental garante sua consolidação. Radicalizando este argumento, o autor argumenta (Ibid., p. 81) que “a masculinidade e feminilidade são criações da II Guerra Mundial, que conheceram sua plena expansão comercial durante a Guerra Fria, como a comida enlatada e o computador [...]”.

2.2. O pós-moneísmo

Segundo Preciado (2008; 2009) a era farmacopornográfica permite o surgimento de um novo regime de sexualidade, denominado pós-moneísmo, que substitui o regime disciplinar do século XIX teorizado por Michel Foucault. Como se detalhará a seguir, o pós-moneísmo se caracteriza por governar a subjetividade sexual com base em dispositivos biotecnológicos de caráter microprotéticos inexistentes no século XIX e no começo do século XX.

Foucault tangencia um conjunto de transformações que acontecem a partir da II Guerra Mundial e que, na minha opinião, exigem uma terceira episteme, nem soberana nem disciplinar, nem pré-moderna nem moderna, que leve em conta o impacto das novas tecnologias do corpo, uma episteme a qual chamo pós-moneísta, fazendo referência à figura do Dr. John Money (PRECIADO, 2009, p. 20)

Para o teórico espanhol, o ponto de partida para essa nova episteme sexual é o surgimento da categoria de gênero (*gender*). Longe de ser um termo cunhado pelo feminismo da década de sessenta, a categoria é produto do discurso médico do final dos anos quarenta. No começo da Guerra Fria, observando o negócio farmacopornográfico do novo milênio, os EUA passam a investir massivas quantidades de dinheiro em pesquisa científica sobre sexo e sexualidade (Ibid.). Nesse contexto, o psiquiatra John Money, especialista no estudo de bebês intersexuais, desenvolve o conceito de gênero. Money define o gênero como o “pertencimento de um indivíduo a um grupo cultural reconhecido como masculino ou feminino” (Id., 2008, p. 27), distinguindo-o da categoria biológica de “sexo”, hegemônica no regime sexual disciplinar do século XIX.

Contrastando com a rigidez e permanência da noção disciplinar de sexo, o gênero pós-moneísta tem um caráter plástico e flexível. Para Money, com efeito, o gênero de qualquer criança pode ser modificado antes dos 18 meses de idade mediante procedimentos cirúrgicos e tratamentos hormonais (Id., 2009, p. 21). “Se no sistema disciplinar do século XIX o sexo era natural, definitivo, intransferível e transcendental; o gênero aparece agora

como sintético, maleável, variável, suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido” (Id., 2008, p. 82). Preciado (2009, p. 22) considera que a introdução da categoria gênero abre “a possibilidade de usar a tecnologia para modificar o corpo segundo um ideal regulador pré-existente do que um corpo humano (masculino ou feminino) deve ser”. Assim, pode-se afirmar que o conceito de gênero constitui a condição de possibilidade de aparição de um conjunto de novidades técnicas de normalização e transformação da subjetividade sexual – fundamentalmente endocrinológicas e cirúrgicas – que darão ao pós-moneísmo sua compleição particular.

Segundo Preciado (2008; 2009) existe uma distância considerável entre as técnicas de normalização dos corpos sexuais que imperavam no regime disciplinar da sexualidade e aquelas que guiam hoje em dia o regime pós-moneísta. No regime disciplinar do século XIX, as técnicas de controle eram imensas, rígidas e externas à subjetividade. Seu modelo paradigmático era a arquitetura prisional, a cuja estrutura estranha o corpo deveria se adaptar ortopedicamente. Por outro lado, as técnicas normalizadoras pós-moneístas são pequenas, flexíveis e suaves (PRECIADO, 2008; 2009). Elas são assimiladas e internalizadas pelos corpos, inscrevendo-se na “mesma estrutura do ser vivo” (Id., 2008, p. 87).

O modelo paradigmático do pós-moneísmo é constituído pelos dispositivos endocrinológicos em geral, e pela pílula contraceptiva em particular. O sujeito farmacopornográfico deixa de habitar em dispositivos disciplinares externos, como a prisão, e passa a ser habitado por técnicas internas de controle da sexualidade, como a pílula. O panóptico se torna comestível, a ortopedia disciplinar dá lugar à microprotética pós-moneísta.

[...] assistimos à progressiva penetração de técnicas de controle social do sistema disciplinar do século XIX no corpo individual. Já não se trata de castigar a infrações sexuais dos indivíduos nem de vigiar e corrigir seus desvios através de um código de leis externas, mas de modificar seus corpos enquanto plataforma viva de órgãos, fluxos, neurotransmissores e possibilidades de conexão e agenciamento, fazendo destes ao mesmo tempo o instrumento, o suporte e o efeito de um programa político. Por suposto, estamos diante de uma forma de controle social, mas de “controle pop”, que se opõe ao controle frio e disciplinar que Foucault caracterizara com o modelo prisional de Jeremy e Samuel Bentham, o panóptico”. (Ibid., p. 134)

Vejamos agora o modo como a pílula contraceptiva, o procedimento pós-moneísta de controle da sexualidade por excelência, opera na construção da feminilidade. Segundo

Preciado (2008; 2009), longe de ser um mero método de controle da natalidade, a pílula é uma poderosa técnica microprostética de produção do gênero feminino. O propósito principal da pílula não é impedir a concepção, mas feminilizar os corpos das consumidoras, ou seja, conformá-los ao ideal morfológico “mulher” tal como o definido pelas sociedades ocidentais contemporâneas.

A pílula não somente regula o ciclo menstrual, adequando-o aos ritmos da “feminilidade natural”; também possui uma série de efeitos cosméticos feminilizantes: melhora a qualidade da pele, impede acnes e o crescimento de pelos corporais e faciais, produz um aumento no tamanho dos seios, etc. Ademais, e isso é de suma importância na argumentação de Preciado, a pílula feminiliza a compleição psíquica das mulheres: elas adquirem um humor lânguido e depressivo, sofrem uma diminuição da libido e se tornam passivas e submissas. A pílula produz “a alma do sujeito mulher heterossexual moderno, [a] alma quimicamente regulada da puta heterossexual sujeita aos desejos sexuais do bio-macho do ocidente” (PRECIADO, 2008, p. 137). “A questão é me administrar a dose farmacopornográfica necessária de estrógenos e progesterona para me transformar em uma fêmea submissa, de peitos grandes, humor depressivo, porém estável, sexualidade passiva ou frígida”. (Ibid., p. 141).

3. Modelo biodrag x Modelo performativo-teatral

Com base no exposto, Preciado (2008, p. 147) defende que “por definição, o corpo feminino nunca é completamente normal fora das técnicas que fazem dele um corpo social”, ou seja, fora do consumo de compostos hormonais. Em outras palavras: as biomulheres – ou seja, as mulheres supostamente “naturais” – são, na realidade, “artefatos industriais modernos, tecnoorganismos de laboratório” (Ibid., p. 147). Mesmo depois da menopausa as mulheres seguem se subordinando a procedimento microprostéticos hormonais que tem como objetivo manter a feminilidade apesar do fim do ciclo menstrual.

[...] a tecnomulher do século XXI torna-se uma potencial consumidora de hormônios sintéticos durante quase cinquenta anos: aos cinquenta de tratamento contraceptivo somam-se hoje dez ou quinze anos de tratamento pós-menopáusico (Ibid., 137)

Valendo-se dos trabalhos de Donna Haraway, Preciado aponta que no capitalismo farmacopornográfico, deve-se falar em um tecnocorpo e não somente de corpo. Com efeito, hoje em dia é impossível conceber um corpo “natural” ou biológico puro que não esteja submetido, de alguma maneira, ao controle biotecnológico da farmacopornografia. O corpo pós-moneísta é uma “entidade tecnoviva multiconectada que incorpora tecnologia. Nem orgasmo, nem máquina: tecnocorpo” (Ibid., p. 39). Seguindo essa linha de pensamento, o autor realiza uma afirmação análoga em referência à noção de gênero. De fato, a noção de gênero deveria dar lugar à de tecnogênero. “Seria [...] mais correto em termos ontopolíticos, falar de tecnogênero, se queremos dar conta do conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas ou cibernéticas que constituem performativamente a materialidade dos corpos”. (Ibid., p. 86)

Assim, chega-se ao ponto em que a posição de Preciado põe em crise o modelo performativo-teatral butleriano da construção cotidiana da identidade de gênero. Certamente o pensador espanhol em nenhum momento tem a intenção de realizar uma análise fenomenológica da constituição cotidiana do gênero como a realizada por Butler. De seus desenvolvimentos teóricos, todavia, pode-se deduzir um modelo teórico alternativo da construção do gênero que é capaz de dar conta de aspectos da cotidianidade contemporânea deixados de lado pela concepção performativa butleriana.

Como mostrado anteriormente, para Butler a identidade de gênero é construída no plano cotidiano mediante a repetição sustentada de atos corporais estilizados que buscam acercar-se de ou imitar um ideal morfológico de gênero. A partir da posição butleriana, com efeito, uma “mulher” se constitui como tal mediante a performance contínua de gestos, comportamentos e movimentos que seguem as direções do papel de gênero feminino, tal como é definido pelo roteiro da heteronormatividade. Sem deixar de dar os louros a esta concepção, Preciado (2009, p. 31) considera que ela “tropeça quando trata de explicar a modificação da estrutura da vida que opera em nossas sociedades pós-moneístas [já que] ignora as tecnologias de incorporação específicas que operam nas diferentes inscrições performativas da identidade”.

Como apontado a algumas linhas, de acordo com Preciado, na era farmacopornográfica e pós-moneísta, o corpo se torna um tecnocorpo, e o gênero, tecnogênero. A partir dessa posição, uma mulher só pode se constituir como tal se se submeter a uma série de técnicas microprostéticas. Segundo Preciado, pois, a constituição

cotidiana ou mundana da feminilidade não consiste na repetição de atos corpóreos estilizados, mas sim no consumo repetido de compostos hormonais. Em outras palavras: na era farmacopornográfica um sujeito se constitui mundanamente como “mulher” não através de uma performance quase teatral, mas sim através de sua submissão contínua aos dispositivos biotecnológicos de controle, como a pílula anticoncepcional. Nesse novo modelo teórico da construção de gênero, a performance quase teatral dá lugar ao consumo regulado de fármacos.

Como também foi apontado, para Butler, a mera repetição performativa leva a uma habituação da corporeidade que possibilita o surgimento da ilusão da naturalidade do gênero, ilusão em cujas armadilhas cai tanto o ator quanto a audiência. A partir da perspectiva de Preciado, entretanto, a sedimentação corporal não é suficiente para constituir o efeito de “naturalidade”; de fato, ele só pode ser alcançado através da modificação orgânica, somática dos corpos, gerada por procedimentos hormonais ou cirúrgicos. “O conceito de performance de gênero, e mais ainda, de identidade performativa, não permite levar em conta os processos biotecnológicos que fazem com que determinadas performances ‘passem’ por naturais e outras, pelo contrário, não” (Ibid., p. 39)

A despeito das evidentes diferenças, há uma semelhança estrutural entre os modelos teóricos de Preciado e Butler⁷. Nas duas argumentações a análise dos sujeitos “desviantes” ou “anormais” – a travesti, a transexual, o hermafrodita, etc. – opera um papel fundamental ao passo que permite evidenciar o modo óbvio – e, portanto, invisível – como se constrói o gênero “normal”. Para Butler, ao performar a feminilidade de maneira hiperbólica, a drag queen manifesta com clareza o caráter imitativo e performativo que a identidade de gênero sempre possui. Por sua parte, no esquema teórico de Preciado, a biodrag ou a mulher transexual cumpre um papel similar ao da drag queen butleriana⁸. À medida em que consome uma multiplicidade de compostos hormonais e se submete a operações cirúrgicas para feminilizar seu corpo, a biodrag realiza de maneira consciente, esclarecida e hiperbólica aquilo eu as biomulheres fazem inconsciente e obscuramente na cotidianidade farmacopornográfica. Para Preciado (2009, p. 34) “a partir da década de 1950, a construção da feminilidade é em todos os casos um processo de travestismo somático ou de biodrag”.

⁷ Este isomorfismo argumentativo se deve possivelmente à influência que Butler exerce sobre Preciado (N.a.)

⁸ A este respeito, em Preciado (2009) é paradigmático o caso Agnès. (N.a.)

Entretanto, enquanto a transexual sabe que está se valendo dessas técnicas, “a mulher biológica estadunidense típica as consome de forma inconsciente [...] como se se tratasse de complementos ‘naturais’ de sua feminilidade” (Ibid., p. 33).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo contrastar as perspectivas teóricas de Butler e Preciado sobre a construção do gênero. Para tal, em um primeiro momento se apresentaram os traços fundamentais da crítica de Butler à metafísica de gênero para, em seguida, delinear sua concepção performativo-teatral. No segundo, esboçou-se a análise de Preciado sobre o capitalismo farmacopornográfico e o pós-moneísmo e foram expostos os traços principais do modelo biodrag decorrente de seu diagnóstico macrosociológico.

Como se pode observar, a pesar da existência de analogias argumentativas, constata-se diferenças nos dois modelos teóricos. Enquanto Butler dá ênfase na performance cotidiana de atos corporais quase teatrais, Preciado focaliza sua atenção na incorporação e consumo de técnicas microprotéticas como sintoma do advento de um novo regime sexual: o pós-moneísmo.

A ênfase excessiva de Butler na performatividade teatral faz com que ela não preste atenção no papel primordial que possui hoje em dia, no auge do pós-moneísmo, os processos biodrag na construção das identidades sexuais. Por outro lado, Preciado reconhece a importância desses processos, mas não realiza uma análise fenomenológica pormenorizada das performances dramático-corporais, análise que se pode encontrar na obra da escritora estadunidense.

A constatação de divergências entre os dois modelos teóricos não significa que eles sejam mutuamente excludentes. Pelo contrário, crê-se que as duas posições são complementares. Nesse sentido, Preciado (2009, p. 32) está correto quando afirma que não se deve pensar o modelo biodrag “como uma ruptura com o marco de análise butleriano, mas como um aporte ao que a própria Butler chama, sem dar demasiados detalhes, uma consideração cenográfica e topográfica da construção do sexo”.

A construção da identidade de gênero nas sociedades contemporâneas é um fenômeno multidimensional que não pode ser apreendido de um só golpe. Nesse sentido,

para fazer jus a sua complexidade é útil aplicar conjuntamente modelos teóricos divergentes como os de Butler e Preciado.

As reflexões propostas neste escrito não somente constituem um aporte à análise teórico-filosófica da construção da identidade sexual, mas também pode ser benéfica para oferecer rigor conceitual às pesquisas empíricas sobre o tema que são desenvolvidas em diferentes disciplinas das ciências humanas.

Referências

BOURDIEU, P. *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

Butler, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, v. 40 n. 4, p. 519-531, 1988.

_____. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

DE LAURENTIS, T. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

DURKHEIM, É. *Las reglas del método sociológico*. Madrid: Akal, 2001.

FEMENÍAS, M. L. (diciembre, 2003). Aproximación al pensamiento de Judith Butler. In: CONFERENCIA. Gijón, 2003. Disponível em: <<http://www.comadresfeministas.com/publicaciones/enlweb/femenias.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2021

FONSECA-HERNÁNDEZ, C.; QUINTERO-SOTO, M. L. La teoría Queer: la de-construcción de las

sexualidades periféricas. *Sociológica*, v. 24 n. 69, p. 43-60, 2009.

GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1967.

HORKHEIMER, M. Materialismus und Metaphysik. In: HORKHEIMER, Max. *Kritische Theorie: Band I* (pp. 31-67). Frankfurt am Main: Fischer. pp. 31-67, 1968.

HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie: Erstes Buch. Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*. Hamburgo: Felix Meiner, 2009.

LECIÑANA-BLANCHARD, M. Crisis del sujeto desde el feminismo filosófico y sus perspectivas en América Latina. In: FEMENÍAS, M. L. (Org.) *Feminismos de París a La Plata*. Buenos Aires: Catálogos, pp. 127-145, 2006.

LEIBNIZ, G. W. *Tratados fundamentales. Discurso de metafísica*. Buenos Aires: Losada, 2004.

MARX, K. El 18 Brumario de Luis Bonaparte. Madrid: Akal, 1968.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenología de la percepción*. Barcelona: Planeta-De Agostini, 1985.

OSBORNE, R. *La construcción sexual de la realidad*. Un debate en la sociología contemporánea de la mujer. Madrid: Cátedra, 1993.

PRECIADO, P. B. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

_____. La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos. In: *Conversaciones Feministas*. Biopolítica. Buenos Aires: Ají de pollo, p. 15-38, 2009.

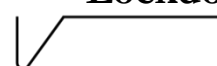
_____. Beatriz Beto Paul Preciado. México. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=P7ZufifUMzQ>. Acesso em: 03 abr. 2021.

_____. (2012). Historia de una palabra: Queer. *paroledequeer* Disponible em: <http://paroledequeer.blogspot.com/p/beatriz-preciado.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SALIH, S. On Judith Butler and Performativity. In: LOVAAS, K. ; JENKINS, M. (Orgs.) *Sexualities & Communication in Everyday Life: A Reader*. Londres: Sage, 2007, p. 55-68.

SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the Closet*. Londres: University of California Press, 1990.

Lockdown Limbo¹



Dylan Riley²

Tradutor: Julio Tude d'Avila³

Resumo

Reflexões pessoais-sociológicas em um ano pandêmico. Do consultório médico ao seminário virtual, Kentucky rural à afluyente Berkeley, isolamento doméstico como divisão do trabalho, e aparências e realidade de uma ordem social maior

Palavras-chave: Lockdown. Coronavírus. Sociologia. Isolamento. Política.

Abstract

Personal-sociological reflections on a pandemic year. From hospital consulting room to virtual seminar, rural Kentucky to affluent Berkeley, household isolation as division of labour, and appearances and realities of the wider social order.

Keywords: Lockdown. Coronavirus. Sociology. Isolation. Politics.

1

O que é “isolamento” social – distanciamento, quarentena? Um paradoxo: o isolamento é um fenômeno irredutivelmente coletivo. Isso ocorre em dois sentidos. Primeiro, o isolamento depende de uma vasta rede de trabalho cooperativo que o torna possível. Bens produzidos em campos e fábricas continuam a chegar a nossa porta, empacotados em armazéns, despachados em mercearias e finalmente entregues por meio

¹ Título Original: *Lockdown Limbo*

² Professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley.

³ Graduando de Ciências Sociais na USP e Psicologia no Mackenzie.

de motoristas e serviços postais conectados via aplicativos. Apenas esse trabalho coletivo permite nos “isolarmos”. Isolamento é, portanto, uma expressão de divisão social do trabalho e um fenômeno de classe e raça baseado em condições materiais específicas: recursos suficientes, segurança de renda, independência de trabalho. Não há espaço para moralismo aqui.

Existe também uma dimensão experiencial do “isolamento coletivo”. Estar isolado entre outros que estão isolados é inteiramente diferente da experiência de estar isolado entre pessoas que não estão. Isolamento não é o estado de estar sozinho. Se isolar é uma experiência completamente comum. Me sinto paradoxalmente mais conectado a amigos, família e entes queridos mesmo por meio da mediação tecnológica. (Mas a tecnologia é assim realmente tão decisiva? Certamente vídeo-chats são bons, permitindo a recriação de toda vida social em um ciberespaço. Mas e se só tivéssemos telefones, ou o correio, seria diferente?) Estar isolado quando os outros estivessem conectados seria horrível. É outro tipo de experiência. Isolamento é uma forma de comportamento de grupo; estar isolado é fazer parte de uma coletividade. Poderia existir uma política do “isolamento”?

Isolamento também é uma expressão de comunidade, de cuidado com a comunidade. “A melhor coisa que você pode fazer por seu país é ficar em casa”. Assim recomenda a imprensa liberal. Portanto, uma inversão. A sociabilidade se torna uma expressão de individualismo patológico, negligência, egocentrismo. O isolamento se torna um dever patriótico. (Mas muitas vezes suas pré-condições materiais são negadas.)

2

Caminhando. Hegel ensinou que, no Estado moderno, o indivíduo passa a se reconhecer como cidadão ao reconhecer a cidadania de todos os outros em uma comunidade política. A cidadania é, portanto, uma estrutura espelhada de reconhecimento mútuo. O coronavírus, no entanto, impõe uma nova estrutura de reconhecimento. O fenômeno é evidente até na atividade mais mundana: dar uma caminhada. Os caminhantes, em pequenos grupos de coabitantes ou solitários, cuidadosamente mantêm distância de outros. Se seus caminhos se cruzassem, eles formariam uma elaborada rede de tranças, quando cruzarem as ruas repetidas vezes. Mas qual estrutura de reconhecimento é essa, que produziu a distância ambulatória do caminhar na era do coronavírus? Primeiro, é

certamente uma estrutura de reconhecimento. Os caminhantes são muito mais atentos uns aos outros do que seriam normalmente. Não se vê mais o solitário caminhante de mente vazia, individual, da era pré-vírus. São caminhantes cuja dispersão é mutuamente coordenada por um esforço coletivo sustentado. Mas o que cada caminhante ou grupo de caminhantes vê em todos os outros caminhantes? Simplesmente isso: a ameaça de morte. Cada caminhante é um potencial vetor de doença. Mas, em homologia com a estrutura espelhada da cidadania, ao os ver outros como um vetor, cada caminhante se vê como vetor também. O reconhecimento mútuo não é o reconhecimento mútuo de um estatuto político, mas biológico. Como tal, também é totalmente universal. Consequência: o vírus, ao sublinhar esse status totalmente universal, também transforma em absurdo qualquer instituição que confina, restringe os movimentos ou força o contato. A prisão, a fronteira, a linha de montagem, o armazém da Amazon, como justificar qualquer uma delas na era que nos força a enfrentar a universalidade da condição humana: incubadora de vírus.

3

Soma. Os cuidados de saúde podem ser uma mercadoria? Nos EUA, todo “serviço” tem seu preço. Conceitualmente, a provisão de assistência médica nesse sistema é pensada do mesmo modo que a comida era precificada e entregue por cafeterias populares na década de 1970. (Ainda lembro carinhosamente do gosto ligeiramente pastoso do purê de batata “Blue Boar”, cujo sabor nunca pôde ser reproduzido em casa com um tubérculo de verdade.) De todo modo, o médico é conceitualmente um “servidor” que oferece ao “cliente” um determinado item. O soberano paciente/consumidor pode então escolher entre as opções: você gostaria de um acompanhamento de enfermagem com sua quimioterapia? É sempre bom completar seu tratamento com uma dose extra de conselho nutricional. Temos duas diferentes opções de tratamento que você pode seguir: você é livre para escolher, assim como é livre para escolher o frango, a carne ou o peixe na cafeteria. Mas, é claro, a forma mercadoria é inteiramente inapropriada para o “serviço” em questão oferecido: saúde. Por que isso funciona assim?

Primeiro, claro, porque o “paciente/consumidor” é fundamentalmente ignorante e está na relação de um leigo com um especialista no contexto da saúde. Tudo isso é obscurecido pela linguagem falsamente demótica da “capacitação”, que impõe ao paciente

“assumir o comando” de seu próprio cuidado. Mas o motivo pelo qual o paciente procura médicos, enfermeiras e especialistas é que eles são especializados: eles não estão oferecendo “serviços”. Na verdade, presumivelmente eles estão em uma posição para determinar que “serviços” tem alguma utilidade para o paciente. Mas a forma mercadoria mina a relação especialista/paciente ao estabelecer uma falsa soberania dos pacientes. (Inevitavelmente, isso é reforçado pela onipresente pesquisa de satisfação do cliente. *Você gostou da sua experiência cirúrgica?*) O imenso sistema de saúde nos EUA tem como premissa a ficção do paciente como consumidor soberano: a realidade é ansiedade e perplexidade.

O segundo problema colocado pela forma mercadoria é que os “serviços” de saúde violam o conceito de utilidade marginal. Não há razão para pensar que a “utilidade” de uma unidade de saúde adicional irá eventualmente diminuir conforme o número total de unidades de saúde consumidas aumente. Isso ocorre porque “utilidade” aqui não é uma acumulação quantitativa, mas um estado qualitativo: *saúde*. Esse estado não pode ser reduzido em qualquer série de unidades fungíveis, e é por isso que, por sinal, afirmar que “saúde é riqueza” é absolutamente falso.

O terceiro problema é que a provisão de assistência médica não pode ser descrita por uma curva de indiferença: duas cirurgias de peito aberto e uma apendicectomia não podem ser substituídas por um transplante de rim e uma remoção de catarata. Os cuidados médicos só fazem sentido em relação a uma *doença específica* e tem como objetivo restaurar seu destinatário a um estado específico.

4

Os ricos. Adesivos de para-choque as vezes encapsulam situações políticas inteiras. Avistado ontem nas colinas de Oakland: “Taxem os ultra-ricos”, colado em um Audi-SUV de última geração. O adesivo era da campanha Warren. A extrema dispersão de renda e riqueza no mais alto topo da distribuição produz esse tipo de coisa. Aí, então, não: “Taxem os ricos”, ou até “Taxem os muito ricos”, mas “Taxem os ultra-ricos”. “Ultra-ricos”? Presume-se que a categoria não incluía proprietários de Audi que moram em Oakland. O slogan exemplifica a fraqueza do “progressismo” americano; sua coalizão social é fortemente baseada em uma classe média alta que devemos assumir ser mais defensora da taxa sobre os “ultras”, mas que teriam pouco interesse em arcar com grandes cargas de

imposto. A coalizão política do Partido Democrata atual depende da geração de uma quantia suficiente de receita fiscal para sustentar a parte de baixo dessa aliança sem *nunca* ultrapassar os limites do topo. “Ultra” mostra o limite mais alto com clareza.

5

Futuros passados. Duas cesuras dividiram o último ano entre antes e depois por um abismo aparentemente insuperável. A primeira ocorreu no dia 11 de março de 2020, um dia antes do aniversário da minha esposa, quando tomamos a decisão final de ir para Napa e a pandemia começou para nossa família. A segunda foi no dia 24 de agosto, quando nossa família foi abalada por notícias médicas devastadoras. O passado mais recente parece tanto muito próximo quanto inatingivelmente distante. O passado de rotina normal, de dirigir para as aulas, encontros de corrida, universidade etc. foi-se embora. Mais dolorosamente perdido é o futuro daquele passado. O que nos aguarda? Isso me atormenta incessantemente. Não está mais contido no horizonte de um projeto. O conselho que recebi, que talvez pareça sensato, é viver no presente – orientar o tempo de outro modo. Mas o problema é que o futuro é uma parte tão importante do presente ou do agora que é impossível seguir esse conselho.

6

Petite Bourgeoisie. Entre os muitos processos econômicos em desenvolvimento, um parece particularmente importante: a agonia da pequena burguesia. Meu filho e eu tivemos uma conversa interessante com um dono de loja etnicamente tibetano. Ele lamentou a forma corrupta como está sendo distribuída a assistência governamental no “Paycheck Protection Program”. Ele tentou aplicar para um empréstimo, mas o banco nem lhe explicou como preencher os formulários. Ele também denunciou, no entanto, a inconstância das ordens de ficar-em-casa do governo da Califórnia. Ele contou o caso de um amigo seu, dono de restaurante, que tinha gastado milhares de dólares para construir mesas ao ar livre e comprar aquecedores; o investimento foi uma perda total, já que o restaurante foi forçado a fechar novamente, dias depois de ser aberto. É evidente que a política deste grupo, proprietários de lojas e restaurantes de pequena escala, será crucial no

próximo período. A pequena burguesia se sente esmagada entre os ricos conectados, atendidos pelo governo federal, e as medidas de saúde pública que ameaçam sua sobrevivência econômica. Muita inteligência política será necessária para evitar sua radicalização para a direita.

7

O Capitólio. A “insurreição” de três dias atrás (escrevo isso no dia 9 de janeiro), desencadeou, entre outras coisas, uma “disputa de classificação”. Os participantes são “terroristas”, “manifestantes”, “patriotas” ou uma “turba”? Essas não são apenas descritores, mas também armas em uma luta política. O que pode ser dito além do que já foi posto na discussão midiática supersaturada? As observações a seguir são largamente baseadas em um vídeo de 30 minutos feito por um dos participantes, que é uma espécie de documento histórico instantâneo. Talvez seja útil começar com um encapsulamento da descrição emergindo na mídia tradicional. Ela afirma, basicamente, que a “turba” era composta por supremacistas brancos cuja intenção era derrubar a democracia. Como evidência, os jornalistas apontam para a presença de neonazistas e entusiastas nostálgicos da Confederação na multidão, além de sua composição esmagadoramente branca.

Mas existem problemas nessa descrição. Surpreendentemente, a multidão continha algumas pessoas de cor; ela não era homogeneamente branca. Mais importante ainda, a demanda básica dos “insurrecionistas” foi que uma eleição roubada fosse corrigida. Isso era acoplado com a alegação de que o Capitólio era “nosso” e que o regime de representação vigente era dominado pelas “notícias falsas”. Até onde posso ver, talvez mais evidências possam qualificar esse julgamento, as demandas explícitas de supremacia branca eram incomuns. O que fazer de tudo isso? O ponto é que em suas próprias visões os ocupantes eram democratas com “d” minúsculo, agindo como tiranicidas Jeffersonianos. Eles viam o Capitólio como uma iníqua cova de corrupção. Estão errados?

Outro ponto levantado pela mídia, e que até Biden adotou, é a comparação entre como foram tratados esses manifestantes e os militantes do Black Lives Matter em Lafayette Square no verão. Celebidades e personalidades da mídia têm corretamente chamado atenção à diferença de atitude da polícia com um grupo extremamente dividido racialmente, no verão, e um majoritariamente branco e velho no Capitólio. A conclusão, feita por

muitos, é que a atitude da polícia também é uma manifestação de supremacia branca. Mas uma análise mais cuidadosa é exigida aqui. A *forze dell'ordine* nunca trata manifestantes de direita e esquerda de modo simétrico. Isso ocorre porque a polícia representa, entre outras coisas, uma cristalização específica do poder de classe; ela não é um terceiro elemento acima da disputa. Esquerdistas e progressistas deveriam ter uma visão clara sobre isso em vez de fingir indignação e surpresa.

Concretamente, as massas que invadiram o Capitólio eram claramente mais sociologicamente próximas da polícia que os manifestantes do BLM: racial, profissional, educacionalmente. Essa proximidade também encontrou expressão na simbologia dos manifestantes: gritos de “USA”, dezenas de bandeiras americanas enfeitadas, a bandeira jeffersoniana, além de um punhado de bandeiras confederadas de luta. Eram, em outras palavras, majoritariamente a parafernália decorativa do nacionalismo americano. Tais símbolos, que claramente tem um efeito de desarmar mentalmente a polícia, nunca seriam dominantes em um protesto do BLM. Um pensamento final que poucos observaram, mas que é óbvio ao ouvir o que a multidão realmente disse. A definição mais comum dos “insurrecionistas” para o inimigo era “socialismo”, às vezes misturado com “comunismo” e “marxismo”. É surpreendente que sempre que a direita radical procura definir o seu outro, são sempre essas palavras que emergem. Talvez seja importante levar a sério a autodefinição de direita, em vez de tratá-la como um disfarce para outra coisa.

8

O *Centro*. A história italiana é um armazém infindável de exemplos e analogias amplamente aplicáveis à política de sociedades capitalistas. Um que pode ser útil nos tempos que vem é o *centrismo*: um termo cunhado por cientistas políticos para descrever a complexa política de coalizão da *Democrazia Cristiana* no período depois de 1948, quando os comunistas tinham sido definitivamente excluídos de um papel de governo em nível nacional. A Itália se consolidou nessas décadas, até 1976, como uma república congelada. Apesar de eleições ocorrerem, somente um partido podia manter o poder nacional (o DC). A estrutura inteira era orientada para manter o PCI fora do poder, já que ele era considerado, tanto pela elite política italiana quanto, e talvez ainda mais importante, pelos americanos, incapaz de governar. Os eventos de 6 de janeiro nos EUA podem abrir uma

oportunidade para o Partido Democrata desenvolver uma política análoga vis-à-vis os Republicanos. Como isso se funcionaria?

Os Democratas se consolidariam como uma ampla coalizão que iria do SDA (Socialistas Democráticos da América) até os Republicanos do Lincoln Project. As correntes seriam mantidas juntas pelo relativamente raso programa de “democracia multirracial” oferecido como uma alternativa à multidão MAGA (Make America Great Again). A facção radicalizada do partido Republicano concorreria, em suas fortalezas vermelhas nos estados das planícies e a parte superior do Sul, virtualmente sem oposição em nível local: um análogo invertido da “Red-Emilia”. (O Sul profundo, o velho *Cotton Belt*, está mudando rapidamente; provavelmente não será uma fortaleza republicana por muito mais tempo.) O centro de gravidade econômico do PD (Partido Democrata) vai mudar ainda mais para a direita ao caçar votos em subúrbios afluentes com sucesso ainda maior. O resultado do *centrismo all’americana* seria diminuir muito as perspectivas eleitorais de Republicanos e, ao mesmo tempo, apagar a jovem esquerda SDA. Mas há um problema. O sucesso da coalizão do DC foi ultimamente baseado no “Milagre Econômico” dos anos pós-guerra. Biden chega ao poder em um cenário de luta distributiva de intensidade feroz e crescimento lento. Existe também uma diferença pessoal: Scranton Joe não é Alcide De Gasperi.

9

Classe. O tedioso debate sobre se raça ou classe é o fator mais importante para entender a política americana se arrasta com pouca clareza ou resolução aparente. Do lado dos neokautskistas ouvimos a defesa de que um apelo aos interesses econômicos dos trabalhadores (nunca conceitualmente especificados) irá, em todos os casos, prevalecer sobre apelos culturais à branquitude. Infelizmente, afirmam eles, o Partido Democrata, por causa de sua estupidez ou covardia, nunca faz esse apelo de modo suficiente e, portanto, repetidas vezes sabota seus interesses eleitorais. Do outro lado, ouvimos que a política americana sempre foi “sobre raça” e que a direita americana em particular é baseada em um apelo à supremacia branca. Cada lado nessa disputa tem sua ciência social: os estudos acadêmicos que pretendem mostrar que a classe ou a raça é a chave para compreender a base eleitoral de Trump em particular.

Mas o que são classes? O que são raças? Esses problemas conceituais básicos são relegados ao lamaçal cognitivo do jargão político cotidiano. As classes normalmente são identificadas com algo econômico: e, ultimamente, com grupos de renda. (Daí a observação, comum entre progressistas, de que os eleitores de Trump tem uma média de renda mais elevada que seus homólogos Democratas e, portanto, o Trumpismo não tem uma base de “classe-trabalhadora”; isso é baseado na confusão entre posição de classe e renda de modo que, por exemplo, os profissionais jovens possam parecer ser mais “classe trabalhadora” que homens de meia idade trabalhando com manufatura.) As raças, em contraste, têm algo a ver com cultura e identidade. Mas essas formulações são inadequadas. A classe como um campo político magnético subjacente pode ser organizado, no nível da sociedade civil, o “primeiro nível da superestrutura”, como diria Gramsci, de diferentes modos. Dois são de significância particular. A luta de classes pode ser organizada como disputas entre alianças de posições de mercado; alianças que terão uma forte tendência a se consolidar como “raças” – por exemplo, trabalhadores do Norte e capitalistas no final do século XIX nos EUA, que se juntaram como um bloco nativista branco contra a competição de bens e pessoas de outros países – mas também pode tomar formas, como afinidade religiosa (como na coalizão DC na Itália) ou identidade nacional ou regional. Ou a luta de classes pode ser organizada como um conflito entre posições antagônicas nas relações de exploração.

Uma conclusão importante é que a raça – longe de ser uma alternativa à classe, ou uma “dimensão” transversal – é um possível, de fato provável, modo no qual a luta de classe se organizará no nível da sociedade civil. Como sempre em debates desse tipo, a formulação adequada deve sempre romper com a imediatividade dos termos nos quais a discussão é posta. Assim, se concluímos que a identidade racial explica um aspecto da política, a próxima pergunta sempre deve ser, “Porque a luta de classes tomaria a forma de uma disputa entre raças nessa questão particular, nesse momento particular, nesse lugar particular da história?” Por outro lado, se a luta de classes assume a forma de uma disputa entre grupos travados em relações antagônicas de exploração no nível da sociedade civil, isso também precisa ser explicado. É, afinal de contas, só uma possível, e talvez improvável, organização da luta de classes. Em todo caso, é sempre uma questão de tratar uma dada estrutura política como uma forma de aparência. É por isso que a análise de classes nunca pode ser reduzida a uma explicação substantiva; ela é também uma posição metodológica: uma que defende que a realidade nunca é inteiramente explicada pelo que está dado.

10

Beleza/dor. Talvez se pense que a pura beleza física de um lugar, com seu pôr do sol estonteante, no qual a luz pinga morro abaixo como ouro líquido, com seu céu azul assustador e uma vista do oceano que é de tirar o fôlego, faria com que as coisas fossem mais fáceis de suportar; em vez disso, parece que a natureza zomba da nossa dor.

11

Sociologia. Qual é a relação entre sociologia e marxismo? Para os parsonianos ou teóricos da modernização em geral – uma categoria que em relação a essa pergunta inclui a vasta maioria dos sociólogos – ela é uma categoria de superação. A sociologia substituiu o marxismo como ciência como a ciência substitui a religião no esquema de Comte. Para o neomarxismo, seguindo a liderança de Lukács em *A destruição da Razão*, a sociologia é na verdade uma reação ao marxismo: uma contraciência totalizadora provocada pela teoria de seu inimigo de classe. A sugestão de Burawoy a esse respeito é interessante: a sociologia deveria ser vista como estando dentro do marxismo. Mas essa tese requer elaboração. O marxismo é fundamentalmente uma explicação da sucessão de modos de produção com uma ênfase particular no capitalismo. Sua sociologia, no entanto, é mais uma reflexão posterior. As classes e suas lutas são importantes primordialmente porque providenciam um mecanismo de revolução. Mas a relação de grupos humanos “fenomenais” e os lugares básicos determinados pelos padrões fundamentais de exploração em uma sociedade é extraordinariamente difícil de especificar.

As afirmações de Marx sobre a simplificação da luta de classes com o desenvolvimento do capitalismo não poderiam ser mais enganadoras. Foi Gramsci que observou a questão básica com mais clareza. O desenvolvimento do capitalismo não leva à aparição de classes no nível político. Na verdade, aí emergia todo um novo e massivo nível “superestrutural” que constitui um plano de experiência imediata feita de grupos caleidoscópicos giratórios. A realidade de classe agora retrocedia atrás dessa tela de falso pluralismo que constitui o mundo social fenomenal. (Devemos sempre lembrar que Gramsci é um pensador especificamente pós-bersteiniano e pós-soreliano.) A tarefa da política é, em primeiro lugar, reorganizar esse mundo experiencial/político como um

mundo de classes: fazer o campo “numenal” da estrutura convergir com o campo “fenomenal” da sociedade civil. Qual é, então, o lugar da sociologia, e em que sentido ela está contida no marxismo? Sua tarefa é estudar a sociedade civil como uma configuração particular ou forma aparente de posições estruturais básicas nas relações de exploração do capitalismo; nesse sentido, o marxismo pode ser mais bem entendido como, entre outras coisas, a “autoconsciência” da sociologia, no sentido que identifica as condições de possibilidades da sociologia (a emergência da sociedade civil no nível da superestrutura). Isso é verdade independentemente dos próprios sociólogos, que são como uma tribo um tanto hostis ao que entendem como marxismo (que geralmente quer dizer apenas uma teoria substantiva dentro da sociologia), compreendem essa relação.

12

O Sul. Lembro-me daquele estranhamente saudável cheiro de cura de tabaco em um velho celeiro de Kentucky, onde a luz do sol deslizava pelas frestas das tábuas, iluminando pela metade as folhas que penduradas nas vigas. Silencioso e com o telhado alto abobadado como a Catedral de Chartres, e sagrada como ela também. Lembro-me daquela bebida doce, xaroposa e marrom, com um limão picante que mamãe chamava de “chá doce”. Lembro-me de Ransom, selvagem, livre e risonho, que me encorajou, ou assim conta a lenda de família, a comer uma cebola crua, recém tirada da terra, e, por isso, não gosto mais de cebolas. Alguns anos depois, nos mudamos da fazenda Maddox para Louisville, lembro-me do semblante pálido de um homem buscando sua filha – ela o odiava – na minha escola primária. Era o começo da era Reagan, e nessa época podíamos identificar um político, banqueiro ou vendedor de seguros pelo seu signo indumentário: suas calças de burro, um cáqui que não combinava, exemplificando complacência e ganância. O homem era Mitch McConnell, o típico pai colarinho branco medíocre, apesar de que suas camisas feias normalmente eram azuis, se não me falha a memória; todos nós nos sentíamos muito mal pela Ellie ser confiada a um pai daqueles. Difícil imaginar uma figura mais fora de lugar na fazenda Maddox, e, no entanto, eles provavelmente votaram nele: seu oposto em todos sentidos. Esse é o dilema de grande parte da política rural nos EUA. Poderíamos pôr da seguinte forma: quando os caipiras produzirão um Bernie? Não um fac-símile barato como aquele intolerável parasita de Arkansas, mas um agrário verdadeiramente radical, um Tom

Watson antes de sua virada obscura? Talvez agora seja tarde demais, mas se a história recente nos ensinou alguma coisa é que a “questão agrária” ou a “questão sulista” ou seja como conjugemos “a aliança entre a classe trabalhadora e a classe camponesa” para adequar ao nosso momento presente, é de atualidade urgente.

13

Prática. Para os grandes teóricos da Terceira Internacional (Gramsci, sobretudo), o partido, o partido Comunista, tinha uma significância intelectual difícil de se apreender na perspectiva dos dias de hoje. Problemas que hoje aparecem nas ciências sociais como puramente metodológicos, como a questão da interpretação (a relação entre categorias científicas e categorias leigas), ou a questão da causalidade, eram tratadas por homens como Gramsci como problemas políticos. Por exemplo, em Gramsci a interpretação aparece como problema de como traduzir o marxismo em uma linguagem popular de classe, bem como traduzir a linguagem popular de volta ao marxismo. Essa é uma questão política: é uma questão de como desenvolver a consciência de classe como a consciência da classe. Similarmente, Gramsci tratou o assunto da causalidade como questão de estratégia revolucionária. As hipóteses foram testadas não por meio de análises de regressão, mas por meio da história de sucessos e fracassos da estratégia do partido. (É por isso que a história dos partidos tem tanta importância para Gramsci.) A grande vantagem intelectual dessa abordagem é que, ao traduzir dilemas metodológicos em problemas políticos, eles emergem em formas solucionáveis, mesmo que não sejam resolvidos. Uma lição importante pode ser extraída dessa experiência histórica. Todos, ou a maior parte, dos problemas metodológicos nas ciências sociais são, na realidade, problemas políticos colocados em uma forma mistificada e, portanto, insolúvel. (Isso só pode ser considerado como uma nota promissória aqui.) A conclusão, por mais paradoxal que soe, é que as pretensões científicas da sociologia e disciplinas aliadas a ela só podem ser realizadas no contexto de uma agência política militante (o partido), que pode testar de fato as hipóteses que tais disciplinas apresentam. Poderíamos pôr isso da seguinte forma; entre observação e experimentação existe um método geral mais apropriado às ciências sociais: a política.

14

Realidade. “Nessa casa nós acreditamos que a ciência é real”. Essa placa é onipresente em bairros progressistas mais afluentes ao redor da Bay Area e, presumivelmente, ao redor do país. A ironia é inconsciente? Será que colocadores de placa não sabem da absurda justaposição de crença e ciência, ou que a última é, presumivelmente, definida por sua independência da crença? Ou será que essa posição é mais sofisticada? Talvez o que a placa diga é que “nessa casa” estamos cientes de que acreditar na realidade da ciência é uma crença como outras, mas escolhemos acreditar nela; de qualquer forma, todo um conjunto de oposições simbólicas que muita teorização no século XX parecia querer desfocar reemergiram com força política considerável: fato/opinião, religião/ciência, subjetivo/objetivo. Mas qual a linha de demarcação entre esses termos? Essa pergunta raramente é colocada, especialmente em discussões nas quais a mídia lamenta o declínio de jornalismo baseado em fatos e a expansão da opinião.

Mas fatos são afirmações sobre o estado das coisas, e como tais, são falíveis. As opiniões, por outro lado, são, por sua própria forma, baseadas em uma visão do caso em questão, e, portanto, não podem ser meramente privadas ou subjetivas. Mas uma das características da cultura americana, particularmente no nosso momento atual, é que “fatos” e “opiniões” são concebidos como se existem em oposição direta. Cada um em sua esfera. Isso leva, por um lado, à estúpida admiração por quantidades de tipos diversos. As formas que isso assume são várias e familiares: médias de rebatidas, porcentagem de tiros, capacidades de tanques, índices de quantidade e citações. A ligação que falta entre os dois é a racionalidade crítica, especialmente quando aplicada à política. Porque isso levaria à ideia nada americana que a sua visão política pode estar equivocada; uma frase que se lê como um erro categórico na terra da liberdade.

15

Pessoas comuns. O posicionamento de Alexandria Ocasio-Cortez sobre o caso GameStop, projetado por um grupo de pequenos investidores organizados em um subreddit, exemplifica algumas das grandes fraquezas do socialismo democrático americano. A deputada criticou Robinhood, a plataforma de negociação online que os

subredditors estavam usando, por limitar as transações depois de emergir uma bolha obviamente advinda de especulação, que sobrevalorizou a decadente GameStop, cujas lojas são principalmente físicas. AOC (Alexandria Ocasio-Cortez) defendeu, em um tweet, uma investigação sobre a Robinhood, e rapidamente recebeu o apoio indesejado de Ted Cruz e Newt Gingrich. (Curiosamente, Elizabeth Warren teve uma reação muito mais ponderada, citando os eventos como evidências de problemas sistemáticos e pedindo uma maior regulação do mercado de ações.) O que explica a estranha reação de AOC a esses eventos? Em suas palavras, “As pessoas estavam sentindo que pessoas comuns eram capazes de se organizar coletivamente e dar o troco àqueles que historicamente dão as cartas em Wall Street”.

Os problemas aqui são ao mesmo tempo conceituais e políticos. “Pessoas comuns”, você quer dizer o multimilionário que foi um dos iniciadores do esquema? “Organizar coletivamente”, você quer dizer um esquema para forçar a valorização artificial de ações, um processo que inevitavelmente levará investidores de menor escala à ruína? E “aqueles que historicamente dão as cartas em Wall Street”, como se o problema fosse a distribuição das “cartas” e não o sistema absurdo de aposta por meio do qual uma porção considerável do excedente social do país, do mundo todo, é alocado. A posição de AOC não é idiossincrática; na verdade, ela expressa um problema mais profundo: o quadro basicamente legalista dentro do qual a nova esquerda social democrata americana como um todo se move. Essa esquerda concebe a injustiça e desonestidade como falha fundamental da sociedade americana: poder monopolizado, riqueza concentrada, um sistema político manipulado.

Todas essas ideias estão concentradas no termo “justiça social”. O problema desse diagnóstico, essencialmente forense, é que todas suas demandas são perfeitamente compatíveis com a propriedade privada dos principais ativos da sociedade, assim como, mais importante, a determinação privada das decisões de investimento da sociedade. Para evitar emaranhados bizarros e falsas alianças, a esquerda dos EUA deveria falar muito menos sobre tornar a sociedade “mais justa” (uma noção confusa e basicamente pequeno-burguesa) e muito mais sobre como tornar a sociedade mais racional. Afinal de contas, a meta de todo socialista sério não é a subordinação de processos de segunda natureza, e nos nossos tempos deveríamos adicionar a brutal vingança da primeira natureza também, à

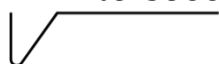
vontade da humanidade? Como pode a grandeza desse projeto caber no enquadro limitado da justiça? É como colocar uma baleia azul em um aquário.

16

Ensino Online. É estranhamente pessoal. O toque suave, o azulejo colorido as vezes substituído por um rosto, as vezes não. Pedacos da vida doméstica invadem (gatos, cachorros, louça para lavar, roupa a dobrar). Esses são normalmente excluídos da sala de seminário ou auditório. Uma suavização da relação pedagógica inevitavelmente ocorre, dos dois lados. Professores e alunos agora estão unidos no reconhecimento comum da sua condição absurda. “Fui pouco claro?” Um bate-papo vai corrigir a situação, criando um vínculo novo e mais informal com meus alunos. “Eles estavam um pouco hesitantes e inarticulados?” Mas talvez seja uma conexão ruim, ou a incapacidade de se libertar inteiramente da esfera íntima que eu pareço estar invadindo. A conversa por vídeo parece demandar generosidade recíproca: em si, talvez, não seja algo ruim.

Mas talvez haja outro lado para toda essa “mistura de esferas”, usando um termo coloquial de modo ligeiramente diferente. Como um experimento de violação, ou caso negativo, ele lança uma aguda luz retrospectiva nas pré-condições e propósito da organização física do ensino. Pense no massivo trabalho por trás da copresença pontual de uma sala de aula: transportes, organização de agenda, manutenção da estrutura, prestação de serviços. Um minúsculo pacote de proteína auto-reprodutivo. Mas para que? Para que serve o espaço físico de ensino de uma universidade? (As crises nos forçam a encarar as questões realmente centrais.) Ela é uma enorme estrutura criada temporariamente para suspender determinações sociais por meio da criação de inúmeras esferas públicas. É claro, ela falha de incontáveis maneiras; mas esse é o propósito da copresença. A ameaça mais básica posta pelo ensino mediado por vídeo não é que ele transforma a comunicação com alunos mais distante ou difícil; é que ele dissolve a fronteira entre mundo cotidiano e mundo do pensamento. A sala de aula ou auditório é a estrutura material que mantém essa fronteira, e como tal, é uma pré-condição indispensável para o processo crítico-racional se desenvolver. A ameaça, resumindo, que o atual modelo de mediação tecnológica representa para o ensino não é que ele afasta excessivamente alunos e professores, mas que paradoxalmente os aproxima demais e, como foi dito, do modo errado.

Uma retomada decolonial do conceito de Interseccionalidade



Leticia Povala Li¹

Resumo

A presente resenha crítica tem o objetivo de apresentar a obra intitulada *Interseccionalidade*, de Carla Akotirene, a todas as pessoas que tenham interesse no conceito forjado a partir dos feminismos negros e de questões que perpassam, sobretudo, as vidas das mulheres negras. Nesse sentido, apresentam-se os pontos de destaque do texto, a forma como está estruturado, as principais disputas em torno do conceito, bem como as críticas e as contribuições para pensar a realidade e o feminismo brasileiros. Assim, articulam-se diálogos estruturados com base em múltiplas vozes de teóricas feministas em trânsito no Atlântico, tendo como alicerce as epistemologias dos feminismos negros e decoloniais.

Palavras-chave: Interseccionalidade; feminismos negros; feminismos decoloniais; decolonialidade.

Abstract

This critical review aims to present the work entitled *Intersectionality*, by Carla Akotirene, to all those interested in the concept forged from black feminisms and issues that permeate, above all, the lives of black women. In this sense, the main points of the text are presented, the way it is structured, the main disputes around the concept, as well as the criticisms and contributions to thinking about Brazilian reality and feminism. Thus, structured dialogues are articulated based on multiple voices of feminist theorists in transit in the Atlantic Ocean, having as foundation the epistemologies of black and decolonial feminisms.

Keywords: Intersectionality; black feminisms; decolonial feminisms, decoloniality.

¹ Mestranda em Teoria e História do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC). Cientista Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pesquisadora no Dispolítica – Núcleo de Pesquisas em Direitos, Subjetividades e Política (CNPq/UFSC). Bolsista CAPES/PROEX. E-mail: leticia.li@usp.br.

O livro *Interseccionalidade*, escrito por Carla Akotirene (2019), integra a Coleção Feminismos Plurais, coordenada pela filósofa Djamilia Ribeiro, e foi publicado pela editora Pólen e pelo Selo Sueli Carneiro em 2019. A coleção é responsável pela publicação e divulgação de obras escritas por intelectuais negras e negros renomados sobre temáticas fundamentais para a formação teórica dos movimentos em geral, sobretudo o(s) feminismo(s) negro(s)², de modo a contribuir com um projeto político e uma práxis das lutas antiopressão.

Carla Akotirene é mestra e doutoranda em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bacharela em Serviço Social. Atua como assistente social atendendo mulheres em situação de violência doméstica em Salvador e é autora da obra *Ó Pa Í, Prezada - Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*, baseada na sua dissertação de mestrado, lançada em 2020 pela editora Pólen.

Assim como as demais obras da coleção, o texto pretende apresentar o conceito de forma didática e acessível, mas não se limita a isso. Akotirene (2019) resgata o termo, formulado na academia pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989, 2002, 2017 [1993]), de forma crítica, e o traduz para o pretuguês brasileiro de Lélia González (2020). Fazendo uma releitura a partir da tradição Iorubá, a autora nos apresenta à possibilidade de decolonização da ferramenta analítica ao propor um deslocamento do esvaziamento do conceito promovido pela apropriação branco-eurocêntrica, para o “Atlântico como lócus de opressões cruzadas” (AKOTIRENE, 2019, p. 20), metáfora geopolítica utilizada para caracterizar os movimentos de resistência afrodiaspóricos.

A partir do posicionamento de reapropriação e reformulação da interseccionalidade, levantando suas raízes e fundamentos no feminismo negro, Akotirene defende a validade de seu uso crítico e político para pensar a concretude e a realidade brasileira, seja adotando-o como metodologia, ferramenta analítica ou perspectiva. O livro divide-se em cinco capítulos, que serão apresentados na sequência junto às principais discussões.

No primeiro capítulo, *Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade*, Akotirene faz a defesa de um uso político e crítico em oposição ao esvaziamento do termo. O

² O termo “feminismo negro” é utilizado pela autora no singular, porém, é possível pensá-lo no plural. Primeiro, porque não equivale somente a um movimento feminista, mas elabora uma epistemologia própria. Em segundo lugar, porque, como veremos na obra analisada, há toda uma multiplicidade e pluralidade no pensamento feminista negro.

esvaziamento é promovido pela apropriação indevida por acadêmicas do feminismo branco, eurocêntrico e hegemônico e, muitas vezes, por órgãos consultivos que propõem “políticas públicas cumulativas, transversais e pró-formas, de suposto caráter interseccional, antidiscriminatório” (Ibid, p. 24). Sobre seu esvaziamento, a autora enfatiza que:

[...] costumam usar a interseccionalidade como correspondente às minorias políticas ou à diversidade, chegando mesmo a questionar a agência da mulher negra, como se encruzilhada fosse tão somente o lugar da decisão da vítima: levantar-se ou continuar caída? Sentir ou não as feridas da colonização? É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade. (Ibid, p. 24).

Para fundamentar essa crítica, é feito um resgate da ancestralidade de pensadoras negras em diáspora, africanas e terceiro-mundistas. Começando pelo famoso discurso de Sojourner Truth, em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio (*E não sou uma mulher?*), depois, passando pela criação do Coletivo *Combabe River*, organização negra lésbica, na década de 1970 em Boston, com especial destaque para as irmãs Barbara e Beverly Smith, até chegar em autoras que são referências na contemporaneidade: as afro-estadunidenses Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Patricia Hill Collins; as afro-latinoamericanas, especialmente, as brasileiras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Luiza Bairros, que já articulam raça, gênero, classe, território e outros cruzamentos de opressões antes do conceito de interseccionalidade ganhar popularidade na academia.

Além das articulações e contribuições metodológicas da epistemologia feminista negra, Akotirene destaca o pensamento decolonial, sobretudo de autoras e autores latinoamericanos do projeto Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade (MCD), dentre eles Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel e Walter D. Mignolo, bem como feministas decoloniais, a chicana Gloria Anzaldúa, a argentina María Lugones e a afro-dominicana Ochy Curiel. Assim, com tamanha robustez de percursos:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Ibid, p. 19).

O segundo capítulo aponta na direção do uso da interseccionalidade de modo ético, responsável e não vazio: *Vamos pensar direito: interseccionalidade e as mulheres negras*. A palavra “direito” do subtítulo permite um duplo sentido: o primeiro e mais evidente é sinônimo de “correto”, “certo”, “vamos pensar certo, correto”; o segundo é capturado ao longo da leitura da seção e remete ao campo do Direito, ou área do Direito, porque traz discussões e possibilidades acerca do uso neste campo, visto que o termo foi assim nomeado por Crenshaw (1989, 2002, 2017) em decorrência de uma denúncia de discriminação realizada em 1976 por mulheres negras contra a montadora *General Motors* (Estados Unidos). A denúncia por discriminação de raça e gênero apresentava o histórico da empresa de contratar apenas homens negros e mulheres brancas para desempenhar funções distintas, excluindo mulheres negras da contratação. A empresa defendeu-se alegando que não fazia discriminação racial porque tinha funcionários negros e que não discriminava por gênero porque contratava mulheres e, por isso, Crenshaw identifica na decisão tal lacuna: a ausência de uma lente interseccional.

Trazendo para o contexto brasileiro, Akotirene (2019) promove neste capítulo a defesa da perspectiva interseccional no uso prático em situações concretas postas no campo jurídico, sobretudo no que diz respeito aos Direitos Humanos e ao Direito Penal e suas interlocuções com as políticas públicas. A apropriação indevida de cunho neoliberal, apontada no primeiro capítulo, pode reforçar posturas que aumentem o encarceramento em massa de pessoas negras e violências contra mulheres negras, o que não é desejável e representa os perigos de se utilizar a ferramenta de modo descolado de uma postura decolonial. Segundo a autora (Ibid, p. 65), “quando ausentes os letramentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas, ambos reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos”.

Nesse sentido, o terceiro capítulo, *Atlântico e diferenças entre irmãs: críticas ao conceito de interseccionalidade*, é essencial, pois é nele que Carla Akotirene levanta as principais críticas elaboradas por feministas negras em diáspora (afro-estadunidenses e afro-latinoamericanas), africanas, feministas alinhadas ao pensamento decolonial e pensadoras associadas ao mulherismo, trazendo contrapontos e convergências em um diálogo de múltiplas vozes. Segundo Akotirene (Ibid, p. 77), “universalizante e deliberada, a sororidade dá a falsa impressão de existir empatia e homogeneidade de posicionamento terceiro-

mundista, africano e estadunidense contra o colonialismo moderno”. Por isso, é imprescindível trazermos a multiplicidade dos pensamentos.

Uma das principais críticas acusa o conceito de ancorar-se em teorias feministas brancas e metanarrativas ocidentais, também utilizadas pelos feminismos negros, o que revelaria certo epistemicídio de outras lentes fora desse circuito. Uma expoente das epistemologias africanas, Oyèrónké Oyewùmí, aponta para problemáticas que envolvem assumir categorias ocidentais como os binarismos, a família nuclear ocidental e patriarcal e até mesmo o gênero, que é uma “categoria historicamente recente para o povo iorubá” (Ibid, p. 81).

Outra crítica que reverbera na obra advém da lesbofeminista Ochy Curiel que classifica o termo como “liberal”, que deixa de considerar “o sistema mundo colonial de gênero como articulador das experiências intercruzadas, as quais o racismo compõe, sem centralidade, o problema estrutural”. Para Curiel, a interseccionalidade precisa reconhecer experiências impostas por este sistema colonial sem secundarizar opressões não relacionadas à raça. Outra questão levantada é assumir que as identidades são constituídas de forma autônoma (Ibid, p. 86-88).

Cabe destacar o apontamento feito por Houria Bouteldja (2016), que alerta para o risco do conceito ser usado pelo feminismo ocidental salvacionista quando distante do projeto decolonial, ideia que se alinha à crítica realizada por Françoise Vergès (2020) em *Um feminismo decolonial*, que denuncia a islamofobia de feministas brancas que se dizem progressistas ou de esquerda em países europeus. Além disso, Bouteldja (2016) se opõe à ideia de que as feministas negras estadunidenses foram as primeiras a articularem gênero, raça e classe. Para ela, os colonizadores e os racistas foram os primeiros a explorarem a interseccionalidade, o que significa que o conceito pode ter um “uso repressivo” ou “negativo” (Ibid, p. 6).

Continuando com as críticas ao conceito, Akotirene separa uma seção específica para tratar d’*A crítica de Angela Davis*, que aponta para o paradoxo do conceito ter sido forjado dentro do campo do Direito, porque acaba legitimando esse sistema que é “condenado politicamente pela seletividade racial e estereótipos pós- coloniais”, além de “lesbofobias e machismos serem peças da estrutura carcerária idêntica à sociedade ampla em qualquer lugar do mundo”. A interseccionalidade, dessa forma, “está servindo para garantir êxitos dos chamados por ela de ‘feminismos carcerários’, engajados na punição dos

homens negros agressores de mulheres” (AKOTIRENE, 2019, p. 106-107). Segundo Akotirene, Davis critica, sobretudo, o viés neoliberal da utilização da interseccionalidade pelo feminismo carcerário que, ao individualizar condutas, tira a atenção do Estado. Para trazer um contraponto a este argumento, recorreremos ao início do texto, em que Akotirene (Ibid, p. 47) afirma que “a interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída [...]”, isto é, as opressões expostas pela interseccionalidade não possuem raízes individuais, mas estruturais e são elas que devem ser desarticuladas.

No capítulo de fechamento, o debate não é encerrado, pelo contrário: *Cruzar o Atlântico nem sempre encerra a travessia*. Aqui, a autora volta a defender a interseccionalidade como instrumento no campo da justiça, assumindo o Estado Democrático de Direito enquanto regulador oficial das relações sociais. Para isso, invoca a “presença ancestral de Marielle Franco [...] para enfrentar os regimes jurídicos do colonialismo brasileiro” e afirma que “o conhecimento deve ir além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero, mas enlanguescendo-se” (Ibid, p. 113). Conclui a defesa do seu uso fazendo uma analogia à fala da vereadora assassinada no dia 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro:

A interseccionalidade é a autoridade intelectual de *todas as mulheres que um dia foram interrompidas*. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora. (Ibid, p. 120, grifo meu).

Dessa forma, estamos diante de uma obra que, longe de apenas apresentar-nos um conceito e suas disputas, também o reelabora a partir de um robusto arsenal teórico, atualizando a ferramenta para leitura da realidade brasileira. Suas contribuições vão além do aprofundamento da interseccionalidade e traz como marca de uma honestidade acadêmica as críticas e contradições que o conceito pode suscitar. De todo modo, a chamada ao seu não esvaziamento por meio da conexão com bases epistemológicas decoloniais e feministas negras continua válida e potente para pensarmos resistências e lutas em um sistema que é estruturalmente capitalista, racista, sexista, lgbtfóbico, capacitista e promove uma série de opressões diariamente. O que Carla Akotirene nos ensina é que uma luta que se diz antiopressão não pode e nem deve resultar em outras formas de opressão.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro). 152 p.

BOUTELDJA, H. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686/13991>. Acesso em: 30 out. 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, Iss. 1, Art. 8, p. 139-167. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* [online], Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 1.sem/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em 12 jan. 2021.

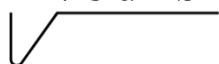
_____. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. *Portal Geledés* via Revista Subjetiva, 23 dez. 2017 [1993]. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-](https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/)

[de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/](https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/). Acesso em: 25 mar. 2021.

GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 p.

10 anos de Pensata: um olhar para o passado e vislumbre para o futuro



Cynthia Sarti¹

Foram 10 anos conturbados, em muitos sentidos, desde que a *Pensata* foi criada. Era o início das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Unifesp, criado em 2010 com o entusiasmo que acompanhava estudantes e professores naqueles tempos de abertura de novos espaços e novas possibilidades. Resultado do processo de expansão das universidades federais, proposto pelo Ministério da Educação (MEC) durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a que a Unifesp aderiu plenamente, havia sido inaugurado em 2007 o campus das humanidades, instalado na cidade de Guarulhos, com quatro cursos de graduação entre os quais se incluía o de Ciências Sociais.² A Unifesp já era uma universidade consolidada em pesquisa e pós-graduação, mas, até então, voltada apenas para o campo da saúde, com os programas vinculados à Escola Paulista de Medicina que existia desde 1933. A pós-graduação nas áreas das ciências humanas, viabilizada pelo REUNI, que garantiu as condições de sua implantação, seguiu-se ao estabelecimento anterior dos cursos de graduação no campus Guarulhos. Todos esses acontecimentos combinavam, assim, a perspectiva alentadora da Unifesp de transformar-se em uma universidade plena, com a abertura para outras áreas do conhecimento, e do

¹ Professora na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) desde 1994 e professora titular de Antropologia nesta universidade desde 2008. Livre-docente pelo Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp (2003). Doutora (PHD) em Antropologia pela Universidade de São Paulo (1994) e mestre e graduada em ciências sociais pela mesma universidade.

² Esse processo foi consolidado com o *Projeto Reuni* (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, cujo documento está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Último acesso em 31 de janeiro de 2022.

projeto do MEC de “interiorização” das universidades federais e ampliação do acesso ao ensino superior.³

O PPGCS da Unifesp, que iniciou suas atividades com o Mestrado, abriu, então, sua primeira turma de mestrandos em agosto daquele ano, 2010.⁴ Estimulados pela construção de um programa novo, num campus recém-criado em que tudo estava ainda por fazer, os estudantes que ingressaram nesta primeira turma propuseram a criação da *Pensata*: revista dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp.

Foram oito alunos que, curiosos, partiram do zero e foram aprendendo a cada passo como se faz o processo de edição e veiculação de uma revista, nos moldes da produção científica universitária. Desde seu início, a revista contou com um conselho editorial integrado por cientistas sociais atuantes, vindos não apenas da Unifesp, mas de outras universidades brasileiras, expressando a boa receptividade que teve a revista no meio acadêmico das ciências sociais; para garantir a qualidade dos textos selecionados para publicação, compôs um corpo de pareceristas externos especializado nos diversos temas em pauta. Deste modo, a revista foi logo indexada, como manda o figurino das revistas acadêmicas, e passou a ter seu lugar próprio no conjunto das publicações elaboradas por estudantes de pós-graduação no país, que se expande no rastro da abertura de novos programas.

Ressalta-se que a proposta de criar um programa de Ciências Sociais à época vinha na contramão da tendência à especialização que divide as três áreas dessas ciências, a antropologia, a ciência política e a sociologia, que marcou as décadas anteriores entre os programas de pós-graduação dessas áreas no Brasil. Não apenas na Unifesp, mas a tendência dos novos programas criados como resultado do processo de expansão das federais mencionado foi a de reunir as três disciplinas articuladas em linhas de pesquisa interdisciplinares, rompendo com a divisão disciplinar no interior dos programas.

A revista refletia essa perspectiva interdisciplinar, bem acolhida pelos estudantes que buscavam uma formação que atravessasse as fronteiras das três disciplinas das ciências sociais, diante da complexidade dos problemas de pesquisa que traziam e vinham ao

³ A respeito desses acontecimentos, com o momento inaugural do curso de Ciências Sociais na Unifesp, remeto a texto anterior: SARTI, Cynthia. As ciências sociais como saberes reflexivos. In: EL FAR, Alessandra; BARBOSA, Andrea; AMADEO, Javier (orgs.) *Ciências Sociais em diálogo*. Vol. 1: Cultura e diferença. São Paulo: Editora Fap/Unifesp, 2014. pp. 13-33.

⁴ O Doutorado do PPGCS foi aberto apenas em 2020.

encontro daquelas desenvolvidas pelos professores do PPGCS. Lembro-me de como essa perspectiva era afirmada pelos editores da revista e ficou clara em seu editorial desde o primeiro número, publicado em outubro de 2011. Além da seção de *Artigos*, criteriosamente revistos por pares, a revista trouxe ao público leitor uma variedade de formas. Incluiu uma *Entrevista*, que foi feita naquele momento com o antropólogo Júlio Assis Simões, professor da Usp, refletindo sobre a carreira e a formação do cientista social no Brasil; a *Tradução* de um texto de Talal Asad, autor referencial no campo das ciências sociais mundiais pouco traduzido em português; e o *Debate* que girou em torno da palestra do cientista político Marco Aurélio Nogueira, professor da Unesp, sobre identidades e alteridades nas ciências sociais, que inaugurou o programa, em março de 2011, e foi debatida por mim. A seção de *Resenhas* completou o número inaugural dando o formato à revista, que incluiu mais tarde novas seções, como as *Obras Visuais*, sempre com uma cuidadosa diagramação que foi também sendo renovada. A diversidade de temas e formas, que buscava apresentar o espectro amplo da reflexão nas ciências sociais desde o início, continuou nos números seguintes, com os artigos que passaram a ser organizados também em *Dossiês Temáticos*.

Nos seus dez anos de existência, a revista mostrou sua vocação de congregar não apenas os estudantes do programa, que, com as novas turmas de ingressantes, se alternam na edição coletiva da publicação, mas de veicular as discussões das ciências sociais que atravessam o trabalho de investigação nas distintas linhas de pesquisa do programa.

Inserindo-se hoje no Portal de Periódicos da Unifesp lançado em 2019, a revista seguiu adiante, apesar das adversidades dos últimos anos, não apenas pelo contexto da pandemia do coronavírus que nos assolou globalmente, mas, sobretudo, pelo desgoverno que marca a política no país, sob a gestão desastrosa do presidente Jair Bolsonaro, particularmente no que se refere ao ensino superior e à universidade pública em particular, atingindo todas suas atividades. Transformou-se, pelas circunstâncias, em mais um dos instrumentos de resistência que marcam a universidade pública na atualidade.

Para nós, professores do PPGCS da Unifesp, é não apenas uma satisfação, mas um orgulho, testemunhar o trabalho editorial dos estudantes, cujo início acompanhei tão de perto como coordenadora do PPGCS à época. A *Pensata* continua a estimular os novos ingressantes do programa, como parte de sua formação no campo científico das ciências sociais, na tarefa de divulgar e discutir criticamente o conhecimento produzido pela universidade neste campo.

Encerro este depoimento, cumprimentando os estudantes do PPGCS pela iniciativa e pelo empenho permanente em tornar a *Pensata* um veículo fundamental do programa. Resta-nos desejar vida longa a projetos como este. Ele é agregador, de pessoas, trabalho e ideias, num tempo que tende à dispersão e ao isolamento, e amplia nossas possibilidades de sair para o mundo, atuando, refletindo e discutindo publicamente a contribuição das ciências sociais para os problemas que nos cercam, em suas múltiplas dimensões, em diferentes perspectivas, na diversidade dos espaços e tempos que nos atravessam.

Alberto Coutinho Rabelo⁵

Não imaginava, há dez anos, onde estaria ou como as coisas do cotidiano se apresentariam em 2022. Meu ingresso na primeira turma do programa de mestrado em Ciências Sociais da Unifesp foi um importante momento da minha vida: foram tempos de mudança, de busca e de novos inícios. Meus estudos sobre a música brasileira no século XIX e a tentativa de estabelecimento de uma identidade nacional no país recém emancipado serviram, principalmente, para colocar os meus próprios caminhos sob perspectiva; iniciei, nos Pimentas, uma tortuosa e bonita viagem de autodescoberta, movida, sobretudo, pelas notas das dramáticas e sinceras obras de Carlos Gomes. Foi nesse programa que entrei em contato, muitas vezes inconscientemente, com muitas de minhas potencialidades. Até hoje, quando me perguntam qual foi a minha melhor experiência no universo acadêmico, respondo, sem titubear, que, sem dúvida, foi a minha participação na construção coletiva da Revista *Pensata*. Sempre achei essa resposta esquisita, pois, acredito que seria normal dizer por aí que o que mais me tocou foi a minha pesquisa ou o contato com as professoras e os professores do programa. Não me entendam mal, tudo isso corroborou diretamente com o meu crescimento, porém, os dias de intenso trabalho dedicados à *Pensata* me enchem de ternura até hoje.

Não foi fácil começar tudo do zero, mas, ao mesmo tempo, tudo no nosso programa era novo e promissor. Fazer parte dessas origens foi extremamente gratificante e desafiador. Com o apoio incondicional do corpo docente e com a força de vontade das colegas e dos

⁵ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo pela linha de pesquisa Arte, Cultura e Teoria Social, foi bolsista pela REUNI/CAPES. Possui graduação em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

colegas, iniciamos, sem experiência alguma, a construir comunitariamente uma revista acadêmica que, no fundo, refletia, desde as primeiras reuniões, nosso desejo de nos encontrarmos como sujeitos e protagonistas de nossas vidas como cientistas sociais e cidadãos em formação. Estreitamos laços e vínculos, exploramos nossas limitações, manifestamos nossos sentimentos, conhecemos novas pessoas, descobrimos novas pesquisas, aprendemos sobre novos objetos de estudo, viajamos para Caxambu para lançar a revista, elaboramos uma identidade visual para a Pensata, nos abrimos uns aos outros, entramos em conflito, resolvemos nossas questões, acreditamos em nossos potenciais e, com muito carinho, passamos a tocha para seguirmos nossos caminhos.

Me enche de alegria saber que a revista continua ativa e com pessoas dedicadas ao mesmo objetivo que há dez anos tanto nos motivou. Hoje, longe da academia, caminho sobre estradas de chão tão bonitas e esburacadas quanto as sendas que me levaram a me inscrever no programa de mestrado da Unifesp. Minha busca continua e as recordações dos momentos que colaboraram para a minha formação me enchem de energia de vida e de vontade para seguir em frente. Agradeço enormemente a todos os meus colegas por terem feito parte desse lindo momento e por terem tanto me ensinado ao longo dos meses de dura batalha para construir esse periódico. Parabéns a todas e todos que auxiliaram e auxiliam na manutenção e na administração da Pensata. Que essa iniciativa continue a lançar luz sobre os caminhos daqueles que por ela passam, assim como o fez para mim.

Bruno Puccinelli⁶

Uma das primeiras descobertas, assim que ingressei no mestrado em Ciências Sociais na Unifesp de Guarulhos, era que a viagem de São Paulo até o campus seria uma aventura. No ônibus de bancos estreitos, as paisagens de uma zona outrora industrial se mesclavam ao recente uso de galpões para a logística entre as duas maiores capitais do país, Rio e São Paulo, e o aeroporto internacional. Era comum que os motoristas dirigissem em alta velocidade. Todo mundo tem pressa, não importa o horário. E se for para chegar logo de um ponto a outro da linha, aí é que se tem pressa mesmo.

⁶ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, mestre e bacharel também em Ciências Sociais (UNIFESP e USP, respectivamente)

Antes da construção do terminal de ônibus do Pimentas, havia uma praça, um riacho cheio de melancias e uma pequena ladeira que levava à grande escola infantil e ao pequeno campus universitário. Chegávamos cedo, tomávamos um café na cantina anexa ao enorme teatro do campus, um dos muitos Adamastores, e seguíamos para a sala de aula. Éramos poucos, cerca de quinze alunas e alunos, e a impressão era de que apenas nós, do mestrado em Ciências Sociais, havíamos nos deslocado até a universidade. A minha sensação é de que, por isso mesmo, alguns laços se tornaram mais fortes rapidamente.

Entre os intervalos das aulas, os almoços no bandeirão e a volta para a casa, começamos a conversar sobre construir uma revista discente. Revistas acadêmicas fazem parte do nosso cotidiano de formação, é muito comum lermos artigos publicados nelas, mas quem sabia como fazer isso? As ideias eram muitas, as vontades também, e algumas conversas depois se formou a Comissão Editorial que faria a Pensata.

Creio que pouca gente imagine o trabalho que é produzir uma revista acadêmica. Pode parecer simples, é apenas montar um site no modelo Open Journal Systems, criar uma política editorial, normas de publicação e divulgá-la. Bem, é muito mais que isso e é, principalmente, um trabalho coletivo que envolve disposição de quem está diretamente envolvido no projeto e de quem é contatado para ajudar. Foram muitas as pessoas com as quais conversamos pedindo informações sobre como formar um Conselho Editorial, como definir as Políticas de Publicação, o escopo da revista, sua periodicidade, hospedagem, registro de ISSN, fluxo de envio e avaliação. É coisa demais. Por isso acho que o principal foi ter uma equipe inicial muito disposta a fazer acontecer.

Lembro com carinho de nossas longas reuniões para decidirmos esses muitos pontos. Após o almoço, alguma sala vazia e lá estávamos conversando. Ainda não havia o edifício que há hoje, então não tínhamos uma sala dos alunos da pós. Era procurar um lugar para nos reunirmos e fazer a revista acontecer.

Como eu disse, a disposição era muita e as origens acadêmicas e aproximações disciplinares também. A primeira Comissão Editorial, formada por mim, pelo Betão (Alberto Rabelo), A Kenya Marcon, o Rafa (Rafael Tauil), a Fê (Fernanda Silva), a Rúbia Ramos e a Rafaella Fernandes (que não ficou até o final) tinha gente mais próxima da antropologia, da sociologia e da ciência política e isso foi essencial para que o projeto fluísse. A partir daí, nossos contatos prévios, a partir de nossas graduações e com amigos que poderiam ajudar em outros pontos, nos ajudaram a dar forma à revista. Eu, particularmente,

pedi ajuda aos colegas da Cadernos de Campo, revista dos discentes da pós-graduação em antropologia da USP, sempre que precisei, muitos dos quais amigos desde a graduação. No corpo docente da Unifesp tínhamos a professora Melvina Araújo que havia feito parte da Cadernos de Campo. Também buscamos referências de revistas acadêmicas em outras regiões do país para chegar a um modelo que nos parecesse bom para um jovem programa de pós-graduação que ainda teria bastante caminho pela frente.

Lembro numa reunião de como foi difícil definir o nome da revista. Pensata foi a ideia que acabou ficando, se recordo bem, por se tratar de uma única palavra. Mas quase saiu “Fulcro”, “Malagueta” (por estarmos no bairro dos Pimentas) ou “Pensata Malagueta”. Decidido o nome, fomos conversar com designer, o Fabinho, que, após uma reunião conosco, produziu o material que dá a identidade da revista, como “P” estilizado como se fosse uma caixa de diálogo, relação que existe até hoje na revista, e o uso das cores roxa e laranja.

Na primeira edição, queríamos destacar o caráter múltiplo das Ciências Sociais, especialmente por estarmos num programa de pós-graduação em Ciências Sociais e termos questões sobre pesquisa, reflexão e inserção profissional na área. Nesse sentido, algumas questões foram centrais: dar espaço equitativo para trabalhos que dialogassem com a área sem necessariamente uma definição específica; entrevistar alguém que pudesse dialogar conosco a partir dessa perspectiva mais abrangente; trazer para esta primeira edição um debate sobre as Ciências Sociais. Assim recebemos, foram avaliados e selecionamos artigos bastante diversos, publicamos a transcrição de um debate entre os professores Marco Aurélio Nogueira e Cynthia Sarti sobre “Identidades e Alteridades nas Ciências Sociais” e a entrevista com o professor Júlio Assis Simões, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, uma pessoa queridíssima e que ocupava à época cargo de gestão na ANPOCS.

Em outubro de 2011 lançamos a revista no campus com um debate sobre os programas de pós-graduação em Ciências Sociais com a participação dos professores Milton Lahuerta, Marina Cardoso e Christina Andrews. Uma semana depois fizemos o lançamento da revista no 35º Encontro Anual da ANPOCS e lembro de estarmos bastante animados em podermos lançar a revista ao lado de pessoas que admiramos muito. Foi curioso também estarmos apenas com nossos flyers, já que a revista foi pensada, desde começo, para ser exclusivamente online.

Findado o processo que culminou com o nascimento efetivo da Pensata, nossa preocupação era como mantê-la existindo, já que não estaríamos mais na Unifesp dentro de menos de um ano. Não havia ainda doutorado e seguiríamos, cada um, seu caminho após a conclusão do mestrado. É com imensa alegria que hoje vemos a Pensata existindo após dez anos. Foi um projeto pensado para a universidade e, por isso, depende de ter pessoas que queiram e possam lhe dar seguimento. É um projeto que depende e defende investimento em ciência, e nas ciências humanas. Só pudemos produzir a revista porque tivemos condições de dedicar parte de nosso tempo de trabalho em pesquisa e escrita para a revista, mesmo que isso não fosse um pré-requisito para nossa formação. Hoje, ainda que feliz com a década de Pensata, é preocupante ver as condições que nossos colegas da pós encontram para poderem desenvolver seus trabalhos. Ataques institucionais de um governo que desinveste e destrói a educação pública universal e de qualidade.

Termino esse pequeno texto com um trecho da entrevista que fizemos com o professor Júlio expressando uma angústia que era nossa há uma década e segue sendo nossa hoje, de pensarmos nosso lugar na academia e fora ela⁷. Creio que uma das funções de periódicos como a Pensata deve ser a contínua reflexão sobre essa questão. Viva Pensata viva!

O que me parece, por um lado profissional, é que ainda tem campo para pensar em formar mais gente e atuar no campo acadêmico, inclusive das Ciências Sociais, porque ele está em expansão no Brasil. O desafio é saber lidar com as demandas que essa interiorização vai colocar. Isso não afeta muito as grandes universidades e os programas consolidados, mas vai ser uma questão importante para as instituições emergentes. E mesmo os programas consolidados terão provavelmente de enfrentar o desafio de repensar pelo menos alguns aspectos da formação. De certa forma, estamos numa engrenagem que nos obriga a aumentar a formação de profissionais pós-graduados de Ciências Sociais, sem sabermos bem para onde eles irão. Acho que esta é uma angústia. (Simões, 2011, p. 159).

⁷ Entrevista completa na primeira edição da Pensata.

A abertura do programa de mestrado em Ciências Sociais na Unifesp foi um momento muito estimulante para nós que formávamos o corpo discente. Entre aulas de Freud, Habermas, Benjamin e almoços no bandeirão da universidade falávamos sobre muitas coisas, sobre a situação política do Brasil, sobre as desigualdades sociais, sobre nossas expectativas em relação ao mestrado e sobre a possível construção de uma revista acadêmica. Pensávamos que, como os primeiros ingressantes neste mestrado em Ciências Sociais da UNIFESP, tínhamos a obrigação de dar o nosso melhor para que o programa recém-criado fosse bem avaliado e recebesse uma nota razoável na visita de avaliação do MEC.

É claro que nossas pretensões eram modestas e sabíamos de todas as limitações com as quais teríamos que lidar caso seguissemos em frente. Falta de verba, escassez de tempo, estrutura física para reuniões, distância do campus para as cidades, agendas, entre outros eram todos desafios que deveriam ser superados, caso quiséssemos de fato levar aquele projeto a sério. Por conta do campus estar localizado no bairro dos Pimentas, na cidade de Guarulhos, os mestrandos de nossa turma vinham de lugares variados, como Guararema, São José dos Campos e, obviamente, São Paulo.

Começamos então a nos reunir – eu, Rúbia Ramos, Kenya Marcon, Bruno Puccinelli, Fernanda Silva e Alberto Rabelo – para discutir a possível criação da revista. Me lembro de uma das primeiras reuniões, bastante informal, quando traçamos os primeiros passos que deveriam ser dados. Isto incluía uma questão fundamental e talvez um tanto óbvia de ser resolvida nos dias atuais: a revista deveria ser impressa ou apenas virtual? Na época optamos pela publicação em formato virtual.

Tomada esta decisão passamos para o nome da revista que foi escolhido em processo de votação pelos integrantes do comitê editorial. Me lembro que a ideia do nome Pensata veio do Alberto, sem dúvida o mais criativo da turma. Depois iniciamos a formação do conselho editorial e com isso a disparada de e-mails, telefonemas, etc. Foi um período muito agradável e de muito aprendizado.

⁸ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar/University of Bristol - UoB. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP.

Formado o conselho editorial tivemos que pensar na política editorial da revista e dividir as tarefas por cargo, além disso, pensar como se daria a sucessão no caso dos futuros membros do comitê editorial, pois sabíamos que não estaríamos ali por muito tempo. Em meio a este trabalho todo corríamos para lançar o primeiro número e nos familiarizávamos com o processo de revisão por pares. Não tínhamos conhecimento sobre o Open Journal Systems – OJS e fazíamos tudo manualmente, desde a escolha dos pareceristas até o envio de e-mails e outros tipos de correspondência.

De forma paralela nos reunimos com um amigo do Alberto que ficaria responsável pela criação da identidade visual da revista, forma de publicação e hospedagem. Não me resta a menor dúvida de que Alberto, sempre muito generoso, foi o que mais trabalhou e se dedicou à criação do periódico, ele era incansável. Me lembro bem desta reunião no bar Ypê, na Ana Rosa ao lado do Etapa na cidade de São Paulo. Decidimos também, entre outras conversas, que faríamos o lançamento da revista no 35º encontro anual da ANPOCS em Caxambu. Além disto, para o lançamento também organizamos a mesa redonda Pensata em diálogo: olhares e reflexões sobre o atual cenário dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil e convidamos para falar o professor Milton Lahuerta que, brilhantemente, trouxe a perspectiva da Ciência Política para aquele debate.

Para o lançamento na ANPOCS pedimos um financiamento à Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo – FAP. O pedido foi prontamente atendido e todas as despesas com a viagem e com a divulgação pagas pela fundação, a qual devemos nossa gratidão. Fomos para Caxambu e, além do lançamento da revista, participamos de outras atividades acadêmicas.

O evento foi bem-sucedido e a revista bem divulgada, era o primeiro de muitos passos. Não me lembro bem se no lançamento a primeira edição já estava pronta, mas se não, ficou logo depois disto. De toda forma, sentíamos que havíamos conseguido dar conta de todos aqueles desafios. Foram bons momentos e a primeira edição da revista nos deixou muito orgulhosos. Terminado o evento fomos passar um tempo no sítio de meu tio Paulo em Aiuruoca como comemoração. No fim da viagem alguns desentendimentos acerca da política editorial e dos próximos passos levaram à dissolução do comitê inicial que havia se formado, alguns deixaram o grupo. Eu segui, se não me engano, por mais duas edições e fico hoje muito contente por ver que aquele projeto tão despretensioso teve vida longa. Felicito os colegas que continuaram com o projeto e espero que ele perdure a inda por

muito tempo.

Kenya J. Marcon⁹

Começo esse texto com um terno agradecimento ao grupo de Alunos que atualmente integra a Comissão Editorial da Pensata pelo convite à reflexão em comemoração aos 10 anos da revista. Agradeço pelo espaço para expor uma das perspectivas sobre o processo de idealização, de fundação e de lançamento da Pensata, mas, especialmente, agradeço pelo impulso à reminiscência, pois o tempo para lembrar, em geral, não fica reservado em meio à rotina dos afazeres urgentes e cotidianos.

Vou escrever esse relato na primeira pessoa do plural, pois embora seja a “minha” perspectiva sobre o processo, ele se deu de forma tão intensamente colaborativa que não me seria confortável escrever de outra forma.

Desde o momento em que idealizamos, ainda muito abstratamente, a possibilidade de lançar uma Revista, integralmente concebida, planejada e gerida apenas por Alunos, era manifesto nosso desejo de contribuir para o debate acadêmico em Ciências Sociais no Brasil a partir de um lugar de formação, daí o necessário recurso ao título “Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp”. Estar nesse lugar de formação e falar a partir dele era convergente com o contexto no qual estávamos inseridos institucionalmente. Nossa primeira reunião para conceber a Revista aconteceu em 2010, no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que havia selecionado sua primeira turma, em um campus da Unifesp com apenas 5 anos de existência, localizado em território de intensas vulnerabilidades sociais, relativamente distante das estruturas administrativas e acadêmicas da Universidade, com corpo docente e discente que a todo momento buscava reconhecimento e validação. Como não poderia ser diferente, nosso esforço para criar a Pensata deveria ilustrar tudo isso, pois esse era o cenário da nossa formação.

Seguindo esse tom, nossos encontros para a discussão e o planejamento das ações que culminariam com o lançamento da Pensata na ANPOCS em 2011 foram sempre muito

⁹ Mestra em Ciências Sociais pela UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, pesquisou nas áreas de deficiência, corpo e sexualidade quando esteve vinculada ao GESD - Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência do NAU-USP. Graduada pela Unicamp em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia.

formativos, tanto do ponto de vista pessoal quanto acadêmico. Éramos um grupo muito diverso, oriundos da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política como áreas de interesse inicial, mas estávamos investidos no propósito de dialogar e construir uma Revista que fosse estruturalmente das Ciências Sociais. Em meio ao embate de ideias e posicionamentos, exercitamos a empatia, o diálogo, a paciência, o consenso, às vezes de forma não tão tranquila e exitosa, mas sempre consolidando processos democráticos de tomada de decisão. Seguimos por um percurso de tentativa e erro, ao longo do qual aprendemos um pouco sobre projeto gráfico, direitos autorais, licenças, autorizações, solicitações, burocracias, registros, traduções, realização de eventos, padronização de textos, pareceres, revisões, negociações, aceites e recusas.

Até a data de lançamento da Pensata, em outubro de 2011, foi um ano muito intenso porque, como Alunos de Pós-Graduação que éramos, além da Revista, tínhamos nossos cronogramas de pesquisa, aulas, monitorias, congressos, grupos de pesquisa, trajetos até Guarulhos, famílias, afetos. De tudo isso, selecionei dois pontos para detalhar um pouco mais, pois, a meu ver, ilustram parte dessa complexidade e empreitada envolvida no lançamento de uma Revista por Alunos: o contato com docentes e pesquisadores para composição do Conselho Editorial e para atuarem como pareceristas ad hoc; e a organização dos eventos de lançamento, que aconteceriam, primeiro, no campus de Guarulhos e, em seguida, no 35º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Produção acadêmica no Brasil, especialmente na área de Ciências Humanas, é, em geral, resultado de um esforço voluntário, muitas vezes não reconhecido e circunscrito a um reduzido número de pessoas que pesquisam o mesmo tema ou temas tangenciais. Paradoxalmente, é latente a cobrança por quantitativo de publicações nos processos de avaliação dos órgãos regulamentadores dos Programas de Pós-Graduação, ao mesmo tempo em que há pouco (nenhum) investimento em pesquisa. Era nesse contexto, que nós entrávamos em contato com pesquisadores e professores brasileiros renomados em suas áreas de pesquisa para que, espontaneamente, compusessem o Conselho Editorial da Pensata.

Para a tomada de decisão sobre quem convidar para o Conselho Editorial, consideramos a representatividade dentro das áreas das Ciências Sociais e o vínculo institucional com Universidades espalhadas pelo Brasil. Não pretendíamos reproduzir um

modelo que considerasse apenas pesquisadores do eixo Rio-São Paulo, pois era preciso descentralizar; se nosso lugar de formação era periférico e a Revista dos Alunos dialogava com esse lugar, fazia sentido buscar pesquisadores fora desse eixo já consolidado na produção acadêmica brasileira.

Mediante o contato com esses pesquisadores, foram mais aceites do que recusas, que eram justificadas por razões diversas. A cada aceite, comemorávamos a inserção do nome do pesquisador em uma das inúmeras planilhas que alinhava nosso trabalho, e começava a dar corpo e peso para aquela ideia que se tornava Revista.

O procedimento para o contato com pareceristas ad hoc era um pouco diferente e mais complexo, porque havia a preocupação com uma avaliação justa e coerente dos textos que recebíamos para publicação, e o prazo para essa avaliação nem sempre era o desejado. Dessa forma, cuidávamos para convidar pesquisadores que tivessem afinidade com o tema e que pudessem contribuir, voluntariamente, com seu tempo e conhecimento para avaliar os textos e indicar se deveriam ser publicados, se deveriam ser revistos ou se não deveriam ser considerados para publicação.

Toda essa experiência de contactar pesquisadores e professores em áreas temáticas diversas contribuiu especialmente para a consolidação do nosso objetivo de delinear uma Revista sistêmica e estruturalmente das Ciências Sociais, não fragmentada em nossas áreas de atuação e interesse, seja na Antropologia, na Sociologia ou na Ciência Política. Essa rede de relações que se estabeleceu e que permitiu o lançamento da Pensata exerceu grande impacto em nossa formação, ampliando nosso conhecimento sobre a grandiosidade e a diversidade da área acadêmica brasileira.

Outro ponto de destaque, é o próprio lançamento da Pensata, os passos que antecederam sua realização e a satisfação com a efetiva publicação do primeiro número da Revista. Em 2010, quando nos reunimos pela primeira vez, o formato prioritário dos periódicos ainda era o impresso, o que não era uma realidade para uma Revista de Alunos de Pós-Graduação, por questões de financiamento evidentes, que só ficaram, de fato, evidentes para nós quando nos deparamos com orçamentos e logísticas impossíveis de se realizar. Seguimos com a decisão de lançar um periódico digital e nos organizamos para a realização de 2 eventos de lançamento, o primeiro ocorreria em nosso campus, no bairro dos Pimentas, em Guarulhos; o outro aconteceria no 35º Encontro Anual da ANPOCS. Com apoio financeiro da FapUNIFESP – Fundação de Apoio à Universidade Federal de

São Paulo, para o evento no campus, organizamos uma Mesa Redonda intitulada “Pensata em diálogo: olhares e reflexões sobre o atual cenário dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil”. O professor e as professoras que compuseram a Mesa empreenderam uma discussão muito profícua, problematizando os desafios e as possibilidades inerentes a programas de Pós-Graduação mais sistêmicos, que reúnem áreas diferentes entre si. A nossa proposta de fazer esse primeiro lançamento no campus era eminentemente política, queríamos marcar o lugar da Pensata na Unifesp, na produção acadêmica e voltar os olhares para uma iniciativa de Alunos no âmbito de um Programa de Pós-Graduação, o que era incomum naquele momento.

O segundo evento de lançamento, já no 35º Encontro Anual da ANPOCS tinha o intuito de conquistar maior visibilidade para a nascente Revista, uma vez que esse, arrisco dizer, é o maior evento que congrega cientistas sociais no Brasil. Esse lançamento aconteceu em meio aos stands de editoras, concomitantemente ao lançamento de outras publicações, especialmente livros. A receptividade da Pensata foi ampla, “embora não tivesse versão impressa”, característica ressaltada por algumas pessoas, que não previam a acelerada transformação do mercado editorial, que reúne, hoje, majoritariamente, periódicos em versão eletrônica.

Além de todo aprendizado e de toda experiência impulsionada ao longo da minha atuação na Pensata como membro fundadora da Revista e componente da Comissão Editorial Executiva, a maior satisfação é a continuidade desse projeto. Nosso propósito sempre foi criar uma Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Paulo, que se perpetuasse ao longo das turmas do Programa e que se mantivesse como representante desse lugar de formação legítimo ao qual estávamos reivindicando. A Pensata era idealizada, desde seu início, como um legado para os Alunos da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – EFLCH da Unifesp, campus Guarulhos. Muito obrigada, por isso, a todos e todas que passaram pela Pensata e que contribuíram para a consolidação do saber acadêmico em Ciências Sociais ao longo desses 10 anos de existência!

Em outubro de 2021 a Pensata completa dez anos. Há pouco mais de uma década a revista, ainda sem nome, era um projeto de jovens recém ingressos da primeira turma do curso de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos. As primeiras ideias, se não me falhe a memória, surgiram em encontros no bandeirão, durante o horário de almoço, após às aulas. A vontade de termos uma revista dos alunos era grande, os colegas – Alberto Rabelo, Bruno Puccinelli, Fernanda Silva, Kenya Marcon e Rafael Tauil – alimentavam as ideias com entusiasmo, apoio e muito engajamento, muito dispêndio de tempo para que a primeira revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação se tornasse uma realidade. Nesse primeiro momento, tivemos o apoio e a presença dos colegas Rafaela Fernandes Narciso e Guilherme Tadeu. Embora a Rafaela e o Guilherme não tenham seguido com o projeto, me recordo que, naquela época, suas ideias foram importantes para o grupo que viria a ser a comissão editorial executiva da Pensata.

Foram muitos encontros quinzenais durante as tardes até que o projeto editorial e o primeiro volume do periódico saíssem. Na época, tivemos também o importante apoio do corpo docente e especialmente das docentes Dr^a Cynthia Sarti, então coordenadora do Programa, e Dr^a Gabriela N. Ferreira, vice coordenadora. Naquele tempo, o Campus Guarulhos ainda estava em construção, não tínhamos o prédio que hoje é o principal, e os espaços, muitas vezes, eram adaptados e improvisados. Todo o entorno da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo passava por importantes transformações, a começar pela construção do terminal de ônibus do bairro Pimentas e o surgimento de empreendimentos imobiliários. Nos anos que frequentei enquanto aluna da EFLCH (2010-2012), as mudanças foram significativas: o comércio cresceu e as ruas foram, aos poucos, sendo ocupadas, deixando o aspecto hostil que tivera.

Então foi nesse contexto que nasceu a Pensata. Foram praticamente doze meses de trabalho para que o primeiro número da revista saísse. O lançamento contou com o evento “Identidades e Alteridades nas Ciências Sociais”, uma mesa composta pelo expositor

¹⁰ Doutora (2020) em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio sanduíche (2017) junto ao Centre d'analyse et d'intervention sociologiques (CADIS) da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Mestre (2013) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Graduada - bacharelado e Licenciatura Plena (2011) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP - Araraquara).

professor Drº Marco Aurélio Nogueira (UNESP) e pela debatedora professora Drª Cynthia Sarti (UNIFESP).

Em razão dos problemas de espaço que tínhamos, o evento de lançamento da revista ocorreu no prédio do CEU (Centro Educacional Unificado do bairro Pimentas), que fica ao lado do Campus. Esse evento propôs uma discussão presente na seção “debate” do primeiro número da Pensata. Na ocasião participaram alunos da Pós-Graduação e da Graduação, momento em que nós, membros da Pensata pudemos apresentar o projeto editorial aos colegas da comunidade do campus da UNIFESP-Guarulhos.

A Pensata também foi lançada no 35º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), uma experiência que foi importante para a comissão editorial e, claro, para que o periódico fosse amplamente divulgado na comunidade acadêmica. Na ocasião da viagem para Caxambu-MG, onde todo ano ocorria o encontro, meus colegas e eu discutíamos o futuro da Pensata e sobre a importância do ingresso de novos membros para a continuidade do periódico. O fato é que assim que saiu o primeiro número, muitos alunos da Pós-Graduação se interessaram pela experiência de passar pela revista. Entre a primeira e a segunda publicação, a comissão editorial executiva dobrou o número de membros, mesmo com a saída de três colegas que trabalharam no projeto inicial.

A experiência do segundo número foi bastante diferente da primeira, sobretudo porque tínhamos uma comissão maior, quinze alunos no total, sendo que a tarefa de passar a estrutura e trabalho ficou ao encargo dos colegas Alberto Rabelo, Rafael Tauil e a mim. Esse segundo momento foi muito interessante para a revista e para nós que havíamos começado do zero, porque a entrada de novos membros permitiu maior intercâmbio e novas perspectivas e ideias para a Pensata. A segunda formação do corpo editorial era bastante equilibrada entre as áreas que compõem as Ciências Sociais e com trajetórias bastante distintas.

No primeiro número a Pensata contava com seis artigos, uma entrevista com o antropólogo e professor doutor Júlio Simões (USP), realizada por Bruno Puccinelli; uma tradução; duas resenhas e a seção debates. Essa publicação reuniu trabalhos que transitam pelas três áreas das Ciências Sociais, tendo como ponto de intersecção o debate sobre os desafios das Ciências Sociais no Brasil. O segundo número manteve a estrutura das seções, sendo o marxismo latino-americano o núcleo do debate obtido por meio de entrevista

realizada com o professor doutor Michael Löwy. Outro ponto que eu não poderia esquecer foi a questão estética da revista. O design se manteve ao longo dos volumes e foi uma das questões de grande relevância desde o início, pois se tratava de parte da identidade da Pensata, era uma preocupação que tínhamos na época em que o site foi construído. Alberto Rabelo trabalhou bastante nessa parte.

Hoje, a história da Pensata se mescla com a história do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, cumprindo com um de seus objetivos, o de contribuir para a formação da identidade do Programa de Pós-Graduação enquanto importante espaço de diálogo, debate e reflexão crítica entre as linhas de pesquisa do Programa que transitam pela Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Parte desse aspecto também se deve ao fato de a revista ter acompanhado todas as turmas que passaram e ainda as que passarão pelo curso de mestrado e agora também pelo doutorado em Ciências Sociais da EFLCH.

A comemoração de aniversário da Pensata é uma grande alegria porque significa que nesses dez anos tivemos muita dedicação coletiva para manter o projeto nascido de uma vontade coletiva. Para além das funções de um periódico acadêmico, isto é, do registro e diálogos, a circulação de ideias, a divulgação de resultados de pesquisas e projetos, a revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP certamente se tornou, desde seu início, parte da formação acadêmica de seus estudantes. Afirmo por experiência própria e acredito que meus colegas também tenham aprendido muito com a vivência do trabalho editorial e de outras exigências da Pensata.

Por fim, não poderia deixar de dizer que todo esse processo só foi possível graças à ação política de programas como o Reuni, plano de expansão das universidades federais, criado em 2007. Nesse sentido, é seguro afirmar que a Pensata e todos os projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na EFLCH contaram com recursos do Reuni. A pensata é, portanto, um resultado, entre muitos outros, da política pública de investimentos na educação pública brasileira. Um resultado que espero que siga prosperando por muitos anos.

Melvina Afra Mendes de Araújo¹¹

O convite para escrever este texto trouxe consigo uma avalanche de sensações. Ele me fez reviver momentos importantes da constituição do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS, dentre os quais se destacam as discussões para criação de uma revista dos alunos do programa.

Depois de um longo período envolvidos com a elaboração de um projeto de pós-graduação e com a busca de condições para que fosse desenvolvido, chegáramos ao momento de implantar nosso mestrado. Em meados de 2010 selecionamos os 14 alunos que comporiam nossa primeira turma. Talvez contaminados pela atmosfera entusiasta que marcava a inauguração do PPGCS, esses alunos assumiram o desafio de participar efetivamente da construção do programa. Organizaram eventos, minicursos voltados para os alunos de graduação – a relação entre pós-graduação e graduação é importante suscitar nos mais jovens o gosto pela pesquisa e pela vida acadêmica – e pensaram na criação da revista.

Talvez pelo fato de que tinha experiência editorial, fui convidada por um grupo de alunos para participar das primeiras discussões sobre o projeto editorial. Ficamos – eu e os demais docentes do programa – encantados com a ideia esboçada e me coloquei à disposição para ajudar no que fosse necessário. No entanto, após dar as primeiras noções sobre o projeto editorial, minha ajuda não foi mais necessária. Eles voaram com as próprias asas e souberam envolver alunos das turmas subsequentes no processo de elaboração e manutenção da revista.

Nascida da iniciativa de alunos da nossa primeira turma de mestrado, a Pensata surgiu com a proposta de veicular temas, debates e preocupações que perpassam as ciências sociais contemporaneamente. Nos dois primeiros números a revista apresentou uma sessão de artigos, debate, entrevista e resenhas; a partir do terceiro número foi acrescentada uma sessão, “dossiê” e, em alguns números, há também uma sessão dedicada à publicação da tradução de um texto importante para os cientistas sociais – em germe ou já amadurecidos.

Ao longo desses 10 anos a Pensata foi ganhando cada vez mais robustez, o que lhe possibilitou ocupar um lugar entre os periódicos mais bem avaliados do gênero, e é com

¹¹ Doutora em antropologia pela Universidade de São Paulo, professora associada do departamento de ciências sociais da Universidade Federal de São Paulo, pesquisadora associada ao Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa - Cebrap.

enorme satisfação que comemoramos seus 10 anos.

Juliana Carvalho¹²
Jéssica Ronconi¹³
Ingrid Possari Cia¹⁴
Wilver Portella¹⁵

Em outubro de 2021 a Pensata completou 10 anos e neste artigo, nós, atuais membros da Chefia Editorial, gostaríamos de dividir brevemente a nossa experiência durante os últimos anos. Concebida pelos alunos da primeira turma do mestrado em Ciências Sociais do PPGCS da Universidade Federal de São Paulo – alguns dos quais gentilmente aceitaram nosso convite para participar dessa seção especial – o periódico tinha como objetivo principal ser uma Revista Escola. Gerida desde o começo apenas por discentes, ainda que contando com o apoio dos professores e do departamento como um todo, a proposta era que jovens pesquisadores tivessem contato com o processo editorial e que pudessem aprender com ele. Sendo as publicações científicas tão importantes para a carreira acadêmica, os conhecimentos adquiridos pelo trabalho na revista certamente beneficiaram aqueles que fizeram parte da Pensata. Algumas coisas mudaram ao longo destes 10 anos, mas o projeto inicial que deu luz à revista permanece o mesmo. Somos uma Revista Escola cujo corpo editorial é composto apenas por estudantes, notadamente do PPGCS, tanto do mestrado quanto do doutorado. Além disso, a Pensata também tem o compromisso de publicar artigos de alunos de graduação, um diferencial em relação a muitas revistas científicas, como forma de incentivar a entrada de jovens pesquisadores no mundo das publicações acadêmicas.

¹² Doutoranda em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-USP), mestra e graduada em Ciências Sociais pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP). Atua na área de Ciência Política Brasileira e Política Comparada, com ênfase em instituições políticas.

¹³ Mestranda em Ciências Sociais na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UNIFESP. Possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018) e graduação em Abi - Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (2018). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura e Sociologia dos Intelectuais.

¹⁴ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Ciências Sociais (2018), com habilitação em Antropologia (2016), pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹⁵ Doutorando pela em Ciências Sociais Unifesp-EFLCH, mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição (2018), bacharel e licenciado em Ciências Sociais também pela mesma instituição (2016). Foco nas áreas de sociologia da educação, da cultura, das elites, da medicina e da ciência.

Com este espírito conduzindo a revista, pudemos viabilizar algumas mudanças desde aquela primeira edição publicada em 2011 para que a Pensata crescesse e tivesse um papel mais central dentre os periódicos nas áreas das Ciências Sociais. Atualmente, a revista está mais profissionalizada, graças aos esforços de vários órgãos da UNIFESP e de muitas mãos que juntas, e não sem algumas resistências, criaram e atuam na manutenção do nosso Portal de Periódicos, que abriga todas as revistas científicas da universidade. Neste artigo, nosso objetivo é dividir, brevemente, nossa experiência ao longo dos últimos anos na gestão da Pensata, de maneira a compartilhar os desafios e, porque não, as alegrias de gerir uma revista acadêmica independente e unicamente comandada por alunos. Ao refletir sobre os últimos anos da Pensata, notamos que a participação na revista sempre envolveu uma diversidade de atividades e benefícios a toda a comunidade acadêmica, e em particular, aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que podem sempre reencontrar antigos colegas que eram engajados em outras iniciativas acadêmicas como parte do corpo editorial da revista, participando também do gerenciamento geral, da organização das seções especiais ou da atividade mais árdua do periódico, a editoração de artigos.

2011

Primeira Edição da Pensata

v1. n.1

Debates: "Identidades e alteridades nas Ciências Sociais"

2012

v1. n.3

Dossiê: "A universidade do nosso tempo"

2014

v3. n.2

Debates: "Rolezinhos"

2015

v4. n.2

Debates: "Periódicos das Ciências Sociais"

2016

v5. n.2

Dossiê: "Crise política e corrupção"

2018

v7. n.1

Dossiê: "Religião, Gênero e Esfera Pública"

2020

v9. n.1

Nova identidade visual da Pensata

Dossiê: "Diálogos etnográficos: sobre uma experiência didática"

2021

v10. n.1

Debates: "Políticas neoliberais e o fazer acadêmico-científico: perspectivas e entraves educacionais no século XXI"

2012

v.1 n.2

Debates: "História do Marxismo Latino-Americano"

2013

v.3 n.1

Dossiê: "O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano"

2014

v.4 n.1

Dossiê: "Sexualidades possíveis"

2016

v.5 n.1

Dossiê: "VIII Semana de Ciências Sociais da UNIFESP"

2017

v.6 n.1

Dossiê: "Dossiê: 10 anos de VISURB"

2019

v.8 n.1

Edição Especial: "II Semana da Pós Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP".

2020

v.9 n.2

Dossiê: "Gênero, Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico"

2021

v.10 n.2

10 anos de Pensata

Seção Especial de 10 anos da Pensata. Dossiê: Pandemia, precarização e desigualdades

Um breve relato dos últimos cinco anos.

Este artigo, escrito a quatro mãos, conta a experiência dos últimos cinco anos de Pensata, a partir da perspectiva dos atuais editores chefes, que entraram na revista em momentos distintos, de maneira que as primeiras impressões e sentimentos relacionados aos primeiros anos da revista podem ser consultados nos relatos apresentados nesta seção. A ideia é apresentar como se deu o fluxo de trabalho durante essa meia década, e como mudanças importantes ocorridas neste período foram essenciais para que a Pensata possa continuar se consolidando e crescendo enquanto periódico.

Tão logo as primeiras edições foram publicadas e os desafios iniciais superados, a revista passou a desenvolver seu próprio fluxo de trabalho: a princípio, após uma edição anual, os editores "novatos" se tornavam "veteranos" e assumiram a direção da Pensata, bem como o gerenciamento do fluxo de artigos enviados e das seções temáticas (a saber, a Debates e o Dossiê), enquanto os antigos veteranos deixavam de ser parte do corpo editorial - haja visto que também terminavam sua passagem pelo PPGCS. Os novos ingressantes do programa, por sua vez, deveriam compor um novo grupo encarregado da editoração dos artigos que seriam publicados na próxima edição. Contudo, em virtude do período de tempo relativamente curto do programa de mestrado (dois anos) e a concomitância com diversas outras atividades relativas à pesquisa e todas as burocracias envolvidas neste processo, a revista lutava por sua sobrevivência a cada fase desse processo constante de troca do corpo editorial. Os novos alunos que entravam na revista herdavam a forma de funcionamento com seus vícios e virtudes e tinham que se deparar com a necessidade de aprender rapidamente atividades desconhecidas até então: editoração, design, diagramação, gestão das redes sociais da revista, gestão do site, gestão dos arquivos da revista, fluxo de comunicação, entre outras diversas funções que compõem nossa rotina de funcionamento. Porém, tendo em vista que os editores mais experientes logo deveriam deixar a revista, havia pouco tempo para que se pudesse desenvolver um sistema que funcionasse de maneira perene.

Em um desses processos de passagem da direção da revista das mãos dos antigos veteranos aos estudantes recém-chegados ao programa, decidiu-se por não seguir com as atividades da revista. Neste período que durou de dezembro de 2017 até meados de 2018, a Pensata ficou "sob a guarda" de apenas um estudante do programa que, apesar da simpatia pelo projeto original da revista, não tinha experiência com editoração e não poderia seguir

sem a ajuda de outros alunos. Houve então o hiato da Pensata e a revista ficou um período sem novas publicações até junho de 2019, quando uma nova edição foi lançada de maneira retroativa como edição de 2018. Coube ao estudante que permaneceu buscar nas turmas de novos ingressantes do PPGCS interessados na tarefa de reestruturar a revista e colocá-la em funcionamento, e foi nesse momento que entraram na revista os membros mais antigos que compõem o corpo editorial nos dias atuais. Ainda que inspirados por esta revitalização, a Pensata ainda descansou durante um período, enquanto a nova equipe organizava os processos de funcionamento da revista, ancorado em normas para cada procedimento e tarefa editorial de modo a facilitar a vida dos futuros editores.

Desta forma, em 2018, a revista passou por um processo de “renascimento”: depois de um período sem novas edições e com um baixo fluxo de artigos recebidos, a equipe editorial empreendeu esforços para retomar a circulação da revista, entre outras coisas, na divulgação das chamadas para publicação de artigos. Essa nova equipe da Pensata começava a retomar as rédeas de maneira a garantir uma publicação frequente e de qualidade, quando uma oportunidade de expansão e profissionalização foi apresentada aos editores chefes da época.

A inserção da Pensata no Portal de Periódicos da UNIFESP

Em meados de 2019, a CRBU (Coordenadoria da Rede de Bibliotecas da Unifesp), instituição responsável pela organização das bibliotecas de todos os campi da UNIFESP, iniciou os primeiros contatos com a Pensata para a migração da revista do ambiente wordpress, onde todas as edições antigas estavam alocadas, para a plataforma OJS, responsável por gerenciar diversos periódicos de grande porte e importância ao redor do mundo. A ideia seria alocar em um só domínio, todos os periódicos produzidos pela UNIFESP, em qualquer um dos campus e cursos, sendo as revistas geridas por alunos e/ou professores. Uma série de reuniões foi realizada, de maneira a acertar os detalhes, até que o Portal finalmente estivesse disponível para todos. Essa oportunidade representou para a Pensata um avanço inenarrável, pois permitiu a concentração, em um mesmo sistema, de submissões, de avaliações, da publicação final dos artigos e das edições completas. Também possibilitou, a todos os editores da revista, a experiência de ter acesso a um sistema de submissões e de organização até então não utilizado pela Pensata, mas que há muito tempo era o sistema principal adotado por grandes revistas. Essa experiência foi benéfica em dois sentidos: em primeiro lugar, organizou os trabalhos do nosso periódico em apenas uma

plataforma, possibilitando que todos os editores tivessem acesso a todos os artigos e ao fluxo que os envolvia, tornando a resolução de problemas ainda mais ágil, e, por outro lado, possibilitou aos editores que estes adquirissem experiência em manejar o sistema de submissão, tornando assim também o seu trabalho como pesquisador mais facilitado, haja visto que conhecer os passos necessários para uma boa submissão já é parte do caminho a ser percorrido para a publicação de um texto. Desde a inserção da Pensata como parte do Portal de Periódicos, já recebemos 125 textos por meio de submissão na plataforma, o que representa um crescimento que, mesmo com os esforços de revitalização da revista há alguns anos atrás, ainda não havíamos alcançado.

É importante destacar também que a inserção da Pensata na plataforma OJS e a parceria constante com a CRBU também proporcionaram cursos de formação, workshops com os desenvolvedores do Portal de Periódicos e uma equipe de técnicos sempre disponível para sanar nossas dúvidas quanto ao funcionamento do sistema. Dito isso, sem dúvidas acreditamos que o crescimento que a revista tem alcançado nos últimos dois anos se deve em grande parte pela profissionalização possibilitada pela inserção da Pensata no Portal de Periódicos, que agilizou os processos e permitiu que pudéssemos desenvolver fluxos de trabalho mais adequados para as avaliações dos manuscritos que recebemos. Ademais, não podemos esquecer outro fator importante para que tenhamos conseguido manter a periodicidade das edições: o trabalho conjunto de diversos editores ao longo dos últimos tempos na tarefa de divulgação da Pensata nas redes sociais. Através delas, temos alcançado cada vez mais pessoas através das frequentes publicações dos artigos enviados para a revista.

Um futuro para a Pensata

Este olhar sobre o passado permite vislumbrarmos o futuro da Pensata. Hoje enxergamos caminhos muito promissores, e os próximos passos serão buscar cada vez mais a internacionalização da revista sem perder sua característica de Revista Escola, e, ao mesmo tempo, expandir a divulgação do periódico para o maior número de pessoas possível. Seções como a Debates e a Pensata Convida compõem a ferramenta principal para alcançar esses objetivos, na medida em que nos possibilitam ter publicados em nossa revista textos de grandes nomes das Ciências Sociais no Brasil e no mundo. A reformulação do Dossiê - cujo novo formato está apresentado pela primeira vez nesta edição - também tem por escopo aumentar e diversificar as fontes de contribuição da revista; ou seja, nossa ideia é

que as publicações não sejam endógenas, e que possamos publicar sempre textos de autores e autoras das mais diversas universidades, departamentos, cidades, estados e países.

Por fim, o presente texto, escrito pela atual Chefia Editorial, mas com o objetivo de representar todos e todas que compõem o corpo editorial desta edição, busca tornar público o nosso mais profundo agradecimento aos responsáveis pela criação da Pensata, há dez anos atrás, e também a todos e todas que colaboraram em algum momento com a revista, seja como autores, pareceristas, organizadores, membros do comitê editorial e estudantes de pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP que atuaram e atuam no corpo editorial da revista. Não poderíamos deixar de agradecer também ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), cujos professores sempre foram entusiastas do trabalho da Pensata. Citar nomes aqui seria injusto, mas se em algum momento você contribuiu com a Pensata, fica aqui o nosso muitíssimo obrigado.

Vida longa à Pensata!

Referências

BLASS, L.M.S. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. (Estilo: Texto das Referências Bibliográficas, com o nome da obra em itálico)

BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRANDÃO, O. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

CARONE, E. *As Origens da III Internacional Comunista*. Revista Estudos de Sociologia. Araraquara, Vol. 5, n. 08. 2000.

DECCA, M.A.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERREIRA, N. *A imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.

GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008.

HEDLER, M. S. D. *Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*. Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada a Unicamp, 1982.

HOBBSAWM, E. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEDO, A. *Carta de Américo Ledo [Astrojildo Pereira] para Saulo [Paulo de Lacerda]*. Moscou, 08/08/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).

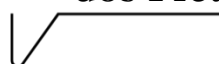
LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012

LESSA, S. *Cadê os operários?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

PZEWORSKI, A. *A social-democracia como fenômeno histórico*. Revista Lua Nova, São Paulo, Vol. 4, n. 03, P. 104. Julho/setembro. 1984.

VITORINO, A.J.R. *Processo de trabalho, sindicalismo e reforma técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada a Unicamp, 1995.

Tambor de crioula: herança, comunicação e resistência no Território quilombola Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim/MA



Dayanne da Silva Santos¹
Joércio Pires da Silva²
Luis Eduardo da Silva Costa³

Resumo

Neste ensaio visual buscamos mostrar a importância do tambor de crioula como instrumento de resistência no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão, Brasil. As fotos foram tiradas em abril de 2021, nela compartilhamos a produção de uma liberdade cotidiana que vem da força e das conexões estabelecidas com o tambor, que é um guia/ator importante da defesa do território e do corpo dos quilombolas. “O tambor como herança dos pretos é o alimento da alma, algo que sustenta o ser, pois até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar”, ele assume distintos significados, bem como ele é usado pelos moradores como instrumento de luta em momentos de manifestações e enfrentamentos postos pelo Estado e por grandes empreendimentos.

Palavras-chave: quilombos; corpo; resistências; tambor de crioula.

¹ Mulher negra, ativista, poetiza e de terreiro. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) - lavignedayanne@gmail.com

² Quilombola, mestre em Cartografia Social da Amazônia pela UEMA e membro Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) - 8leleco8@gmail.com

³ Discente de graduação no curso de Ciências Sociais da UFMA; Integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) – luiseduardosjp@gmail.com

Abstract

In this visual essay we seek to show the importance of the creole drum as an instrument of resistance in the quilombola territory Santa Rosa dos Pretos, located in the municipality of Itapecuru-Mirim, State of Maranhão, Brazil. The photos were taken in April 2021, in which we share the production of a daily freedom that comes from the strength and connections established with the drum, which is an important guide / actor in the defense of the territory and the body of quilombolas. “The drum as an inheritance of the blacks is the food of the soul, something that sustains the being, because even those who are sick when they hear the sound of the drum, get up and go to play”, it assumes different meanings, as well as it is used by the residents as an instrument of struggle in moments of demonstrations and confrontations put forward by the State and by large undertakings.

Keywords: quilombos; body; resistances; Creole drum.

Introdução: Santa Rosa dos Pretos

Atualmente existem em todo o Brasil, segundo dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), “1.691 terras quilombolas em processo, 129 terras quilombolas tituladas, 52 terras quilombolas parcialmente tituladas e 85% terras sem relatório de identificação⁴”. No Maranhão, existem segundo a Fundação Cultural Palmares⁵ 713 comunidades quilombolas reconhecidas sendo que somente 518 possuem certidões de comunidades remanescentes de quilombos no estado. Já segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP) na portaria nº 126/2019, publicada no Documento Oficial da União (DOU) de 18/07/2019 existem 816⁶ comunidades remanescentes de quilombos. No município de Itapecuru-Mirim segundo dados da União das Comunidades Quilombolas Rurais de Itapecuru-Mirim (UNICQUITA) existem 70 comunidades quilombolas reconhecidas e outras em processo de reconhecimento.

A região de Itapecuru-Mirim constituiu-se numa zona de intensa produção de algodão, café, açúcar, a partir do trabalho escravo. Contando com a facilidade do escoamento dos produtos via rio Itapecuru a região contou assim com dois itens necessários para os seus primeiros traços de urbanização. Desde 1950 pela rodovia/BR 135 e desde 1985 via Ferrovia Carajás. Muitos grupos negros permaneceram sobre as terras no pós-abolição (século XIX). O declínio das fazendas de

⁴ Informações disponíveis em: < <http://cpisp.org.br/> > Acesso em 19/06/2019.

⁵ A Fundação Palmares é o órgão federal encarregado de emitir a Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombo e, desta forma, passa a reconhecer legalmente que aquela comunidade e o território que ocupa têm relação com os antigos quilombos de escravos. Com a certidão a comunidade quilombola passa a ter direitos e amparos legais assegurados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que se referem à defesa e à valorização do patrimônio cultural brasileiro e afro-brasileiro e à obrigação do poder público em promover e proteger estes patrimônios culturais. Informações disponíveis em: < <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/direitos-humanos/fundacao-palmares-certifica-mais-de-30-comunidades-quilombolas> > Acesso em: 19/07/2019.

⁶ Informações disponíveis em: < http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 > Acesso em 26/07/2019.

algodão no Maranhão teria favorecido a emergência de processos de autonomia dos grupos negros e de afirmação territorial com a formação dos quilombos.

A partir da década de 1950, uma série de processos sociais de expropriação das terras foi enfrentado pelos grupos negros/quilombos no município de Itapecuru-Mirim. A fragmentação inicial das terras a partir da disputa com o posseiro abriu espaço para negociações antes inexistentes sobre o território. Instalaram-se fazendeiros de grande porte, que cercaram as terras e negaram o acesso a áreas importantes para a sobrevivência do grupo (como as áreas de lavouras). Muitas lutas foram empreendidas contra fazendeiros, no entanto, a perda territorial aconteceu.

A historicidade de Santa Rosa dos Pretos está relacionada à vinda de sete famílias para o trabalho escravo na Fazenda Santa Rosa que até 1898 pertenceu a Joaquim Raimundo Nunes Belfort (1820-1898), o Barão de Santa Rosa. Segundo o guardião Paulo Lionel, o Barão deixou a em testamento a fazenda Santa Rosa de herança para Américo, filho do Barão, com uma senhora que havia sido escravizada, a senhora América e para os pretos que o serviram como escravizados.

Nesse contexto, Santa Rosa dos Pretos é um dos territórios quilombolas do Estado do Maranhão historicamente marcado pela escravidão e drasticamente afetado por três (3) linhões de energias, fazendeiros, uma (1) rodovia/Br 135 em duplicação desde 2017, duas (2) Estradas de Ferro Carajás e uma (1) ferrovia Maranhão – Teresina. Para o Estado importante corredor de exportação de commodities para o desenvolvimento econômico do Brasil (BRUSTOLIN; DOS ANJOS; SANTOS, 2018).

Mesmo sufocado pelos grandes empreendimentos Santa Rosa dos Pretos é um grande território negro/quilombola, com 20 quilombos dentro do mesmo território, sendo que existe um quilombo dentro desse território que recebe o mesmo nome do território. O território é composto por mais de 800 famílias e por uma grande e rica rede de parentesco que são marcados pelos casamentos e apadrinhamentos dentro do próprio território ou com os quilombos/territórios vizinhos, situados no município de Itapecuru-Mirim.

Santa Rosa dos Pretos é também uma categoria de luta fruto do processo de afirmação e valorização de uma identidade negra que tem como fortaleza a luta dos mais velhos (guardiões) e a inspiração das ancestralidades⁷. “Dos Pretos” é também uma categoria que vem se reconfigurando e faz parte do reconhecimento dos negros e negras que foram escravizados pelos Belfort (senhores de engenhos), mas, que continuaram, reexistiram às chibatas e maus tratos e hoje estão reexistindo à modernidade/colonialidade. Aquelas famílias que descendem dos escravizados que não tem o sobrenome de “Belfort” é porque se reconheceram enquanto grau familiar, filhos

⁷ Tudo aquilo que se transformou em fortaleza, pois os próprios guardiões se encantaram na luta e se transformaram em fortalezas.

de escravizados, que foram arrancados da mãe África e tinham o sobrenome de Pires e não do Barão, é o caso da família de seu Libânio Pires, guardião, importante liderança na comunidade e um dos nossos principais interlocutores.

Itapecuru-Mirim é um grande território de negros que conseguiram se aquilombar, constituíram famílias, preservaram os tambores, as festas e reorganizaram a forma e uso da terra. Trabalhando em coletividade por muito tempo viveram em uma terra sem cercas, os limites e a gestão do território em Santa Rosa dos Pretos ficavam a cargo dos mais velhos, que se reuniam para decidir formas de uso e ocupação das terras de preto (SANTOS, 2019, p. 44)

Desde 2005 as/os quilombolas lutam junto ao Instituto Nacional de Regularização e Reforma Agrária (INCRA/MA) pela titulação definitiva de seu território, em 2008 se consegue o Laudo Antropológico, que só tramita juridicamente depois da ocupação de 2014 nos trilhos da Estrada de Ferro Carajás⁸ e da ocupação em 2015 do INCRA/MA, ambos seguidos de greve de fome. Em 2015 se consegue o termo de desapropriação em nome dos/as quilombolas, mas até janeiro de 2022 a titulação nunca ocorreu. Nesses espaços de luta pelo território quilombola o tambor de crioula sempre está presente e é presença da força dos quilombos em todo o Brasil.

O tambor de crioula é uma tradição viva e é passado de geração a geração em dias/noites de festa/festejos ou promessas dentro de Santa Rosa dos Pretos. Desde crianças as/os quilombolas participam das rodas (dançam, cantam, tocam, rezam etc), assim, é na relação cotidiana com o tambor que ele (território quilombola) permanece vivo e se ressignifica ao longo dos tempos, sem nunca deixar de ser força e fortaleza para as/os quilombolas.

Muito além de dança, religião, e cultura negra, o Tambor de Crioula genuinamente maranhense é feito nos quilombos como uma forma de afirmação de sua ancestralidade, de sua resistência e, sobretudo de seus valores e anseios, é onde os quilombolas expressam seus sentimentos, constroem e reconstroem seus vínculos familiares e comunitários em defesa de direitos e do fortalecimento das suas potencialidades.

O tambor de Crioula é descrito pelos quilombolas como: “o alimento da alma”, “algo que sustenta o ser”, pois “até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar”. A partir da fala dos interlocutores entendemos o Tambor como instrumento de fortalecimento, de luta, e, como destaca Dona Dalva, de comunicação:

“O tambor ele mexe com nós. O tambor é uma comunicação, que nós se comunica, por exemplo, se nós estamos aqui na Santa Rosa e nós vamos para Filipa, então o povo da Filipa vem para cá, para Santa Rosa, é uma comunicação que nós temos. Se comunicando com outras pessoas

⁸ Mais informações em: < <https://theintercept.com/2018/08/13/vale-quilombos-maranhao/> >. Acesso em: 10/01/2022.

chamando na roda, vamos dançar. Punga na mulher, trás para roda e dali em diante a gente fica unido, nós somos unidos por essa forma do tambor, porque o tambor de crioula é uma coisa de nós pretos.” (SILVA, 2019, p. 75).

Nesse sentido, o tambor revela expressões de luta que permitem pensar em processos políticos de enfrentamento frente às expropriações de terra a partir do fortalecimento dos valores étnicos e culturais do grupo, que permitem vínculos, relações e busca de caminhos para a reconstrução contínua da conquista da autonomia e da segurança territorial que o testamento e o laudo antropológico, por si só, nunca garantiram. O tambor aparece dessa forma, como elemento central de enfrentamento aos desmontes e às mazelas impostas diariamente aos quilombolas, ao mesmo tempo em que é alimento/força para corporaneidades não brancas. Mais que uma expressão cultural, o tambor de crioula é uma das forças políticas dos/das quilombolas do território quilombola de Santa Rosa dos Pretos ontem, hoje e amanhã na costura de futuros possíveis.

1. Queimei canavial: O tambor é uma comunicação

Pensar a realização de uma etnografia visual do quilombo de Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim no estado do Maranhão é narrar a produção da liberdade desde o lugar de potência da margem. A escuta, e o sentir os quilombos restitui mundos de guerra e assegura humanidades para além do ideal de humano Ocidental imposto nas relações sociais e de poder na constituição da sociedade brasileira.

Santa Rosa tem história, aqui é um lugar com muitos acontecimentos, desde pequeno meus pais me contavam as histórias desse lugar e assim eu fui aprendendo, aqui era uma fazenda onde teve trabalho escravo, senzala e essas coisas, os pretos aqui não tinham vez, mais sempre resistiram e isso é que estamos aqui”. (Trecho de entrevista do Sr. Paulo Leonel no dia 12.12.2018).

O tambor de crioula quando “dançado a coice e tocado a murro” fortalece os corpos não brancos na luta diária contra uma escravatura antiga, o racismo. O tambor revela aos oprimidos um universo de possibilidades analíticas para falar sobre identidade, resistência e territorialidade, que trazem nas cantigas de roda/ as toadas/músicas o cotidiano da vida dos Quilombolas, o trabalho na roça, nas marombas (mutirões), a produção dos alimentos de consumo e de renda, as brincadeiras, as conversas de quintais, as festividades e, as sobretudo, a vivência quanto ao ser quilombola desde o sentir a força dos ancestrais na proteção e luta para permanecer no território

quilombola historicamente ameaçado por políticas/projetos desenvolvimentistas, que expõe a necropolítica em curso.

Contudo aqui buscamos compartilhar imagens de uma roda de tambor, onde o toque fundamenta as palavras aqui narradas, os sentidos e as relações/conexões que o tambor fornece estão centrados nas articulações/ forma de defender e permanecer no quilombo. Uma roda é um momento importante de produção de conhecimentos, nela se debate sobre políticas, religião, cultura, tradição, etc., se canta sobre quais foram e são os processos usados pelos negros como forma de resistência e enfrentamento a colonialidade em curso, bem como eles se constituíram enquanto Quilombolas e as lutas que travam para serem reconhecidos.

Ao falar sobre o Território Santa Rosa dos Pretos, falamos de um lugar “único”, encantado, repleto de lutas que traz em suas manifestações culturais a essência de sua resistência antiga e centrada na resistência das pretas/pretos que lutaram antes. A noção de resistência cultural, discutida por Amílcar Cabral (1969), juntamente com essa perspectiva de processos de resistência disseminados no cotidiano dos sujeitos submetidos ao regime escravista, nos permite avançar no debate sobre o tambor como um lugar político e epistemológico importante para o povo negro existir.

2. O tambor como guia do território

O Tambor está associado à força e resistência, como destacou seu Libânio Pires, liderança quilombola e ancião da comunidade Santa Rosa, em entrevista em setembro 2016 - “O tambor pra nós negros é uma segurança de vida. O negro não poderá se separar da sua maior herança. O tambor é uma afirmação da nossa identidade. Ninguém resistia ao que o negro resistiu branco nenhum resiste, não é a toa que você toca tambor a noite inteira e você não sente nada”.

Nesse sentido esperamos ampliar as narrativas sobre a produção da liberdade desde o bailar dos pés em conexão corpo-natureza centrada na força da matriz-africana dentro do quilombo as conexões possíveis no entendimento político e ontológico do tambor como uma entidade/ator importante para abertura de espaços de fala e de visibilização do povo negro desde os quilombos para a sociedade brasileira como um todo.

As fotos foram registradas em abril de 2021 (tempo de pandemia mundial, agravada pela Covid-19 e simbolizam estratégia outras de resistir e tecer cura diante das intensas desigualdades impostas ao povo negro no Brasil. Optamos em não colocar legendas nas

fotos para que a leitora/or possar baíar conosco em reflexões do sentir que são ubuntu, dinâmicas e dissidentes, mas comunicação que nos quilombos todos são uma força importante, aqui destacamos as lideranças de linha de frente: Maria Dalva Pires da primeira foto, cantando com ela Anacleto Pires, no tambor grande Elias Belfort e na fogueira, Joércio Pires, filho de Anacleto Pires, neto de Libânio Pires, semente de uma força que passa de geração a geração queimando canaviais e arrebatando as correntes do racismo sobre os corpos e territórios negros.

3. Ontologias negras visuais⁹

“O tambor é uma afirmação da nossa identidade. Ninguém resistia ao que o negro resistiu branco nenhum resiste, não é a toa que você toca tambor a noite inteira e você não sente nada” (mestre e liderança quilombola Libânio Pires).

A toada expressava e expressa tudo aquilo, que os quilombolas sentiam/sentem diante de tantos maus tratos coloniais:

*Queimei canavial,
Queimei canavial,
No romper da madrugada
Eu queimei canavial”.*

A letra dessa toada, trazia consigo a lembrança de um passado de dor, onde mesmo assim, os negros se rebelavam contra o sistema vigente da época, quando em plena madrugada eles tacavam fogo nos canaviais dos senhores, como um ato de insurgência e rebeldia. Atualmente o “canavial” está expresso na figura do Estado e dos grandes empreendimentos em curso no Brasil que seguem uma lógica de morte para corpos não brancos, o desenvolvimento econômico.

⁹ As imagens que usamos neste trabalho foram feitas em contexto de pandemia mundial provocada pela Covid-19 e com elas fizemos o registro de um vídeo curta metragem que conta um pouco a história e importância do tambor para as/os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos. Segue o link de acesso ao curta: <https://www.youtube.com/watch?v=gZJz2QFs45Q&t=314s>

Os tambores desde as senzalas fortalecem os corpos de pretas e pretos, esses por sua vez são instrumentos políticos e interpelam a sociedade brasileira como um todo. Assim, os tambores são guias e guiam os/as quilombolas na luta pela titulação definitiva de seus territórios, além de ser esse lugar de encontro e reencontro para os povos da diáspora, dede o Atlântico para o Continente, nas rodas somos múltiplos, comunidades e seres políticos ancestrais que cantam, dançam/baiam, tocam, gingam na produção de movimentos contra-coloniais na libertação da mente, corpos e territórios.











Referências

BRUSTOLIN, Cíndia; DOS ANJOS, José Carlos Gomes; SANTOS, Dayanne da Silva. Um corredor para exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. (Orgs.) **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUFMA, 2018.

SANTOS, Dayanne da Silva. **NÃO SE PODE ENTRAR EM TERRA DE ENCANTADO SEM PERMISSÃO: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (ItapecuruMirim/MA)**. São Luís/MA,

UFMA, 2019 Dissertação do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFMA.

SILVA, Anacleto Pires da. **Resistência e Trajetória de Luta pela Regularização Fundiária do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos** / Anacleto Pires da Silva – Bacabal, 2017.

SILVA, Anacleto Pires da. SANTOS, Dayanne da Silva. **TERRA DE ENCANTADOS: a luta pela permanência no território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA)**. São Paulo: Hucitec, 2020.

SILVA, Joécio Pires da. **O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: UMA ANÁLISE SOBRE O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SANTA ROSA DOS PRETOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPCSPA/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia. São Luís, 2019.

Olhando ao redor: estabelecendo relações em um mundo multiespécie



Thiago Luz¹
Andressa Caroly²

Resumo

O presente trabalho, de caráter experimental, busca refletir sobre as relações que humano e não-humanos estabelecem ao longo de suas existências. Para tanto, apresenta uma série de 12 fotografias nas quais pode-se observar diferentes encontros multiespécies ocorridos entre os autores e distintos não-humanos. A ideia central, desse modo, é visibilizar tais encontros que rotineiramente se realizam, mas, frequentemente, são ignorados. Esse ensaio visual busca, também, estabelecer um diálogo com autores e autoras das Ciências Sociais e suas proposições sobre os entrelaçamentos das vidas terrestres de modo a tentar desestabilizar proposições demasiadamente antropocêntricas.

Palavras-chave: estudos multiespécies; relações humano-animal; entrelaçamentos; antropologia.

Abstract

This experimental work seeks to reflect on the relationships that humans and non-humans establish throughout their existence. Therefore, it presents a series of 12 photographs in which different multispecies encounters that took place between the authors and different non-humans can be observed. The central idea, therefore, is to make visible such meetings that routinely take place, but are often ignored. This visual essay also seeks to establish a dialogue with authors of Social Sciences and their propositions about the intertwining of terrestrial lives to try to destabilize propositions that are too anthropocentric.

Keywords: multispecies studies; human-animal relationships; entanglements; anthropology.

¹ Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Licenciado em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos em Educação e Transgressão (GEETRANS/UFRGS). Integrante do Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias (NEAT/UFRGS). E-mail: light.thiago@gmail.com

² Mestranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos em Educação e Transgressão (GEETRANS/UFRGS). Integrante do Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias (NEAT/UFRGS). E-mail: andressacaroly18@gmail.com

We are humus, not Homo, not Anthropos; we are compost, not posthuman.
(HARAWAY, 2016, p. 55)

Com quais outras existências nós humanos compartilhamos o mundo? É provável que essa pergunta soe estranha a primeira vista, ou talvez até mesmo sem sentido, porém, temos de nos lembrar que, para além de nossa própria espécie, nosso mundo é habitado por experiências não-humanas, e que as relações que se estabelecem (sejam harmoniosas ou não) entre essas múltiplas existências compõem o que nomeamos de planeta Terra. Assim, enquanto seres humanos, ao longo de nossa existência na Terra, realizamos diversos encontros com outros seres, porém, muitas vezes, esses encontros são minorados ou pensados como insignificantes. Dito de outro modo, os entrelaçamentos que constituem as vidas terranas (LATOUR, 2014) parecem ser, rotineiramente, invisibilizados. Logo, seria interessante reavivarmos esses entrelaçamentos, pois “Human and nonhuman animals are companion species, messmates at table, eating together, whether we know how to eat or not (HARAWAY, 2008, p. 301).

Se vivemos no tempo das catástrofes (STENGERS, 2015) no qual as vidas (sem discriminação entre humanas e não-humanas) estão cotidianamente sofrendo os efeitos de uma degradação ambiental sem precedentes, não será o momento propício, então, para reavaliarmos nossas relações com os seres que aqui habitam? Pensemos, também, em como a própria Terra é frequentemente evocada meramente enquanto um recurso que pode ser mobilizado para, por exemplo, alcançarmos o “progresso”, e não como um outro não-humano passível de estabelecermos conexões ou, então, como o local no qual estabelecemos relações com outros seres.

A respeito da América Latina, as reflexões de Maristella Svampa (2019), sobre como esse ideal de progresso é problemático, são fundamentais: se antes foi o extrativismo colonial euro-americano que impôs sobre os territórios e seus viventes experiências de devastação e morte, pois esses territórios e essas vidas não apresentavam valor para além de simples meios para se atingir a industrialização, atualmente assistimos a ações neoextrativistas (vide os inúmeros desastres ambientais recentes como Rio Doce, Mariana e Belo Monte), baseadas em pressupostos desenvolvimentistas, sustentadas pelos próprios Estados-nação latino-americanos; assim, tornar-se uma potência global, nos moldes dos

países do norte, tem sido o caminho proposto, nos últimos anos, como forma de deixar para trás o *status* de nações subalternas, mesmo que isso signifique aniquilar experiências de vida, ancestralidades e relações. Podemos pensar, então, em como o foco na América Latina tem sido narrar e trabalhar a Terra enquanto mercadoria, em como os ambientes têm sido narrados enquanto produtos, ou enquanto fornecedores de commodities. E o efeito disso é que essas narrativas destroem a Terra “como esse lugar que todos compartilhamos” (KRENAK, 2019, p. 48). Logo, a partir das análises de Maristella Svampa (2019), podemos refletir, portanto, se não será, justamente, esse ideário do progresso, marcadamente depredador e aniquilador de diversidades, a razão pela qual nos encontramos na época que alguns tem chamado de Antropoceno. É importante destacar, contudo, que esta forma de se relacionar com o mundo não é uma unanimidade. Como aponta Donna Haraway (2019, p.4) o antropoceno deveria ser compreendido não como um “ato de espécie”, mas situado dentro de um contexto histórico, ideológico e político, pois

Most peoples on this planet have precisely not lived and exercised the same kinds of processes that break generations, that radically simplify ecologies, that drastically force labor in a mass way that creates a kind of global transformation and global wealth that is in and of itself genocidal and extinctionist.

Na mesma linha de Donna Haraway, Ailton Krenak (2019) também nos convoca a perceber como diferentes povos, comunidades e pessoas não se relacionam de forma predatória com a Terra. Nesse sentido, menciona “aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes” (KRENAK, 2019, p.4) como outras possibilidades de experiências junto a Terra para além do ideário capitalista, colonial e neoextrativista tão difundidos atualmente. Importante salientar que essa forma de relacionar com a Terra não corresponde apenas a uma forma de organização econômica, mas também ideológica, tendo em vista que, conforme Ailton Krenak (2019, p.11), é sustentada por uma ideologia civilizatória que apresenta um único “[...] jeito de estar aqui na terra, uma verdade, ou uma concepção de verdade que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história”.

Neste ensaio, por outro lado, apresentamos uma espécie de contranarrativa, baseada em uma tentativa de visibilizar algumas das possíveis existências com as quais nós, seres

humanos, partilhamos o mundo, assim como possibilitar que pensemos nosso mundo não mais como um recurso ou uma mercadoria da qual os humanos se apoderam, mas um espaço de convivência. A ideia central, portanto, é evidenciar como nosso planeta é constituído por espécies companheiras (HARAWAY, 2003; TSING, 2015) umas das outras.

Para tanto, utilizamos fotografias de diferentes seres com os quais nos encontramos, ao longo de incursões de campo experimentais por localidades diversas do Rio Grande do Sul, desenvolvidas entre os anos de 2018 e 2019. Essas incursões foram, por um lado, motivadas por um prazer pessoal que ambos possuímos em transitar entre ambientes “naturais”, tendo sempre em mente que “[...] é importante manter os olhos abertos para sinais sutis – pegadas, pilhas de pedras, entalhes nos troncos das árvores – que indiquem o caminho adiante” (INGOLD, 2015, p.26). E, por outro lado, motivados pelas discussões e reflexões desenvolvidas ao longo de nossa formação em Ciências Sociais suscitadas, principalmente, pelas ideias das pesquisadoras feministas Donna Haraway e Anna Tsing a respeito da espiral de relações multiespecíficas que criam nosso mundo e nossa existência, seja ela humana ou não-humana.

1. O que não é visto, mas está presente – as imagens

Não pretendemos neste texto lançar mão da ideia de uma natureza intocada, virgem ou neutra, pois, embora as fotografias possam não demonstrar o contexto completo cabe salientar que as imagens aqui apresentadas foram capturadas em espaços profundamente antropogênicos. Por exemplo, algumas imagens foram fotografadas em *campings* destinados ao turismo e ao lazer. Outras em uma Estação Agronômica Experimental vinculada ao curso de agronomia de nossa universidade na qual há um diálogo com o setor privado. E outras ainda foram fotografadas no campus onde fica localizado a sede de nosso Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Logo, como é possível perceber, a “natureza” aqui apresentada esta sempre vinculada a componentes humanos. O antropos, então, esta imerso no que chamamos de natural e vice-versa. Além disso, as fotografias foram registradas por nós e não por armadilhas fotográficas – equipamentos utilizados para a captura de imagens sem a presença humana – ou seja, nossa presença física nesses espaços não pôde passar

despercebida, nós estivemos em contato direto com muitos dos não-humanos aqui apresentados, sejam animais, vegetais ou o próprio solo em que pisamos e que, obviamente, é também recheado de vida. Assim, demarcamos que as fotografias foram constituídas através de encontros multiespécies. Encontros nossos com outras espécies não-humanas, bem como através de encontros multiespécies entre os próprios não-humanos, como cachorros e pastos, borboletas e flores ou bugios e araucárias. É sabido que uma imagem não representa tudo, antes, é um recorte de um momento ou de um ambiente, à vista disso, achamos importante lembrar as pessoas leitoras a tentar vislumbrar – ou imaginar – como o fio condutor desse ensaio são os encontros.

Além disso, destacamos que escolhemos utilizar a fotografia, pois, como aponta Caiuby (2009, p.44), as imagens podem “possibilitar uma divulgação do conhecimento que seja menos autoritária, mais interativa [...]”. Assim, imaginamos que as fotografias aqui apresentadas podem vir a produzir uma interação com as/os leitoras/es de forma que possam, se ainda não o fazem, olhar ao seu redor e enxergar, justamente, como nosso planeta é construído através de uma assembleia de seres (TSING, 2019).

Por fim, antes de apresentarmos as fotografias gostaríamos de tecer alguns comentários sobre quatro das 12 imagens que compõem esse ensaio. Com isso, queremos narrar um pouco sobre como essas fotografias foram registradas, evidenciando detalhes que podem passar despercebidos à primeira vista. Além disso, chamamos atenção para a interdependência das espécies que aparecem fotografadas, ou seja, salientamos a importância dos encontros multiespécies. Apenas quatro imagens foram selecionadas para que as pessoas leitoras também possam exercitar sua imaginação, tentando rastrear quais outros possíveis encontros multiespécies estão presentes no restante das fotografias.

A primeira imagem trata do encontro entre humanos, uma borboleta e algumas flores amarelas. Pensemos em como a flor depende desse encontro para que seja polinizada e possa se multiplicar. E como a borboleta também depende desse encontro para que possa se alimentar do pólen das flores. Além disso, os encontros entre borboletas e plantas são indispensáveis para os humanos que dependem dessa união, por exemplo, para a produção de alimentos, uma vez que sem a polinização não seria possível existir uma diversidade de cultivos: muitas frutas deixariam de existir se os encontros entre as plantas e as borboletas

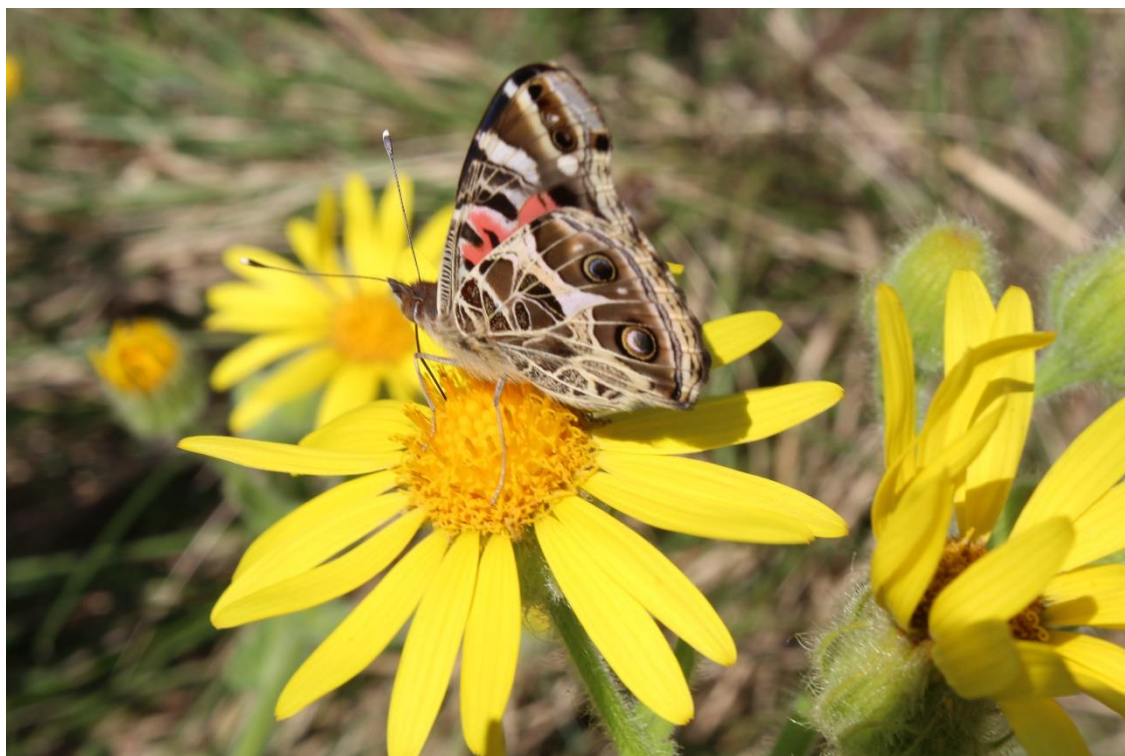
(e outros animais, claro) não fosse possível. Também, o registro estático da fotografia não demonstra as caminhadas entre os campos de flores ou as várias tentativas frustradas de fotografar esse encontro: fotos sem foco, fotos distorcidas ou as fotos nas quais a borboleta nos avista e sai voando.

A segunda imagem trata do encontro entre um diplópode, humanos e o solo. O que vemos aqui é um tipo de artrópode repousando sobre o solo. Todavia, podemos imaginar a infinidade de microrganismos coabitando o mesmo espaço que não são visíveis a olhos humanos nem a lentes fotográficas. Além disso, esse encontro é indispensável tanto para o animal que encontra na terra alimento e abrigo quanto para a própria terra, tendo em vista que esse pequeno animal é um importante decompositor de matéria orgânica, o que torna o solo mais rico e fértil, isto é, ele enche a terra de vida. Assim, embora estejamos acostumados a pensar na terra como algo inerte, é importante lembrar que o solo é vivo como muito bem nos destaca a engenheira agrônoma Ana Primavesi (1985). Ademais, a fotografia não demonstra o fato de que o diplópode não estava amostra, mas debaixo de uma pedra úmida, ou seja, muitas pedras foram levantadas antes que a imagem pudesse ser capturada e nosso encontro fosse possível.

A terceira imagem diz respeito ao encontro entre humanos e uma pequena perereca amarela. Na fotografia só é possível ver o momento em que uma mão humana segura esse anfíbio. Todavia, o que fica escondido é como foi possível esse encontro. Antes de tudo, foi necessário chegar próximo a um açude e permanecer em silêncio por alguns minutos para que fosse possível escutar o canto da perereca. Após escutá-lo, ainda foi necessário perambular atentamente pelo açude com o auxílio de uma lanterna de cabeça, pois as mãos precisam estar livres para o momento de apanhá-la. Ademais, algumas tentativas foram necessárias antes de conseguir pegar esse pequeno animal escorregadio. A fotografia também não captura o canto agudo da perereca, nem seus saltos. Ou ainda, fica de fora desse enquadramento o encontro entre o corpo d'água, o anfíbio e a vegetação ao redor. Pensando com Tim Ingold (2015, p. 27) e sua noção de educação da atenção, não bastou apenas estar lá, foi preciso “[...] prestar atenção onde pisa, e também ouvir e sentir”.

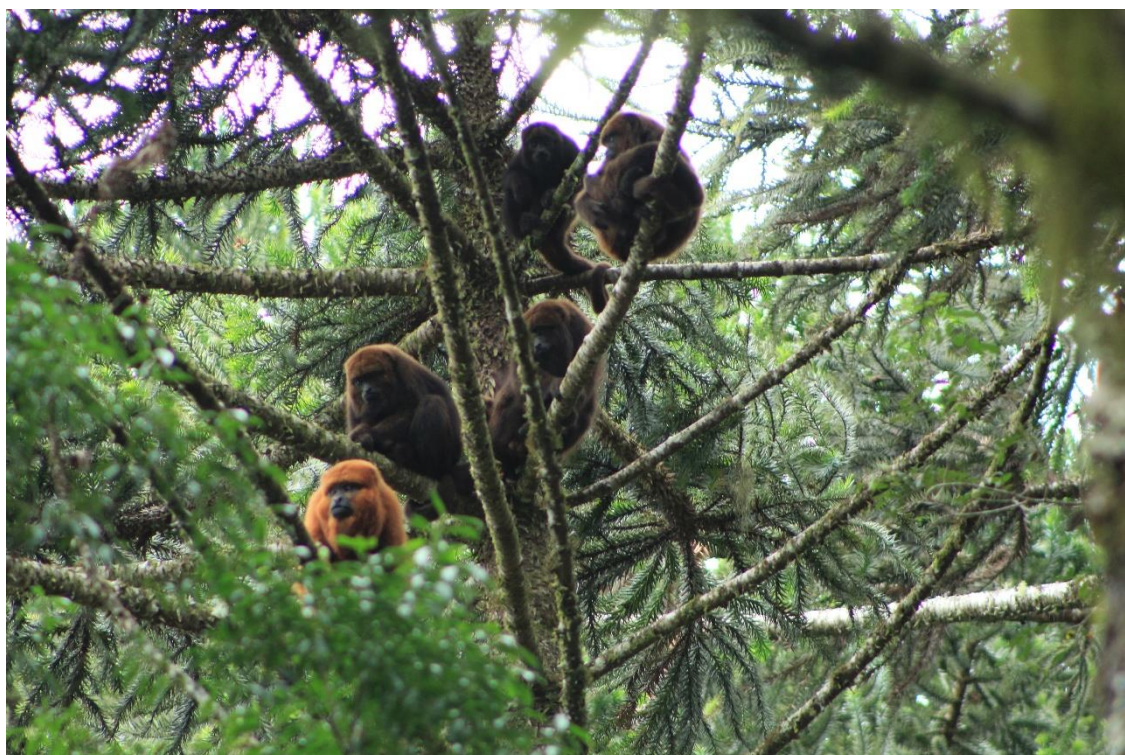
A quarta e última imagem alvo de nossos comentários diz respeito ao encontro entre fungos, humanos, capins, areia e um tronco de árvore. Aqui, gostaríamos de focar nos fungos e humanos. Quase sempre passando despercebidos por nossos olhos, os fungos e humanos têm suas histórias cruzadas ao longo dos séculos, como aponta Anna Tsing (2015). A fotografia deixa evidente apenas o acoplamento dos fungos ao tronco, ou seja, parece apresenta-los como seres passivos, mas e se (re)pensássemos neles como agentes responsáveis por diversos eventos ao longo da história humana? Anna Tsing (2015), por exemplo, narra a história de como o fungo *Serpula lacrymans*, causador da podridão seca foi o responsável pelo apodrecimento da madeira utilizada nos navios britânicos do século XIX e como essa ação fúngica afetou drasticamente a economia britânica, compelindo-os a utilizar novos materiais em suas embarcações como os navios encouraçados. Aqui, percebemos como esse organismo rotineiramente ignorado afetou a vida humana. Esses fungos, entretanto, também são extremamente relevantes para a vida humana e não-humana na terra já que são importantes decompositores, contribuindo para a produção de alimentos para outros seres e, novamente, para própria da vida do solo. Ademais, um dos fungos em destaque é o *Pycnoporus sanguineus* utilizado na medicina popular como um agente antibacteriano. A fotografia, portanto, deixa de fora esses entrelaçamentos entre nós e essa forma de vida e principalmente sua capacidade de agência no mundo.

Nossa ideia com esses comentários não foi esgotar as possibilidades interpretativas, nem direcionar apenas uma forma de olhar para elas ou, ainda, meramente descrever as imagens. O que pretendemos foi tentar instigar as pessoas leitoras a olhar além do que é apresentado e possível de ser visto, demarcar que uma fotografia é sempre contextual e, claro, desestabilizar lógicas de mundo homogeneizantes. Como afirma Clifford Geertz, (2001, p.65) “tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar”.



Encontros I: borboleta, bem-me-quer e humanos. Fotografia Digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores



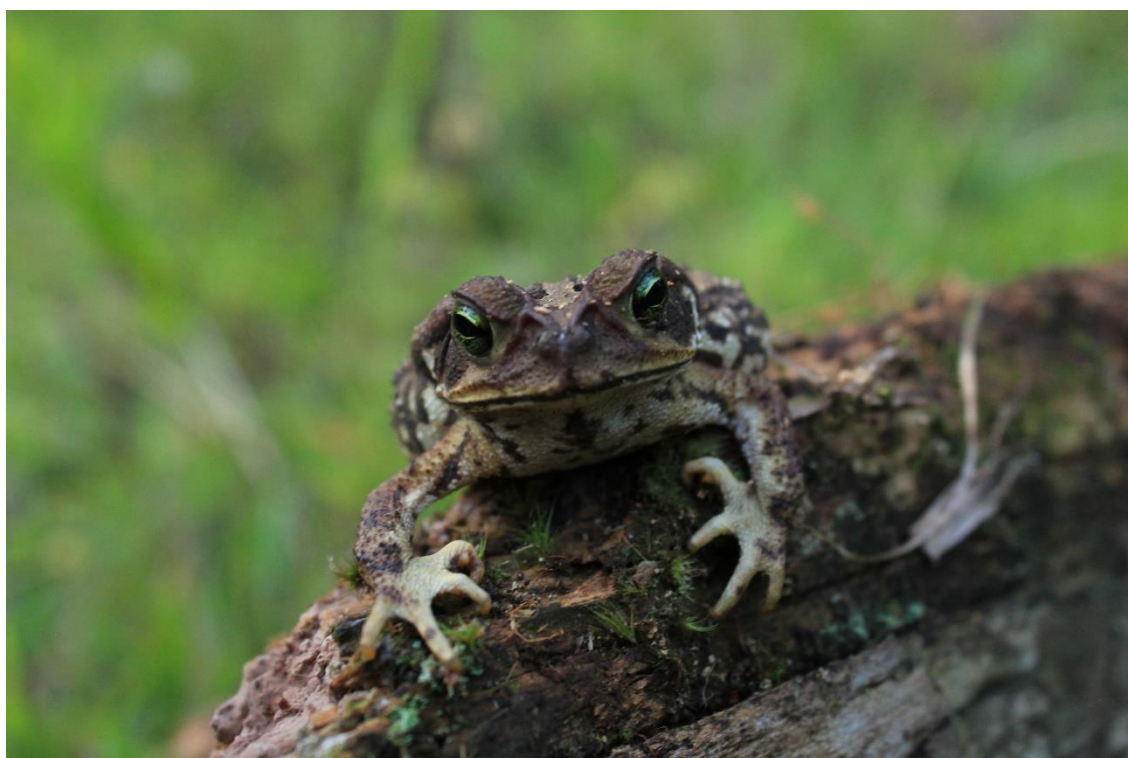
Encontros II: família de bugios, humanos e araucárias. Fotografia Digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores



Encontros III: cão, flores, humanos e capim. Fotografia digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores



Encontros IV: sapo cururu, humanos, tronco, bromélias e fungos. Fotografia digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores



Encontros V: fungos, humanos, vegetação, troncos e areia. Fotografia Digital, 2019.

Fonte: acervo dos autores



Encontros VI: libélula azul, humanos e árvores. Fotografia digital. 2019.

Fonte: acervo dos autores



Encontros VII: perereca amarela e humanos. Fotografia digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores



Encontros VIII: terra, humanos, líquens e rastro animal. Fotografia digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores



Encontros IX: diplópode, humanos, solo e microrganismos. Fotografia digital, 2019.

Fonte: acervo dos autores



Encontros X: pica-pau amarelo, humanos, araucária, líquens e fungos. Fotografia digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores



Encontros XI: humanos, pedras, árvores, rio, céu e sol. Fotografia digital, 2019.

Fonte: acervo dos autores



Encontros XII: dueto de borboletas e humanos. Fotografia digital, 2018.

Fonte: acervo dos autores

Referências

- CAIUBY, S.N. Imagem e Ciências Sociais: trajetória de uma relação difícil. In: BARBOSA, A.; CUNHA, E.; HIKIJI, R.S.G. (Orgs.). *Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas: Papirus, 2009. p. 35-59.
- GEERTZ, C. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HARAWAY, D. *The companion species manifesto: dogs, people and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.
- _____. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- _____. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham & London: Duke University Press, 2016.
- INGOLD, T. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, n. 44, p. 21-36, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fGyCC7jgq7M9Wzdsv559wBv/?lang=pt>. Acesso em: 20 de maio. De 2021.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LATOUR, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>. Acesso em: 01 de abr. de 2022
- PRIMAVESI, A. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. 8.ed. São Paulo: Nobel, 1985.
- STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.
- SVAMPA, M. Neoextrativismo e desenvolvimento. In: SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 23-44.
- TSING, A. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso em: 15 de maio de 2021.
- _____. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

Leather souvenir: (sobre) uma palestra performática, antropologia e afetações



Vi Grunvald¹

Em benefício da leitora/interessada e em diálogo com a parecerista desse ensaio, resolvi escrever uma pequena introdução aos textos e imagens que proponho e que fizeram parte de uma apresentação performática sobre a qual falarei. Pelo menos desde a minha pesquisa de doutorado (GRUNVALD, 2016), tenho iniciado uma série de experimentações com aquilo que chamo de imaginação etnográfica² e este/s exercício/s não está/estão distantes dessa intenção.

Primeiramente, tais experimentações visavam driblar o fato de que, como tão bem colocou Caiuby Novaes (2009, p.39), o “privilegiamento da visão como órgão dos sentidos que praticamente deixa todos os outros em segundo plano, quando o que está em jogo é o ato de conhecimento, é acompanhado, nas ciências sociais, por um certo fechar de olhos para as ciências sociais”. Esse é o caminho, sem dúvida, aberto e percorrido pelo campo

¹ Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – E-mail: vgrunvald@gmail.com

² A expressão “imaginação etnográfica” tem sido usada por mim há um tempo para me referir ao conjunto de imagens e cenas que compõem o arcabouço etnográfico que serve de pedra de toque para a construção da reflexão antropológica. Ainda que seja trabalhada por autores como Paul Atkinson (1990) e Paul Willis (2000), meu acionamento da expressão está mais próximo de seu aparecimento, aqui e ali, em textos de autoras como Catarina Alves Costa (2011) e Tânia Stolze Lima (2013), sendo consolidada também na formulação da proposta de revista *GIS – Gesto, Imagem e Som – Revista de Antropologia* criada, em 2015 (com primeira publicação em 2016) por Sylvia Caiuby Novaes, John Dawsey, Paula Morgado, Rose Satiko, Andrea Barbosa, Edgar Teodoro da Cunha, Francirosy Campos Barbosa, Érica Giesbrecht e por mim.

antropológico conhecido como antropologia visual e, mais recentemente, antropologia multimodal.³

Esses exercícios estavam voltados para a utilização de imagens e sons como elementos constituintes de um “conhecimento sensorial” (TAUSSIG, 1993). E apenas recentemente, tentei dar à minha prosa acadêmico-literária a mesma atenção experimental-formal de maneira mais sistemática (cf, por exemplo, GRUNVALD, G., 2021).

O que vos apresento aqui, apresso-me em dizer, não é propriamente um ensaio. Tampouco entrarei em detalhes, mas a forma ensaística é bem conhecida e utilizada no pensamento filosófico-social, indo de Montesquieu, Rousseu, Locke e Montaigne a Adorno, Benjamin, Bergson, Mbembe, Agamben e Moten. Para citar alguns dos ensaístas mais ilustres na antropologia, podemos ir de clássicos internacionais como Marcel Mauss, Louis Dumont, Victor Turner, Clifford Geertz e Bruno Latour a nacionais como Otávio e Gilberto Velho, Eduardo Viveiros de Castro e Marcio Goldman. A lista é enorme.

A genealogia que aciono aqui é cruzada novamente com as artes, mas, dessa vez, junto com as imagens técnicas, enfatizo a performance não apenas em atenção teórico-conceitual como antes. O gesto (“diríamos *gestemas*?” [DAWSEY, 2007, ênfase do autor]) aparece como elemento composicional da própria maneira de construir um certo acercamento, aproximação com o universo dito etnográfico (qual universo de uma etnógrafa profissional não o é?).



No campo artístico, a palestra performática tem longa e controversa história e definição (LADNAR, 2013), mas ainda é pouca sua apropriação como metodologia de afetação antropológica.⁴ Minha memória me leva a Robert Morris, artista estadunidense, talvez pela fetichista e infame fotografia – de seu dorso nu, pescoço envolto em correntes que as mãos seguram e cabeça sustentando

³ Não entrarei aqui em detalhes sobre essa questão ou sobre as diversas experimentações que realizei desde minha pesquisa de doutoramento. Para mais informações sobre o campo e tais exercícios, cf. Existência, resistência e ativismo: entrevista com Vi Grunvald (SANTOS, ROSA, BERTOLLO; SILVA, 2021).

⁴ Na deformada leitura que faço de Favret-Saada (2005[1990]), é também a forma e não apenas o conteúdo etnográfico que opera por afetação e nesse caminho as práticas artísticas têm muito a nos ensinar (cf., por exemplo, SCHNEIDER e WRIGHT, 2006, 2010, 2013).

um brilhante capacete com óculos *Ray-Ban* – publicada numa edição da revista *Art forum*, em 1974, como material de divulgação de uma de suas exposições (cf. QR Code ao lado).

Outro Robert também me é acionado pela experiência recente. Estava em Paris, em 2014, fazendo pesquisa na *Bibliothèque Kandinsky* do *Centres Georges Pompidou* por ocasião de meu doutorado sanduíche no Departamento de História da Arte da McGill University em Montréal, Canadá, sob orientação de Amelia Jones.⁵ Soube que, no *Grand Palais*, abrira uma exposição retrospectiva das obras do fotógrafo Mapplethorpe.⁶

A exposição continha muitas de suas obras. Todas as séries e fotografias clássicas que eu podia lembrar ali estavam exibidas em discretas paredes brancas e cinzas, apropriadas ao famigerado espaço do cubo branco (O'DOHERTY, 1976). Havia, no entanto, uma pequena sala, expograficamente construída de forma diferente, com paredes de veludo roxo e uma cortina com franjas na entrada ao lado da qual se via a censura para menores de 18 anos. Era a sala na qual estavam as fotografias de BDSM⁷ que retratavam partes de corpos nus, cobertos de couro ou látex, além de uma série de apetrechos como correntes, cordas e chicotes enfiados na boca ou prestes a ser enfiados no cu do próprio artista em autorretrato.⁸

Preparando a palestra performática. Com intenção explícita de liberá-la de um sentido transcendental de alcance do conhecimento sublime (prometido como sabemos, pelo menos desde que Platão viu qualquer luz fora da caverna) e, a um só tempo, reconhecê-la como lugar de expressão e experimentação artística, talvez, tenha sido John Cage, com sua *Lecture on nothing* de 1949, aquele que primeiro se valeu do que é aqui concebido como palestra performática ou palestra-performance. Em texto escrito anos mais tarde, comentou:

⁵ Essa pesquisa buscava explorar como práticas de travestimento mobilizadas por artistas como Marcel Duchamp e Michel Journiac poderiam ser (des)apropriadas para dar algum suporte de entendimento ao que eu vivia em meu trabalho de campo. Duas publicações recentes, de formas distintas, remetem a essa pesquisa (GRUNVALD, G., 2021; GRUNVALD, 2021) possibilitada por uma Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) da FAPESP.

⁶ Para um artigo sobre Mapplethorpe escrito (a quatro mãos) por uma pensadora brasileira importante para as discussões sobre gênero e sexualidade, cf. PELÚCIO e SANTOS, 2012.

⁷ Acronônimo de Bondage, Dominação, Disciplina, Sadismo, Submissão e Masoquismo. É termo geral com o qual diversos sujeitos que realizam essas práticas denominam sua *cena*. A esse título, cf. por exemplo, ZILLI, 2009, onde o autor defende a despatologização das práticas BDSM através do posicionamento inescapavelmente consentido das mesmas. De fato, o lema que acompanha todo/a praticante de BDSM é entoado por outro acrônimo “SSC” que significa São, Seguro e Consensual/Consentido.

⁸ Para uma discussão antropológica sobre autorretratos e o que chamo de alterretratos, cf. GRUNVALD, 2016 e GRUNVALD, 2015.

Desde a *Lecture on Nothing*, houve mais de uma dúzia de peças que foram escritas de forma não convencional, incluindo algumas que foram feitas por meio de operações casuais e uma que foi em grande parte uma série de perguntas sem resposta. Quando M. C. Richards me perguntou por que um dia eu não dei uma palestra informativa convencional, acrescentando que seria a coisa mais chocante que eu poderia fazer, eu disse: “Eu não dou essas palestras para surpreender as pessoas, mas por uma necessidade de poesia” (CAGE, 1961, p.x).

Cage também conta que essa palestra performática foi “escrita na mesma estrutura rítmica que empregava na época em minhas composições musicais (*Sonatas e Interlúdios, Três Danças*, etc.)” (CAGE, 1961, p.ix) – o que aponta (ou, pelo menos, me aponta) para duas questões centrais: (1) a necessidade de poesia que é também necessidade de fazer com que as palavras e frases operem de outra forma suas relações internas⁹ e (2) a importância do ambiente sonoro construído para/por uma palestra performática.

Chegando ao evento. A palestra performática cujo texto e imagens são aqui publicados ocorreu por ocasião do *Napedra em Performance* de 2015 e foi realizada juntamente com DOM BARBUDO¹⁰. Este evento é anualmente organizado pelo *Núcleo de Antropologia, Performance e Drama* (NAPEPDR) da Universidade de São Paulo, coordenado por John Dawsey e do qual faço parte como pesquisadora. Seguindo os moldes daquilo que é prática corrente no núcleo, trata-se não apenas de pensar a performance antropologicamente, mas, igualmente, se fazer antropologia performaticamente.¹¹

O texto, aqui reproduzido, mistura, inadvertidamente, reflexões teórico-conceituais (ainda que sob forma nada convencional), **relato etnográfico de uma das sessões (formato, diversamente, bastante clássico em nossos diários de campo)** e

⁹ Jakobson fala de uma concentração dentro da mensagem verbal da mensagem verbal em si mesma, lembrando, com Edward Sapir, que traço definidor é o foco em “seu aspecto puramente relacional, não material” (SAPIR *apud* JAKOBSON, 2007, p.65).

¹⁰ Seu nome é grafado em caixa alta, em contraposição à caixa baixa dos submissos designados apenas por números, seguindo regras inerentes à cena BDSM.

¹¹ Essa maneira de colocar a questão é quase uma paráfrase das duas máximas da antropologia visual, qual seja, estudar imagens antropologicamente e fazer antropologia visualmente.

citações de autoras como Hilda Hilst, Anaïa Nin e Gayle Rubin¹², além de muitas alucinações poéticas. A literatura própria que construo, em sua felicidade, vem da releitura, pouco antes de preparar essa palestra performática, de uma certa literatura pornográfica (canônica, diria eu) que inclui Henry Miller e, especialmente a já citada Hilda Hilst e suas *Cartas de um sedutor*. Essas últimas, por sua vez, produziram certa fascinação pela literatura epistolar que me impeliu também a voltar a outro texto que conhecera na adolescência e que muito havia me marcado, qual seja, as *Cartas a um jovem poeta* de Rainer Maria Rilke. A infelicidade que goza minha empreitada é estar, obviamente, demasiadamente aquém de quaisquer dessas referências – pelo que já me desculpo com a possível leitora desse texto-imagem.

Falando em imagens (e suas ausências?). As fotografias, inspiradas por Mapplethorpe, mas afastando-se de certo formalismo que lhe é característico, acionam cenas desse universo que foram apresentadas logo após o texto. No escuríssimo auditório do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA) da Universidade de São Paulo (USP), onde ocorria o encontro, dei um *play* no vídeo que havia previamente gravado. Tela preta, breu completo. Apenas a minha voz gravada, performando a carta que, em seguida, é aqui transcrita, seria a guia, pelos primeiros dez minutos, da viagem que eu estava preparando. Nenhuma visão se oferecia aos olhos, liberando, assim esperava, sentidos para formação de “imagens mentais” (BELTING, 2005) bloqueadas pelo ocularcentrismo nosso de cada dia.¹³

A ideia é que a experiência de ouvir essas palavras sem recurso possível a qualquer visão (mesmo de suas letras!) produzisse outro tipo de contato com o universo BDSM que lhes era apresentado na minha poluída narrativa – de início, mais imprecisa e difusamente e, depois, com o registro etnográfico, de forma mais (e)vidente ainda que sem (foto)grafia alguma.

Após esse momento inicial, com apenas voz e sons-palavras para orientar a imaginação etnográfica que eu lhes estava (alucinadamente) oferecendo, chegara a hora do

¹² No registro narrativo em que me coloco para a construção do texto performático, não há lugar para as regras da ABNT. As distintas fontes indicam uma tática tipográfica de mudança de registro sem que, no entanto, seja fundamental entender que registro está sendo operado – algo, de fato, impossível no áudio que comunica o texto à plateia do evento onde a palestra-performance foi apresentada. Essa tática (para lembrar a conceituação de De Certeau, 1998[1990]) é, portanto, imanente ao texto.

¹³ A respeito do ocularcentrismo ocidental, bem como sua importância para nossa (con)fusão entre conhecer e ver, cf. JAY, 1988 e STRATHERN, 2004[1991].

visível das imagens técnicas se fazer presente. Essas imagens sensíveis – algumas das quais reproduzidas aqui – apareciam em sequência, num fotofilme que seguia cronologicamente os eventos desencadeados pela sessão. Mas algo daquele momento faltava a essa apresentação fotofilmográfica. Ou pelo menos, havendo estado lá, era isso que eu sentia quando produzia a peça. E só consegui sentir que, de alguma maneira, me aproximei de sua dramaticidade, acionando novamente o som-silêncio de composições do próprio Cage que vieram, então, me auxiliar na edição final do vídeo.

Ao fim da gravação, chegara o momento do debate. Mas era preciso que o acordo se mantivesse e que a proposta se sustentasse. E, assim, propus a DOM BARBUDO um exercício próximo àquele que ele próprio realiza, ainda que de outra maneira e com outros pressupostos e decorrências, com seus submissos. De qualquer forma, assinei, por assim, um contrato de submissão que, naquele ambiente, era também um abrir mão do lugar unicamente autorizado a uma pesquisadora para, dentro de uma universidade, falar sobre um tema de “interesse acadêmico”.¹⁴

¹⁴ A despeito da consolidação institucional que o campo de estudos sobre gênero e sexualidade adquiriu nos últimos 30 anos na antropologia (e, em especial, na brasileira), vivemos um momento política de enorme retrocesso público no que concerne a legitimidade das discussões sobre gênero e sexualidade nas pesquisas acadêmicas e, mais particularmente, nas universidades públicas. Há algum tempo, celebrávamos, de certa forma, o estabelecimento do campo antropológico de estudos da sexualidade e das práticas sexuais, colocando em relevo “as maneiras como se constroem subjetividades e identidades coletivas a partir de práticas sexuais alternativas, identificando suas condições de produção, suas transformações e os discursos que os agentes utilizam para legitimá-las” (FÍGARI, DÍAZ-BENITEZ, 2009, p. 21). Pouco mais de uma década depois, vemos um franco ataque às nossas pesquisas por parte de políticos do congresso nacional e personalidades públicas que, na esteira de um “retrocesso neoconservador” (MACHADO, 2017), atacam nossos artigos, teses, dissertações e livros, muitos deles produzidos melhores universidades públicas do país. Se, antes, a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos parecia estar garantida sob o manto internacional dos direitos humanos, hoje, o famigerado espantalho da “ideologia de gênero” (cf., a título nacional, FACCHINI, SÍVORI, 2017 e JUNQUEIRA, 2007) serve como instrumento da demanda de retirada de termos como “gênero”, “sexualidade” e “orientação sexual” do Plano Nacional de Educação. Como tão bem pontuam Vianna e Díaz-Benítez (2016, p. 38-39): “Vemos aqui combinarem-se narrativas que tratam de pertencimentos religiosos, da natureza política e do papel do Estado, bem como de explicações sobre a própria sexualidade e sua mutabilidade. Longe, muito longe, de um combate unidimensional, o que percebemos no cenário contemporâneo é a mobilização de diferentes estratégias narrativas, de associação e de lobby político e também de embate moral estabelecidas em diálogo com a linguagem dos direitos humanos (ou com uma apropriação desta) para definir modos de gestão do gênero e da sexualidade”. Para uma discussão sobre o que chamamos de cruzada sexogenérica, mobilizada

O referido contrato de submissão, no caso desta apresentação performática, inclui, primeira e obviamente, a presença não-mediada do DOMinador – o que sugeri e foi prontamente aceito por meu padrinho e parceiro nessa empreitada. DOM BARBUDO foi comigo à USP totalmente paramentado com as roupas de couro que podem ser vistas nas fotografias abaixo e dois chicotes pendurados ao seu cinto. Caminhamos, pelas ruas e corredores da universidade, sob olhar atento e desconfiado daquelas que passavam por nós quando me dei conta que a performance já havia começado antes mesmo de chegarmos ao auditório.

Ao fim do fotofilme que se viu após a carta falada, ligaram-se as luzes e estávamos nós diante do público. Eu, sentada numa cadeira, de onde manejei o computador cuja tela estava espelhada no projetor. A imagem deste, por sua vez, se plasmava em outra tela que estava acima de minha cabeça. O DOM estava ao meu lado, em pé e preparado para responder às perguntas que seguiram. Quando alguma pergunta era a mim dirigida – dada a ausência negociada e consentida de voz que havíamos combinado, replicando assim, certas disposições entre DOM e submisso nas sessões de BDSM –, eu podia apenas responder pelas mãos, digitando, nessas telas, pequenas frases que buscavam dar conta da questão ou deliberadamente bloqueá-la.

Em nenhum momento, trata-se de reconstrução realista, portanto. Mas de um registro performático-experimental de busca produzir afetações tão próximas quanto possível for (dentro de minhas possibilidades e capacidades) daquelas que foram impostas a mim pela vivência que tive fotografando a sessão. Nada a ver com construir algo *parecido* com a sessão: menos representação que evocação (STRATHERN, 2004[1991]).

A apresentação inicial que agora escrevo, aliás, como espero estar claro, tampouco visa qualquer explicação do material, mas apenas certa colocação em contexto que, nesse caso, é também alguma disposição do material de/em processo. Talvez, aqui, o princípio seja, com efeito, menos o da explicação do que do contágio, como tentei operar também em outro exercício textual de experimentação com a imaginação etnográfica já citado aqui (GRUNVALD e G., 2021).

no contexto aqui aludido a partir do cenário artístico contemporâneo, cf. adicionalmente, LEITE JUNIOR, GRUNVALD, no prelo.

Abrindo parênteses. Gostaria de fazer duas últimas observações, pois, hoje, sou atravessada por elas. Primeiramente, no momento de realização da palestra performática, bem como do trabalho de campo-existência que realizei com DOM BARBURDO, ainda era um viado cis, o que, no contexto da interação em um ambiente erótico masculino, fez toda a diferença e, certamente, me permitiu vivenciar coisas que meu corpo de hoje, travesti em início de carreira, não me permite/permitiria mais.

O segundo ponto é que as referências aqui resgatadas, bem como aquelas acionadas em minha tese de doutoramento, me parecem, atualmente, demasiado brancas, cisgêneras e coloniais. 2015, ano de realização desta palestra-performance, foi o mesmo ano de conclusão, em dezembro de minha tese. Em março do ano seguinte, de 21 a 24, participei do curso *Perspectivas “kuir” nas práticas artísticas contemporâneas* quando conheci a Jota Mombaça, a Musa Michelle Mattiuzzi, o Miro Spinelli, a Sara Panamby e, de supetão, Pedra Costa que estava ali presente mesmo em sua ausência. São pessoas que, de distintas maneiras, me fizeram rever uma série de referências e tanto esse trabalho performático como minha tese sera diferentes depois desse encontro – algo que, três meses depois da minha defesa, já me parecia bem claro, a despeito de sua honrosa indicação para representar o PPGAS-USP no concurso de teses da ANPOCS.

Fechando parênteses. Novamente, se fui feliz naquilo que me propus com a palestra performática cuja influência estabelece certo parentesco entre antropólogas, escritoras, compositoras e performers que pouco têm em comum, cabe às suas espectadoras julgar. E se algum efeito se produz com o texto e as imagens que seguem, você, leitora, é quem saberá. Boa viagem!

São Paulo, 22 de junho de 2015

Recebi tua carta na semana passada. Gostaria de tocar-te. Não espero que você entenda tudo assim logo de cara. Na verdade, acho que você nem precisa assim acreditar em nada. Acho que não acredito muito em crenças, sabe?

Tem uma história engraçada. Você conhece o Niels Bohr, aquele físico dinamarquês que é considerado o pai da física quântica. Era considerado uma espécie de gênio da razão, sabe? Contam que colocou uma ferradura na porta de sua casa para afastar os mais espíritos... ou o mau-olhado, como chamamos pelas bandas daqui. Na ciência daquilo que não existe, isso se chama de magia apotropaica, como tão bem me ensinou Sir James Fraser. Dizem que um outro grande físico foi na casa do Bohr e, ao ver a ferradura, indignou-se:

– Mas você também, professor? Como logo o senhor vai acreditar nessas superstições?

Ao que Bohr, respondeu:

– Mas quem disse que eu acredito em superstições como essa? Mas me contaram que funcionam mesmo sem acreditar.

Num curto, mas interessantíssimo livro, o Bruno Latour disse que inventaram a palavra fetiche para falar justamente sobre essas coisas que não sabemos muito bem como nem por quê têm esse poder. Parece que, há muito tempo, lá pelo século XVI, o navegante português que pronunciou a palavra fetiche pela primeira vez fez nascer a ideia de crença, fundando assim a modernidade.

Você sabe que, para acreditar nas coisas, você não pode ser uma delas. Tem que ser outra Coisa, assim com letra maiúscula, sabe? Essa ideia de que, no mundo, tudo se separa entre pessoas e coisas parece meio absurda para nós hoje em dia, eu sei. Mas uma tradição bem antiga – que, de novo, está ganhando muitos adeptos – quer recolocar em moda o uso das palavras natureza e cultura. E andam até falando de sobrenatureza como providência divina. Que ironia!

Mas não é sobre isso que eu queria falar. Talvez seja um pouco, mas não muito. O que eu quero falar mesmo é sobre as coisas que você escreveu. Sinto que fui muito mal interpretada. O seu problema está na limitada concepção de trabalho que não deixa deformar pela ideia que faz de vida. Por que você insiste tanto em separar tudo?

Quanto te disse que chamo isso de experimentação estético-existencial de imaginação etnográfica, tento te mostrar que não posso pensar assim. Eu sei que o nome é grande e não ajuda, mas a verdade é que, não raro, nomes não ajudam mesmo. Só consigamos que digam o que queremos se o torcermos com bastante força. Por vontade própria, os nomes dizem apenas o que querem. Ah, os nomes... importam tanto e tão pouco ao mesmo tempo!

Digo-te com toda franqueza que tudo começou com o desejo. Mas um desejo tão esfumaçado quanto o da lente de minha câmera em um ambiente úmido. Tenho sentido calores que você nem imagina.

Disseste-me na tua última carta que bagos e caceta e o cuzinho de Alberto não te dizem respeito. Que não te interessas mais por todas essas imundícies do sexo. Sinto que mentes.

Você deve estar pensando: já está novamente falando sobre essas putarias todas!

Sei que falo muito sobre isso, mas, pelo menos, essa vida nunca separei do trabalho, como você sabe. Não hão de ter-se já acostumado?

Acho que meu desejo era confuso: arredondado nas extremidades, mas bem bicudo no meio, afiadíssimo.

Minhas cartas te deixaram a par das deliciosas perversões que tenho feito nos últimos anos. Você sabe que sempre fui fascinado por esse voar dos corpos que levam consigo o mundo inteiro. Como algo que passa muito veloz em nossa frente e temos a sensação que algo de nós nos deixa e acompanha esse movimento, indo junto com o que passou. Na verdade, me sinto como um animal que escapa do cativeiro.

Hilda Hilst me disse ter certeza que nem Platão nem Freud leram *Metamorfoses* do Ovídio. Quanta ignorância não teria sido poupada com uma única leitura! Se bem que... Tenho horror de escritor. A lista de tarados é enorme. Rimbaud, o tal gênio: catava os piolhos dele e atirava-os nos cidadãos. Urinava nos copos das gentes nos bares. Praticamente enlouqueceu Verlaine. (E a mãe de Verlaine?) Outro doido. Deu um tiro em Rimbaud. Se não me engano, incendiou a própria casa. Depois Proust: consta que enfiava agulhas nos olhinhos dos ratos. E espancava os coitadinhos. Genet: comia os chatos que encontrava nas virilhas do amante. Foucault: saía às noites, todo de couro negro, sadô portanto, ou masô, dando e comendo roxinhos. O próprio Mishima, louco por soldados suados e por sangue. Gozou a primeira vez vendo uma estampa de São Sebastião flechado.

Pode parecer loucura, mas sempre estive certo do que disse, com seu comparsa, aquele filósofo francês esquisito que escreveu um livro inteiro a partir das alucinações de Lewis Carroll: o mundo nunca foi movido pelo trabalho ou pela contradição de classes, como queria o velho barbudo. O mundo sempre foi movido pelo desejo!

E é por isso que, a despeito da expressão, Artaud nunca expulsou os órgãos do corpo. O que expulsou foi o organismo. Essa ideia estranha de função e necessidade

transcendental que faz com que imobilizemos mãos para pegar, bocas para falar, pés para andar e cus para cagar. Por que definir tudo assim de antemão? Por que limitar tanto aquilo que um corpo pode?

Sempre te disse que as partes do corpo são como próteses, mesmo antes da Donna Haraway se meter ciborgar meu pensamento. Sempre se pode dispor delas da maneira que for mais adequada e – por que não? – prazenteira. Afirmo, sem pestanejar, que nada me move, me interessa ou me implica salvo aquilo que se dirige ao meu corpo. Talvez tenha vindo daí aquela primeira mensagem.

Não me parece que o que te contei esteja muito distante das besteiras que estou falando. Se devir é sempre movimento do desejo, existe sim a possibilidade de reimaginar a História como funcionamento perverso de pessoa, objeto e prazer. Cofuncionamento, funcionar junto. Digo-te que as fotos que te apresento são verdadeiramente fruto de uma parceria.

Lembro que eu deveria estar nervosa no primeiro dia que fui ao Studio 54. Mas não foi isso que aconteceu. Cheguei lá exatamente no horário que havia combinado. O submisso 114 estava ajoelhado no meio da sala ainda sem máscara. Cumprimentei-o de forma tímida, pois quando não se sabe a liturgia, melhor agir com cautela. DOM BARBUDO o colocou para ler e assinar um documento. O contrato de submissão. Nesse momento, eu já estava com a câmera em punho. Impressionante o poder que temos nas mãos com essas máquinas miméticas, como as chama Michael Taussig. Essas caixas de sei-lá-quê que capturam imageticamente ou, talvez, i-magicamente o mundo.

Sempre digo ao DOM, meu padrinho, que essa foi a sessão mais instrutiva. Não era apenas eu o cabaço da história, digo de antemão. O 114¹⁵ nunca havia se colocado em voluntária submissão. As coisas foram acontecendo aos poucos. Parece que preciso voltar às imagens para viver novamente e poder contar a partir de uma escrita do corpo e não das falsas palavras que enganam mesmo profetas.

¹⁵ Os números são, de fato, a maneira pela qual DOM BARBUDO, com o qual o trabalho (existencial) desse campo foi realizado, se refere a cada um daqueles que, certa vez, ocuparam o lugar-sem-rostro de seu submisso.

O DOM apagou o rosto do submisso aplicando-lhe a máscara e, portanto, dando-lhe um novo rosto ou, antes, muitas possibilidades de rosto ao mesmo tempo que nenhum. Depois o conduziu ao espelho para que ele pudesse ver o que havia acontecido e que ele havia sentido sem mesmo saber ou acreditar. Aí, colocou-o de joelhos e apresentou a ele a coleira que logo foi presa ao pescoço. Passou a acariciar seu corpo, testando seus pontos de sensibilidade, talvez imaginando o que faria com cada um daqueles pontos, partes de carne. Em seguida, disse para beijar-lhe o coturno. Deixou que sentisse o gosto do couro por alguns minutos.

Quando penso sobre o fetichismo quero saber sobre muitas outras coisas. Não vejo como se possa falar de fetichismo, ou sadomasoquismo, sem pensar sobre a produção de borracha, nas técnicas e acessórios usados para o manejo de cavalos, no brilho dos calçados militares, na história das meias de seda, no caráter frio e oficial dos instrumentos médicos ou no fascínio das motocicletas e a liberdade enganosa de sair da cidade para pegar a estrada. A propósito, como podemos pensar sobre o fetichismo sem considerar o impacto das cidades, de certas ruas e parques, de zonas de prostituição e “diversão barata”, ou da sedução das prateleiras das lojas de departamentos, com suas pilhas de mercadorias desejáveis e glamorosas (Judith Walkowitz, Kathy Peiss, Jann Matlock)? Para mim, o fetichismo suscita toda uma série de questões relacionadas à mudança na produção de objetos, às especificidades históricas e sociais de controle e etiqueta social, ou intrusões no corpo e hierarquias milimetricamente graduadas. Se se reduz toda essa informação social complexa à castração e ao complexo de Édipo ou a saber ou não saber o que se devia saber, acho que se perde algo importante.

O fato é que, após alguns minutos apreciando o couro, as instruções passaram a ficar mais precisas. O DOM ordenou que se afastasse e prestasse atenção ao momento em que bateria o pé no chão. Esse era o comando que o faria correr até seus pés, agarrar suas botas e voltar a lambê-las com vívida vontade. E assim caminhamos por toda casa. Um, afastando-se e dando comandos. Outro, seguindo e sendo humilhado. E eu atrás, fotógrafo-voyeur-etnógrafo-observador que transforma tudo em seu num clique de obturador.

Voltamos à sala. As mãos do submisso se transformaram em patas e ele foi acariciado por ter executado bem aquilo que era esperado dele. Seu bom comportamento lhe rendeu até um pouco de líquido que foi servido num pote de água para cachorro que estava no chão e no qual se lia “*I’m the boss*”.

Já deitado no sofá, o DOM oferecia a sola do seu coturno à língua do submisso que aceitava com deleite tão desagradável e prazerosa designação. Mais tarde um pouco, havia chegado a hora do *spanking*. Com o corpo totalmente despido, o submisso se deitou de bruços sobre as pernas do DOM que começou a lhe aplicar tapas com as mãos. A intensidade dos golpes era, nesse momento, constante e persistente. E, aos poucos, o rabo do submisso 114 começou a corar como o rosto de uma virgem após seu primeiro beijo. Seguiram-se os instrumentos, condutores de zonas de intensidade que misturam dor e prazer. Prazeres perigosos, como diria Maria Filomena Gregori. De quatro no chão, recebia chicotadas e chibatadas. Digo-te que ali tudo me parecia algo aleatório e pouco preciso. Só depois fui descobrir que há um jeito certo de fazer tudo isso. Mas treinei poucas vezes até hoje. Tenho certeza que o que mais gostarias é o cinto de castidade, instrumento contraditório para quem sente prazer na dor. Mas acho que é aí que está a graça, se é que graça se possa ter num universo de gostosa crueldade como esse.

No momento que me lês, debes estar achando que eu perdi completamente a noção do que deve ser visto, feito e dito. Mas fostes tu que te tornaste monocromática, monossilábica e estreita demais para o mundo. Por isso não me importo. E não creias que eu era neném demais para lembrar das coisas que fazias atrás da casa da tua madrinha com o nosso primo. Não te faças de inocente, pois o fato de dizeres que não se deve fazer tal ou qual coisa, não significa que não tenhas feito e, menos ainda, que não voltarás a fazê-lo. Gostaria de ver teu rosto ao olhar para as fotografias.

Essa semana as apresento para um grupo de pessoas lá na universidade, depois te conto o que acharam. Tenho andado sem voz nos últimos tempos. Engraçado essa expressão “andar sem voz”, né? Como se voz e não pernas me fizessem andar. Quiçá, é disso que estou falando mesmo. E já me decidi, na universidade, não falarei pela voz, só pelas mãos. Como estou fazendo agora contigo, na esperança que me ouças.

Com amor,

Vi.



















Referências

- ATKINSON, Paul. *The ethnographic imagination. Textual constructions of reality*. London, New York: Routledge, 1990.
- BELTING, Hans. Image, medium, body: a new approach to Iconology. *Critical Inquiry*, 31, p.302-319, 2005.
- CAGE, John. *Silence. Lectures and writings by John Cage*. Middletown: Wesleyan University Press, 1961.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. Imagem e Ciências Sociais: trajetória de uma relação difícil. In: BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar T.; HIKIJI, Rose Satiko. *Imagem-conhecimento. Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas: Papirus, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *Invenção do cotidiano. As artes do fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998[1990].
- COSTA, Catarina Alves. *Les Maitres fous* ou os limites da imaginação etnográfica. In: Jean Rouch. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, Museu do Cinema, 2011.
- DAWSEY, John. Sismologia da performance: ritual, drama e *play* na teoria antropológica. *Revista de Antropologia*, v.50, n.2, p.527-570, 2007.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horácio. Dossiê Conservadorismo, direitos, moralidades e violência. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n.13, p.155-161, 2005[1990].
- GRUNVALD, V. Performances de gênero e gêneros em performance. *Revista Sociedade e Cultura*, vol.26, 2021.
- GRUNVALD, V.; G., Luana. Ensaio esquizo-analítico com textos e imagens sobre corpos, fantasias e retratos ou O que o espelho nos reflete?. *GIS – Gesto, Imagem e Som – Revista de Antropologia*, 2021.
- GRUNVALD, V.. Alter-retrato, fotografia e travestimento ou sobre o paradigma fotográfico de Rose Sélavy. In: CAIUBY NOVAES, Sylvia. (Org.). *Entre arte e ciência: a fotografia na antropologia*. São Paulo: Edusp, 2015.
- GRUNVALD, V.. *Existências, insistências e travessias: sobre algumas políticas e poéticas de travestimento*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- JAKOBSON, Roman. Poesia da gramática e Gramática da Poesia. In: *Linguística. Poética, Cinema*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- JUNQUEIRA, R. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos

humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C., MAGALHÃES, J. C. (Orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

LADNAR, Daniel. *The lecture performance: contexts of lecturing and performing*. Penglais: Aberystwyth University, 2013.

LEITE JUNIOR, Jorge; GRUNVALD, V.. Cruzada sexogenérica e a arte como regime de moralidade: reflexões a partir do *Queermuseu*. In: HENNING, Carlos Eduardo; ALMEIDA, Heloisa Buarque. *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. No prelo.

LIMA, Tânia Stolze. O campo e a escrita: relações incertas. *R@U. Revista de Antropologia da UFSCar*, vol.5, n.2, p.9-23, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.

MARTIN, Jay. The Rise of Hermeneutics and the Crisis of Ocularcentrism. *Poetics Today*, vol. 9, n.2, pp. 307-326, 1988.

O'DOHERTY, Brian. *Inside the White Cube*. Santa Monica, San Francisco: The Lapis Press: 1976.

PELÚCIO, Larissa; SANTOS, Lucas. Flores carnavais: Mapplethorpe e a natureza sócio-política da fotografia. *Revista Ártemis*, vol.13, p.10-20, 2012.

SANTOS, Daniela Guedes dos; ROSA, Ketti Maria Cardozo da; BERTOLLO,

Guilherme Vieira; SILVA, Mário Ferreira da. Existência, resistência e ativismo: entrevista com Vi Grunvald. *Iluminuras*, v.22, n.57, p.197-236, 2021.

SCHNEIDER, Arnd; WRIGHT, Christopher. *Anthropology and Art Practice*. London, New Delhi, New York, Sydney: Bloomsbury, 2013.

SCHNEIDER, Arnd; WRIGHT, Christopher. *Between Art and Anthropology*. Oxford, New York: Berg, 2010.

SCHNEIDER, Arnd; WRIGHT, Christopher. *Contemporary art and anthropology*. Oxford, New York: Berg, 2006.

STRATHERN, Marilyn. *Partial Connections* (Updated Edition). Walnut Creek: Altamira Press, 2004[1991].

TAUSSIG, Michael. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York, London: Routledge, 1993.

VIANNA, Adriana; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Gênero e sexualidade: estamos no canto do ringue?. *Cadernos de Campo*, v. 25, p.36-41, 2016.

WILLIS, Paul. *The ethnographic imagination*. Cambridge, Malden: Polity Press, 2000.

ZILLI, Bruno. BDSM de A a Z. Despatologização através do consentimento. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.